



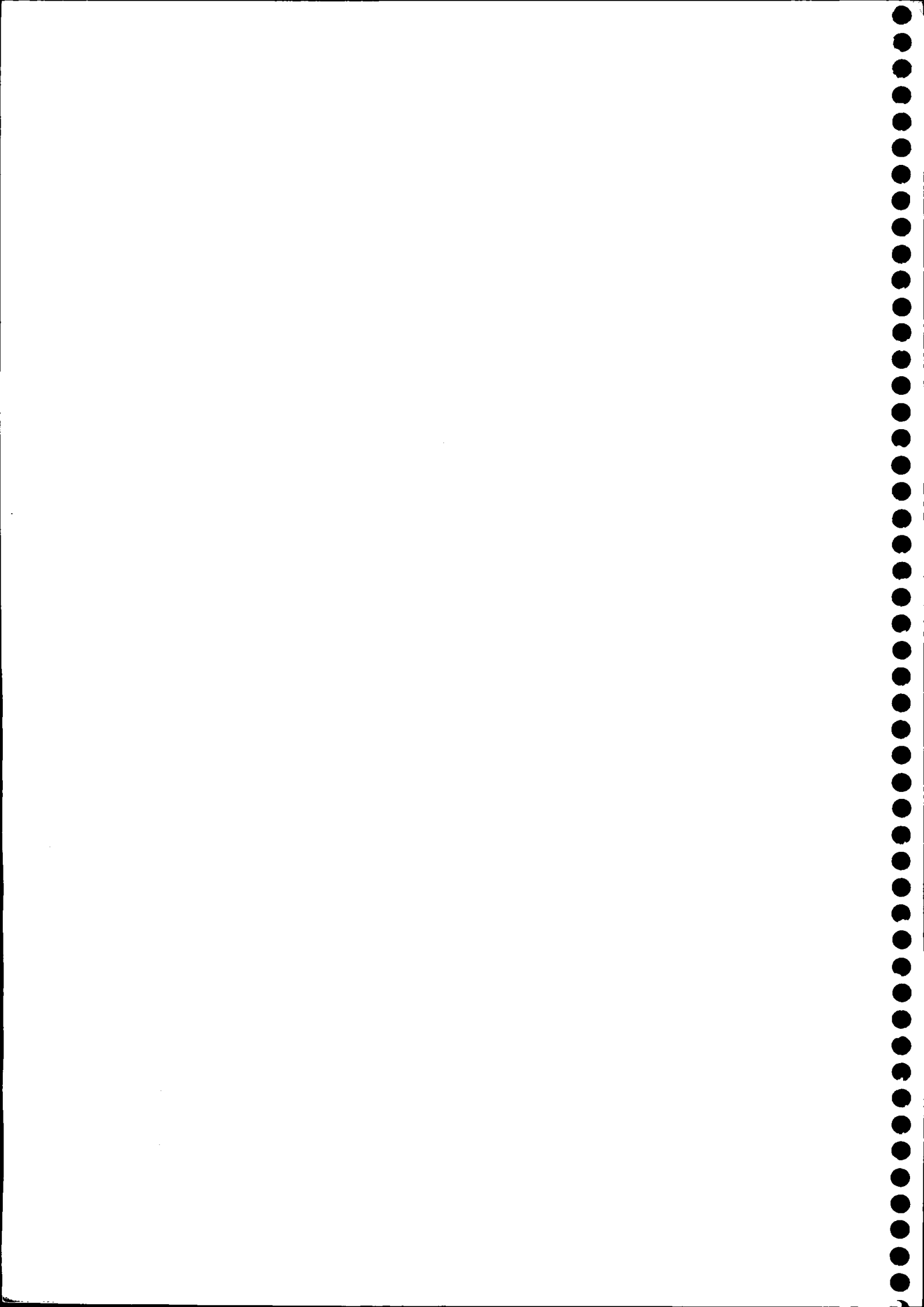
ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA
Praça da Matriz, 08 – Centro – Fone: (82) 641.1178 – C.G.C.: 12.224.895/0001-27

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

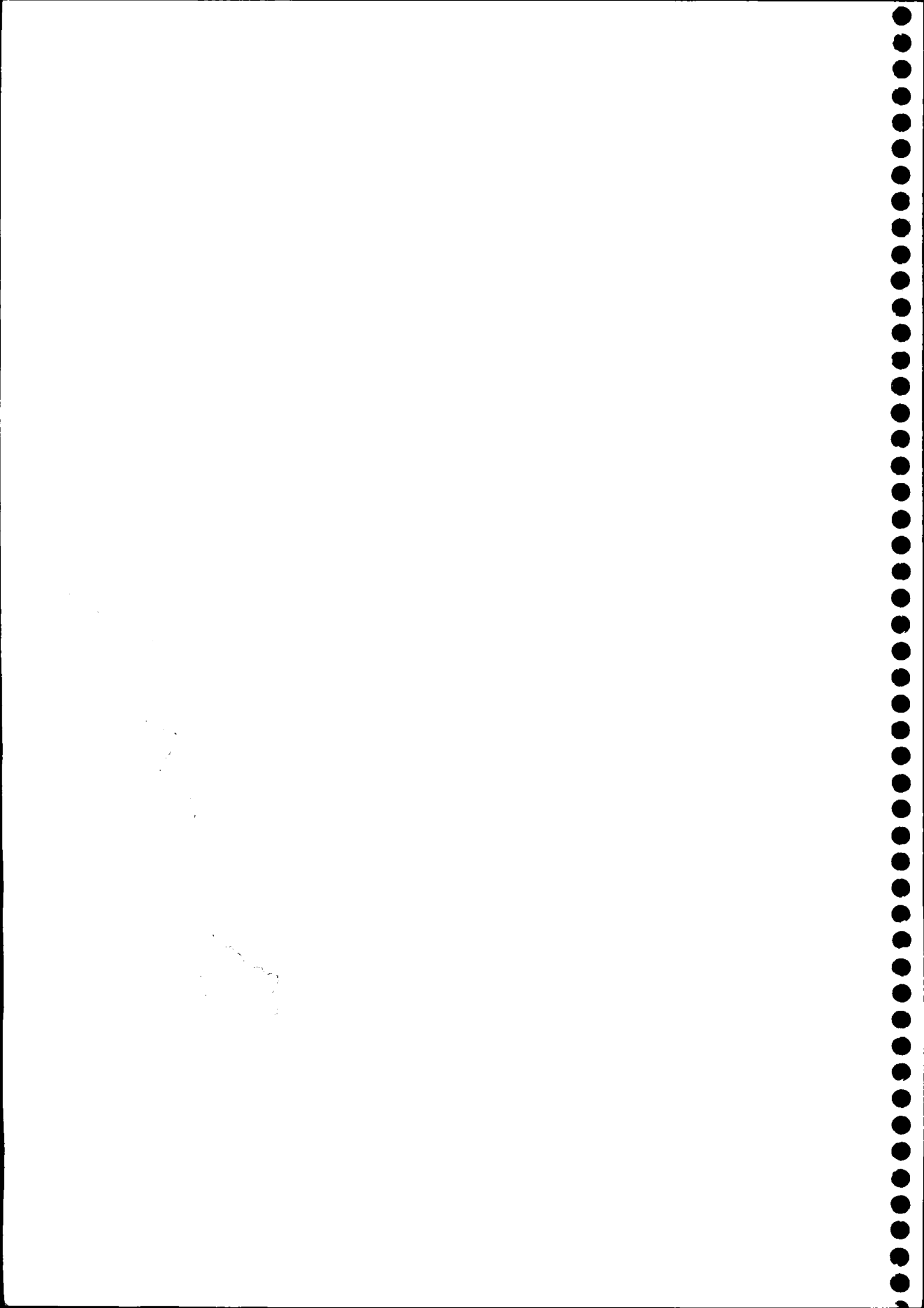
CÓDIGO DE POSTURAS

LEI MUNICIPAL N° 871/2005

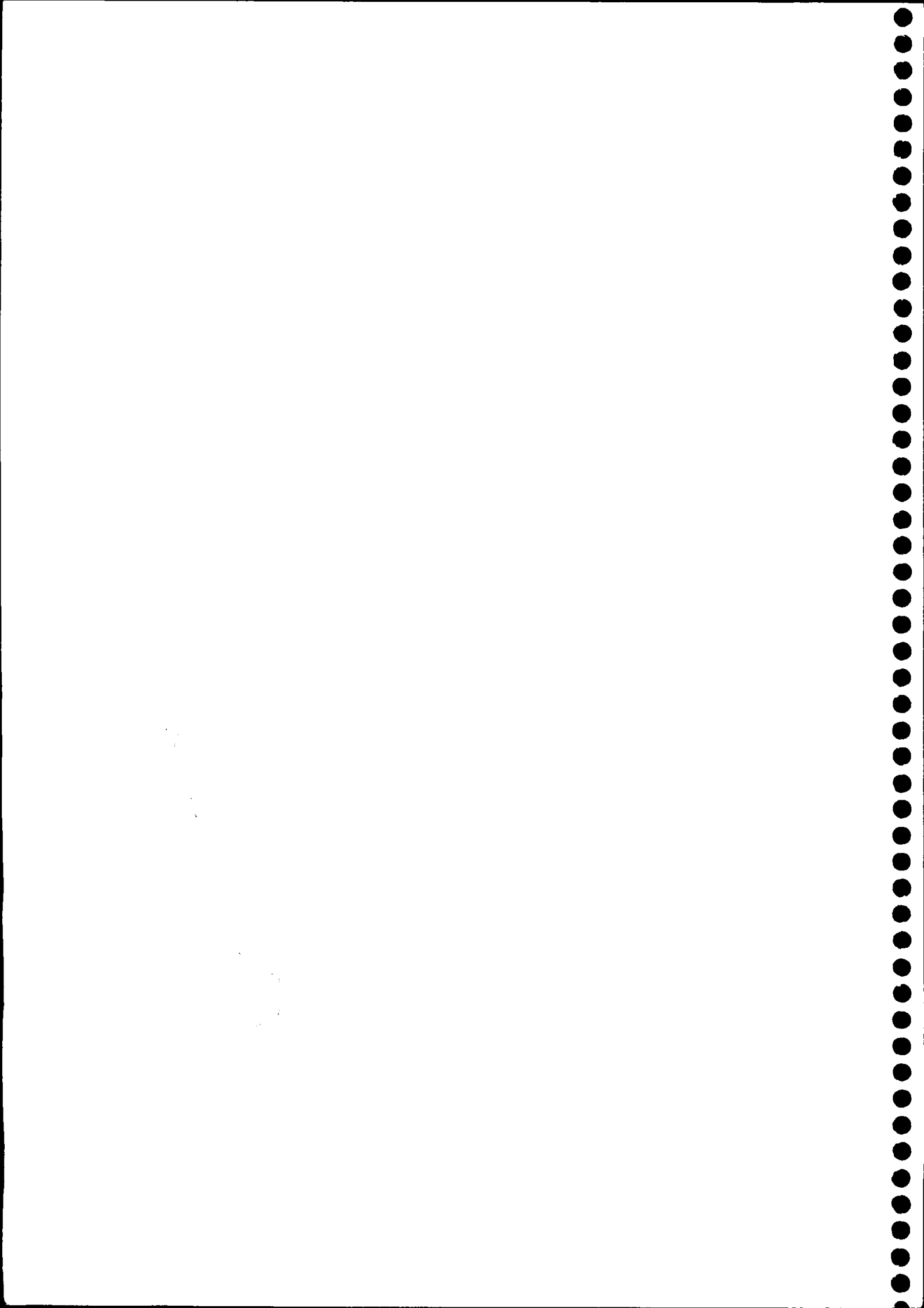
MARCELO SILVA DE LIMA
PREFEITO



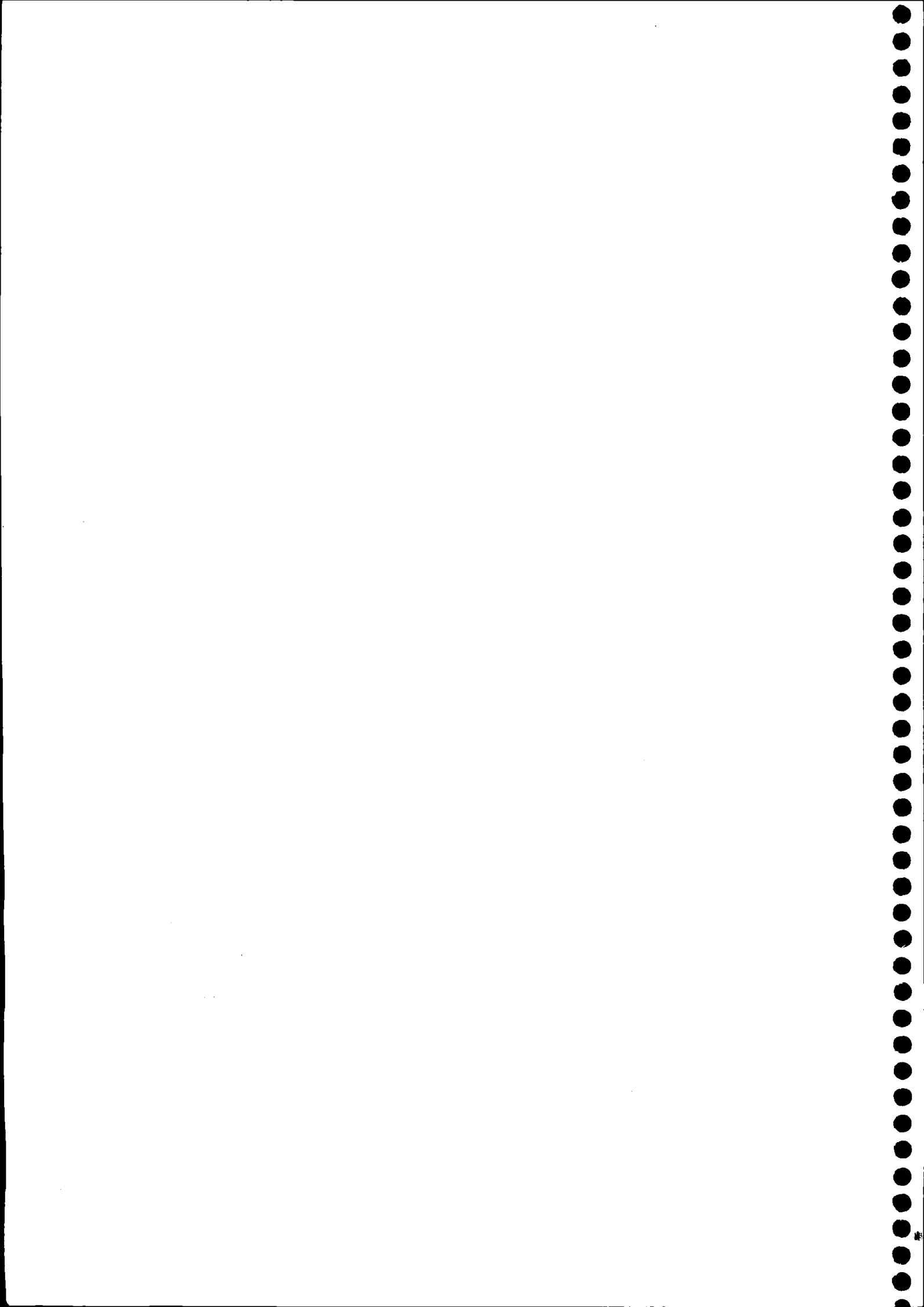
SUMÁRIO	Pág.
CAPÍTULO I	
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	07
CAPÍTULO II	
DAS NORMAS ADMINISTRATIVAS	08
SEÇÃO I	
DAS INFRAÇÕES	08
SEÇÃO II	
DAS PENALIDADES	09
SUBSEÇÃO I	
DAS MULTAS	09
SUBSEÇÃO II	
DA APREENSÃO, REMOÇÃO E DEVOLUÇÃO DE BENS	10
SUBSEÇÃO III	
DA INTERDIÇÃO DAS ATIVIDADES	12
CAPÍTULO III	
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	14
SEÇÃO I	
DA NOTIFICAÇÃO.....	14
SEÇÃO II	
DO AUTO DE INFRAÇÃO	15
SEÇÃO III	
DA DEFESA	16
SEÇÃO IV	
DA EXECUÇÃO DAS DECISÕES.....	17
SEÇÃO V	
DOS RECURSOS	18
CAPÍTULO IV	
DA ORDEM URBANA E DO SOSSEGO PÚBLICO.	18
SEÇÃO I	
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	18
SEÇÃO II	
DA ORDEM URBANA	18
SUBSEÇÃO I	
DA UTILIZAÇÃO DAS VIAS E LOGRADOUROS	18
SUBSEÇÃO II	
DO MOBILIÁRIO URBANO	19
SUBSEÇÃO III	
DOS FITEIROS, BANCAS, BARRACAS, PALANQUES e CORETOS	20
SUBSEÇÃO IV	
DA OCUPAÇÃO DOS LOGRADOUROS POR MESAS E CADEIRAS	24



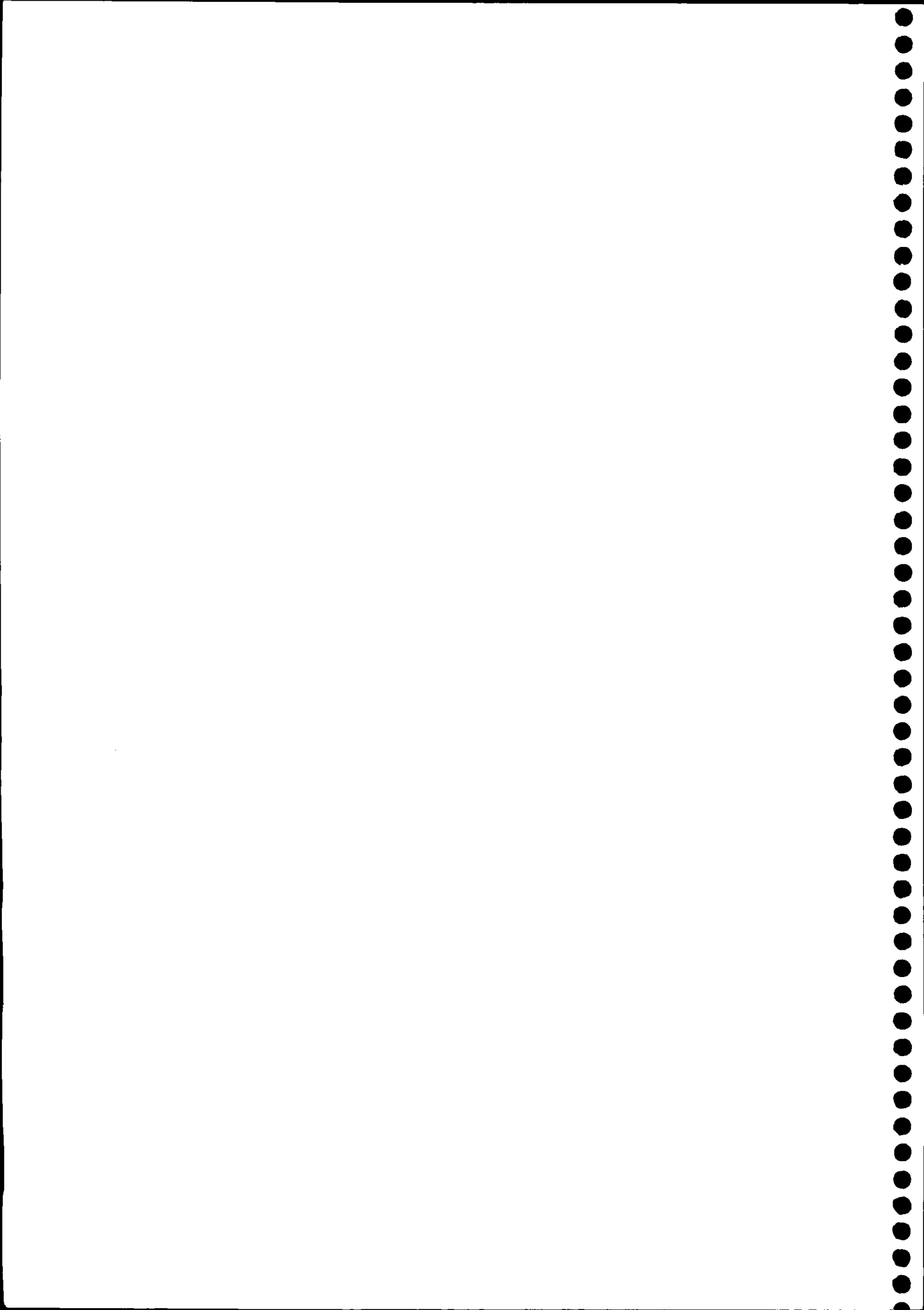
SUBSEÇÃO V DOS TOLDOS	24
SEÇÃO III DA PUBLICIDADE E PROPAGANDA EM GERAL	25
SEÇÃO IV DO SOSSEGO PÚBLICO	30
SUBSEÇÃO I DOS RESPONSÁVEIS	30
SUBSEÇÃO II DOS BARULHOS, RUÍDOS E ALGAZARRAS	31
SUBSEÇÃO III DOS DIVERTIMENTOS E FESTEJOS PÚBLICOS	33
SEÇÃO V DO FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E PRESTADORES DE SERVIÇOS, COOPERATIVAS, ASSOCIAÇÕES OU ENTIDADES DIVERSAS	36
SUBSEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	36
SUBSEÇÃO II DA LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO	37
SUBSEÇÃO III DA LICENÇA DE FUNCIONAMENTO	39
SUBSEÇÃO IV DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO	41
SUBSEÇÃO V DO COMÉRCIO EVENTUAL OU AMBULANTE	45
CAPÍTULO VI DA SEGURANÇA	48
SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	48
SEÇÃO II DAS CONSTRUÇÕES EM GERAL	49
SEÇÃO III DOS ELEVADORES E MONTA-CARGAS	51
SEÇÃO IV DO TRÂNSITO E DO TRÁFEGO PÚBLICOS	52
SUBSEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	52
SUBSEÇÃO II DAS ESTRADAS MUNICIPAIS	55
SUBSEÇÃO III DOS PONTOS DE ESTACIONAMENTO	56



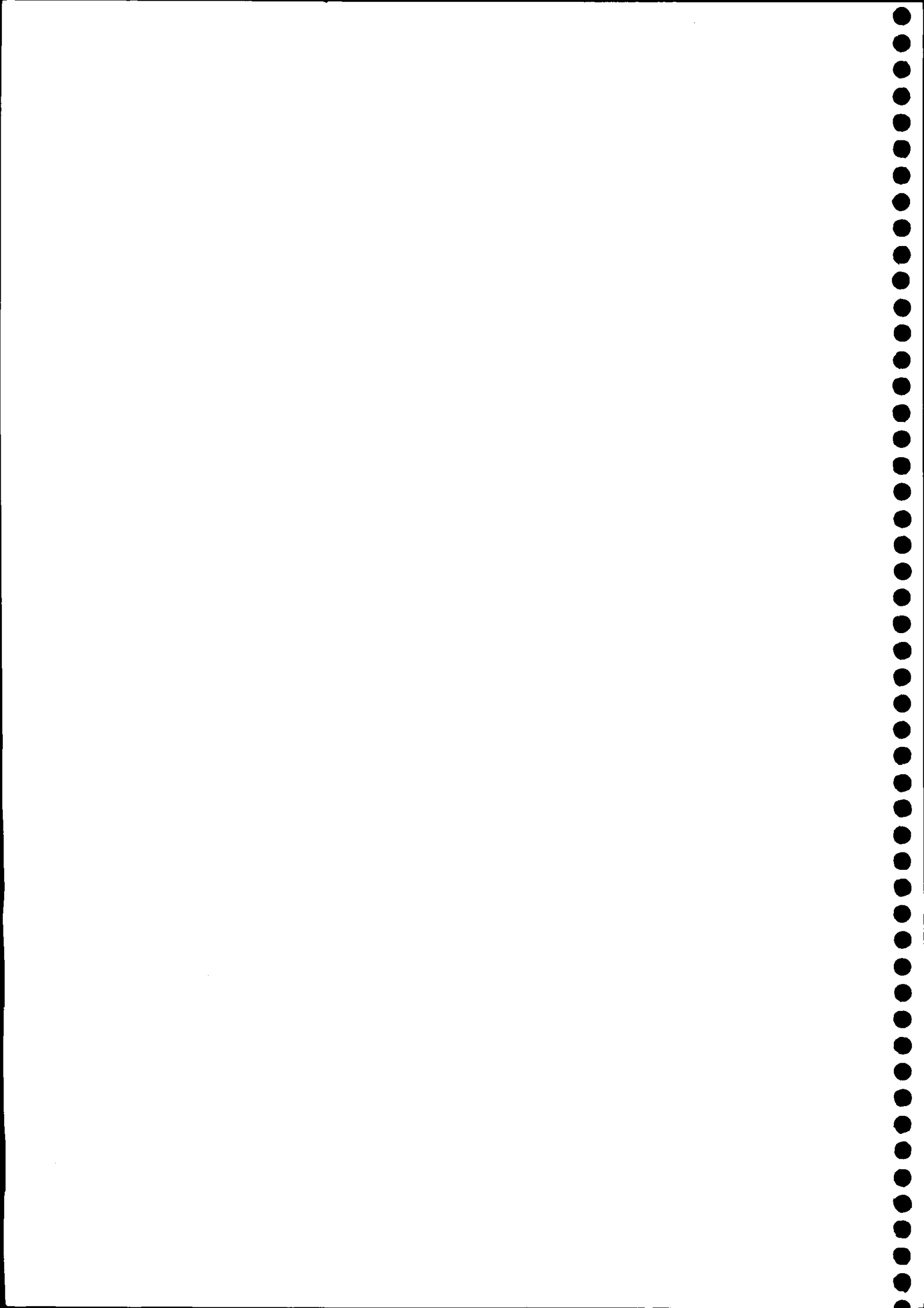
SUBSEÇÃO IV DA CIRCULAÇÃO DE ANIMAIS	57
SEÇÃO V DAS MEDIDAS REFERENTES AOS ANIMAIS DOMÉSTICOS	59
SEÇÃO VI DA EXTINÇÃO DE ANIMAIS NOCIVOS	60
SEÇÃO VII DOS INFLAMÁVEIS E EXPLOSIVOS	60
SUBSEÇÃO I DO TRANSPORTE DE EXPLOSIVOS E INFLAMÁVEIS	62
SUBSEÇÃO II DOS POSTOS DE ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS E SIMILARES	62
SEÇÃO VIII DA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS	63
SUBSEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	63
SUBSEÇÃO II DA LICENÇA PARA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS	64
CAPÍTULO VI DA HIGIENE PÚBLICA	66
SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	66
SEÇÃO II DA HIGIENE DAS VIAS E LOGRADOUROS	67
SEÇÃO III DA HIGIENE DAS EDIFICAÇÕES	68
SEÇÃO IV DA HIGIENE DOS ESTABELECIMENTOS EM GERAL	69
SUBSEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	69
SUBSEÇÃO II DOS ESTABELECIMENTOS DE GENEROS ALIMENTÍCIOS	70
SUBSEÇÃO III DOS AÇOUGUES E MATADOUROS	71
SUBSEÇÃO IV DOS BARES, RESTAURANTES, CAFÉS E SIMILARES	73
SUBSEÇÃO V DOS EDIFÍCIOS MÉDICO-HOSPITALARES	73
SUBSEÇÃO VI DOS BARBEIROS E CABELEIREIROS	74



SEÇÃO V DAS FUNERÁRIAS, NECROTÉRIOS, CAPELAS MORTUÁRIAS, VELÓRIOS E CEMITÉRIOS	75
SUBSEÇÃO I DOS CEMITÉRIOS	75
SUBSEÇÃO II DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS	80
SUBSEÇÃO III DAS CASAS FUNERÁRIAS	80
SUBSEÇÃO IV DOS NECROTÉRIOS	81
SUBSEÇÃO V DAS CAPELAS	81
SEÇÃO VI DOS LOCAIS DE CULTO	82
SEÇÃO VII DAS PISCINAS PÚBLICAS	82
SEÇÃO VIII DO CONTROLE DAS ÁGUAS E DO SISTEMA DE ELIMINAÇÃO DE RESÍDUOS	83
SUBSEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	83
SUBSEÇÃO II DAS ÁGUAS CORRENTES	84
SEÇÃO IX DA HIGIENE DOS IMÓVEIS NÃO EDIFICADOS	85
SUBSEÇÃO I DOS FERROS VELHOS	86
SUBSEÇÃO II DOS IMÓVEIS LOCALIZADOS NA ZONA RURAL	86
SEÇÃO X DO MERCADO PÚBLICO, DAS FEIRAS LIVRES, DE COMIDAS TÍPICAS, DE ARTESANATO E SIMILARES	87
SEÇÃO XI DOS PESOS E MEDIDAS	88
SEÇÃO XII DA INSTALAÇÃO E LIMPEZA DAS FOSSAS SÉPTICAS	89
SEÇÃO XIII DO ACONDICIONAMENTO, REMOÇÃO, CONTROLE, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DO LIXO	89
SUBSEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	89



SUBSEÇÃO II DO LIXO ESPECIAL	91
SUBSEÇÃO III DO LIXO INDUSTRIAL	93
CAPÍTULO VII DA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	93
SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	93
SEÇÃO II DA PRESERVAÇÃO DO AR	96
SEÇÃO III DA PRESERVAÇÃO DO SOLO	96
SEÇÃO IV DA FAUNA E DA FLORA	97
SEÇÃO V DA ARBORIZAÇÃO PÚBLICA E DA PRESERVAÇÃO VEGETAL	97
SEÇÃO VI DAS QUEIMADAS E DOS CORTES DE PASTAGENS	99
SEÇÃO VII DOS PRODUTOS AGROTÓXICOS	99
CAPÍTULO VIII DAS NORMAS PARA IMÓVEIS	100
SEÇÃO I DOS PASSEIOS, MUROS E CERCAS	100
SEÇÃO II DA NUMERAÇÃO DOS PRÉDIOS	101
CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS.	103
CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	104





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA
Praça da Matriz, 08 – Centro – Fone: (82) 641.1178 – C.G.C.: 12.224.895/0001-27

LEI Nº871 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2005.

EMENTA: Dispõe sobre as normas disciplinadoras e as medidas de polícia administrativa do Município de Delmiro Gouveia, relacionadas à segurança, à higiene, à localização e ao funcionamento dos estabelecimentos, à ordem urbana, à preservação do meio ambiente e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Delmiro Gouveia**, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO a seguinte LEI:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Este Código de Posturas do Município de Delmiro Gouveia contém as medidas de polícia administrativa a cargo do Município e visa o **bem estar** da população em geral, garante, nos termos da Lei, o direito individual e, fundamentado no poder de polícia da Administração Municipal, determina as relações jurídicas entre o poder local e os seus munícipes, disciplinando-as, observando, concomitantemente, as legislações estadual e federal relativas à matéria.

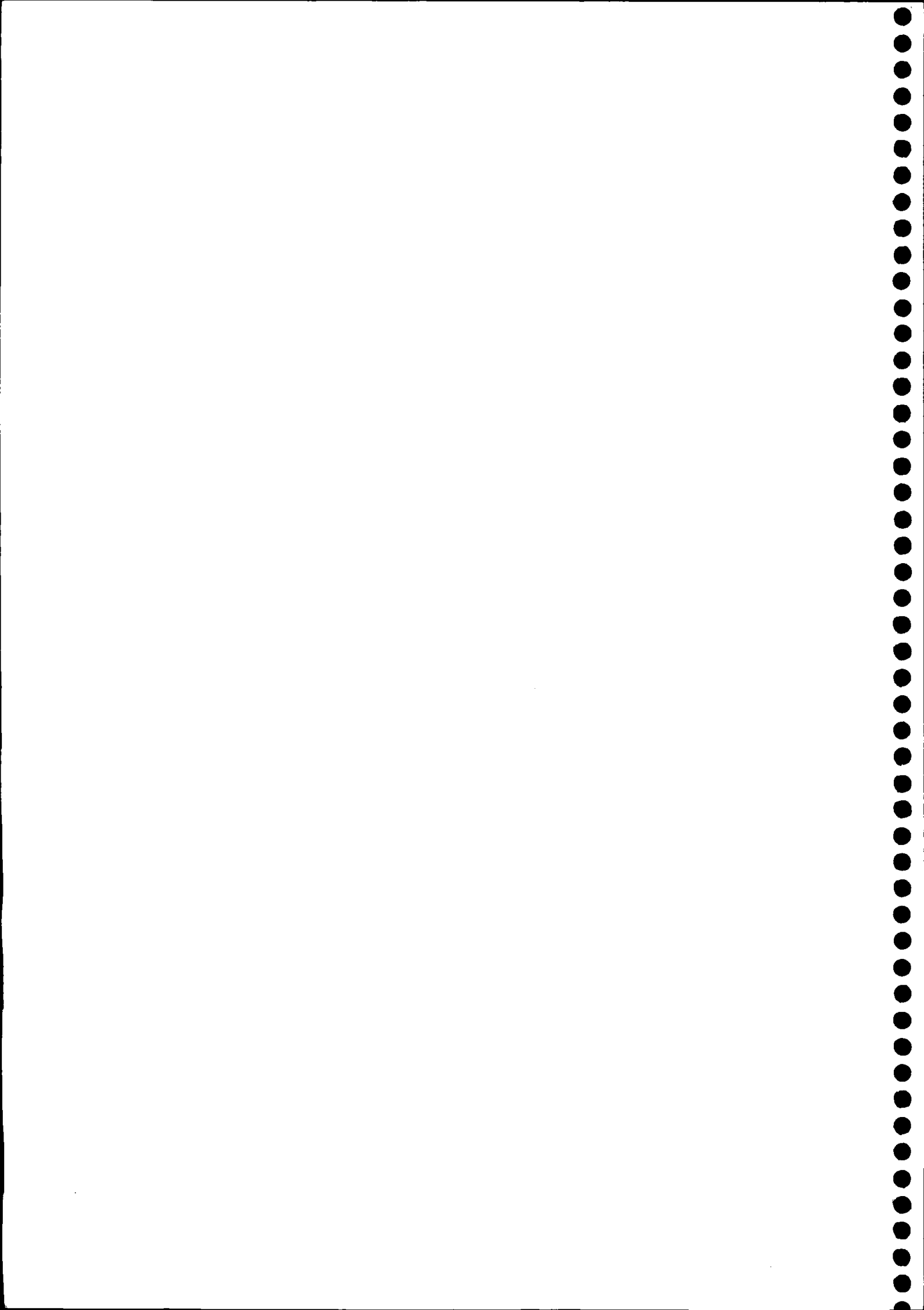
§ 1º. Para efeitos deste Código, **bem estar** está inserido sob o enfoque da função social da Cidade, de acordo com o determinado no Estatuto da Cidade - Lei 10.257/01, instrumento esse no qual se busca garantir a preservação do patrimônio ambiental e cultural e o crescimento ordenado e harmônico da Cidade.

§ 2º. Para os efeitos deste Código, as expressões Administração Municipal e Prefeitura se equivalem.

Art. 2º. As normas que estarão fundamentadas no poder de polícia da Administração Municipal determinam os parâmetros referentes a:

- I. processo administrativo – Notificação, Infração e penalidades;
- II. ordem urbana e sossego público;
- III. funcionamento dos estabelecimentos e seu licenciamento;
- IV. segurança pública;
- V. higiene pública e privada;
- VI. meio ambiente;
- VII. posturas urbanas.

Art. 3º. Os parâmetros estabelecidos por este Código são de compulsória observação por todas as pessoas físicas e jurídicas que desenvolvam funções urbanas no território do Município, as quais se obrigam ao cumprimento de suas determinações sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa.



Parágrafo único. O exercício de atividades, relativas às funções urbanas, no território do Município estará condicionado à Autorização da Administração Municipal através de Concessão de Licença, onerosa ou não, que será única, pessoal e transferível apenas com anuência prévia.

Art. 4º. As funções relativas à execução das normas aqui estabelecidas, assim como à aplicação das restrições previstas serão exercidas pelos órgãos da Administração Municipal de acordo com sua competência - orgânica, funcional, estatutária, outorgada ou delegada, pelo Prefeito, aos seus auxiliares diretos e pelos servidores públicos municipais.

Parágrafo único. Aos casos omissos, ou que gerem dúvidas quanto à aplicação deste Código, aplicam-se às disposições concernentes aos análogos e, não as havendo, os Princípios Gerais de Direito sendo os mesmos resolvidos pelo órgão competente específico à natureza do caso, e no caso de reincidências, o órgão responsável deverá desenvolver estudos com o intuito de elaborar projeto de lei normatizando o assunto, no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar de sua ocorrência.

Art. 5º. Os prazos constantes neste Código serão contados em dias úteis, neles não se incluindo o dia do recebimento da Notificação, do Auto de Infração, do Auto de Apreensão e de Remoção de Bens e Documentos ou do Auto de Interdição.

Parágrafo único. Considera-se antecipado o prazo até o último dia útil anterior, se o vencimento cair em feriado, sábados e domingos, ou em dia em que:

- I. for determinado o fechamento do prédio no qual funciona a Administração Municipal;
- II. o expediente na Administração Municipal for encerrado antes do horário normal;
- III. a Administração Municipal terá o prazo de 7 (sete) dias úteis, a partir da data de protocolo da consulta prévia para decidir sobre o pedido de expedição de Licença, ou para informação sobre quaisquer processos.

CAPÍTULO II

DAS NORMAS ADMINISTRATIVAS

SEÇÃO I

DAS INFRAÇÕES

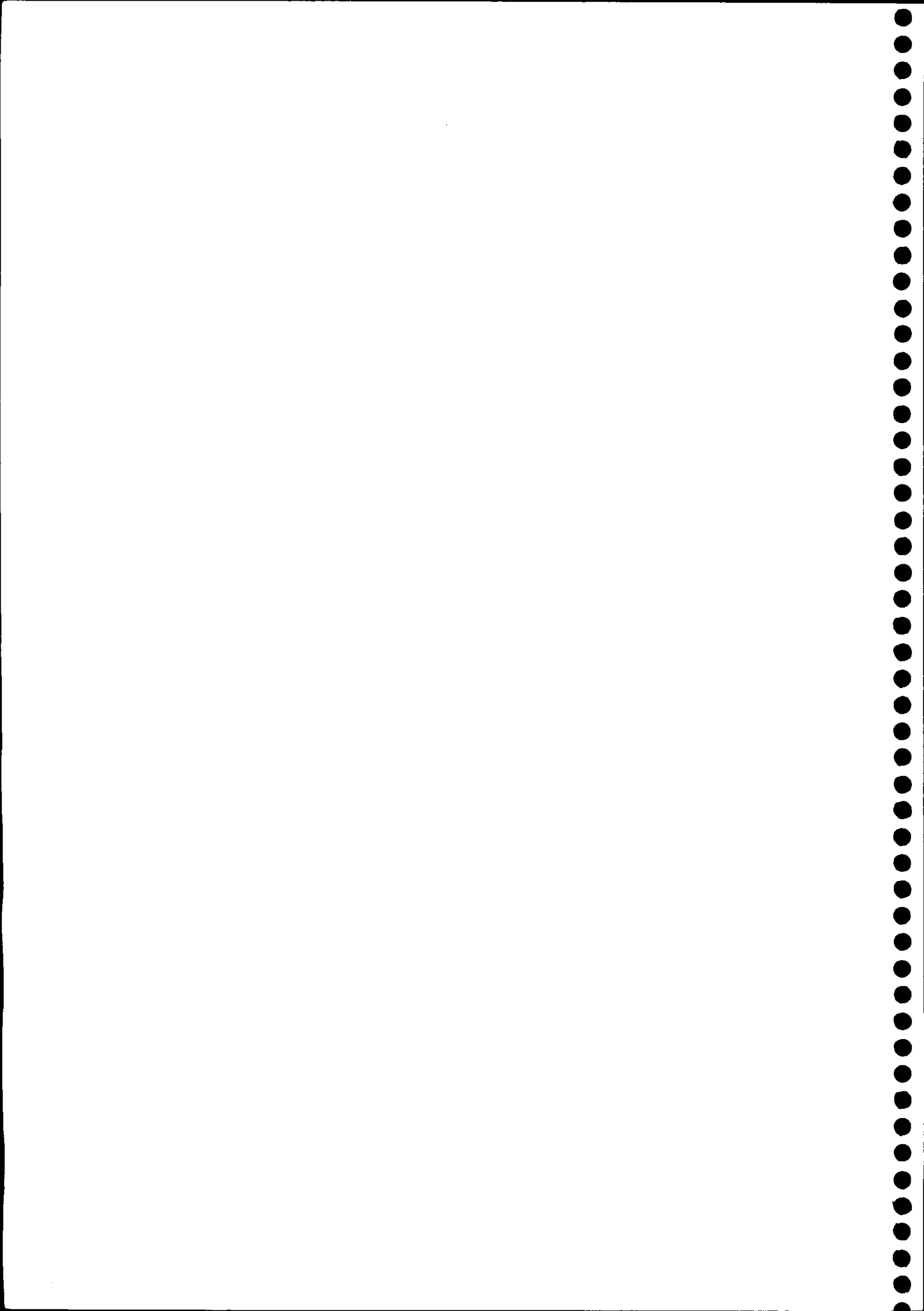
Art. 6º. Constitui Infração passível de penalidade, qualquer ação ou omissão - voluntária ou não - que contrarie disposições deste Código, da Lei de Uso e Ocupação do Solo, do Código de Obras e Instalações, do Código Tributário Municipal, dos Códigos Sanitários do Município e do Estado, do Código de Meio Ambiente Municipal, das legislações: federal, estadual, municipal e demais normas correlatas, de outras leis, códigos, decretos, resoluções, portarias ou Atos da Administração Municipal, no uso de seu poder de polícia.

Art. 7º. Infrator é todo aquele que cometer, constranger, induzir, coagir ou auxiliar alguém na prática de Infração, e também os responsáveis pela execução das leis, códigos, decretos, resoluções, portarias ou Atos que, tendo conhecimento do Ato ou do fato irregular e/ou ilegal deixarem de atuar o Infrator.

§ 1º. Não estão sujeitos às penalidades deste Código:

- I. os incapazes, na forma da Lei Civil que cometerem a Infração;
- II. os que forem coagidos a praticá-la.

§ 2º. A pena decorrente da Infração cometida por quaisquer dos Agentes a que se refere o parágrafo anterior recairá sobre o responsável, na forma da Lei Civil e sobre o co-autor a qualquer título, e especificamente:



- I. sobre os pais, tutores ou pessoas em cuja guarda estiver o menor;
- II. sobre o curador ou pessoas sob cuja guarda estiver o incapaz;
- III. sobre aquele que der causa à contravenção forçada.

SEÇÃO II DAS PENALIDADES

Art. 8º. Sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal e/ou administrativa cabíveis e independentemente das que possam estar previstas no Código Tributário Municipal, as infrações aos dispositivos deste Código serão punidas com penalidades de acordo com o Art. 9º deste Código.

Art. 9º. As infrações, além de imporem a obrigação de cumprir as determinações deste Código, implicarão na aplicação das seguintes penalidades:

- I. pecuniárias, através da aplicação de Multa, pelo fazer, desfazer ou não fazer;
- II. apreensão e Remoção dos Bens e/ou Documentos – materiais, produtos ou mercadorias e de animais;
- III. interdição das Atividades Econômicas.

§ 1º. A critério da Administração Municipal as penalidades poderão ser aplicadas alternadas ou cumulativamente observados os limites estabelecidos.

§ 2º. A critério da Administração Municipal os valores das multas poderão ser reduzidos em até 50% (cinquenta por cento), desde que fundamentada a decisão.

Art. 10. Estará sujeito às penalidades de Apreensão e Remoção dos Bens e/ou Documentos e de Interdição das Atividades todo aquele que exercer atividades sem a devida Licença de Localização, de Funcionamento, ou quaisquer outras tratadas neste Código.

Parágrafo único. Os bens apreendidos nessas condições serão doados a instituições de assistência social, devidamente constituídas, ou serão vendidos em leilão público, se não forem observadas as exigências e os prazos determinados deste Código para a Regularização da situação ou do resgate.

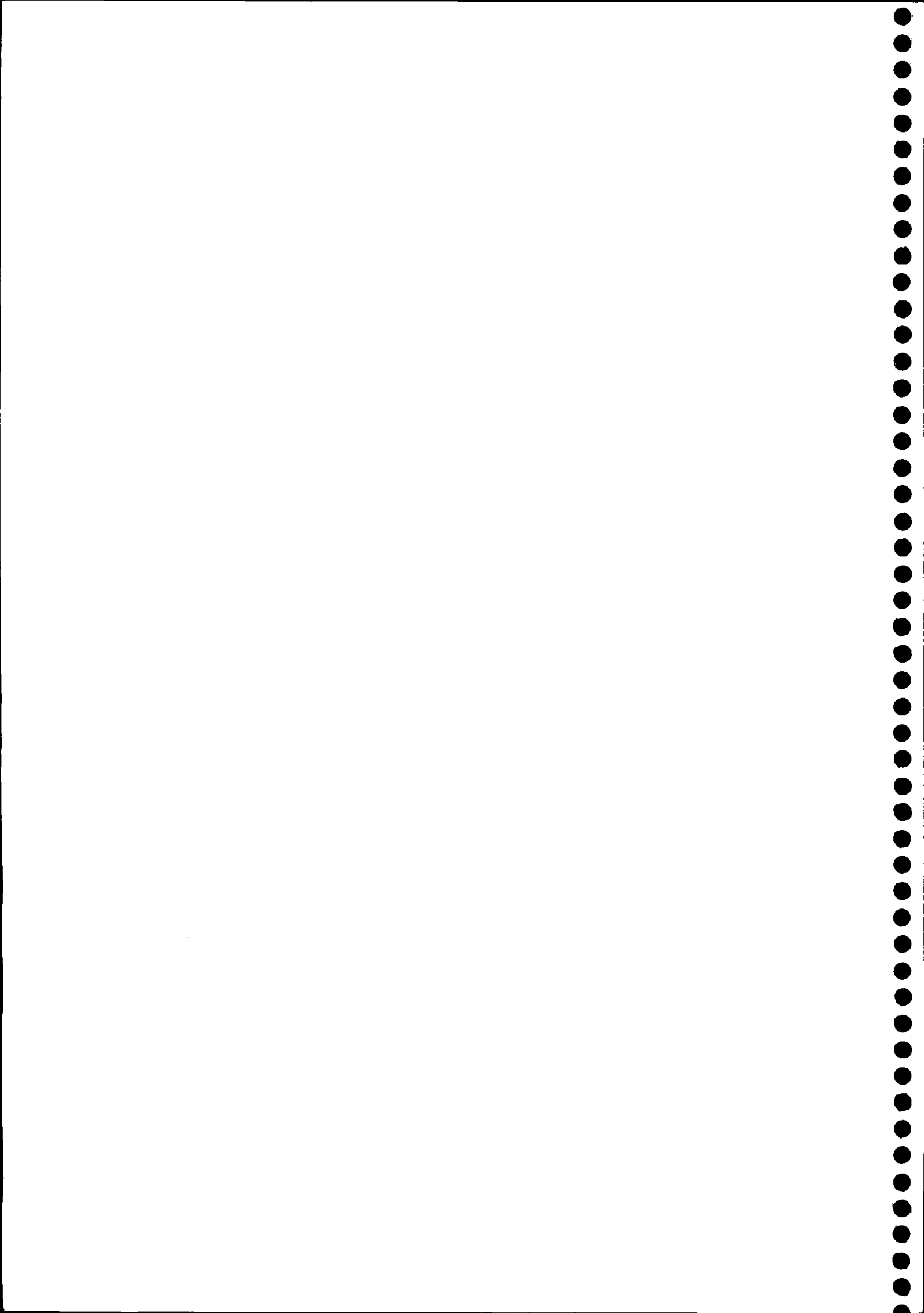
SUBSEÇÃO I DAS MULTAS

Art. 11. Se o Infrator se recusar a quitar, no prazo legal, a Multa, regularmente imposta pelos meios hábeis e resultantes de Processo Administrativo, a mesma será inscrita em Dívida Ativa do Município, acrescida de atualização monetária, encargos legais e juros moratórios.

Parágrafo único. As penalidades pecuniárias inscritas em Dívida Ativa estarão sujeitas à execução fiscal.

Art. 12. Os Infratores inscritos em Dívida Ativa, por obrigações oriundas da não observância das normas deste Código, estarão sujeitos ainda às seguintes restrições:

- I. não poderão receber quaisquer quantias ou créditos a que tenham direito com a Administração Municipal;
- II. não poderão participar de Licitação;
- III. não poderão celebrar contratos ou outros termos de quaisquer naturezas;
- IV. não poderão transacionar, sob quaisquer títulos, com a Administração Municipal, incluindo a obtenção de Licença, Autorização, Permissão, Concessão e de outros instrumentos administrativos de igual natureza.



Art. 13. Nas reincidências de Infração de igual natureza, as Multas serão aplicadas em dobro e de forma proporcional às mesmas.

§ 1º. Reincidente é aquele que foi Autuado e foi punido por ter violado quaisquer preceitos deste Código e demais normas correlatas, durante o período de 18 (dezoito) meses por mais de uma vez.

§ 2º. Considera-se Infração de igual natureza aquela relativa a um mesmo Artigo deste Código e demais normas correlatas, praticada pela mesma pessoa física ou jurídica, depois da condenação definitiva pela Infração anterior.

Art. 14. As Multas impostas por desrespeito a este Código serão calculadas em moeda corrente e atualizadas com base no IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo do Governo Federal ou outro índice que venha substituí-lo, vigente na data em que forem aplicadas.

§ 1º. As Multas serão impostas de forma gradual mínima, média, máxima e deverão observar:

- I. a maior ou menor gravidade da Infração;
- II. as suas circunstâncias atenuantes ou agravantes.

§ 2º. As Multas a serem aplicadas estarão discriminadas em Anexo constante do Código Tributário do Município.

§ 3º. As proibições determinadas neste Código têm aplicação imediata e os casos específicos serão ressalvados.

§ 4º. A graduação das Multas entre os seus limites máximos e mínimos conforme estabelecido neste Código será regulamentado por Decreto do executivo municipal e levará em consideração:

- I. os antecedentes do Infrator com relação às disposições deste Código;
- II. sua conduta como munícipe.

§ 5º. Aplicada a Multa, não fica o Infrator desobrigado do cumprimento da exigência que a houver determinado.

SUBSEÇÃO II

DA APREENSÃO, REMOÇÃO E DEVOLUÇÃO DE BENS

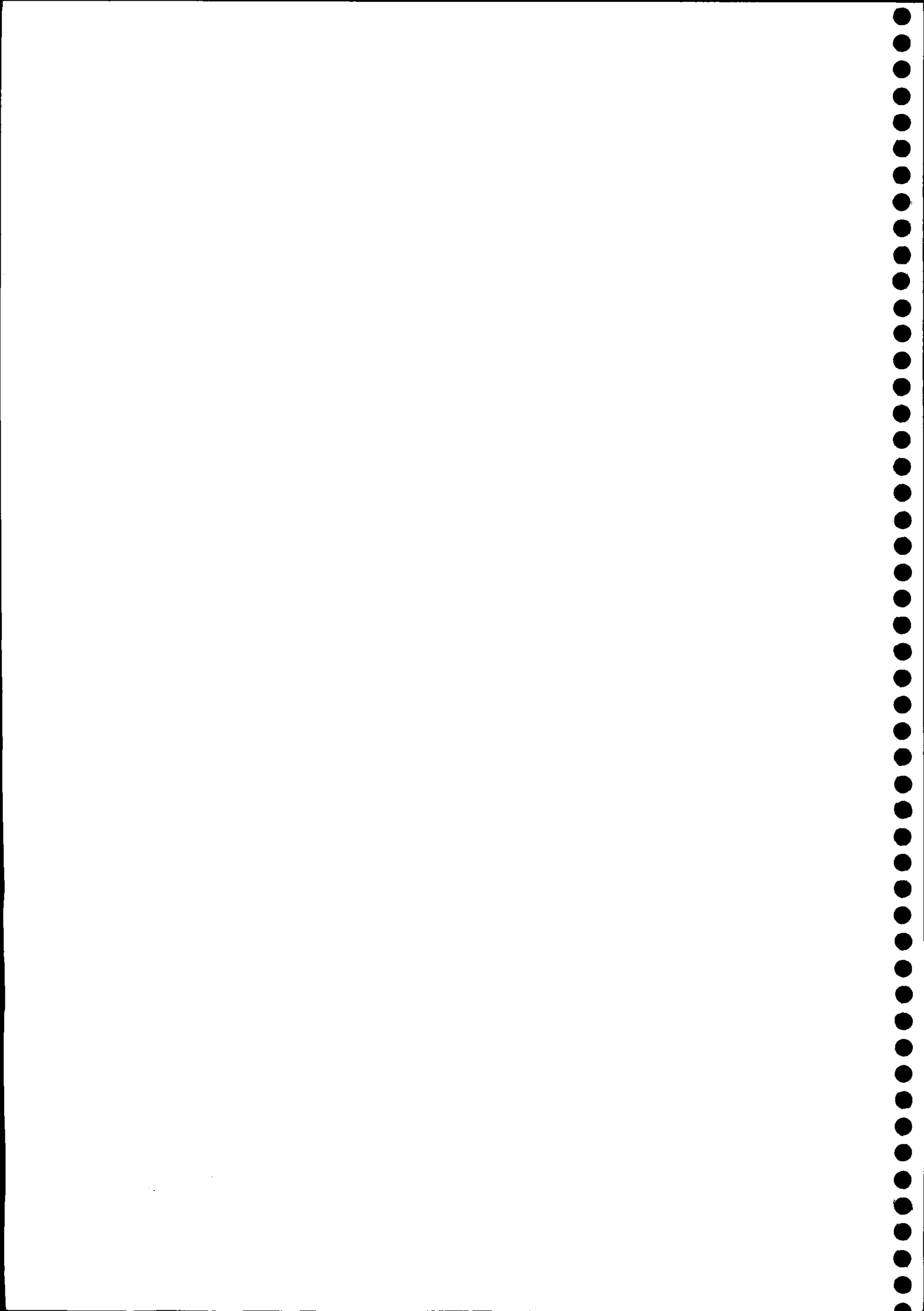
Art. 15. A Apreensão consiste na tomada dos bens e/ou documentos que constituírem prova material de Infração às normas deste Código e demais normas correlatas.

Parágrafo único. Na Apreensão lavrar-se-á, inicialmente, o Auto de Apreensão e Remoção que conterà a descrição dos bens e/ou documentos apreendidos e a indicação do lugar onde ficarão depositados e, posteriormente, serão tomados os demais procedimentos previstos no processo de execução das penalidades.

Art. 16. A Remoção consiste na transferência de documentos e/ou bens – material, mercadorias ou produtos – e de animais, para o Depósito Municipal, ou local predeterminado, sob a Guarda da Administração Municipal, desde que não exista impedimento legal consubstanciado em legislação específica de caráter municipal, estadual ou federal.

Parágrafo único. Na hipótese da Remoção ser realizada, inclusive se por terceiros, essa será onerosa para o Infrator que deverá ressarcir os custos com a mesma, independentemente da aplicação de Multa.

Art. 17. O Auto de Apreensão e Remoção confeccionado tipograficamente em 03 (três) vias, carbonadas e serrilhadas, numeradas e seriadas, conterà:



- I. o dia, mês, ano, hora e local em que foi lavrado;
- II. o nome, o cargo, a assinatura e a matrícula do servidor(a) designado(a) pela Administração Municipal que o lavrou;
- III. a descrição, com toda clareza, dos bens apreendidos;
- IV. razão social e/ou o nome do Infrator e endereço do estabelecimento;
- V. a indicação do local onde os bens apreendidos ficarão depositados;
- VI. determinação de prazo para o comparecimento e a retirada dos bens apreendidos, para o pagamento de Multa imposta e para Regularização da situação;
- VII. a assinatura do proprietário, preposto, representante, ou responsável Autuado dando ciência ao Auto de Apreensão e Remoção;
- VIII. a assinatura de 02 (duas) testemunhas, no caso de recusa do Infrator em apor sua assinatura no Auto;
- IX. outros dados considerados necessários.

§ 1º. A 1ª (primeira) via do Auto de Apreensão e Remoção será assinada pelo Servidor(a) designado(a) pela Administração Municipal e após a assinatura do proprietário ou do preposto, representante ou responsável, a mesma deverá ser entregue ao Infrator.

§ 2º. Quando os bens apreendidos não se prestarem para Guarda e/ou Depósito pela Administração Municipal, ou quando a Apreensão se realizar nos Distritos e na Zona Rural, poderão ter como Fiel Depositário, o próprio interessado ou terceiros considerados idôneos, observadas as formalidades legais e as descritas no Parágrafo 3º deste Artigo.

§ 3º. No caso dos bens serem deixados sob a responsabilidade de Fiel Depositário deverá ser expedido Termo de Responsabilidade, onde serão especificados todos os bens, os respectivos quantitativos e os procedimentos a serem adotados para cumprimento ao disposto no Auto de Apreensão e Remoção, devendo:

- I. a 1ª (primeira) via do **Auto de Apreensão e Remoção** será assinada pelo Servidor(a) designado(a) pela Administração Municipal e após a assinatura do proprietário ou do preposto, representante ou responsável a mesma deverá ser entregue ao Infrator;
- II. a 1ª (primeira) via do **Termo de Responsabilidade** será assinada pelo Servidor(a) designado(a) pela Administração Municipal e após a assinatura do proprietário, preposto, representante, responsável, ou do terceiro considerado idôneo, a mesma deverá ser entregue ao Infrator.

§ 4º. A devolução dos bens apreendidos somente será efetivada mediante Requerimento devidamente instruído e processados e somente se fará após o pagamento relativo às Multas e às despesas realizadas com a Remoção, o Depósito e a manutenção, se houver.

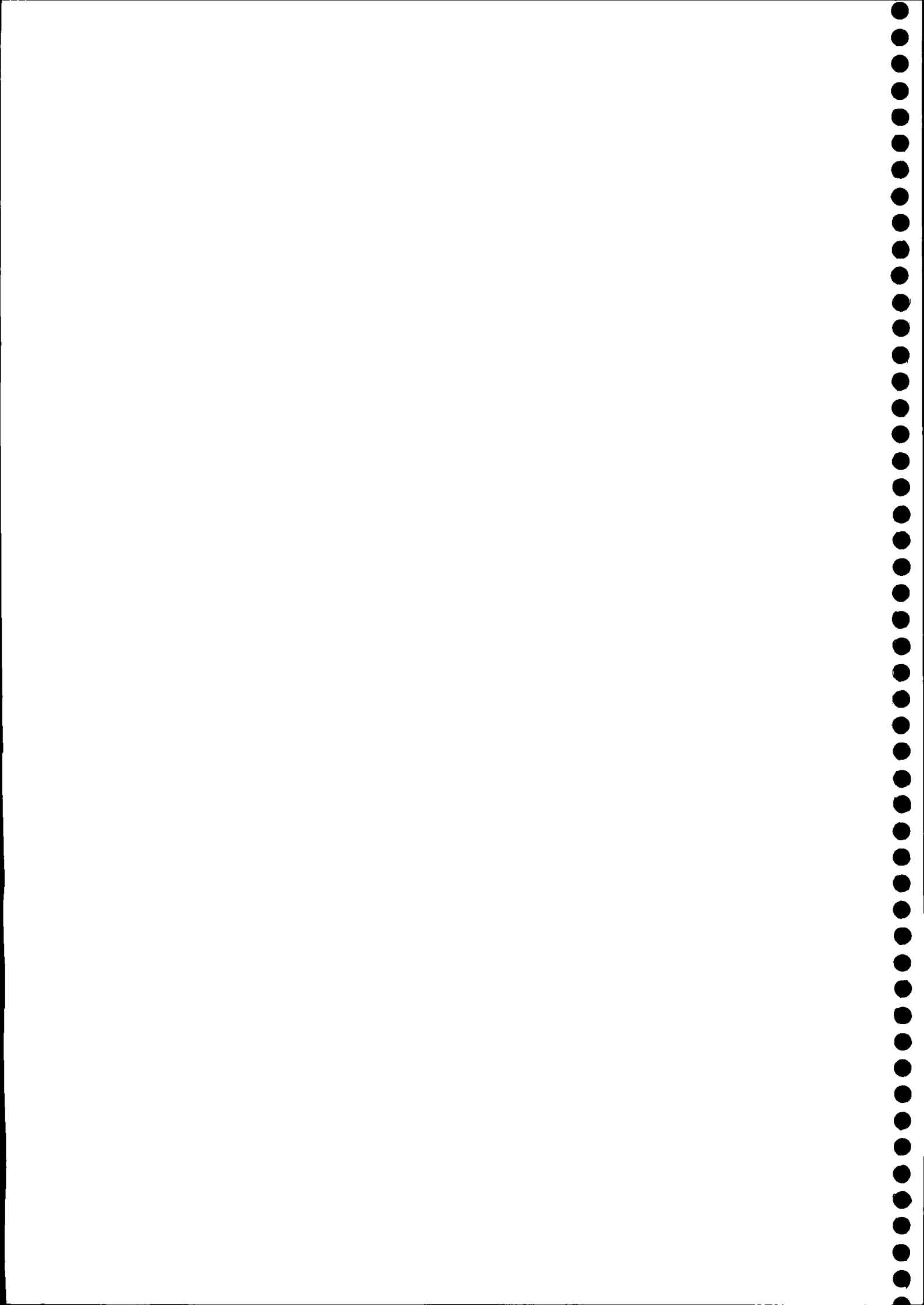
§ 5º. Será concedido ao proprietário, preposto, representante ou responsável, o prazo de até 05 (cinco) dias corridos contados da emissão do Auto de Apreensão e Remoção, no caso do Parágrafo 2º deste Artigo, para que o Infrator regularize a situação e atenda às determinações deste Código e demais normas correlatas.

§ 6º. Caso o prazo do Parágrafo anterior não seja observado, a Administração Municipal apreenderá os bens, objetos do Auto de Apreensão e Remoção emitidos, e providenciará a sua doação para instituições de assistência social devidamente constituídas e tornando-se impróprios à utilização, serão os mesmos inutilizados e/ou incinerados.

§ 7º. Os bens apreendidos, que se encontrarem em perfeito estado, excetuando-se os casos previstos no Parágrafo 2º deste Artigo, que não forem resgatados no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da emissão do Auto de Apreensão e Remoção serão vendidos em leilão público, ou doados para instituições de assistência social, devidamente constituídas; se impróprias deverão ser incineradas.

§ 8º. O prazo determinado no parágrafo anterior poderá ser prorrogado, uma única vez, a critério da Administração Municipal, por mais 30 (trinta) dias.

§ 9º. A importância apurada com a venda dos bens em leilão público será aplicada na quitação das Multas e no pagamento das despesas realizadas com a Remoção, o Depósito e a manutenção, se houver, cabendo ao proprietário, preposto, representante ou responsável,



mediante Requerimento, o direito de receber o saldo, em espécie, ou o saldo dos objetos leiloados, podendo a Administração Municipal doá-los a instituições de assistência social, devidamente constituídas.

§ 10º. A Infração que provocou a penalidade, se não regularizada no prazo de até 30 (trinta) dias, exceto Parágrafo 2º, caracterizará reincidência e ao Infrator reincidente não será concedido mais qualquer prorrogação do prazo e não será mais emitido Termo de Responsabilidade em seu nome ou em nome de terceiros e a doação para instituições de assistência social, devidamente constituída, far-se-á em 24 (vinte e quatro) horas após a expiração do prazo concedido.

§ 11º. Não caberá, em quaisquer casos, responsabilidades à Administração Municipal nos casos de perecimento de bens apreendidos, salvo, se a Apreensão e Remoção tenham se dado indevidamente.

Art. 18. Tratando-se de venda ilegal de substâncias explosivas, entorpecentes, tóxicas e/ou nocivas à saúde, a Administração Municipal, além da autuação do Infrator deverá comunicar o fato à Polícia Estadual e Federal.

Parágrafo único. Verificada a hipótese prevista no *caput* do Artigo, a Administração Municipal remeterá ao órgão federal ou estadual competente cópia do Auto de Infração e/ou Apreensão, quando for o caso.

Art. 19. Quando a Apreensão recair sobre produtos deterioráveis ou perecíveis, o Infrator terá o prazo de 03:00 (três) horas para retirá-los, após o que serão doados para entidades assistenciais devidamente constituídas.

Parágrafo único. Verificado que os produtos apreendidos não se prestam para o consumo, proceder-se-á à sua eliminação, mediante lavratura de Termo próprio e através de incineração.

SUBSEÇÃO III

DA INTERDIÇÃO DAS ATIVIDADES

Art. 20. O processo de Interdição de Atividades poderá ser iniciado:

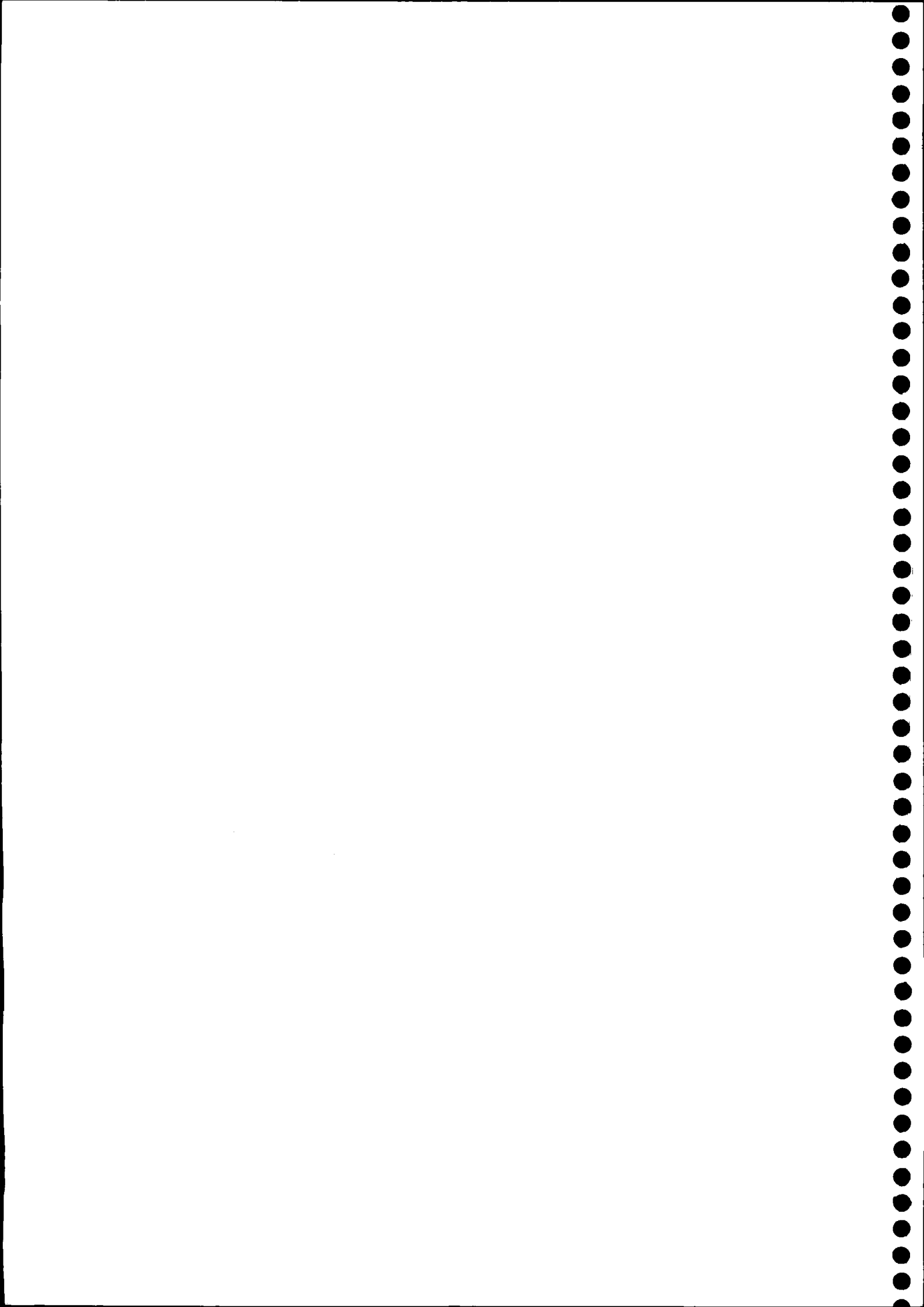
- I. "ex-officio";
- II. por solicitação de autoridade competente, comprovados os motivos da solicitação;
- III. por munícipes que se sintam prejudicados por determinado estabelecimento devendo fazê-lo por escrito.

Parágrafo único. Nenhuma Licença de Funcionamento poderá ser cancelada sem que antes tenha dado ao Infrator o amplo direito de Defesa.

Art. 21. Constatada qualquer irregularidade, nos estabelecimentos comerciais, industriais, prestadores de serviço e produção, de que fala este Código, os responsáveis serão imediatamente Notificados para saná-los no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 22. Decorrido o prazo concedido, o Servidor(a) designado(a) pela Administração Municipal retomarà ao estabelecimento e, se for constatado que o fato que deu origem à Notificação não foi sanado, deverá lavrar o Auto de Infração, fazendo também um Relatório detalhado da situação em que se encontra o estabelecimento o qual deverá ser encaminhado ao seu superior hierárquico.

§ 1º. Persistindo a irregularidade, dar-se-á início ao procedimento para cancelamento da Licença de Localização e a de Funcionamento, se houver, devendo ser encaminhado ao Infrator *Ofício* onde constem os motivos do cancelamento, dando-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar Defesa, por escrito.



§ 2º. Uma vez apresentada a Defesa, a mesma será instruída e encaminhada ao Secretário da pasta específica ao caso e competente para o devido julgamento.

§ 3º. Sendo favorável, o Infrator poderá continuar suas atividades, devendo legalizar e/ou regularizar a situação.

§ 4º. Em caso de Indeferimento, será dada ciência ao Infrator, de acordo com o estabelecido neste Código, após o que o processo será encaminhado à Secretaria de Economia e Finanças para elaboração do Decreto de Cancelamento das Licenças de Localização e de Funcionamento.

§ 5º. Após a publicação do Decreto, será dado ao Infrator o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para preparar o estabelecimento para ser Interditado.

§ 6º. Vencido o prazo, o Servidor(a) designado(a) pela Administração Municipal, com o apoio da polícia, farão o lacre do estabelecimento, deixando, inclusive, afixado na porta do estabelecimento o Termo de Lacre, devidamente assinado pelo Secretário da pasta respectiva.

Art. 23. Cabe ao Servidor(a) designado(a) pela Administração Municipal - de tributos municipais, de obras, de posturas, de serviços de saúde, de agricultura, de turismo e cultura, de meio ambiente - cumprir e fazer cumprir as determinações deste Código, bem como orientar os munícipes quanto à sua observância.

§ 1º. Quando necessário, o Servidor(a) designado(a) pela Administração Municipal poderá solicitar a colaboração de órgãos técnicos federais, estaduais ou municipais.

§ 2º. O Servidor(a) designado(a) pela Administração Municipal tem livre acesso aos estabelecimentos e aos locais em que deva atuar para o exercício de suas funções.

§ 3º. Nos casos de resistência ou de desacato, o Servidor(a) designado(a) pela Administração Municipal, no exercício de suas funções e quando necessário, poderá requisitar o apoio policial, devendo comunicar imediatamente o fato ao seu superior hierárquico.

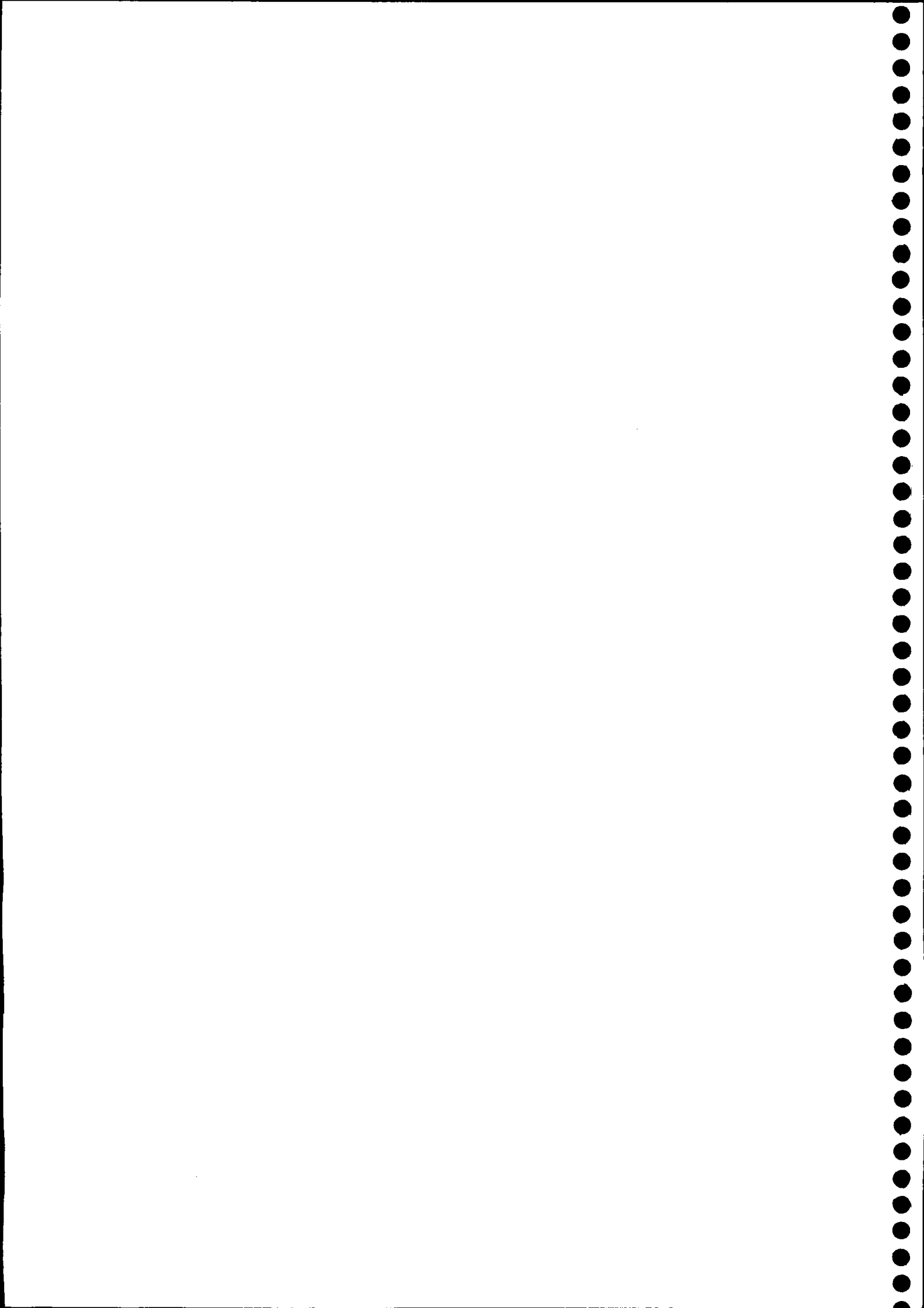
Art. 24. As Vistorias relativas à preservação da saúde, higiene, segurança, bem-estar ou sossego público e meio ambiente, necessárias ao cumprimento das determinações deste Código, serão realizadas pelos órgãos competentes da Administração Municipal e/ou por terceiros por ela selecionados.

§ 1º. As Vistorias serão efetivadas sempre na presença do proprietário, preposto, representante, responsável ou interessado.

§ 2º. Quando a Vistoria tiver por objetivo a Concessão e emissão da Licença de Localização ou da Licença de Funcionamento e for inviabilizada por quem a requereu, a realização de segunda Vistoria dependerá de novo Requerimento e de novo pagamento da taxa respectiva.

§ 3. As Vistorias, realizadas pela Administração Municipal, deverão abranger todos os aspectos do estabelecimento ou do local a ser Vistoriado e no caso de ser constatada qualquer irregularidade, o mesmo poderá ser Interditado de acordo com as determinações deste Código, do Código de Obras e Instalações, do Código Sanitário e do Código de Meio Ambiente emitindo-se o devido Auto de Interdição do Estabelecimento, que será confeccionado tipograficamente em 03 (três) vias, carbonadas e serrilhadas, numeradas e seriadas e conterà:

- I. o dia, mês, ano, hora e local em que foi lavrado;
- II. o nome, o cargo, a assinatura e a matrícula do Servidor(a) designado(a) pela Administração Municipal que o lavrou;
- III. a descrição do fato da Interdição;
- IV. a razão social e/ou o nome do Infrator e endereço do estabelecimento Interditado;
- V. os dispositivos legais infringidos e a Multa que foi aplicada;
- VI. a determinação de prazo para a apresentação da Defesa e para o pagamento de Multa imposta e para Regularização da situação;
- VII. a determinação de prazo para o atendimento das disposições deste Código e/ou de normas correlatas;



- VIII. a assinatura do proprietário, preposto, representante, ou responsável Autuado dando ciência do Auto de Interdição;
- IX. a assinatura de 02 (duas) testemunhas, no caso de recusa do Infrator em apor sua assinatura no Auto;
- X. outros dados considerados necessários.

§ 4º. A 1ª (primeira) via do Auto de Interdição de Estabelecimento será assinada pelo Servidor(a) designado(a) pela Administração Municipal e após a assinatura do proprietário, preposto, representante ou responsável, a mesma deverá ser entregue ao Infrator.

CAPÍTULO III DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

SEÇÃO I DA NOTIFICAÇÃO

Art. 25. Sendo constatada a prática de qualquer Infração a este Código, por pessoa física ou jurídica, será expedido, imediatamente, o Auto de Notificação contra o Infrator e será concedido prazo de até 30 (trinta) dias para Regularização ou apresentação de Defesa.

Parágrafo único. O prazo para Regularização da situação será enquadrado pelo Servidor(a) designado(a) pela Administração Municipal no Ato da Notificação, respeitando os limites máximos previsto neste Artigo, podendo ser prorrogado, uma única vez por igual período.

Art. 26. O Auto de Notificação obedecerá a modelo próprio e deverá ser confeccionado tipograficamente em 03 (três) vias, carbonadas e serrilhadas, numeradas e seriadas e conterá:

- I. o dia, mês, ano, hora, local em que foi lavrado e qualificação fiscal do Notificado;
- II. o nome, o cargo, assinatura e a matrícula do Servidor(a) designado(a) pela Administração Municipal que o lavrou;
- III. a descrição, com toda clareza, do Ato ou do fato constituinte da Infração;
- IV. razão social e/ou o nome do Notificado e endereço do estabelecimento;
- V. os dispositivos legais infringidos e as penalidades que poderão ser aplicadas caso não seja atendida a Notificação;
- VI. a determinação de prazo de 30 (trinta) dias para a interposição da Defesa contra a Notificação ou para o pagamento de Multa imposta com a discriminação da moeda;
- VII. a determinação de prazo para o atendimento das disposições deste Código e/ou das normas correlatas;
- VIII. a assinatura do proprietário, preposto, representante ou responsável Notificado dando ciência ao Auto de Notificação;
- IX. a assinatura de 02 (duas) testemunhas, no caso de recusa do Infrator em apor sua assinatura no Auto;
- X. outros dados considerados necessários.

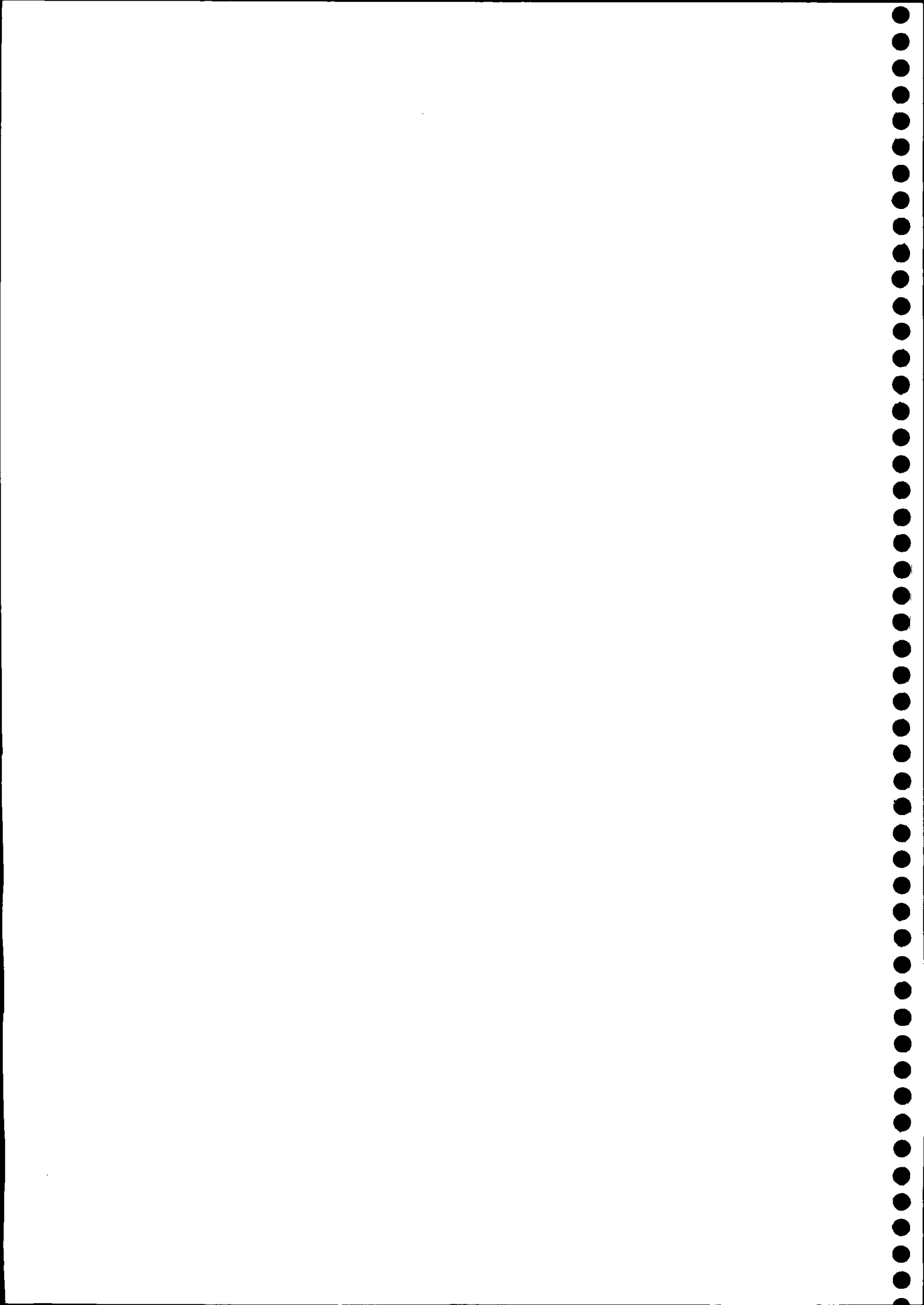
§ 1º. A 1ª (primeira) via do Auto de Notificação assinada pelo Servidor(a) designado(a) pela Administração Municipal, e após a assinatura do proprietário ou do preposto, representante ou responsável deverá ser entregue ao Notificado.

§ 2º. Recusando-se o Notificado a dar seu ciente, será tal recusa declarada na Notificação pela autoridade notificante, devendo este Ato ser testemunhado por 02 (duas) pessoas.

§ 3º. A Recusa de que trata o parágrafo anterior, bem como a de receber a primeira via da Notificação lavrada, não favorece nem prejudica o Infrator.

Art. 27. Esgotado o prazo determinado e o concedido para a Regularização e/ou Defesa sem que o Notificado tenha regularizado sua situação perante a Administração Municipal, deverá ser emitido, sumariamente, o Auto de Infração correspondente.

Art. 28. Não caberá Notificação, devendo o Infrator ser imediatamente Autuado:



- I. quando pego em flagrante;
- II. nas infrações definidas neste Código.

SEÇÃO II

DO AUTO DE INFRAÇÃO

Art. 29. O Auto de Infração é o instrumento pelo qual o Servidor(a) designado(a) pela Administração Municipal apura a violação de determinações deste Código e demais normas correlatas pela pessoa física ou jurídica e também para os casos em que não se tenha estabelecido forma própria de processamento e execução, o qual deverá ser lavrado com precisão e clareza, sem rasuras, em separado para cada infração apurada.

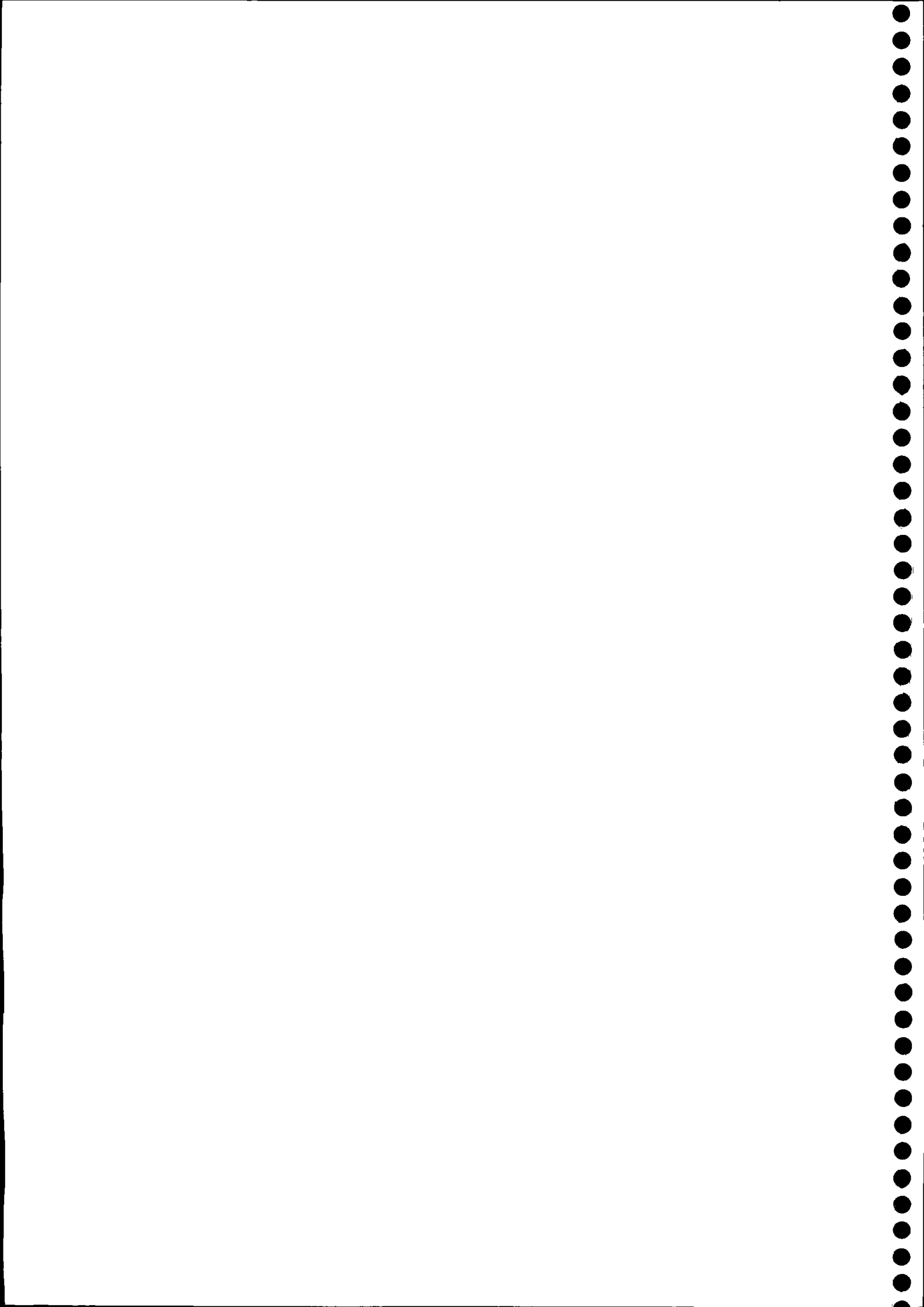
Art. 30. O Auto de Infração obedecerá ao modelo próprio, e será confeccionado tipograficamente em 03 (três) vias, carbonadas e serrilhadas, numeradas e seriadas, e deverá conter essencialmente:

- I. o dia, mês, ano, hora e local em que foi lavrado e qualificação fiscal do Notificado;
- II. o nome, o cargo, a assinatura e a matrícula do Servido(a) designado(a) pela Administração Municipal que o lavrou;
- III. a descrição, com toda clareza, do Ato ou do fato constituinte da Infração;
- IV. razão social e/ou o nome do Infrator e endereço do estabelecimento;
- V. os dispositivos legais infringidos e as penalidades a serem impostas ao Infrator;
- VI. a determinação de prazo de 30 (trinta) para a interposição de Defesa ou para o pagamento de Multa imposta;
- VII. a determinação de prazo para Regularização da situação em atendimento às disposições deste Código e/ou das normas correlatas;
- VIII. a assinatura do proprietário, preposto, representante, ou responsável Autuado dando ciência ao Auto de Infração;
- IX. a assinatura de 02 (duas) testemunhas, no caso de recusa do Infrator em apor sua assinatura no Auto;
- X. outros dados considerados necessários.

Parágrafo único. A 1ª (primeira) via do Auto de Infração assinada pelo Servidor (a) designado(a) pela Administração Municipal após a assinatura do proprietário ou do preposto, representante ou responsável deverá ser entregue ao Infrator.

Art. 31. São autoridades competentes para confirmarem os Autos de Infração, definirem as penalidades e arbitrarem as Multas:

- I. na Secretaria de Economia e Finanças:
 - a) o Diretor do Departamento de Fiscalização e Arrecadação.
- II. na Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transporte e Habitação:
 - a) o Diretor do Departamento de Desenvolvimento Urbano.
 - b) o Diretor do Departamento de Obras.
 - c) o Diretor do Departamento de Transporte e Trânsito.
 - d) o Diretor do Departamento de Limpeza Urbana.
- III. na Secretaria da Saúde:
 - a) o Diretor do Departamento de Vigilância a Saúde.
- IV. na Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Abastecimento:
 - a) o Diretor do Departamento de Departamento de Feiras e Mercados.
 - b) o Diretor do Departamento de Abastecimento.
- V. na Secretaria de Turismo e Esportes:
 - a) o Diretor do Departamento de Eventos.
- VI. na Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos:



a) o Diretor de Desenvolvimento Ambiental.

§ 1º. A 1ª (primeira) via do Auto de Infração assinada pelo Servidor(a) designado(a) pela Administração Municipal e após a assinatura do proprietário ou do preposto, representante ou responsável deverá ser entregue ao Infrator.

§ 2º. Recusando-se o Infrator a dar seu ciente, será tal recusa declarada na Notificação pela autoridade notificante, devendo este Ato ser testemunhado por duas pessoas.

§ 3º. A Recusa de que trata o parágrafo anterior, bem como a de receber a primeira via do Auto lavrado, não favorece nem prejudica ao Infrator.

§ 4º. A lavratura do Auto de Infração independe de testemunhas, exceto na recusa do recebimento do Auto pelo Autuado, responsabilizando-se o Servidor(a) designado(a) pela Administração Municipal que o lavrou, pela veracidade das informações nele consignadas.

§ 5º. As omissões e incorreções existentes no Auto de Infração não geram sua nulidade quando no processo constarem elementos suficientes para a identificação da Infração e do Infrator.

§ 6º. O Auto de Infração poderá ser lavrado cumulativamente ao Auto de Apreensão e Remoção de Bens e/ou Documentos, e neste caso conterà também os seus elementos.

Art. 32. A Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Município enviará, semestralmente, relação dos Autos de Infração lavrados, com a identificação do Infrator, da infração, e da situação do procedimento administrativo iniciado, ao Ministério Público, à Superintendência Estadual do IBAMA, ao Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas - IMA, ao Conselho Municipal de Meio Ambiente e à Câmara de Vereadores.

SEÇÃO III

DA DEFESA

Art. 33. O Notificado terá o prazo de até 30 (trinta) dias da data da emissão do **Auto de Notificação** para apresentar sua Defesa, devendo fazê-lo em Requerimento próprio, que poderá ser instruído com documentos que deverão ser anexados ao Requerimento/processo, dirigido ao Secretário Municipal ao qual o Servidor(a) designado(a) pela Administração Municipal esteja subordinado, o qual é competente para apreciação e decisão sobre a Defesa apresentada.

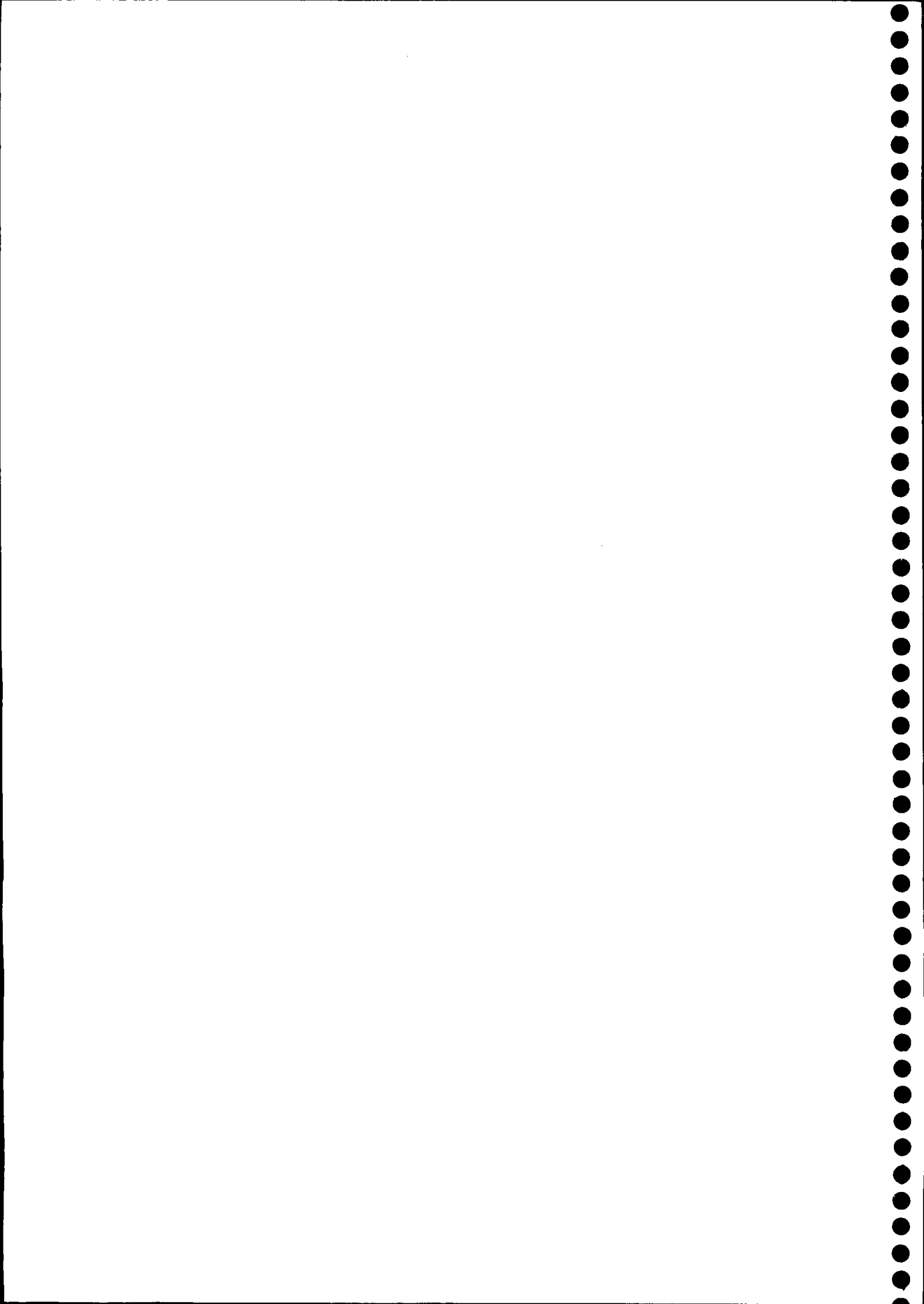
Art. 34. O Infrator terá o prazo de até 30 (trinta) dias da data da emissão do **Auto de Infração** para apresentar sua Defesa, devendo fazê-lo em Requerimento próprio, que poderá ser instruído com documentos que deverão ser anexados ao Requerimento/processo, dirigido ao Secretário Municipal ao qual o Servidor(a) designado(a) pela Administração Municipal esteja subordinado o qual é competente para apreciação e decisão sobre a Defesa apresentada.

§ 1º. Recebida a Defesa, será ouvido o Servidor(a) designado(a) pela Administração Municipal, as testemunhas identificadas no Auto de Notificação ou de Infração, se houver, além de analisados outros documentos apresentados pelo Notificado/Autuado.

§ 2º. Vencido este estágio processual, o Secretário Municipal julgará o mérito da notificação/autuação, confirmando a aplicação das penalidades ou julgando-as insubsistentes.

§ 3º. Da Decisão proferida pelo Secretário Municipal será dado conhecimento ao Notificado/Autuado nas seguintes formas:

- I. pessoalmente, ou através de seu representante, mandatário ou preposto mediante entrega da cópia da Decisão e contra recibo, datado e assinado ou com menção da circunstância de que houve impossibilidade ou recusa em recebê-la;
- II. por intimação mediante Carta registrada com Aviso de Recebimento - AR, datado e firmada pelo destinatário ou alguém do seu domicílio;
- III. por intimação Editalícia, mediante publicação oficial, em jornal local ou regional, ou no Quadro de Avisos localizado no *hall* do prédio da Prefeitura, se não resultarem efeitos das



formas anteriormente determinadas, ou se desconhecido o domicílio.

§ 4º. Presume-se feita à intimação:

- I. quando pessoal, ou por representante, na data do recebimento;
- II. por Carta, na data do recebimento, omitida essa, 15 (quinze) dias após a entrega da carta no correio;
- III. por intimação Editalícia, 30 (trinta) dias após a data da fixação ou publicação.

§ 5º. A Decisão será emitida no prazo de até 30 (trinta) dias corridos da data da apresentação da Defesa.

§ 6º. A Decisão deverá ser fundamentada, por escrito, concluindo pela procedência, ou não, do Auto de Infração.

Art. 35. Na ausência de oferecimento da Defesa no prazo legal ou de ser a mesma julgada improcedente, será concedido ao Autuado o prazo de 10 (dez) dias para recolher a Multa já imposta, além de cumprir as demais penalidades previstas e em seus respectivos prazos, ficando o mesmo sujeito ao atendimento das determinações deste Código.

Parágrafo único. Findo os prazos do *caput* deste artigo e após constatada a revelia serão os processos referentes à Notificação e/ou Autuação encaminhados à Procuradoria Geral do Município para proceder à cobrança do débito já inscrito em Dívida Ativa.

Art. 36. O prazo para cumprimento da Decisão será contado a partir da data do conhecimento, comprovado, pelo Infrator da Decisão, de acordo com o estabelecido neste Código.

SEÇÃO IV

DA EXECUÇÃO DAS DECISÕES

Art. 37. A Decisão conterá:

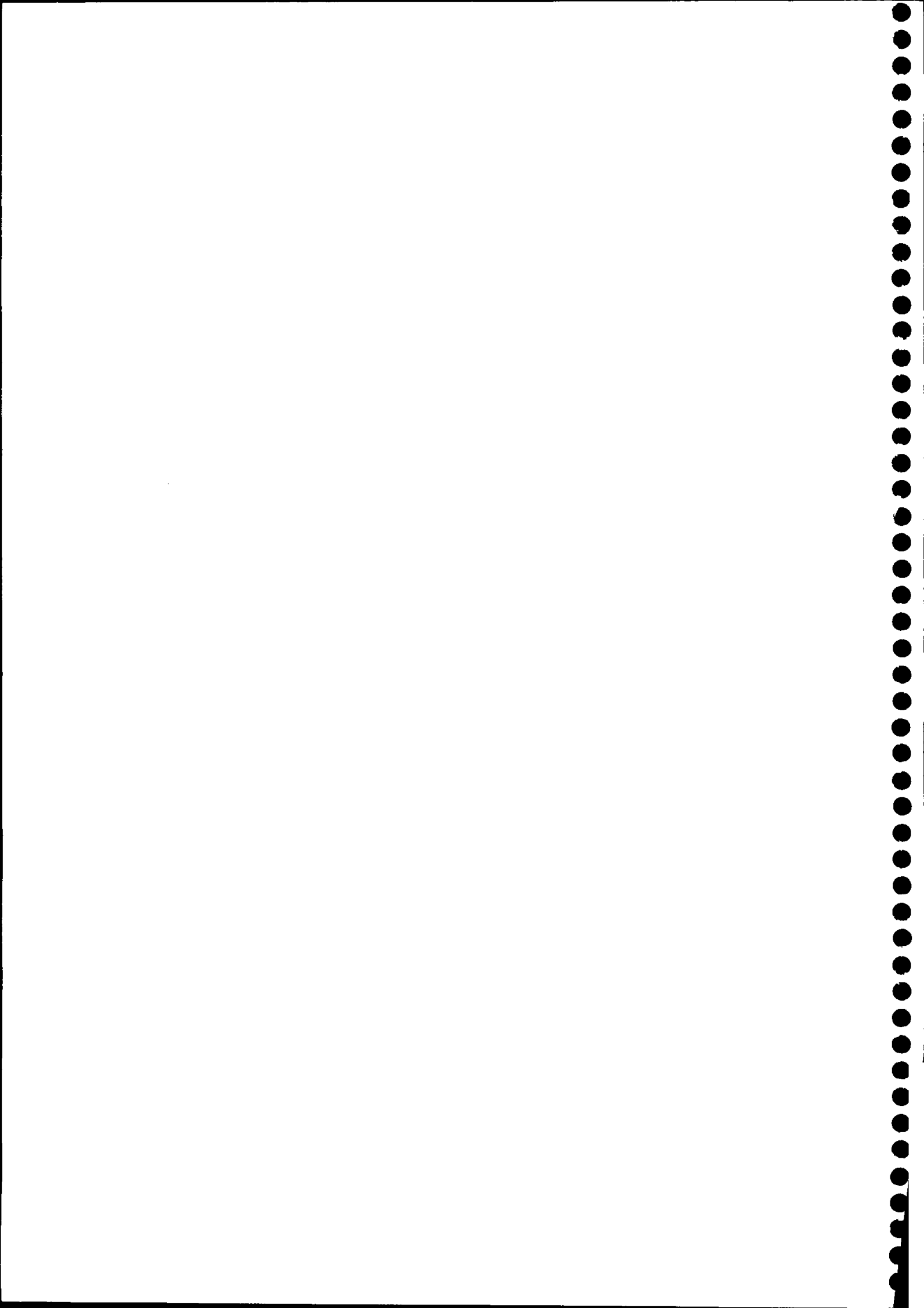
- I. nome da parte interessada e, sendo o caso, a sua inscrição municipal;
- II. o número do protocolo do processo;
- III. nos casos de Notificação ou de Auto de Infração, julgados procedentes, o valor do débito a ser recolhido e da penalidade aplicada, e se declarados nulos, os Atos alcançados pela nulidade e as providências a serem tomadas, indicando-se, em quaisquer das hipóteses, os fundamentos legais.

Art. 38. A Decisão definitiva será cumprida quando:

- I. julgado procedente o Auto de Infração, sendo o Infrator intimado a pagar, ou a complementar, no prazo de até 10 (dez) dias, as Multas aplicadas e a atender às determinações deste Código;
- II. liberados os bens e/ou documentos apreendidos, no caso de deferimento da Defesa apresentada pelo Autuado.

§ 1º. Quando a penalidade determinar o atendimento das disposições deste Código, será concedido ao Infrator o prazo de 30 (trinta) dias para o seu cumprimento que poderá ser prorrogado uma única vez.

§ 2º. Esgotados todos os prazos concedidos ao Infrator sem que o mesmo tenha atendido às determinações deste Código, a Administração Municipal o inscreverá em Dívida Ativa e encaminhará para a Execução Fiscal de seu débito, e/ou Interdição das Atividades e/ou Cancelamento da Licença de Localização e Funcionamento cabendo àquele ressarcir à Administração Municipal pelas despesas respectivas ao processo.



Art. 39. Tomando o Notificado ou Autuado conhecimento da Decisão é vedado aos Secretários Municipais, julgador, alterá-la, exceto para *de ofício* ou a Requerimento da parte, corrigir inexatidão ou retificar erro.

SEÇÃO V DOS RECURSOS

Art. 40. Da Decisão do Secretário Municipal poderá ser interposto Recurso ao Procurador Geral do Município por aquele que se sentir prejudicado, em até 48 (quarenta e oito) horas do conhecimento da mesma, o qual decidirá, com base no processo, em até 15 (quinze) dias úteis.

CAPÍTULO IV DA ORDEM URBANA E DO SOSSEGO PÚBLICO

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41. É dever da Administração Municipal zelar pela manutenção da ordem e da moralidade urbana e do sossego público, controlando o abuso no exercício dos direitos individuais em todo o território do Município, de acordo com as determinações das legislações federal, estadual e municipal.

Art. 42. É proibido sob quaisquer circunstâncias:

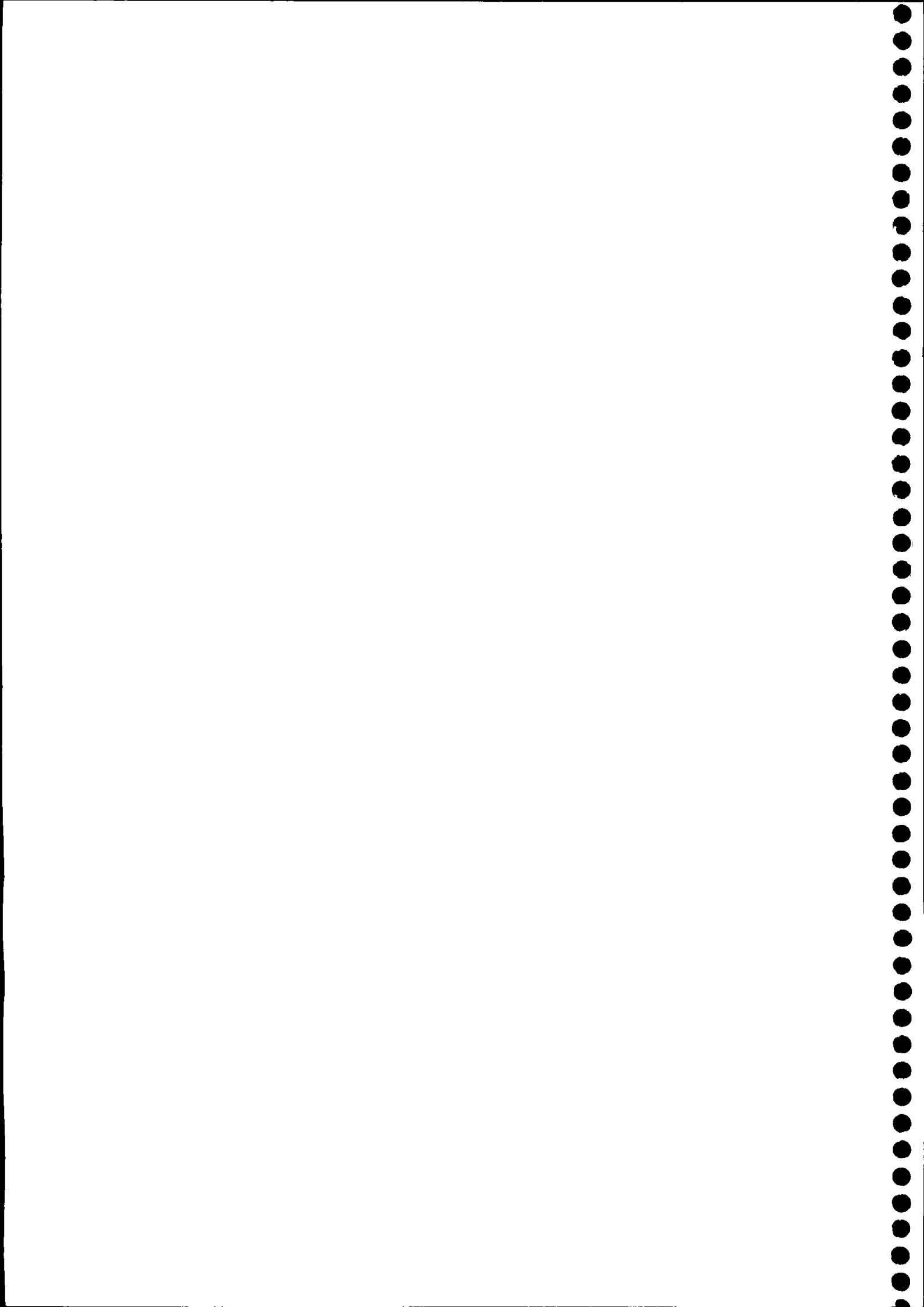
- I. perturbar a ordem e o sossego públicos por quaisquer formas através de excessos no exercício do direito individual;
- II. danificar os bens dominiais, especiais e os de uso comum do povo, inclusive àqueles classificados como de interesse e de preservação ambiental, histórica, artística e cultural;
- III. ocupar de forma arbitrária, ou não, quaisquer bens públicos - quer sejam edifícios, vias ou logradouros - fazendo-se passar por possuidor e/ou usuário do mesmo;
- IV. danificar o mobiliário urbano existente nas vias e logradouros e instalado pela Administração Municipal;
- V. poluir a paisagem urbana por quaisquer formas de comunicação visual;
- VI. pichar edificações, públicas e privadas, bem como muros, postes, placas de sinalização ou em quaisquer superfícies localizadas em vias e logradouros públicos;
- VII. rasgar, riscar ou inutilizar editais ou avisos públicos afixados;
- VIII. fazer mau uso dos equipamentos urbanos, depredando-os.

SEÇÃO II DA ORDEM URBANA

SUBSEÇÃO I DA UTILIZAÇÃO DAS VIAS E LOGRADOUROS

Art. 43. Qualquer interessado em desenvolver atividades urbanas, quer sejam efetivas ou transitórias de caráter festivo, esportivo, comercial, de serviço ou publicitário e que se utilizem de quaisquer formas de construção, instalação, uso de equipamento, perfurações ou ações similares sobre as vias, os logradouros, subsolo e/ou o espaço aéreo do Município, deve Requerer Autorização específica à Administração Municipal através de Licença para Ocupação de Áreas em bens móveis e imóveis, a título precário, nas Vias, Terrenos e Logradouros Públicos, sendo essa sempre onerosa, além de atender às determinações deste Código.

§ 1º. Para as atividades sem fins lucrativos, ou de caráter político, religioso, cultural e educativo a Licença não será onerosa e não poderá ser indeferida.



§ 2º. Quando se tratar de reparo de emergência nas instalações hidráulicas, elétricas, telefônicas, ou de qualquer outro serviço de infra-estrutura urbana realizada pelas concessionárias e/ou prestadoras de serviços públicos, não será necessária a Autorização da Administração Municipal para iniciar e/ou executar o serviço; porém, no primeiro dia útil seguinte a concessionária ou prestadora comunicará o serviço realizado à Administração Municipal e esta tomará as providências necessárias à emissão da Licença.

§ 3º. A Licença será emitida pela Administração Municipal, através da Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transporte e Habitação, após o recolhimento da taxa respectiva, inclusive para a instalação de qualquer mobiliário urbano, quer seja de iniciativa das concessionárias e/ou prestadoras de serviços públicos ou privada.

SUBSEÇÃO II

DO MOBILIÁRIO URBANO

Art. 44. Para efeitos deste Código, é considerado mobiliário urbano:

- I. caixas de coleta de papel usado, de correspondência, ou não;
- II. armários, postes e outros dispositivos dos serviços telefônicos subterrâneos ou de superfície;
- III. caixas bancárias eletrônicas;
- IV. cabines para instalação de segurança pública;
- V. postes de luz, de iluminação pública, de sinalização de tráfego, de força utilizados para iluminação pública e energia elétrica;
- VI. sinalizadores de incêndios e/ou de polícia;
- VII. hidrantes;
- VIII. balanças para pesagem de veículos;
- IX. colunas ou suportes de anúncios;
- X. cestos metálicos de lixo;
- XI. bancos de jardins, ou não;
- XII. redes coletoras de água, de esgoto e de energia, de alta tensão;
- XIII. cabos de telefonia fixa;
- XIV. antenas para telefonia móvel/celular e para TV;
- XV. cabos para redes de TV;
- XVI. cabinas telefônicas e assemelhadas;
- XVII. cadeiras de engraxate;
- XVIII. abrigos de logradouros públicos para usuários do transporte coletivo;
- XIX. relógios;
- XX. bebedouros e chafariz;
- XXI. monumentos em geral;
- XXII. placas de denominação de vias e logradouros;
- XXIII. floreiras e jardins.

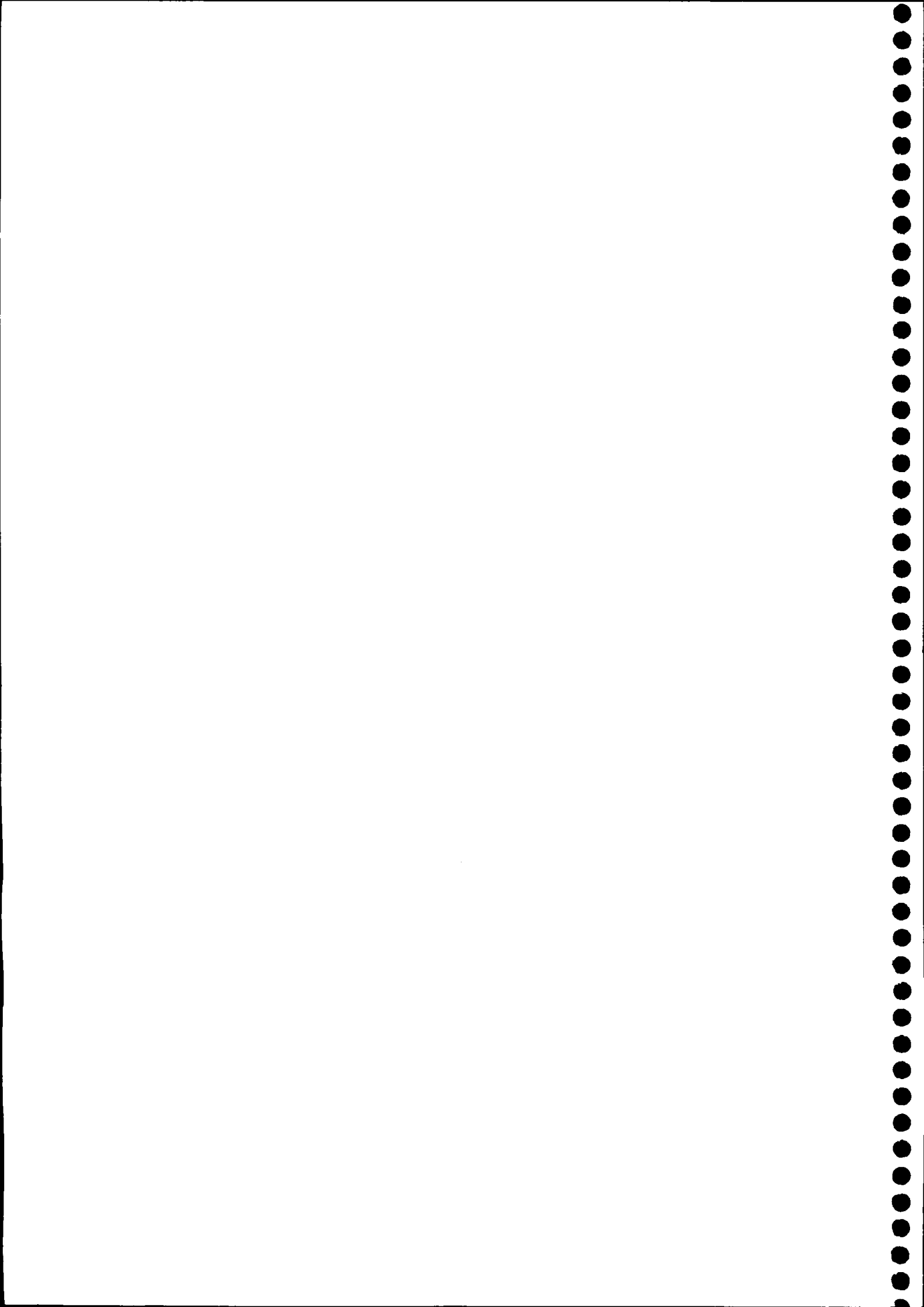
§ 1º. O mobiliário urbano discriminado neste Artigo, com ou sem inscrição de propaganda comercial, ou da concessionária, só poderá ser instalado com Autorização da Administração Municipal e na forma da Lei e se representar real interesse para o público, não prejudicar a estética da Cidade e nem a circulação, bem como o acesso de pessoas ou veículos de qualquer espécie às edificações.

§ 2º. A Administração Municipal poderá ordenar a Remoção ou deslocamento de qualquer mobiliário urbano, sempre que se constatar a sua inconveniência.

§ 3º. Os relógios, estátuas, fontes e quaisquer monumentos, somente poderão ser colocados nos logradouros públicos se comprovado o seu valor artístico ou cívico, a juízo da Administração Municipal.

§ 4. Os elementos citados no *caput* deste Artigo somente serão instalados após a Administração Municipal determinar os locais apropriados e as condições da respectiva instalação.

§ 5º. Dependerá ainda, de Aprovação, o local escolhido para a fixação dos monumentos.



Art. 45. Para a utilização de qualquer espaço público municipal para extensão de redes aéreas ou subterrâneas de infra-estrutura deverá ser requerida Licença para Ocupação de Áreas em bens móveis e imóveis, a título precário, nas Vias, Terrenos e Logradouros Públicos.

§ 1º. Também devem ser onerosas as utilizações dos espaços utilizadas pelas estações de radio base de telefonia celular, por televisões a cabo, infovias, dutos de fibra ótica, bem como similares.

§ 2º. Na hipótese da Administração Municipal permitir que se construam novas redes de infra-estrutura subterrâneas é obrigatória a utilização de tecnologia não destrutiva.

§ 3º. Em qualquer hipótese é obrigatória a restauração do pavimento, demais logradouros e/ou mobiliário urbano, quando da instalação da infra-estrutura.

§ 4º. A Administração Municipal expedirá normas técnicas, indicando o material adequado, a espessura, a área "non aedificandi", a eventual incompatibilidade de redes, entre outros elementos.

§ 5º. As redes aéreas e subterrâneas já instaladas no território do Município, assim como o mobiliário urbano que já se encontra em utilização pelas empresas exploradoras das redes de infra-estrutura, ficam submetidos às determinações deste Código.

Art. 46. O regime jurídico da utilização dos bens públicos e do mobiliário urbano pelos particulares, tanto do subsolo quanto do aéreo, é o de Direito Público.

Parágrafo único. Para conceder a utilização dos bens públicos por terceiros, a Administração Municipal firmará contratos de Concessão, Permissão ou Autorização de uso de acordo com a Lei de Licitações.

Art. 47. Para efeito de fiscalização, o interessado licenciado colocará a Licença para Ocupação de Áreas em bens móveis e imóveis, a título precário, nas Vias, Terrenos e logradouros Públicos em lugar visível e o exibirá sempre que for solicitado pelas autoridades competentes.

SUBSEÇÃO III

DOS FITEIROS, BANCAS, BARRACAS, PALANQUES e CORETOS

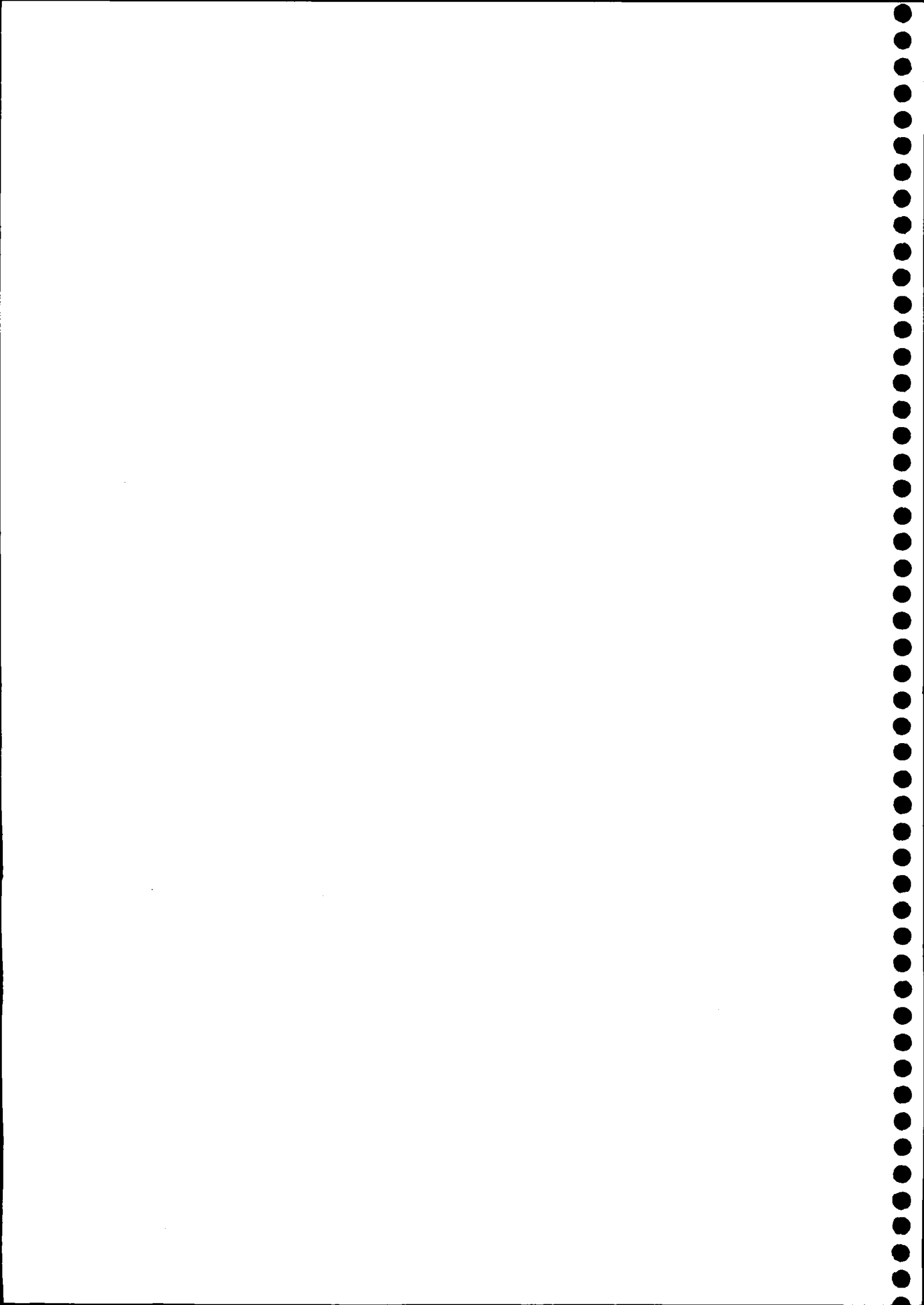
Art. 48. A Administração Municipal, mediante Licitação, poderá autorizar a colocação de fiteiros, bancas, barracas ou quiosques nos logradouros públicos.

Art. 49. A instalação dos equipamentos: fiteiros, bancas e barracas, quando autorizada, deverá observar, além das determinações deste Código, deverá respeitar a padronização da Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transporte e Habitação que será de no máximo:

- I. para fiteiros: 1,50m x 0,80m (um metro e cinquenta centímetros por oitenta centímetros);
- II. para bancas de jornal, revistas e demais publicações: 2,00m x 2,00m (dois metros por dois metros);
- III. para barracas de um modo geral: 2,00m x 1,50m (dois metros por um metro e cinquenta centímetros).

§ 1º. Os equipamentos já instalados e em funcionamento na data de publicação deste Código terão um prazo, máximo, de até 36 (trinta e seis) meses para se enquadrarem à padronização determinada.

§ 2º. Qualquer equipamento referido no *caput* do Artigo só poderá ocupar até 1/3 (um terço) da largura total do passeio em qualquer caso e deverá ser instalada a uma distância de 200,00m (duzentos metros) uma da outra.



Art. 50. É proibido, sob quaisquer circunstâncias:

- I. a ocupação, mesmo que parcial, dos Logradouros Públicos, sem prévia Autorização da Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transporte e Habitação a qual deverá ser comunicada ao término de quaisquer obras, serviços ou eventos devidamente autorizados, para que seja recompostos a sinalização e liberado o trânsito de pessoas e o tráfego de veículos;
- II. armar barracas, coretos, palanques ou similares ou fazer ponto de venda e propaganda, sem Autorização da Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transporte e Habitação.

Art. 51. As barracas provisórias para venda de fogos de artifício nas festas de caráter profano ou religioso só serão instaladas quando autorizadas pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transporte e Habitação, e após o pagamento das taxas respectivas na Secretaria de Economia e Finanças, devendo, também, atender às normas técnicas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros e serem removidas no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, após o prazo concedido na Licença.

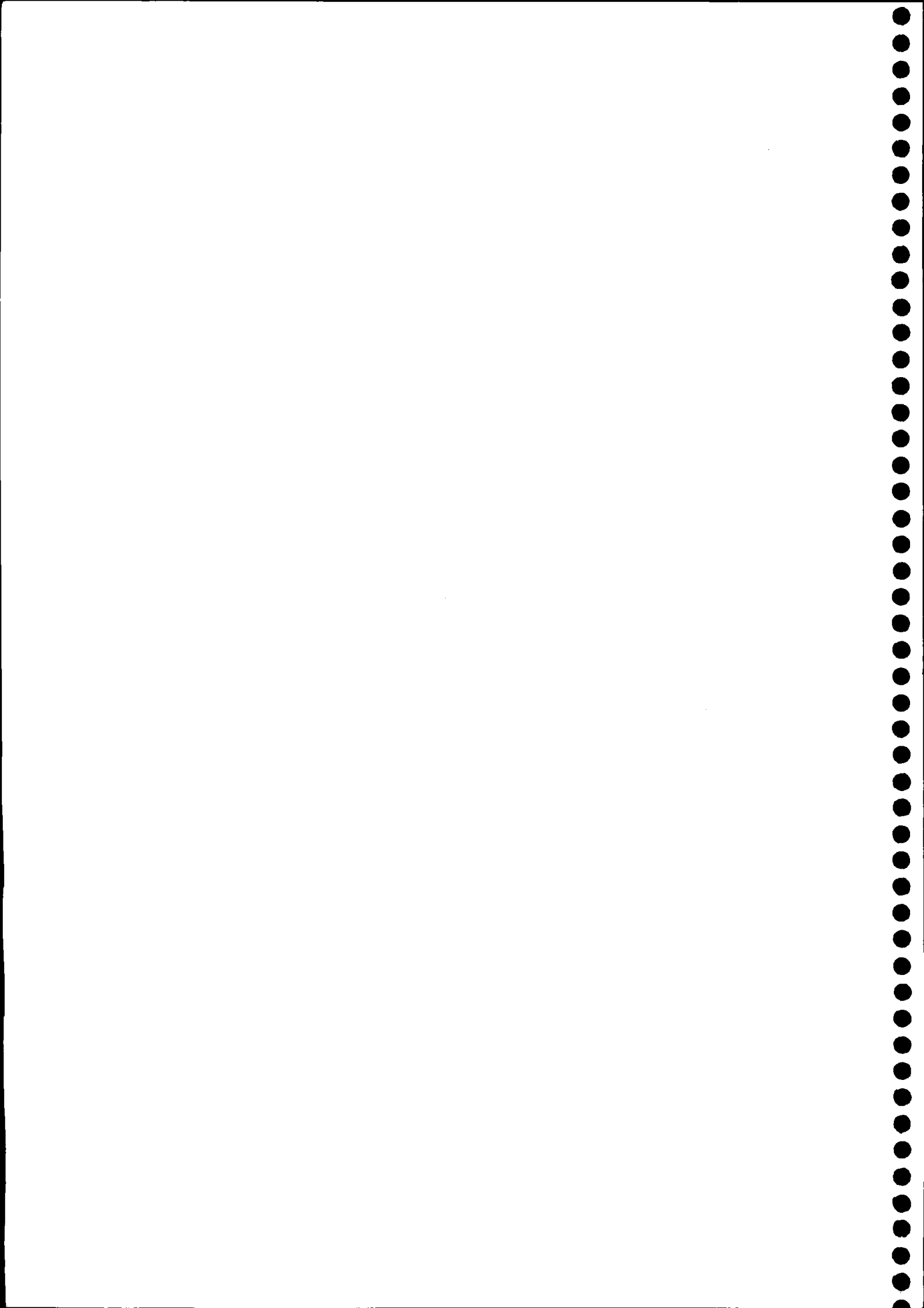
Parágrafo único. As barracas *não* removidas, no prazo determinado, serão retiradas pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transporte e Habitação e seus responsáveis ficarão sujeitos ao pagamento de Multa e ao ressarcimento das despesas com a Remoção e o Depósito.

Art. 52. As barracas permanentes para venda de bebidas e alimentos, sem mesas e cadeiras, deverão obedecer às determinações do Código de Obras e Instalações e também ao seguinte:

- I. serem construídas com material durável e resistente e serem pintadas com tinta lavável;
- II. serem instaladas em locais autorizados pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transporte e Habitação;
- III. garantirem o acesso às edificações frontais mais próximas;
- IV. garantirem o livre trânsito das pessoas nas calçadas e o tráfego de veículos nas vias e logradouros públicos;
- V. contarem com a aprovação do tipo de barraca, pela Administração Municipal, apresentando bom aspecto;
- VI. funcionarem exclusivamente no horário, período e local para o qual foram licenciadas;
- VII. apresentarem condições de segurança;
- VIII. não causarem danos às árvores, ao sistema de iluminação, às redes telefônicas e de distribuição de energia elétrica;
- IX. quando destinadas à venda de refrigerantes e alimentos, deverão ser obedecidas às disposições da Secretaria de Saúde relativas à higiene dos alimentos e mercadorias expostas à venda.

Art. 53. As bancas, permanentes, instaladas para a venda de jornais, revistas, demais publicações ou outros artigos poderão ser autorizadas a se instalarem, nos logradouros públicos, desde que observem às determinações do Artigo anterior e satisfaçam às seguintes condições:

- I. não perturbarem o trânsito público com o depósito e/ou armazenamento de jornais, revistas e demais publicações em caixotes e/ou no solo na parte externa da banca, sob pena de Apreensão dos bens;
- II. não utilizar parte de árvores, postes de iluminação pública e de distribuição de energia elétrica e telefonia, hastes de sinalização urbana, tábuas e toldos para aumentar, cobrir ou modificar a banca, sob pena de Multa e/ou cancelamento da Licença;
- III. não mudar o local de instalação da banca, sob pena de cancelamento da Licença após terem sua localização aprovada pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transporte e Habitação;
- IV. não aumentar ou modificar o modelo padrão da banca aprovada pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transporte e Habitação;
- V. apresentarem bom aspecto quanto à sua construção de acordo com as determinações da Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transporte e Habitação;
- VI. serem de fácil Remoção.



Parágrafo único. Não será concedida a Licença para Ocupação de Áreas em bens móveis e imóveis, a título precário, nas Vias, Terrenos e logradouros Públicos para a localização de barracas de fins comerciais nos *leitos* dos logradouros públicos.

Art. 54. A instalação, mesmo que provisória, de palanques e coretos para utilização em comícios públicos, festividades cívicas, religiosas, ou de caráter popular, será permitida mediante Licença para Ocupação de Áreas em bens móveis e imóveis, a título precário, nas Vias, Terrenos e logradouros Pública, emitida pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação, devendo os mesmos serem removidos no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após a conclusão do evento.

Parágrafo único. Os palanques não removidos no prazo determinado serão retirados pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação e seus responsáveis sujeitos ao pagamento de Multa e ao ressarcimento das despesas com a Remoção e o Depósito, podendo ainda dar ao material removido o destino que entender o melhor.

Art. 55. Na localização de palanques e coretos deverão ser observados os seguintes requisitos:

- I. não serem armados nos jardins e gramados das praças e jardins públicas;
- II. não perturbar a trânsito de pedestres, o tráfego e o acesso de veículos;
- III. serem providos de instalações elétricas quando de uso noturno cujo consumo deverá ser identificado através de relógio de contagem de energia, específico para esse fim, com o valor do consumo total, ao fim do evento, ressarcido à Administração Municipal;
- IV. não prejudicarem o calçamento, nem o escoamento das águas pluviais, correndo por conta dos responsáveis os estragos porventura verificados;
- V. serem aprovados pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transporte e Habitação quanto a sua localização;
- VI. não causarem danos às arvores, aparelhos de iluminação e às redes telefônicas e de distribuição de energia elétrica.

Art. 56. O Requerimento para a Concessão da Licença para Ocupação de Áreas em bens móveis e imóveis, a título precário, nas Vias, Terrenos e logradouros Públicos será preenchido pelo interessado e deverá conter:

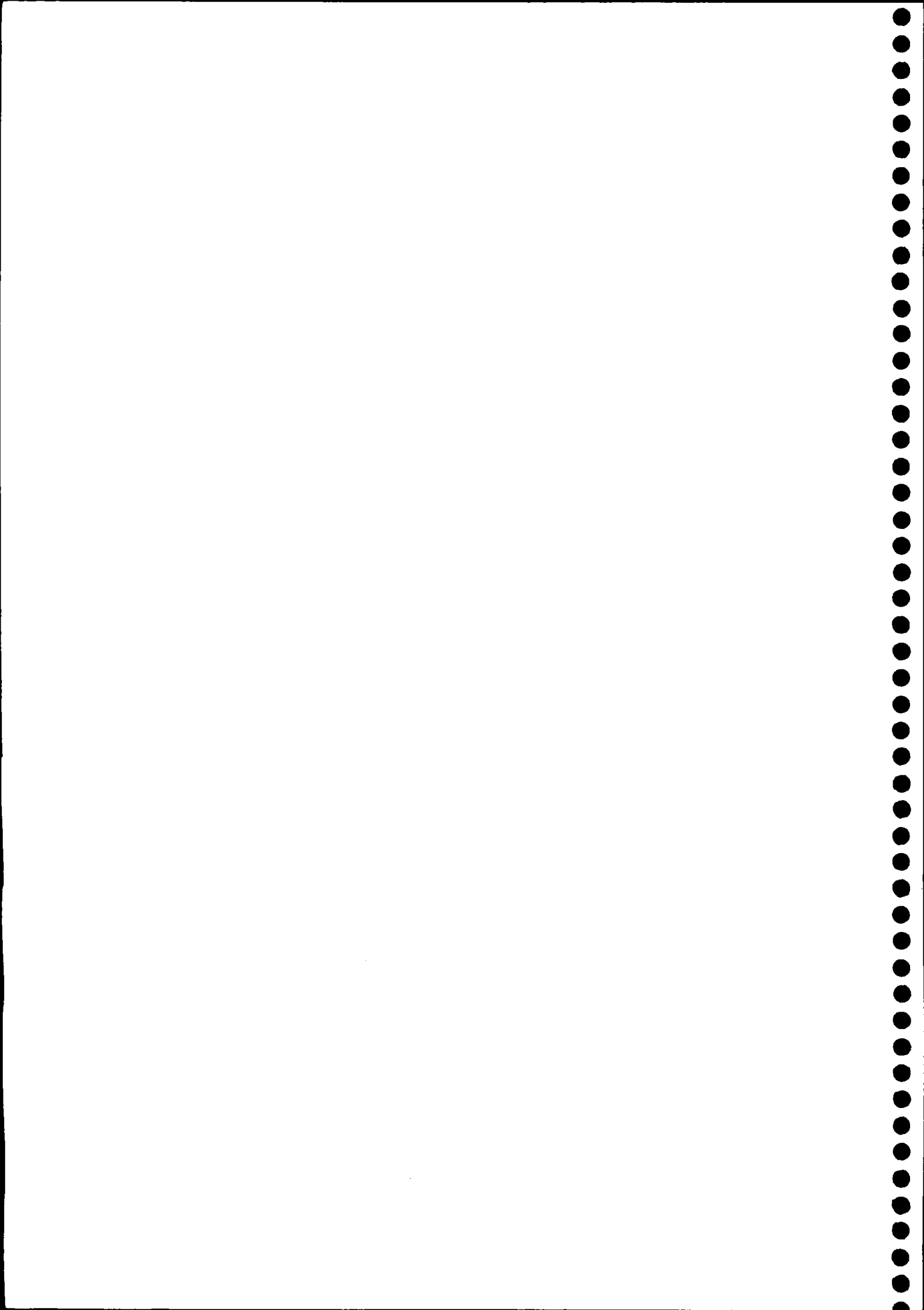
- I. a determinação do local em que será instalado;
- II. Autorização, por escrito, do proprietário do imóvel na frente do qual será instalado o equipamento, contendo seu endereço e número do cadastro imobiliário do imóvel;
- III. nome e endereço do Requerente;
- IV. horário de funcionamento do equipamento;
- V. finalidade do equipamento;
- VI. croquis esquemático do tipo de equipamento que se pretende instalar.

Parágrafo único. Serão analisados pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transporte e Habitação os seguintes aspectos:

- I. a visibilidade e o acesso às edificações frontais;
- II. o livre trânsito do público nas calçadas e a visibilidade dos condutores de veículos;
- III. bom aspecto estético, obedecendo aos modelos e padrões determinados pela Administração Municipal.

Art. 57. A Concessão da Licença será considerada *Permissão* da Administração Municipal.

- I. a Permissão é exclusiva do permissionário, só podendo ser transferida para terceiros com Anuência Prévia da Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transporte e Habitação;
- II. a cada permissionário será concedida uma única Licença, sempre de caráter provisório, não podendo um permissionário ocupar mais que um equipamento, quer seja, banca, barraca ou fiteiro padrão;
- III. é vedado a comercialização e repasse dos equipamentos como fiteiros, bancas e barracas, sob pena do cancelamento sumário da Licença.



Parágrafo único. A Licença deverá ser afixada em lugar de fácil acesso ao Servidor(a) designado(a) pela Administração Municipal e responsável pela fiscalização.

Art. 58. Quando for autorizada a Concessão da Licença, o interessado deverá apresentar os seguintes documentos:

- I. comprovante do recolhimento da Taxa de Licença para Ocupação de Áreas em bens móveis ou imóveis, a título precário, nas vias, terrenos e logradouros públicos;
- II. Certidão Negativa de Débitos do Requerente para com a Administração Municipal;
- III. Declaração, de próprio punho, assinada pelo Requerente, com firma reconhecida, de que aceita que a Administração Municipal, atendendo ao interesse público, possa vir a mudar o local de instalação do equipamento – fiteiro, barraca, banca – mesmo que licenciado, sem ressarcimento dos possíveis prejuízos financeiros que possam ser causados devido à Remoção.

Parágrafo único. Os comprovantes acima deverão ser anexados ao respectivo processo pelo Servidor(a) designado(a) pela Administração Municipal, no momento da liberação da mesma, sob pena de responsabilidade administrativa.

Art. 59. Quando houver sobre o logradouro equipamentos impedindo ou dificultando sua ocupação e para atender ao interesse público, a Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transporte e Habitação estudará, a qualquer tempo, a possibilidade de ser mudado o local do equipamento, mesmo licenciado, e de recolocá-lo com eventuais ônus para o *permissionário*.

Art. 60. No caso de mudança do uso e/ou do local licenciado, sem a Anuência Prévia da Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transporte e Habitação, o proprietário ou responsável será Notificado para retornar ao uso e/ou local anterior e caso a Notificação não seja atendida no prazo de até 30 (trinta) dias, além da Multa, o equipamento será removido, os bens apreendidos e a Licença cancelada, sumariamente.

§1º. Não caberá qualquer direito de indenização ao *permissionário*, nem qualquer responsabilidade à Administração Municipal por possíveis danos advindos do desmonte do equipamento, salvo, se a Remoção ou o desmonte tenha se dado indevidamente.

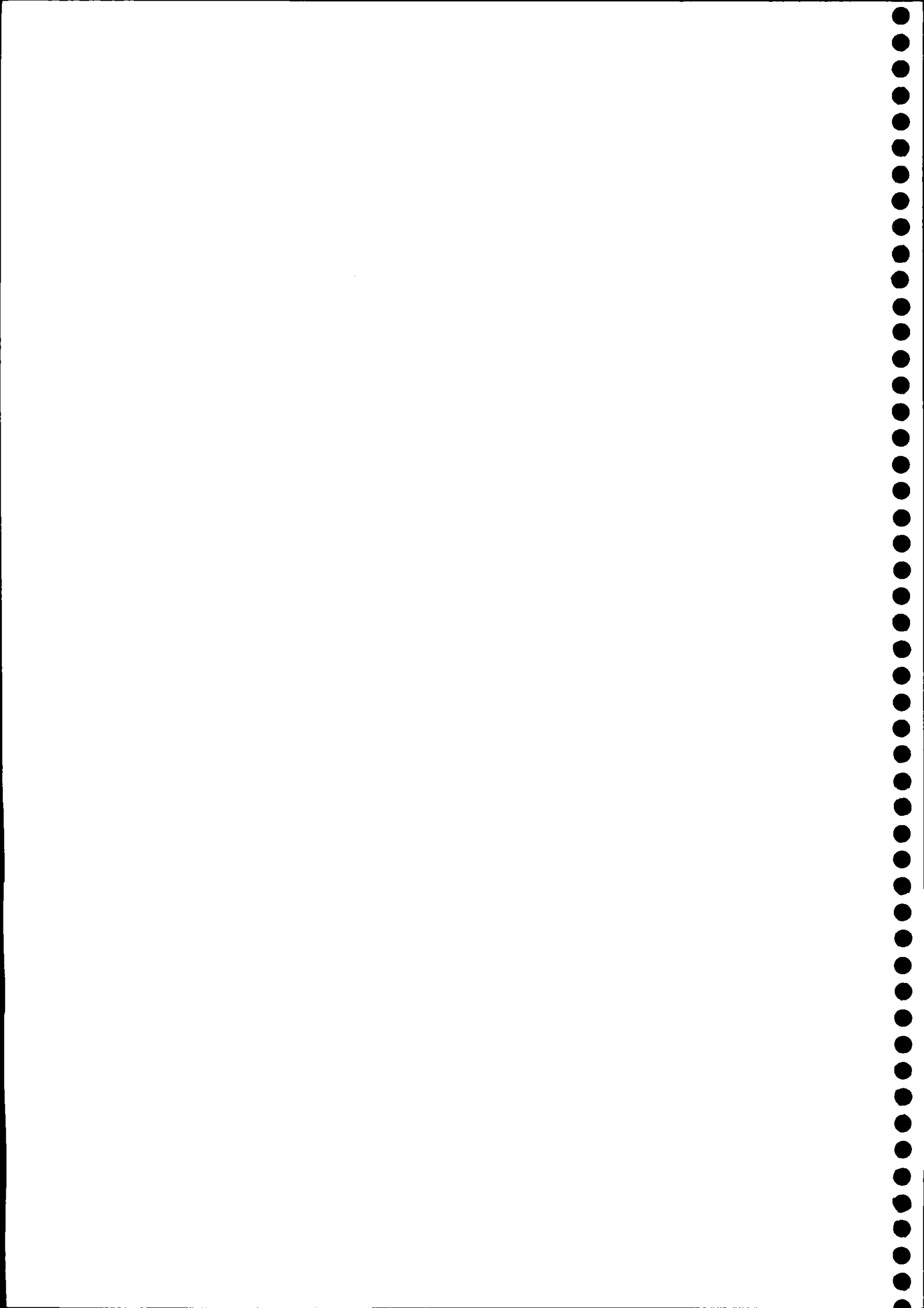
§2º. A Administração Municipal deverá ser ressarcida pelas despesas com a Remoção, Apreensão e o Depósito do material e do equipamento removido ou retirado.

Art. 61. A Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transporte e Habitação para a fixação provisória, ou não, de fiteiros, bancas, barracas, palanques, palcos, coretos ou similares poderá obrigar ao depósito de Caução, em valor a ser arbitrado pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transporte e Habitação, destinado a garantir a boa conservação ou restauração do logradouro.

§1º. Findo o período de utilização do logradouro e verificado pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transporte e Habitação que o mesmo se encontra nas condições anteriores à ocupação, o interessado poderá Requerer a devolução imediata da Caução.

§2º. O não levantamento da Caução no prazo de 01 (um) ano, a contar da data da ocupação pelo *permissionário*, importará na sua perda a favor da municipalidade.

§3º. Caso se verifique que as despesas previstas no *caput* deste Artigo foram maiores que a Caução, poderá a Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transporte e Habitação exigir a complementação do Depósito Inicial.



SUBSEÇÃO IV

DA OCUPAÇÃO DOS LOGRADOUROS POR MESAS E CADEIRAS

Art. 62. As vias e os logradouros, bem como as áreas de recuo frontal, podem ser ocupados com a colocação de mesas e cadeiras removíveis, por hotéis, bares, restaurantes e similares, legalmente instalados, desde que ocupem até 1/3 (um terço) da largura total do passeio em qualquer caso e obedeçam às determinações deste Código e às demais normas pertinentes.

Parágrafo único. A Licença para Ocupação de Áreas em bens móveis e imóveis, a título precário, nas Vias, Terrenos e Logradouros Públicos com mesas e cadeiras *removíveis* será emitida pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação, a título precário, de forma complementar e *posterior* à emissão da Licença de Localização e Funcionamento, onerosas, após a apresentação de projeto de ocupação dos espaços públicos, indicando:

- I. horário de funcionamento nos dias úteis a partir das 19:00 horas, aos sábados após as 13:00 e aos domingos e feriados a partir das 8:00 horas;
- II. planta geral de implantação, na escala de 1:100;
- III. posição da edificação comercial no lote, o acesso, o passeio e a via, com as respectivas dimensões;
- IV. locação e delimitação dos espaços a serem ocupados pelas mesas e cadeiras *removíveis*;
- V. descrição dos materiais a serem utilizados, que deverão apresentar padrões estéticos, qualidade e durabilidade, compatíveis com sua localização e exposição ao tempo.

Art. 63. Os estabelecimentos que objetivarem Autorização para ocupação de logradouros, com mesas e cadeiras, ficarão sujeitos a:

- I. manter uma faixa mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), ou de 1/3 (um terço) da largura total do passeio, o que for maior, em qualquer caso do meio-fio e de 3,00m (três metros) nos calçadões, desimpedida para os transeuntes;
- II. conservar em perfeito estado a área ocupada e os equipamentos existentes no local;
- III. desocupar a área de forma imediata, total ou parcialmente, em caráter definitivo ou temporário, através de Notificação emitida pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transporte e Habitação para atender:
 - a) à realização de obra pública de reparo ou manutenção;
 - b) à realização de desfiles, comemorações ou eventos de caráter cívico, turístico, desportivo ou congêneres;
 - c) ao Interesse Público, visando aproveitamento diverso para o logradouro.

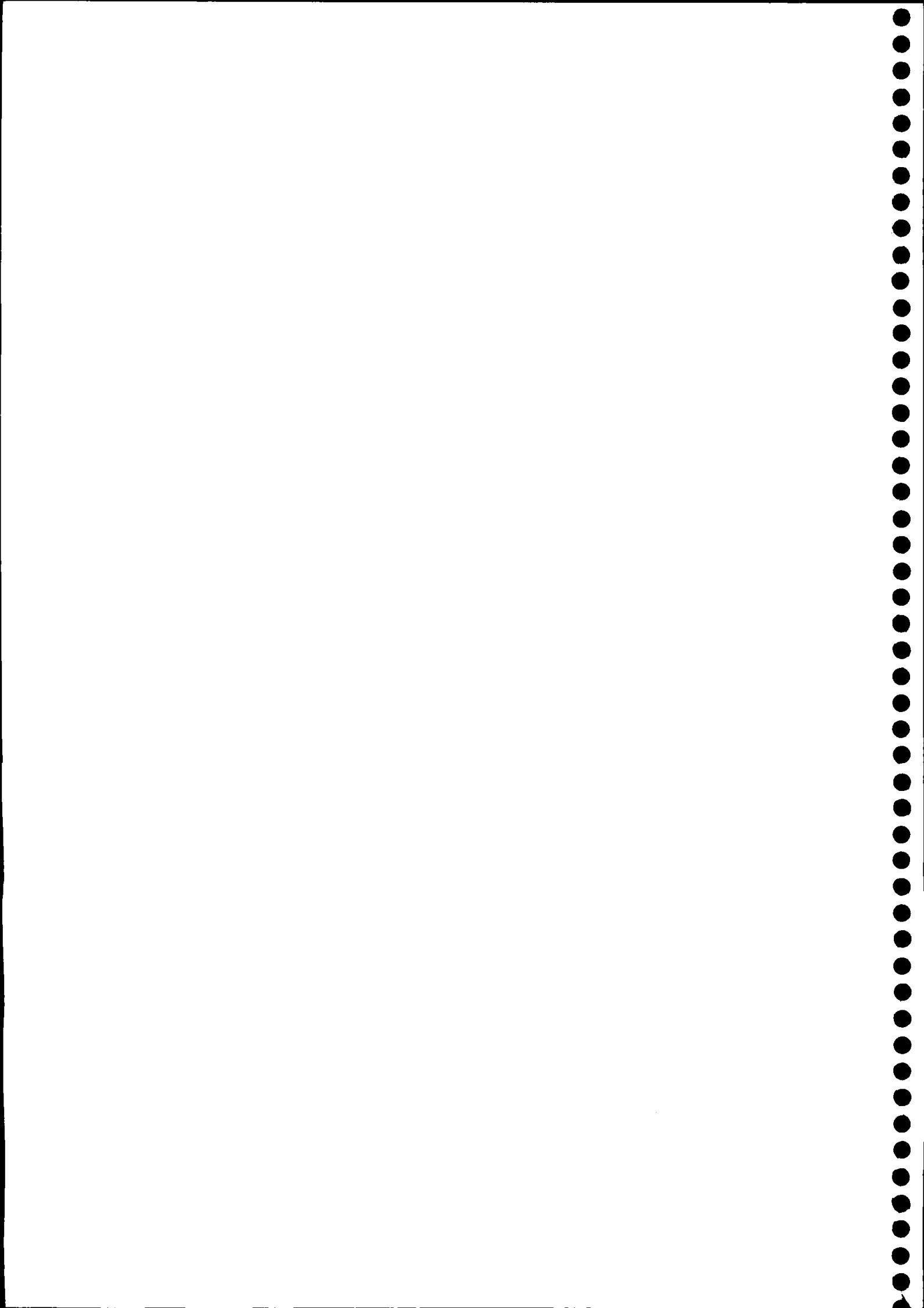
Parágrafo único. A desocupação decorrente nas condições acima referidas não incorrerá em nenhum ônus para a Administração Municipal.

SUBSEÇÃO V

DOS TOLDOS

Art. 64. Será permitida pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação, a instalação de Toldos e desde que possuam acesso frontal direto e que atendam às determinações discriminadas a seguir:

- I. cubram até 2/3 (dois terços) do passeio, ou no máximo, 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) do alinhamento predial e em qualquer caso, distem 0,90m (noventa centímetros) do meio fio;
- II. possuam, no pavimento térreo, elementos constitutivos com altura inferior a 2,40m (dois metros e quarenta centímetros) medidos do nível do passeio, podendo a Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transporte e Habitação indicar a cota adequada em função dos Toldos já existentes no mesmo logradouro;
- III. sejam limitados à extensão da fachada do estabelecimento;
- IV. não possuam vedação lateral;



- V. não prejudiquem a arborização, a iluminação pública, a visualização de placas denominativas de via e logradouro e/ou sinalização pública;
- VI. não exponham mercadorias em suas armações;
- VII. tenham vedação da coberta em tecido impermeabilizado, lona, borracha ou similar.

Parágrafo único. Será permitida a instalação de Toldos com estrutura em placas/barras metálicas.

Art. 65. Se providos de dispositivos reguladores da inclinação com relação à fachada deverão:

- I. utilizar material durável, não sendo permitida a utilização de material quebrável ou estilhaçável;
- II. o mecanismo de inclinação deverá garantir a segurança e a estabilidade do Toldo.

Art. 66. Fica facultada desde que possuam acesso frontal direto de veículos e estejam regularmente instalados de acordo com este Código.

Art. 67. A colocação de Toldos nas fachadas dos imóveis deverá ser precedida de Licença, não onerosa, para Instalação de Toldos, a qual será concedida com base em Requerimento preenchido pelo interessado, que deverá ser acompanhado de croquis, na escala de 1:100 onde figurem:

- I. corte lateral perpendicular à fachada;
- II. perfil da fachada;
- III. projeção do Toldo sobre o passeio;
- IV. largura do Toldo.

SEÇÃO III

DA PUBLICIDADE E PROPAGANDA EM GERAL

Art. 68. A exploração dos meios de publicidade e propaganda nas vias e logradouros e também nos lugares de acesso comum, ou os colocados em terrenos próprios ou privado, mas visíveis dos lugares públicos, depende de Licença de Meios de Publicidade e Propaganda expedida pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transporte e Habitação, a qual será onerosa e deverá ser solicitada através de Requerimento, sujeitando-se o Requerente, após aprovação, ao pagamento da taxa respectiva na Secretaria de Economia e Finanças.

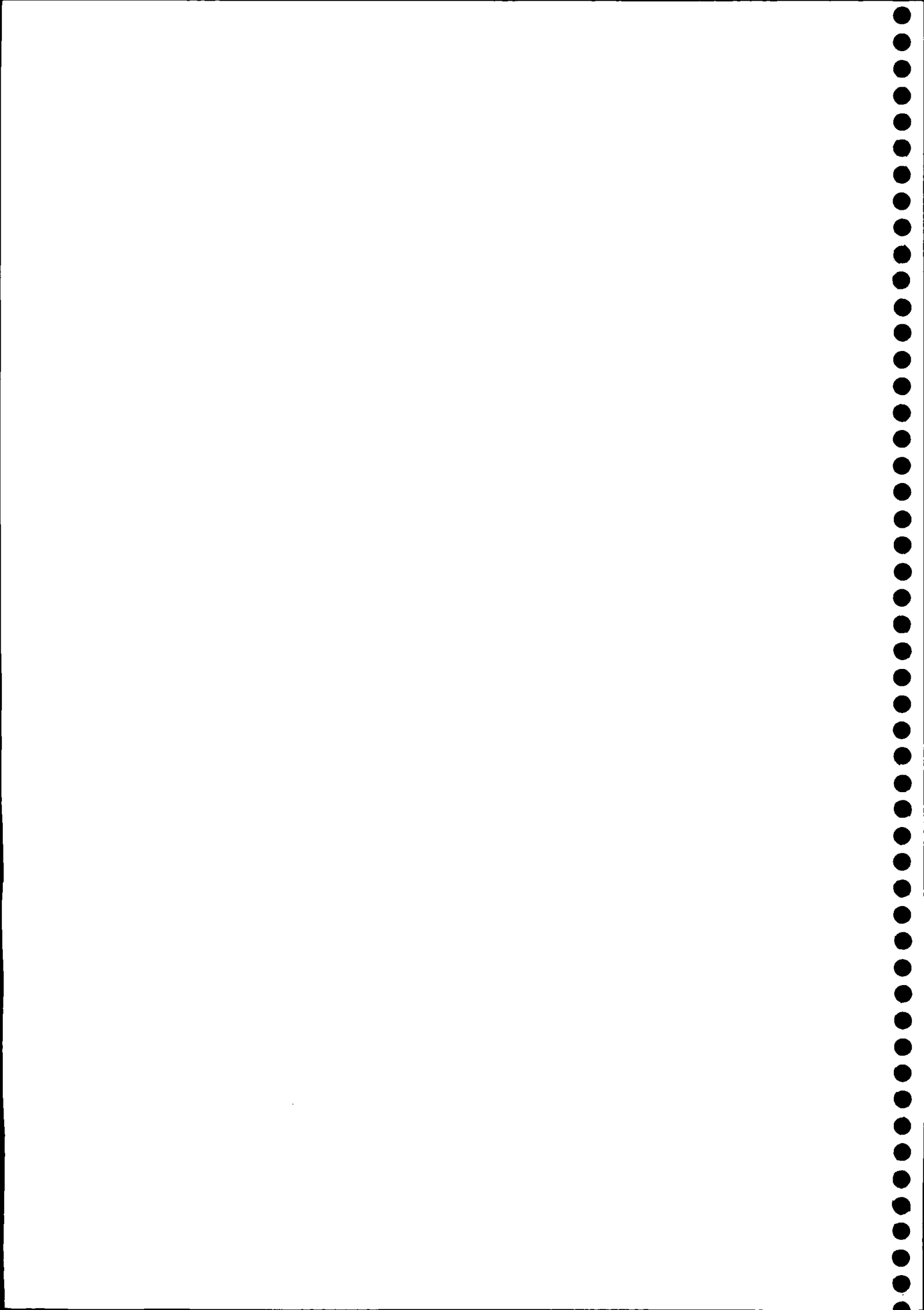
§ 1º. A taxa para Licença de Meios de Publicidade e Propaganda de que trata este Código será cobrada de acordo com o determinado no Código Tributário do Município.

§ 2º. Para a Instalação dos equipamentos denominados *Outdoor* e similares será cobrada a Taxa para Licença para Ocupação de Áreas em bens móveis e imóveis, a título precário, nas Vias, Terrenos e logradouros Públicos, de acordo com o estabelecido no Código Tributário Municipal.

§ 3º. A Licença de Meios de Publicidade e Propaganda será concedida a título precário e a critério da Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação e, quando for concedida, deverá obedecer às determinações deste Código e da Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Art. 69. A propaganda falada, em lugares públicos, por meio de propagandistas ou "shows" artísticos, está igualmente sujeita à prévia Licença de Meios de Publicidade e Propaganda e ao pagamento da taxa respectiva.

Art. 70. É considerado meio de publicidade e propaganda qualquer mensagem e/ou comunicação visual presente na paisagem urbana do território do Município visível a partir do logradouro público.



§ 1º. Consideram-se *letreiros* a indicação das atividades afixada no próprio local onde a atividade é exercida, desde que contenham apenas o nome do estabelecimento, a marca ou logotipo, o ramo de comércio, serviço ou indústria, o endereço e o telefone do mesmo.

§ 2º. Consideram-se *anúncios* as indicações de referências de produtos, de serviços ou de atividades, por meio de placas, cartazes, painéis, *Outdoors*, *backlights*, tabuletas e similares, colocados:

- I. no mobiliário urbano e/ou equipamento comunitário ou social;
- II. em local diferente daquele em que a atividade é exercida; no próprio local, quando as referências extrapolarem o teor das indicações do parágrafo anterior.

§ 3º. São também, considerados *anúncios*:

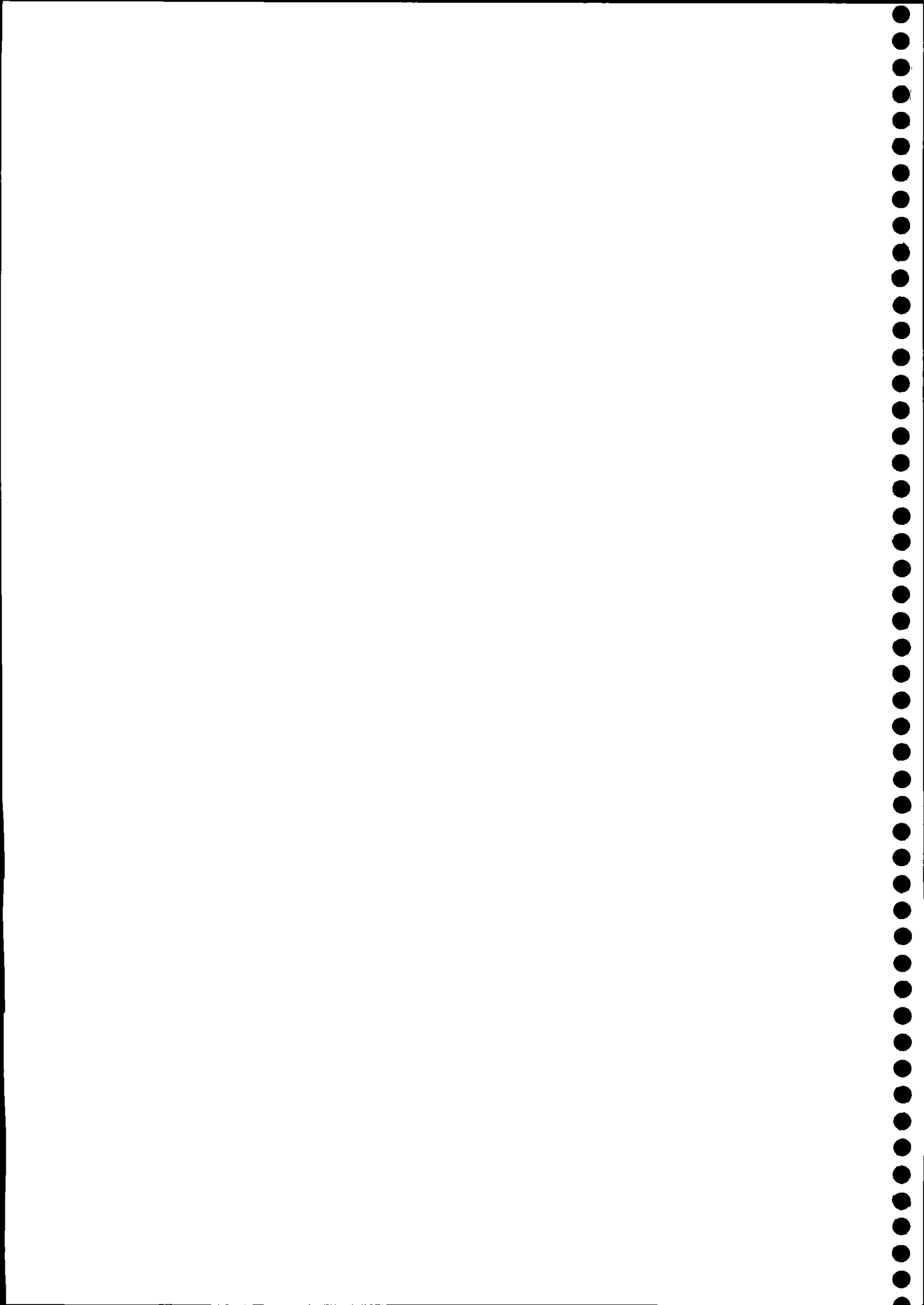
- I. a publicidade por carro de som;
- II. os painéis artísticos em portas em geral, muros e paredes;
- III. os painéis colados ou pintados sobre portas, muros e/ou paredes;
- IV. as placas colocadas sobre a cobertura dos imóveis ou sobre automóveis.

§ 4º. Toda e qualquer indicação colocada sobre a cobertura dos imóveis ou sobre automóveis será considerada anúncio publicitário.

Art. 71. Os letreiros e anúncios poderão ser fixados diretamente na fachada dos estabelecimentos, paralela ou perpendicularmente, ou quando houver recuo frontal sobre aparato próprio de sustentação até o alinhamento predial.

Art. 72. A publicidade e a propaganda são proibidas sob quaisquer circunstâncias quando instaladas:

- I. nos bens dominiais, especiais - inclusive muros - e de uso comum do povo nas áreas de interesse e de preservação ambiental e/ou nos imóveis considerados patrimônio histórico, artístico e cultural ou paisagístico da União, Estado ou Município e/ou que de alguma forma prejudique o aspecto paisagístico da Cidade, seu panorama natural, monumentos típicos, históricos e tradicionais;
- II. em lugares públicos por meio de amplificadores de voz ou equipamento similares ou projetores de imagens ainda que mudas;
- III. em locais que pela sua natureza, provoquem aglomerações prejudiciais ao tráfego e ao trânsito e/ou que obstrua a visibilidade da sinalização do tráfego e do trânsito, da placa de numeração, da nomenclatura de vias e logradouros e de outras informações de interesse público;
- IV. quando forem ofensivas à moral ou contenham dizeres desfavoráveis a indivíduos, crenças e instituições;
- V. de forma que obstruam, interceptem ou reduzam o vão das portas, janelas e respectivas bandeiras, prejudicando a renovação do ar e a iluminação dos espaços internos;
- VI. quando utilizem:
 - a) luzes ou inscrições que conflitem com sinais de trânsito;
 - b) base de espelho;
 - c) faixas de domínio das rodovias, ferrovias, redes de energia e similares;
 - d) a poda de árvores para viabilizar a instalação de quaisquer meios de publicidade e propaganda;
 - e) a arborização pública para colocar letreiros e /ou anúncios, cabos e fios, ou para suporte, apoio e instalação de quaisquer meios de publicidade e propaganda.
- VII. quando oferecerem perigo físico ou risco material;
- VIII. quando em faixas, inscrições, plaquetas e similares ou balões de qualquer natureza, sobre as vias públicas;
- IX. quando em volantes, panfletos e similares distribuídos em semáforos e por lançamentos aéreos;
- X. quando for de cigarro ou bebidas alcoólicas e distar menos de 100,00m (cem metros) de pré-escolas e escolas de 1º e 2º graus;



- XI. quando utilizar qualquer superfície de domínio particular, salvo se autorizada pelos proprietários ou responsáveis, inclusive para pichações e colagens de cartazes para qualquer fim;
- XII. quando for para expor cartazes, gravuras, livros, revistas ou jornais pornográficos ou obscenos;
- XIII. quando instalados nos abrigos dos pontos de carros de aluguel e/ou moto-táxi, e ainda, nos postes indicativos de ponto de parada de lotação;
- XIV. quando instalados nos templos e casas de oração;
- XV. quando apresentarem erros de ortografia, concordância entre outros;
- XVI. quando instaladas na pavimentação ou no meio-fio ou em quaisquer obras públicas ou privadas.

§ 1º. A reincidência na Infração deste Artigo determinará o cancelamento da Licença de Localização e de Funcionamento.

§ 2º. São considerados bens de uso comum do povo: parques, jardins, cemitérios, túneis, trevos, canteiros, pontes, viadutos, passarelas, calçadas, postes, árvores, monumentos e similares.

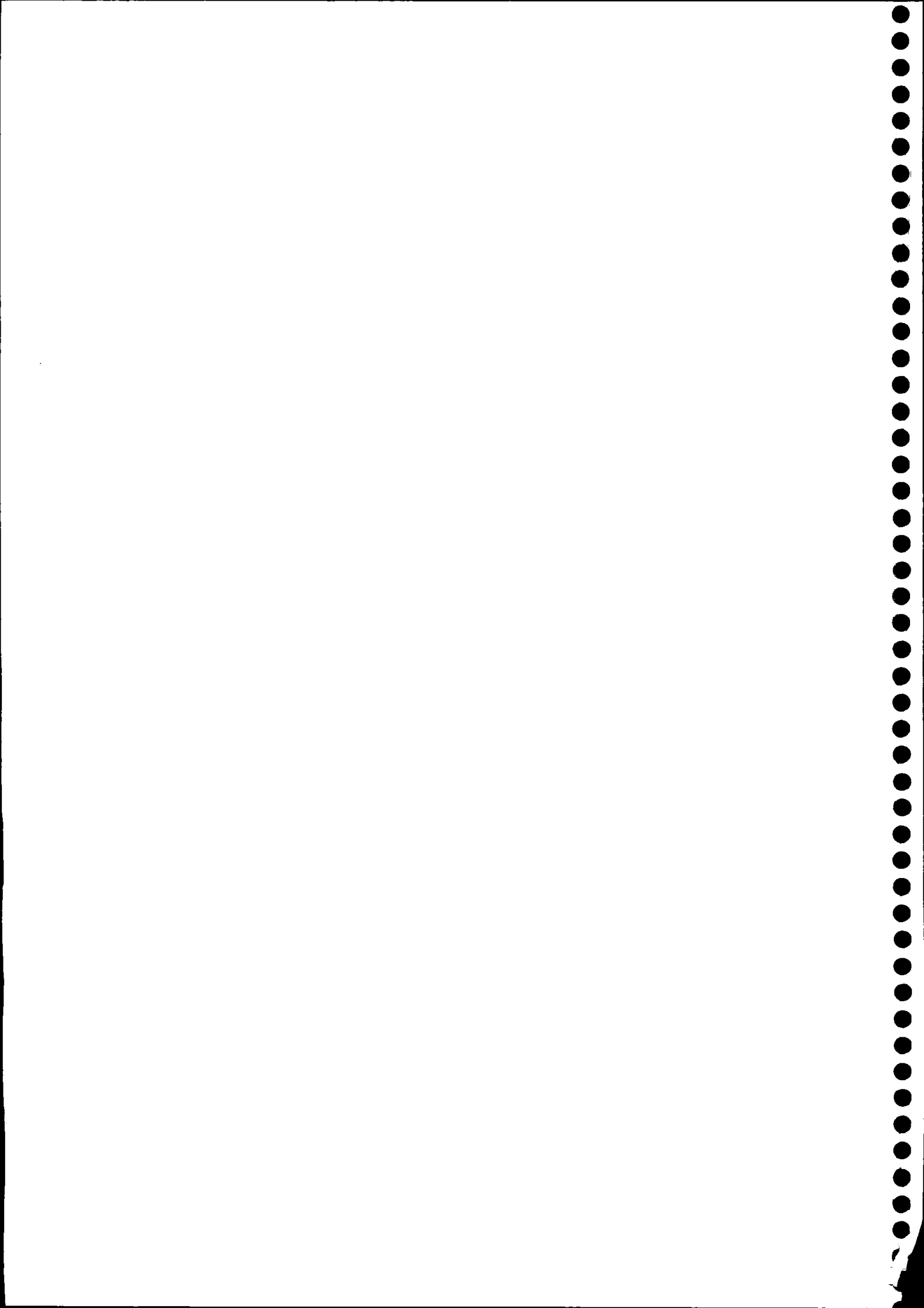
Art. 73. Será assegurada, em qualquer caso, a propaganda eleitoral realizada na forma da legislação específica.

Art. 74. O Requerimento para Concessão da Licença de Meios de Publicidade e Propaganda deverá anexar:

- I. a indicação dos locais em que serão colocados, distribuídos e/ou propagados, os letreiros e anúncios, bem como o equipamento;
- II. a inscrição imobiliária do imóvel no qual será instalado o letreiro ou anúncio;
- III. Autorização, por escrito, do proprietário do imóvel, quando de terceiros, com firma reconhecida, autorizando a instalação do equipamento publicitário;
- IV. nome ou razão social e o CNPJ da empresa anunciante e anunciada ou pessoa física;
- V. o nome e assinatura do representante legal da empresa anunciante;
- VI. o projeto de instalação e de especificação do equipamento, contendo:
 - a) todas as dimensões do equipamento;
 - b) vistas frontais;
 - c) vistas laterais;
 - d) material utilizado em sua confecção;
 - e) sistema e material de fixação;
 - f) sistema de iluminação a ser adotado, quando for o caso;
 - g) *layout* do entorno;
 - h) comprimento da fachada do estabelecimento;
 - i) disposição do anúncio em relação à fachada e ao terreno;
 - j) altura em relação ao nível do passeio público;
 - k) inteiro teor dos dizeres;
 - l) número de inscrição municipal da empresa ou do Responsável Técnico;
 - m) as cores empregadas.
- IV. anotação de Responsabilidade Técnica – ART emitida pelo CREA;
- V. para os casos de franquia, cópia do contrato com o franqueador.

§ 1º. Quando a Concessão da Licença de Meios de Publicidade e Propaganda for autorizada pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transporte e Habitação, o interessado deverá apresentar os seguintes comprovantes para serem anexados ao processo:

- I. comprovante de pagamento da taxa de Licença para a Publicidade, e quando for o caso, da Taxa de Ocupação de Área em Bens Móveis ou Imóveis, a título precário, nas Vias, Terrenos e Logradouros Públicos devidamente quitadas;
- II. Certidão Negativa de Débitos, para com a Administração Municipal para o caso das empresas locais, do Responsável Técnico pelo anúncio e do imóvel onde será instalado o letreiro e/ou anúncio;
- III. declaração de que aceita renovar ou consertar os anúncios e letreiros sempre que tais providências sejam consideradas necessárias pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transporte e Habitação;



IV. declaração de próprio punho, assinada pelo Requerente com firma reconhecida - de que aceita que a Administração Municipal, atendendo ao interesse público, possa mudar o local de instalação dos anúncios e letreiros, mesmo que licenciados, sem ressarcimento ao Requerente dos possíveis prejuízos financeiros que possam ser causados durante essa Remoção, transporte e relocação dos mesmos pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transporte e Habitação.

§ 2º. Os comprovantes acima deverão ser anexados ao processo pelo Servidor(a) designado(a) pela Administração Municipal, no momento da liberação da Licença de Meios de Publicidade e Propaganda, sob pena de responsabilidade administrativa.

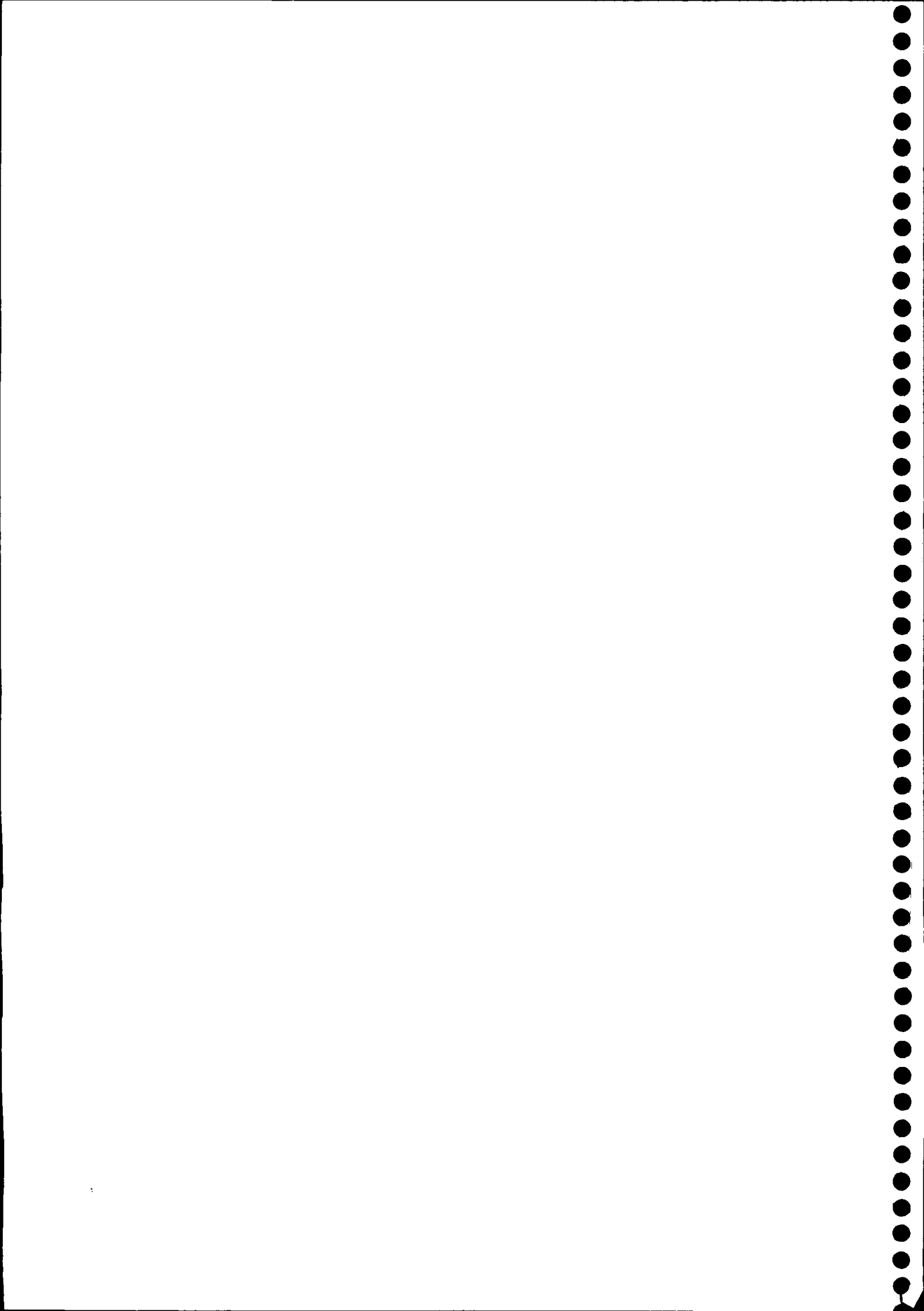
§ 3º. Estão isentas do pagamento da taxa referente à Concessão de licença para instalação de meios de publicidade e propaganda as do tipo letreiro, a ser fixada no próprio estabelecimento.

Art. 75. No caso de modificação das dimensões, material e/ou local anteriormente determinado para o equipamento publicitário, sem anuência da Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transporte e Habitação, a empresa anunciante, e na falta desta a empresa anunciada e/ou Responsável Técnico, serão Notificados para retornar as características iniciais e/ou local e usos licenciados, e não sendo a Notificação atendida no prazo de até 05 (cinco) dias, o equipamento será removido e a Licença cancelada sumariamente.

Parágrafo único. Caberá ressarcimento à Administração Municipal pelas despesas com a Remoção e o Depósito dos equipamentos desmontados, removidos e guardados pela mesma.

Art. 76. Para a Concessão da Licença de Meios de Publicidade e Propaganda, e quando for o caso da Licença Ocupação de Área em Bens Móveis ou Imóveis, a título precário, nas Vias, Terrenos e Logradouros Públicos, deverá ser observado o seguinte:

- I. para cada estabelecimento será autorizada uma área de propaganda nunca superior a 2/3 (dois terço) da área de fachada do próprio estabelecimento;
- II. a área total será subdividida proporcionalmente no caso de mais de um estabelecimento ocupando um imóvel;
- III. os estabelecimentos situados em andares superiores poderão fazer sua propaganda no hall da edificação;
- IV. quaisquer meios de publicidade e propaganda perpendiculares à fachada, no caso de edificação situada no alinhamento predial, não podem ter:
 - a) largura superior a 1,20m (um metro e vinte centímetros);
 - b) projeção superior a 1/3 (um terço) da largura total do passeio;
 - c) altura inferior a 2,40m (dois metros e quarenta centímetros) medida da cota do meio fio.
- V. todos os meios de publicidade e propaganda deverão distar no máximo 0,20cm (vinte centímetros) da fachada quando fixados paralelamente à mesma;
- VI. os equipamentos poderão ter área máxima de 30,00m² (trinta metros quadrados) desde que observados os seguintes limites:
 - a) 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) com relação às divisas do terreno;
 - b) recuo frontal até o alinhamento da testada principal de qualquer edificação;
 - c) serem instalados após a faixa *non aedificandi*, nos terrenos lindeiros à faixa de domínio das rodovia.
- VII. num mesmo equipamento poderá conter mais de um anúncio, sem que sejam necessárias novas Licenças;
- VIII. os equipamentos referentes à publicidade e/ou propaganda eleitoral, deverão ser retirados, sob a responsabilidade dos respectivos candidatos, até 30 (trinta) dias após a realização das eleições e plebiscitos;
- IX. cada equipamento terá a sua própria Licença, bem como cada publicidade e/ou propaganda fixada no mesmo;
- X. os equipamentos não poderão encobrir elementos construtivos que compõem o desenho da fachada, interferindo na composição estética da mesma, quando se tratar de edificação de valor histórico, artístico e cultural;
- XI. os equipamentos são permitidos em terrenos não edificados, ficando sua colocação condicionada à capina e Remoção de detritos, durante todo o tempo em que o mesmo estiver exposto, não sendo admitido corte de árvores para viabilizar a instalação dos mesmos;



- XII. será considerada, para efeito de cálculo da área de publicidade e/ou propaganda exposta, qualquer inscrição direta em toldos, marquises e paredes dos imóveis;
- XIII. será permitida a subdivisão do equipamento, desde que a soma das áreas de suas faces não ultrapasse a área total permitida;
- XIV. Os anúncios suspensos, luminosos, serão colocados a uma altura mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) do passeio público.

Art. 77. Quando se tratar de imóveis com mais de um pavimento, não poderá, em hipótese alguma, o equipamento colocado nas partes térreas prejudicar a visibilidade das portas e janelas dos usuários dos pavimentos superiores.

Art. 78. A publicidade ou propaganda por meio de panfletos, boletins, avisos, programas e semelhantes, na sede do Município, só será autorizada quando a mesma for distribuída diretamente aos transeuntes.

Art. 79. Os panfletos, boletins, programas e semelhantes destinados à distribuição, nas vias e logradouros públicos, não poderão ter dimensões menores que 0,10m (dez centímetros) por 0,15m (quinze centímetros), nem maiores de 0,30cm (trinta centímetros) por 0,40cm (quarenta centímetros).

§ 1º. Os contribuintes autorizados a distribuir panfletos, boletins, avisos, programas e assemelhados em vias e logradouros públicos deverão proceder à limpeza do local após o término da atividade.

§ 2º. Os panfletos, boletins, programas e assemelhados, além do texto e das gravuras próprios, conterão obrigatoriamente a mensagem: "CONTRIBUA COM A LIMPEZA DE NOSSA CIDADE, NÃO JOGUE ESTE PAPEL NO CHÃO", em espaço não inferior a 1,5 cm (um e meio centímetro) de largura por 0,8 m (oito centímetros) de comprimento.

Art. 80. A Administração Municipal mediante Licitação, poderá autorizar a exploração de publicidade nos postes de sinalização nas vias e logradouros localizados na Zona Urbana.

Art. 81. A Licença de Meios de Publicidade e Propaganda será concedida pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação pelo prazo de 12 (doze) meses e sempre a título precário.

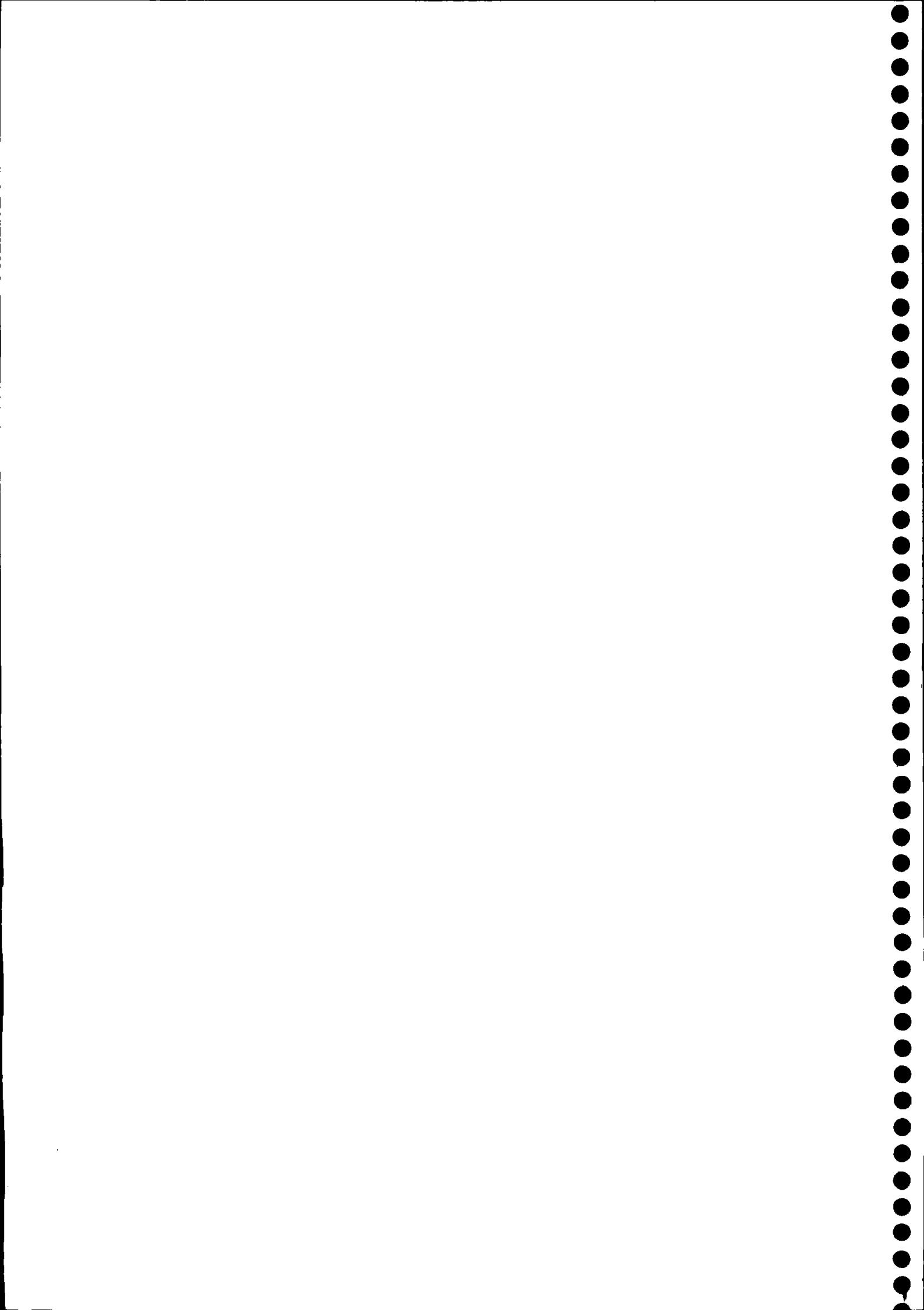
Art. 82. Poderá ser expedida uma única Licença de Meios de Publicidade e Propaganda por conjunto de placas, painéis ou *Outdoor* em um mesmo terreno, por empresa, indicada a posição de cada um e suas dimensões, respeitadas as determinações deste Código;

§ 1º. A mudança de localização do equipamento de publicidade exigirá nova Licença de Meios de Publicidade e Propaganda e da Licença para Ocupação de Área em Bens Móveis ou Imóveis, a título precário, nas Vias, Terrenos e Logradouros Públicos.

§ 2º. Na ocorrência de simultaneidade de Requerimento para uma mesma área, será licenciado o primeiro Requerimento registrado no Protocolo da Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transporte e Habitação.

§ 3º. A Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação, por motivo de segurança ou interesse público relevante, poderá determinar a Remoção imediata do equipamento publicitário, sem que caiba à licenciada o pagamento de qualquer indenização ou ressarcimento pela Administração Municipal.

§ 4º. A transferência da Concessão de Licença entre empresas deverá ser solicitada previamente à Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transporte e Habitação, antes da sua efetivação sob pena de suspensão da mesma.



Art. 83. Os equipamentos de publicidade e/ou propaganda encontrados sem que as empresas anunciantes e/ou anunciadas e/ou os responsáveis técnicos tenham satisfeito as formalidades determinadas neste Código, serão Notificados para Regularização.

Parágrafo único. Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias sem que a Notificação tenha sido atendida serão os equipamentos retirados e apreendidos pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transporte e Habitação, até a satisfação daquelas formalidades, cabendo aos Infratores, além do pagamento de Multa, o ressarcimento à Administração Municipal das despesas com os serviços de Desmonte, Remoção e Depósito dos mesmos.

Art. 84. A exibição de anúncios com finalidade educativa e cultural, bem como os de propaganda política de partidos e candidatos, regularmente inscritos no Tribunal Regional Eleitoral - TRE, será permitida, respeitadas as normas próprias que regulam a matéria.

Art. 85. Serão considerados Infratores para efeito deste Código as empresas anunciantes e promotoras locais que, diretamente, estejam envolvidas no evento, incluindo-se agências de promoção e publicidade e órgão de rádio-difusão e na falta destas, a empresa anunciada e/ou o Responsável Técnico.

Art. 86. Os equipamentos de publicidade e/ou propaganda que se encontrarem instalados na data de publicação deste Código e que estejam em desacordo com suas determinações, terão prazo de 180 (cento e oitenta) dias para regularizá-los, sob pena de Notificação, Multa e Apreensão.

Art. 87. A publicidade e/ou propaganda em *Outdoor* será normatizada através de Regulamento num prazo de até 180 (cento e oitenta) dias após a aprovação deste Código pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação.

Art. 88. Os equipamentos de publicidade e propaganda encontrados sem que satisfaçam as formalidades deste Código poderão ser apreendidos e retirados pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transporte e Habitação até o atendimento dessas formalidades e o pagamento da Multa prevista no Código Tributário Municipal de Delmiro Gouveia.

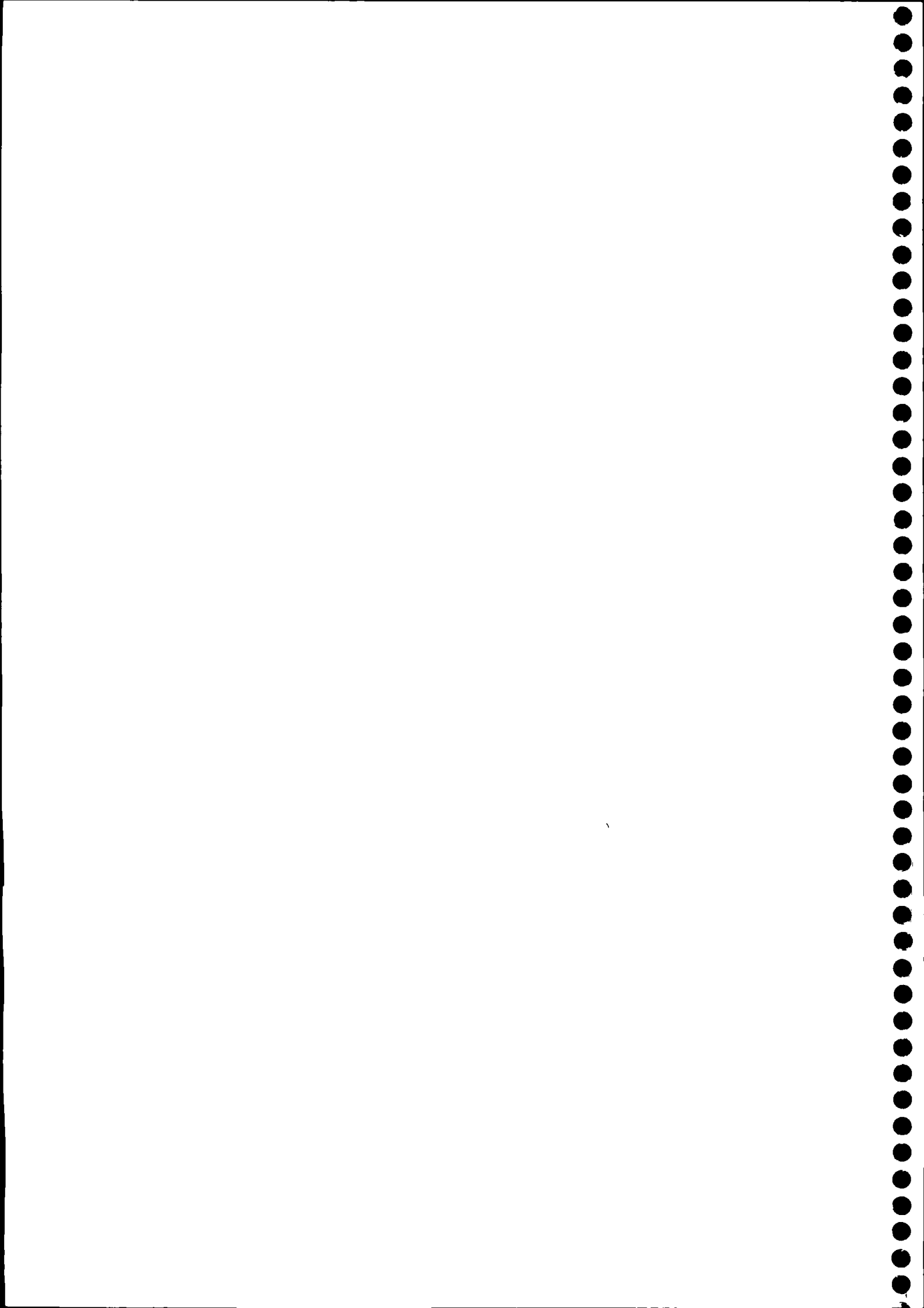
Art. 89. Em se tratando de anúncios próprios da empresa, fica a mesma isenta do pagamento da Taxa de Publicidade, obrigando-se, porém, à Licença de Meios de Publicidade e Propaganda.

SEÇÃO IV DO SOSSSEGO PÚBLICO

SUBSEÇÃO I DOS RESPONSÁVEIS

Art. 90. Os proprietários, arrendatários e responsáveis pelos estabelecimentos em geral, principalmente aqueles que vendem bebidas alcoólicas e os prestadores de serviços são obrigados a obedecer às determinações da Lei de Uso e Ocupação do Solo, deste Código e a zelar, no local onde exercem suas atividades, pela manutenção da ordem e da moralidade urbana, impedindo obscenidades e a emissão de sons excessivos tais como: algazarras, ruídos, barulhos e incômodos de qualquer natureza que ultrapassem os níveis de intensidade sonoros superiores aos fixados no presente Código e nas legislações pertinentes.

Art. 91. No interior dos estabelecimentos, que vendam bebidas alcoólicas, e que funcionem no período noturno, os proprietários, gerentes ou equivalentes serão responsáveis pela manutenção da ordem e da moralidade.



Parágrafo único. As desordens, algazarras, barulhos ou ruídos, bem como a emissão de sons excessivos porventura verificados no interior dos estabelecimentos a que se refere o *caput* deste Artigo, sujeitarão seus proprietários, responsáveis ou arrendatários às penalidades, cumulativas, ou não, de:

- I. apreensão dos aparelhos;
- II. multa;
- III. interdição do estabelecimento, nas reincidências;
- IV. cancelamento da Licença de Localização, e sendo o caso, da Licença de Funcionamento.

Art. 92. O disposto no Artigo anterior aplica-se aos estabelecimentos, tais como:

- I. restaurantes, confeitarias, padarias, sorveterias, bares, cafés e similares;
- II. mercearias, açougues, lojas e feiras de artesanato, bancas de jornais e revistas, floriculturas, farmácias e drogarias e funerárias;
- III. hotéis e similares;
- IV. postos de combustíveis e estacionamento para veículos;
- V. cinemas, teatros, boates e casas de diversões públicas.

SUBSEÇÃO II

DOS BARULHOS, RUÍDOS E ALGAZARRAS

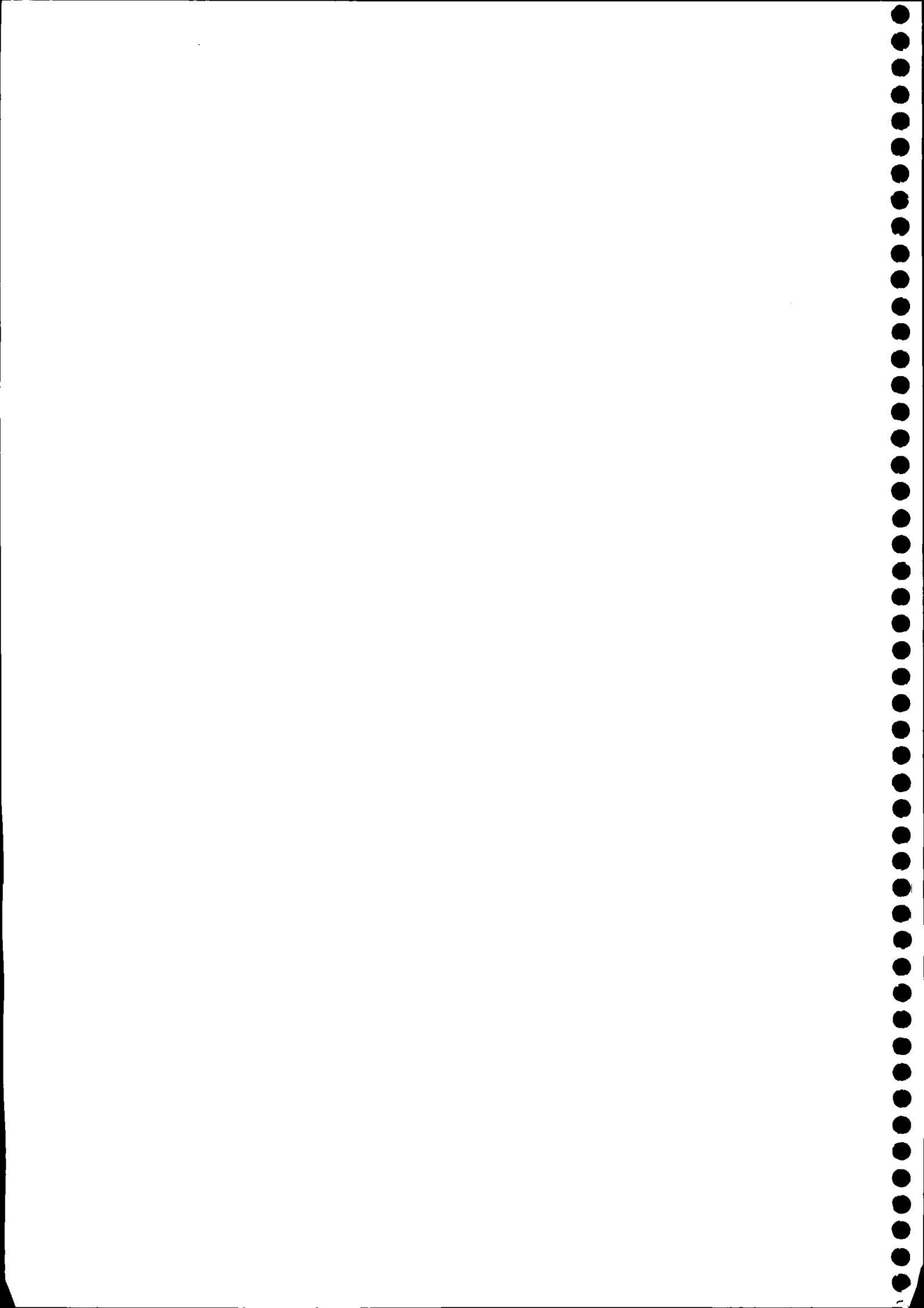
Art. 93. Para efeito deste Código, são considerados ruídos, barulhos ou sons excessivos os referidos neste Artigo, tais como:

- I. os de motores de explosão desprovidos de silenciosos, ou com estes em mal estado de funcionamento;
- II. os de buzinas, clarins, tímpanos, campainhas ou quaisquer outros aparelhos;
- III. a propaganda sonora realizada através de veículos com alto-falantes, megafones, bumbos, tambores, cornetas, bandas de música, entre outros, sem prévia Autorização da Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação;
- IV. o uso de alto-falantes, amplificadores de som ou aparelhos similares, inclusive portáteis, usados por ambulantes, nas vias e passeios públicos, ou com som proveniente de qualquer fonte sonora, mesmo instalada ou proveniente do interior de estabelecimentos, desde que se façam ouvir fora do recinto;
- V. os produzidos por armas de fogo;
- VI. os de morteiros, bombas e demais fogos ruidosos, em qualquer circunstância, desde que não autorizados pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação;
- VII. música excessivamente alta proveniente de lojas de discos e aparelhos musicais, academias de ginástica e dança, jogos eletrônicos e similares;
- VIII. os apitos ou silvos de sirene de fábricas ou estabelecimentos outros, por mais de 30 (trinta) segundos, ou depois das 22:00h (vinte e duas horas) até às 7:00h (sete horas);
- IX. os batuques, congados, música ao vivo e outros divertimentos congêneres, sem Licença da Administração Municipal.

Art. 94. Os estabelecimentos, prioritariamente os locais de diversão pública, como bares, restaurantes, clubes, boates e similares, deverão adotar em suas instalações, dispositivos, materiais, recursos e equipamentos de modo a conter a intensidade sonora do seu interior.

§ 1º. Os estabelecimentos citados no *caput* do Artigo devem evitar a produção de ruídos, acima do admissível considerado por lei e que eventuais vibrações sejam perceptíveis do lado externo das paredes perimetrais da própria unidade autônoma, ou nos pavimentos das unidades vizinhas, para não perturbar o sossego da vizinhança, especialmente em locais que exijam restrições sonoras tais como: proximidades de hospitais, escolas, asilos, creches, bibliotecas, sedes dos poderes legislativo, executivo e judiciário, das polícias militar e civil, entre outros.

§ 2º. Os estabelecimentos que, a despeito da aplicação de dispositivos especiais, não apresentarem diminuição sensível das perturbações, não poderão funcionar aos domingos e feriados, nem a partir das 18:00h (dezoito horas), nos dias úteis.



Art. 95. O nível máximo de intensidade de som ou de ruído permitido antes das 07:00 (sete) horas e depois das 22:00 (vinte e duas) horas é de, no máximo, 40db (quarenta decibéis) no entorno de hospitais, clínicas e casas de saúde com internação, asilos, escolas em geral, faculdades, bibliotecas, templos de qualquer religião, fóruns judiciários, sede do Poder Legislativo, locais onde funcionem a Administração Municipal, unidades militares, teatros, sendo proibido executar qualquer trabalho ou serviço que produza ruído acima daquele limite.

Art. 96. Os níveis máximos de intensidade de som ou de ruído permitidos a partir das 18:00h (dezoito) horas às 07:00 (sete) horas do dia seguinte, na Zona Urbana, são os seguintes:

- I. zonas **residenciais** até 50 db (cinquenta decibéis);
- II. zonas **comerciais** até 60 db (sessenta decibéis);
- III. zonas **industriais** até 65 db (sessenta e cinco decibéis);

Parágrafo único. Durante o período diurno os níveis de intensidade de som ou ruído poderão ser acrescidos de até 05 db (cinco decibéis) por natureza de restrição.

Art. 97. Não será concedida, em quaisquer hipóteses, e sob pena de responsabilidade administrativa, Licença de Localização ou renovação da Licença de Funcionamento sem que hajam sido identificados os níveis de sons e ruídos emitidos pelo estabelecimento que o produz e atendidas às determinações do Artigo anterior.

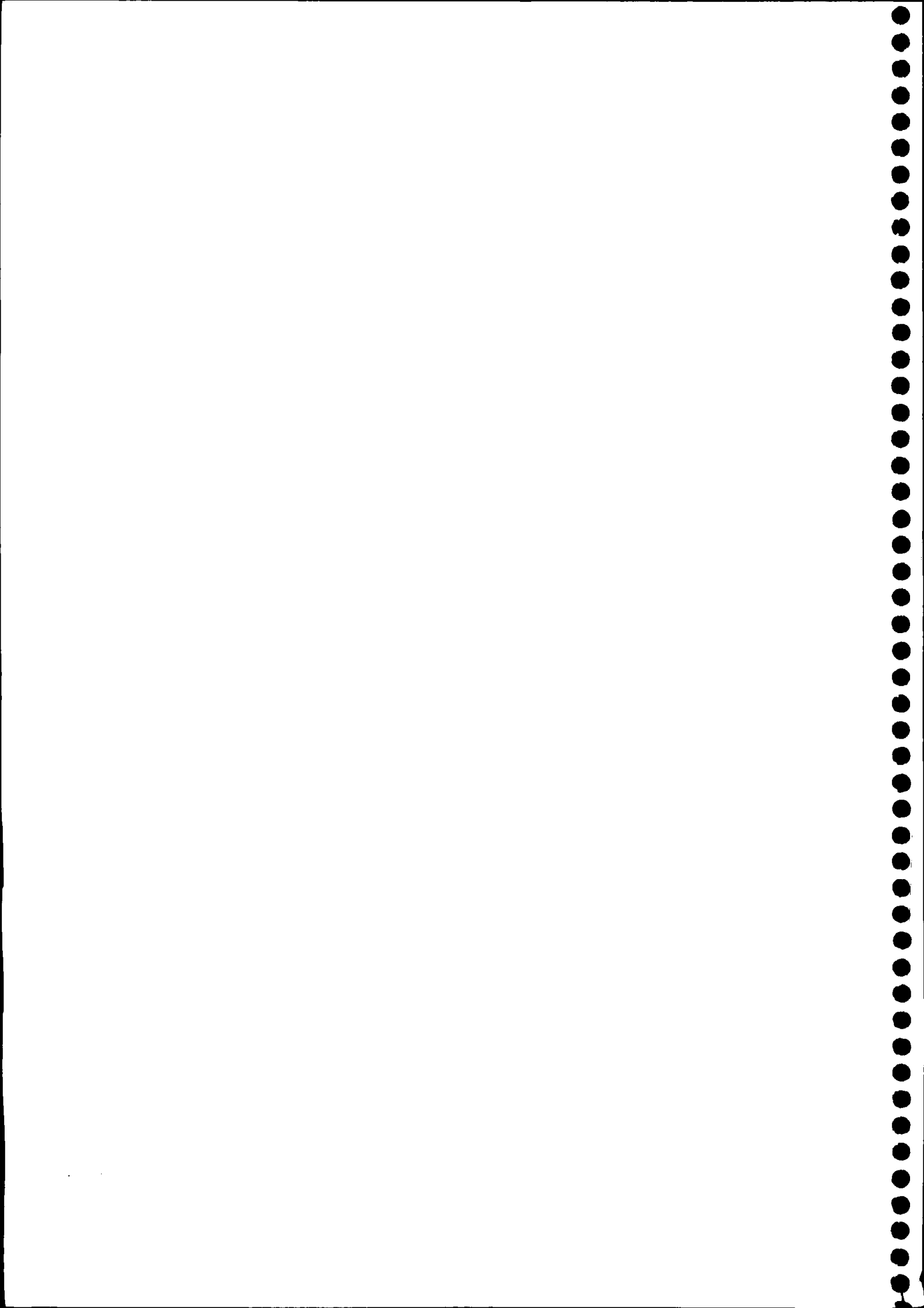
Parágrafo único. É condição para liberação da Licença de Localização e da Licença de Funcionamento que as determinações do *caput* do Artigo sejam comprovadamente atendidas através de Laudos Técnicos emitidos por empresas especializadas.

Art. 98. É proibido sob quaisquer circunstâncias perturbar o sossego público com quaisquer ruídos ou sons excessivos, excetuando-se:

- I. os tímpanos, sinetas ou sirenes dos veículos militares, de ambulância, do Corpo de Bombeiros e das polícias, quando em serviço;
- II. os apitos das rondas e das guardas municipais e policiais;
- III. os sons produzidos pelas máquinas, equipamentos, motores e aparelhos utilizados nas construções ou obras de qualquer natureza, devidamente licenciadas pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação, desde que funcionem das 07:00 (sete horas) às 18:00 (dezoito horas) e obedeçam aos índices sonoros estabelecidos neste Código;
- IV. as manifestações em festividades religiosas, comemorações oficiais, reuniões desportivas, festejos típicos, carnavalescos e juninos, passeatas, desfiles, fanfarras, banda de música, campanhas educativas referentes à saúde pública, divulgação de notas de falecimento, entre outros, desde que se realizem em horários e locais previamente autorizadas pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação e nas circunstâncias consagradas pela tradição;
- V. vozes ou aparelhos usados em propaganda eleitoral, de acordo com a legislação própria e nos horários fixados pela mesma;
- VI. os sinos das igrejas, templos ou capelas, desde que sirvam exclusivamente para indicar horas ou anunciar Atos religiosos, e também os toques de rebate por ocasião de incêndios, inundações ou outras ocorrências de calamidade pública.

Parágrafo único. Aos estabelecimentos que necessitem ajustar-se às determinações deste Código será concedido prazo de até 90 (noventa) dias, a partir da publicação deste, ou, em último caso, da Notificação pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação, findo o qual os mesmos estarão sujeitos às penalidades definidas.

Art. 99. A emissão de sons e ruídos em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais, religiosas, culturais e esportivas, inclusive as de propaganda, obedecerá, no interesse da saúde, da segurança, do sossego e aos padrões e critérios determinados neste Código.



Parágrafo único. Consideram-se prejudiciais à saúde, à segurança e ao sossego público, para fins deste artigo, os sons e ruídos que:

- I. atinjam, no ambiente exterior do recinto em que têm origem, nível de som de mais de dez decibéis (db), na curva (A), acima do ruído de fundo existente no local, sem tráfego de veículos;
- II. independente do ruído de fundo, atinjam no ambiente exterior do recinto em que têm origem, mais de quarenta decibéis (db) na curva (A), após as 22:00 horas;
- III. para medição dos níveis de som considerados nesta seção, o aparelho medidor de nível de som, conectado à resposta lenta, deverá estar com microfone afastado, no mínimo, de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) da divisa do imóvel que contém a fonte de som e ruído, e à altura de 1,20m (um metro e vinte centímetros) do solo ou no ponto de maior nível de intensidade de sons e ruídos do edifício reclamante;
- IV. o microfone do aparelho medidor de nível de som deverá estar sempre afastado, no mínimo, 1,20m (um metro e vinte centímetros) de quaisquer obstáculos, bem como guarnecido com tela de vento;
- V. os demais níveis de intensidade de sons e ruídos fixados por esta seção atenderão às normas da Normas Técnicas Brasileiras e serão medidos por decibelímetro padronizado pela Administração Municipal.

Art. 100. As instalações elétricas só poderão funcionar quando tiverem dispositivos capazes de eliminar as correntes parasitas, diretas ou induzidas, as soluções de alta frequência, chispas e ruídos prejudiciais à recepção de som e imagem.

SUBSEÇÃO III

DOS DIVERTIMENTOS E FESTEJOS PÚBLICOS

Art. 101. Divertimentos Públicos para efeitos deste Código são os que se realizam nas vias públicas, em construções temporárias ou em recintos fechados, de livre acesso ao público, cobrando-se, ou não, ingressos.

Parágrafo único. Excetua-se das disposições deste Artigo as reuniões de qualquer natureza, sem convites ou entradas pagas, levadas a efeito por clubes ou entidades de classe em sua sede, ou as realizadas em residências particulares, esporadicamente.

Art. 102. É obrigatória a Concessão de Licença para Comércio Eventual de Grande Porte emitida pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação, sempre onerosa, e a obediência às determinações deste Código para a sua realização, portanto, nenhum divertimento, com Requerimento esportiva ou festejo de caráter público, como espetáculos, bailes, festas públicas, eventos entre outros, mesmo aqueles realizados em recintos fechados, de livre acesso ao público, cobrando-se ou não ingressos poderá ser realizado sem Licença, inclusive o imóvel deverá obedecer às determinações do Código de Obras e Instalações de acordo com o uso a que se destina.

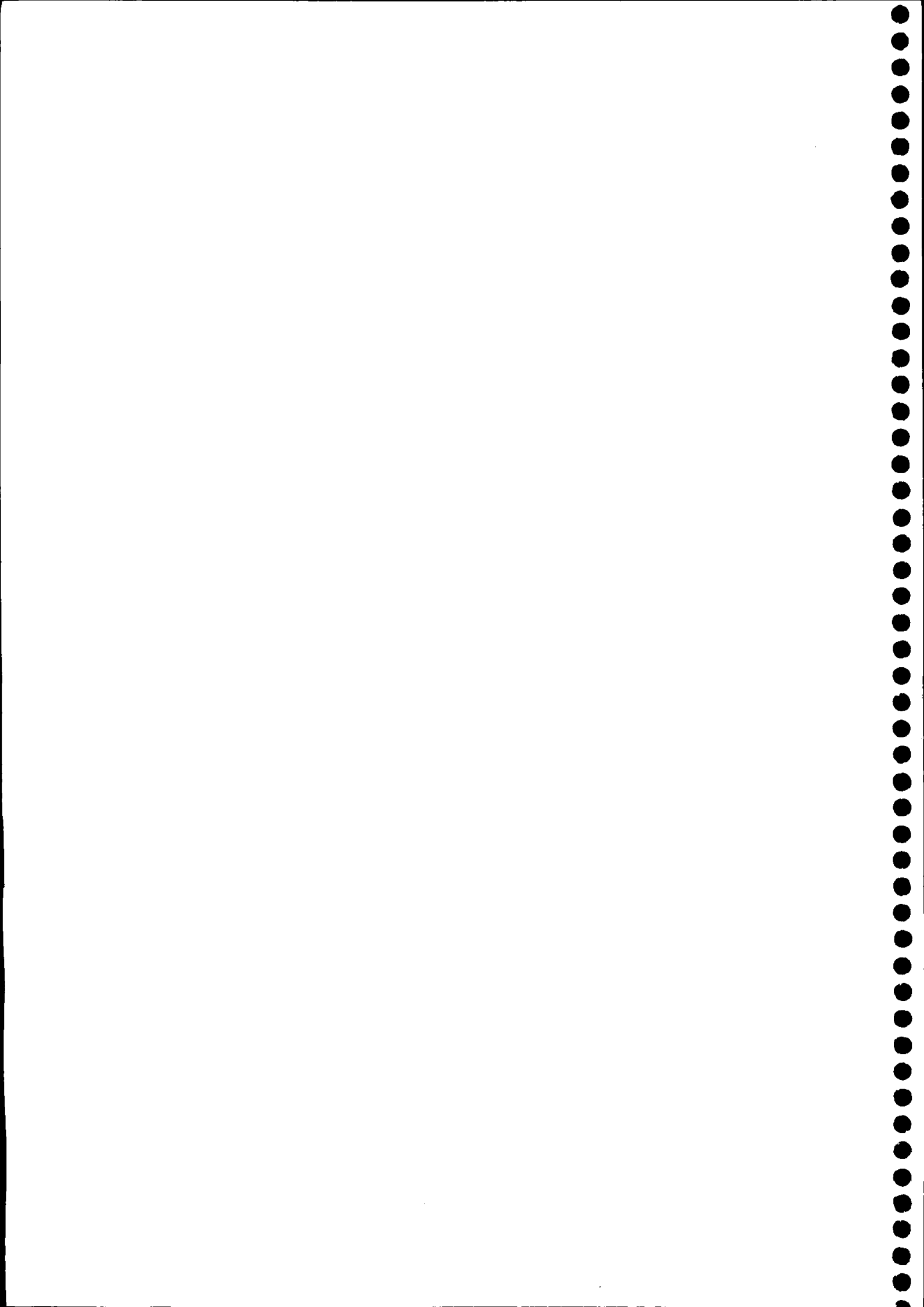
§ 1º. Nenhum divertimento público poderá ser realizado sem satisfazer as condições dispostas na Lei de Uso e Ocupação do Solo e nas demais leis urbanísticas vigentes.

§ 2º. Na localização de "danceterias", ou de estabelecimentos de diversão noturna, a Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação terá sempre em vista o sossego e a moralidade urbana.

§ 3º. Equipara-se ao divertimento público a execução de música ao vivo em estabelecimentos comerciais ou prestadores de serviços.

Art. 103. Para a Concessão da Licença para Comércio Eventual de Grande Porte, os promotores de divertimentos públicos, devem:

- I. preencher o Requerimento com a indicação do local onde será realizado o evento;



- II. obter Autorização, por escrito, do proprietário do imóvel, quando de terceiros, com firma reconhecida;
- III. informar a Razão Social e o n.º do CNPJ da empresa realizadora do evento, quando for o caso;
- IV. informar o nome e o n.º do CPF do responsável, ou responsáveis, pelo evento, quando for o caso;
- V. anexar para fins de registro, declaração, do próprio punho, de que as instalações foram vistoriadas previamente pelas autoridades definidas neste Código e que está autorizado a realizar o evento;
- VI. anexar cópia da proposta do evento.

Parágrafo único. Para realização de festejos a céu aberto será obrigatória a Licença prévia da autoridade policial, especificando data, horário e local.

Art. 104. O Requerimento de Licença para Comércio Eventual de Grande Porte em qualquer casa de diversão, ou ambiente de comRequerimento, ou apresentação de espetáculos, ou eventos será instruído com os seguintes documentos:

- I. análise e aprovação prévia dos órgãos municipais competentes, quanto a localização, acessos e eventuais interferências da operação no sistema viário local, à ordem, ao sossego e à tranquilidade da vizinhança;
- II. a prova de terem sido satisfeitas as exigências regulamentares referentes ao Zoneamento Urbano, à construção, adequação acústica, à higiene do edifício e à segurança dos equipamentos e máquinas, quando for o caso, às normas do Código de Proteção contra Incêndios emitido pelo Corpo de Bombeiros.

§ 1. As exigências contidas neste Artigo não atingem as reuniões de qualquer natureza, sem entrada paga, realizadas nas sedes das entidades profissionais ou beneficentes, bem como as realizadas em residências.

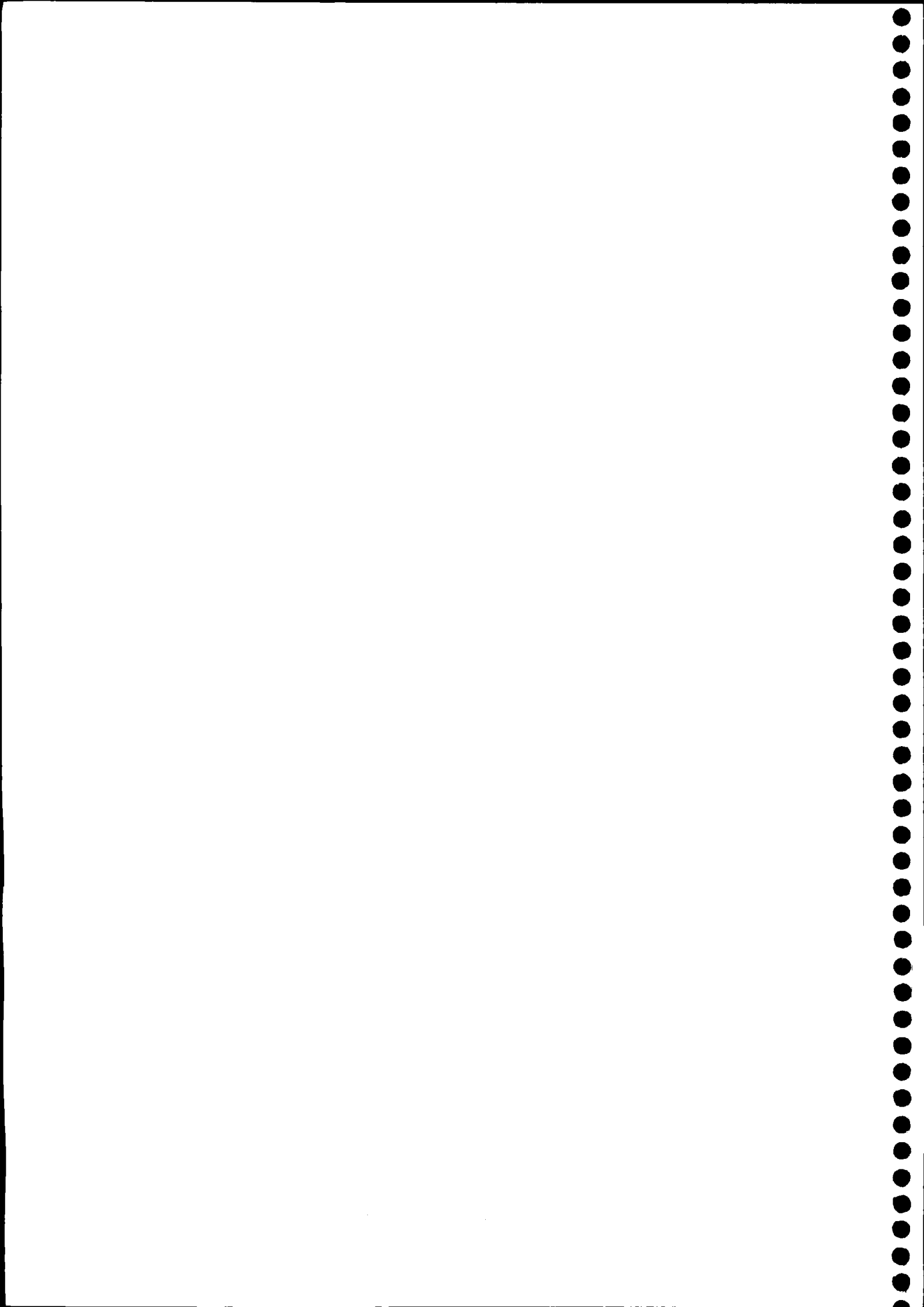
§ 2. As exigências do *caput* do Artigo serão extensivas para armação de circos, parques de diversão e recreativos, feiras de negócios, clubes, salas de espetáculos, cinemas e eventos similares.

Art. 105. Visando a segurança do público, embora licenciado, o evento somente poderá ser liberado depois de Vistoriado pelas autoridades competentes, tais como:

- I. Corpo de Bombeiros;
- II. Departamento de Vigilância Sanitária do Município e/ou do Estado;
- III. concessionários e prestadoras de serviços públicos de energia, água e esgoto;
- IV. representantes do CREA.

Art. 106. Em todas as casas de diversões públicas, serão observadas as seguintes disposições, além das estabelecidas pelo Código de Obras e Instalações e por outras leis e Regulamentos:

- I. tanto as salas de entrada, como as de espera e de espetáculos serão mantidas livres;
- II. as portas e os corredores para o exterior serão amplos e conservar-se-ão sempre livres de grades, móveis ou quaisquer objetos que possam dificultar a retirada do público em caso de emergência;
- III. todas as portas de saída serão encimadas por inscrição indicativa, legível à distância, mesmo quando se apagarem as luzes da sala;
- IV. os aparelhos destinados à renovação do ar deverão ser conservados em perfeito estado de funcionamento;
- V. haverá instalações sanitárias independentes para homens e mulheres, as quais serão mantidas em perfeitas condições de higiene;
- VI. serão tomadas as precauções necessárias para evitar incêndios, sendo obrigatória a adoção de extintores de fogo em locais visíveis, de fácil acesso e com placas indicativas previamente aprovados pelo Corpo de Bombeiros;
- VII. fica proibida a abertura e funcionamento de casa de diversões a menos de 200,00m (duzentos metros), lineares, de templo religioso de qualquer culto, escola, casa de saúde,



hospital, delegacia, abrigo e outros de acordo com a Lei de Uso e Ocupação do Solo e no entendimento da Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação.

Art. 107. Quando for autorizada a Concessão da Licença Especial, o interessado deverá apresentar os seguintes comprovantes:

- I. recolhimento da Taxa de Licença para Comércio Eventual de Grande Porte que poderá ser utilizada para a limpeza e a recomposição dos logradouros públicos a qual será integralmente restituída se não houver necessidade de limpeza ou reparos, em caso contrário, serão deduzidas da mesma as despesas realizadas com tais serviços;
- II. certidão Negativa de Débitos para com a Administração Municipal para o caso da empresa realizadora do evento e do(s) Responsável(is) Técnico(s), quando for o caso;
- III. recolhimento da Taxa de Licença de Ocupação de Áreas em bens móveis e imóveis, a título precário, nas Vias, Terrenos e Logradouros Públicos, quando for o caso;

Parágrafo único. Os comprovantes acima deverão ser anexados ao processo pelo Servidor(a) designado(a) pela Administração Municipal, no momento da liberação da Licença, sob pena de responsabilidade administrativa.

Art. 108. Para efeito de fiscalização, os promotores de divertimentos públicos, colocarão a Licença para Comércio Eventual de Grande Porte, em lugar visível e a exibirá sempre que for solicitado pelo Servidor(a) designado(a) pela Administração Municipal para a fiscalização.

Art. 109. A Concessão da Licença para Comércio Eventual de Grande Porte será expedida pelo prazo previsto para duração do evento e não será concedida por prazo superior a 30 (trinta) dias.

Art. 110. A armação de circos de pano, parques de diversões ou de palcos para shows, só poderá ser permitida em locais determinados pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação.

§ 1º. A Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação somente autorizará a armação dos estabelecimentos citados no *caput* deste Artigo, caso os Requerentes apresentarem a(s) respectiva(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica, (ART)(s) do(s) profissional(is) responsável(eis) pelo projeto estrutural, elétrico e demais projetos necessários, conforme a legislação do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, CREA.

§ 2º. A Licença para Comércio Eventual de Grande Porte e da Licença de Ocupação de Áreas em bens móveis e imóveis, a título precário, nas Vias, Terrenos e Logradouros Públicos para os estabelecimentos de que trata o *caput* do Artigo não ultrapassará o prazo de 90 (noventa) dias.

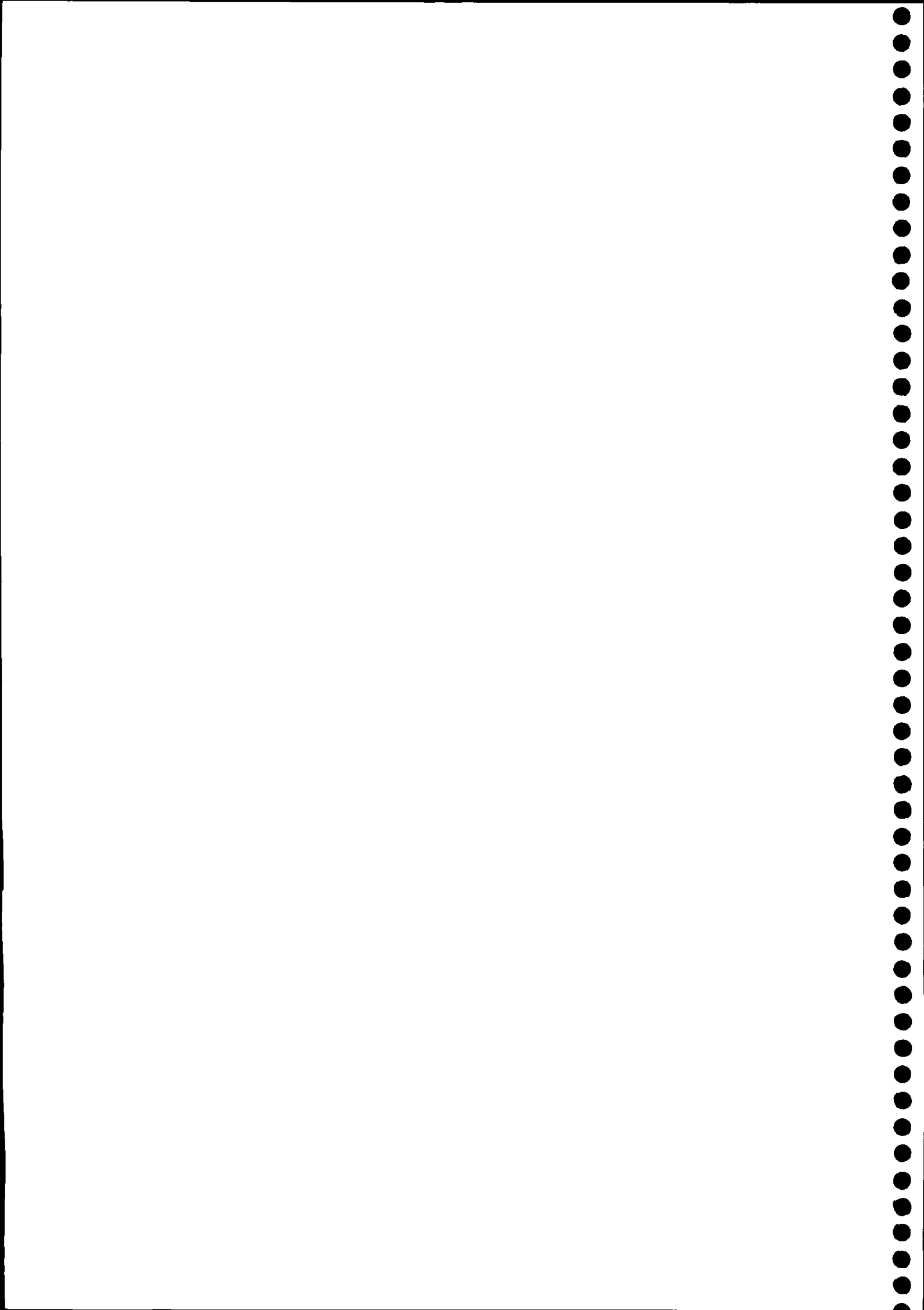
§ 3º. Ao conceder a Licença, poderá a Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação estabelecer as restrições que julgar convenientes, no sentido de assegurar a ordem e a moralidade dos divertimentos e o sossego da vizinhança.

§ 4º. Ao seu juízo, poderá a Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação não renovar a Licença do circo ou parque de diversão, ou obrigá-los a novas restrições ao conceder-lhes a renovação requerida.

§ 5º. Os circos e parques de diversões embora autorizados, só poderão ser franqueados ao público depois de vistoriados em todas as suas instalações pelos órgãos citados neste Código.

Art. 111. Excetuando-se as áreas públicas projetadas para esta finalidade, não será permitida a Interdição e a utilização das vias e logradouros públicos de acordo com as determinações deste Código.

Art. 112. Nos eventos em que se exige pagamento de entradas, os bilhetes de entrada não poderão ser vendidos por preço superior ao anunciado e em número excedente à lotação do



estabelecimento quer seja teatro, cinema, circo, sala de espetáculos ou ginásio de esportes pré-estabelecida e de acordo com o Código de Obras e Instalações.

§ 1º. São vedados alterações nos programas anunciados e modificações nos horários estabelecidos e os mesmos deverão ser integralmente executados depois de iniciada a venda de ingressos, sob pena de Multa, Apreensão dos ingressos e Interdição do estabelecimento.

§ 2º. Em caso de modificação do programa ou de horário, a empresa devolverá aos espectadores o preço integral da entrada.

§ 3º. As disposições deste Artigo aplicam-se inclusive às competições esportivas para as quais se exija o pagamento de ingressos.

Art. 113. Os promotores de divertimentos públicos, de efeito competitivo ou de competições esportivas que demandem, ou não, o uso de veículos ou de qualquer outro meio de transporte pelas vias públicas, deverão apresentar, para aprovação pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação, os planos, regulamentos e itinerário, bem como comprovar idoneidade financeira para responder por eventuais danos causados por eles ou por particulares aos bens públicos ou particulares.

Art. 114. É proibido sob quaisquer circunstâncias, durante a realização desses eventos, o acesso de pessoas portando: garrafas, objetos cortantes, mastros, fogos de artifício, armas brancas e de fogo e quaisquer outros objetos que possam causar danos físicos a terceiros, ou atirar substâncias ou objetos de qualquer natureza que possam molestar transeuntes e moradores, ou danificar patrimônio público ou privado.

Art. 115. Nas casas de espetáculo de sessões consecutivas, que não tiverem exaustores suficientes, deve decorrer lapso de tempo entre saída e entrada dos espectadores para o efeito de renovação do ar.

Art. 116. Não serão fornecidas Licenças para a realização de jogos ou diversões ruidosas em locais compreendidos em área formada por um raio de 100,00m (cem metros) de hospitais, casas de saúde ou maternidades.

Art. 117. Para o funcionamento de teatros, além das demais disposições aplicáveis, deverá a parte destinada ao público, ser inteiramente separada da parte destinada aos artistas, não havendo entre as duas mais que a indispensável comunicação com as vias públicas, de maneira que assegure saída ou entrada franca, sem dependência da parte destinada ao público.

Art. 118. Fora do período destinado aos festejos carnavalescos, a ninguém é permitido apresentar-se com máscaras ou fantasias nas vias públicas, salvo com Licença Especial, não onerosa, das autoridades policiais e municipais.

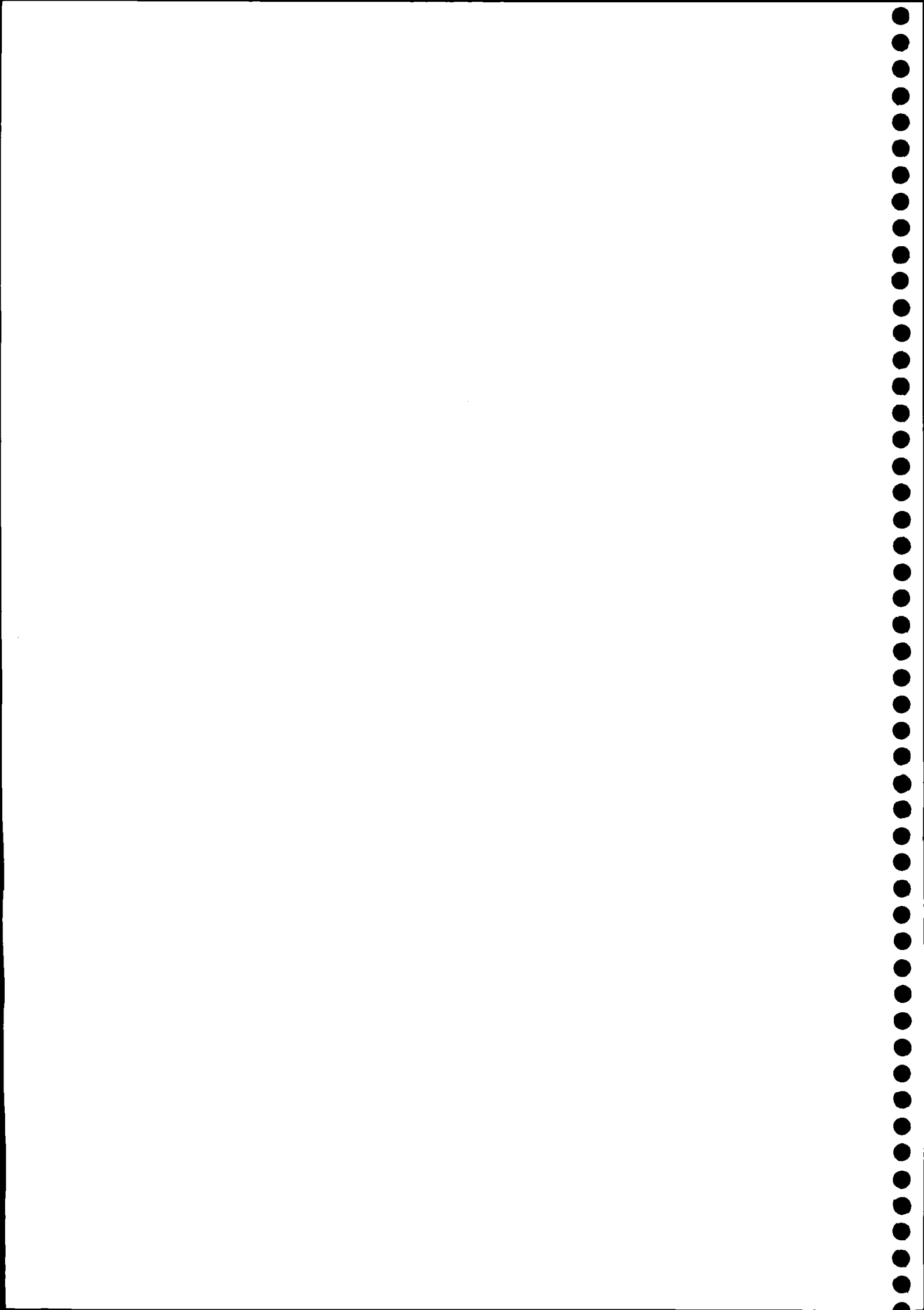
SEÇÃO V

DO FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS
E PRESTADORES DE SERVIÇOS, COOPERATIVAS,
ASSOCIAÇÕES OU ENTIDADES DIVERSAS.

SUBSEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 119. Todo estabelecimento comercial, industrial, prestador de serviços, associação ou entidade, inclusive quiosques, vagões, vagonetes, *trailers* quando montados em veículos automotores, ou por eles tracionáveis, bem como similares instalados no território do Município, deverá Requerer à Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação, Licença de Localização e Licença para Funcionamento, ambas onerosas.



§ 1º. As Licenças serão concedidas obedecendo às determinações da legislação federal, estadual e municipal e especialmente às determinações deste Código, à Lei de Uso e Ocupação do Solo, aos Códigos Sanitários do Município e do Estado, ao Código de Obras e Instalações, ao Código Tributário Municipal, ao Código de Meio Ambiente Municipal e Estadual, às exigências do Corpo de Bombeiros e demais legislações correlatas.

§ 2º. A eventual imunidade ou isenção de tributos de acordo com as determinações da Constituição Federal e do Código Tributário Nacional e Municipal, a qual deverá ser constatada pelo Servidor(a) designado(a) pela Administração Municipal, não dispensa o proprietário do determinado no *caput* deste Artigo, de Requerer as Licenças.

Art. 120. Importará em nova Licença quando se verificar mudança de atividade ou ocorrerem alterações nas características essenciais constantes na Licença anteriormente expedida a qual será concedida, a critério da Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação, após prévia Vistoria e mediante Requerimento fundamentado do interessado.

Art. 121. Será fechado o estabelecimento que exercer atividades no território do Município sem as Licenças de Localização e de Funcionamento.

SUBSEÇÃO II

DA LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO

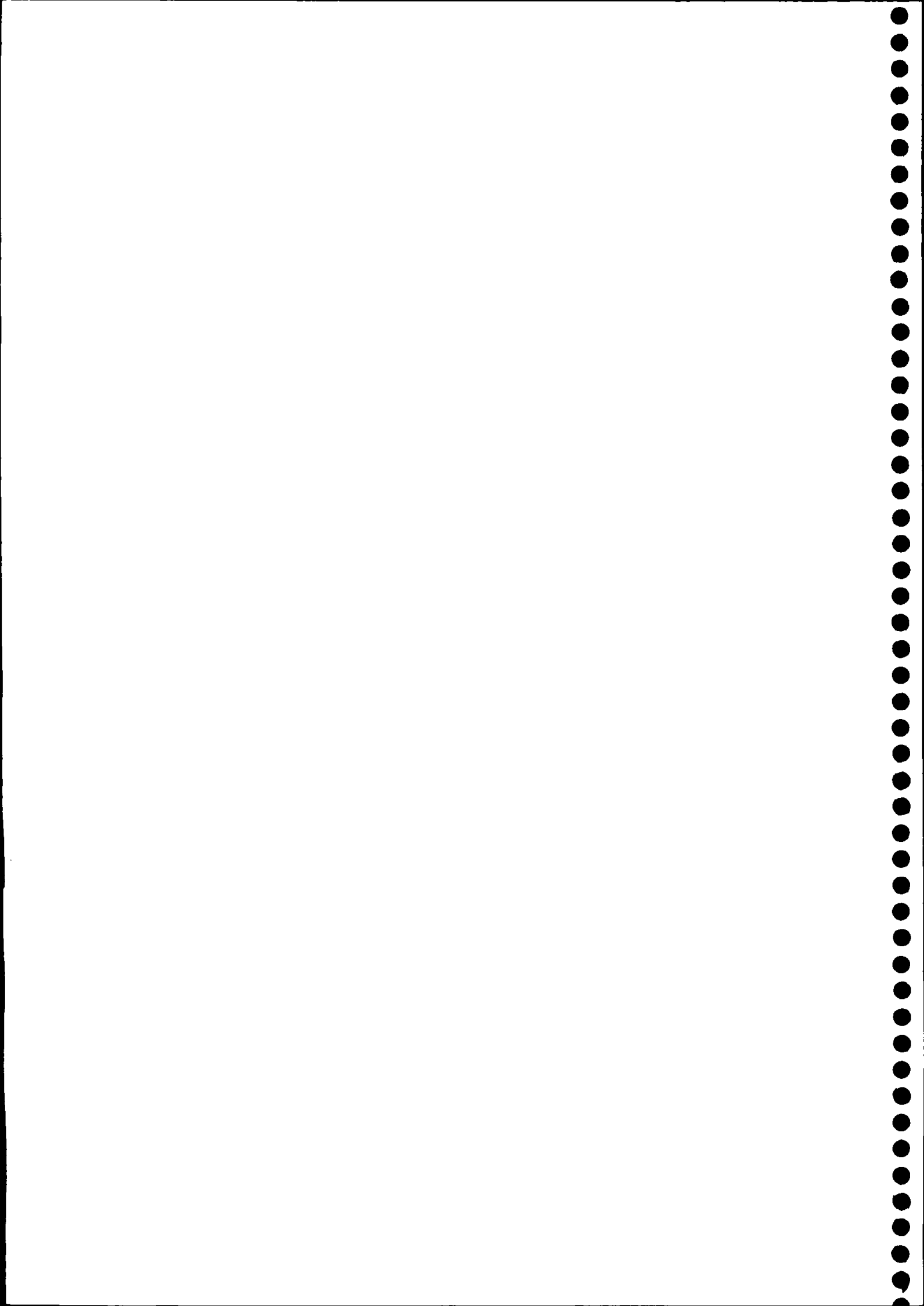
Art. 122. A Licença de Localização será emitida pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação e as taxas referentes à Licença serão recolhidas na Secretaria de Economia e Finanças.

Art. 123. O Requerimento para a Licença de Localização deverá ser preenchido pelo interessado e encaminhado à Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação devendo especificar:

- I. nome ou razão social e/ou denominação da firma cuja responsabilidade irá funcionar o estabelecimento;
- II. inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- III. domicílio fiscal e/ou endereço do estabelecimento e/ou caracterização da propriedade rural, quando for o caso;
- IV. o ramo do comércio, da indústria e do serviço, descrevendo as atividades principais e acessórias, com todas as discriminações, mencionando-se, no caso de indústria, as matérias primas a serem utilizadas e os produtos a serem fabricados;
- V. *Habite-se*, se imóvel em primeira ocupação;
- VI. nos casos de quiosques, vagões, vagonetes, *trailers* quando montados em veículos automotores ou por eles tracionáveis e similares, documento de Autorização do proprietário do terreno no qual o mesmo irá se localizar, ou título de propriedade do imóvel;
- VII. data do Requerimento;
- VIII. assinatura do Requerente;
- IX. cópia autenticada do Contrato Social, no caso de Pessoas Jurídicas;
- X. o grupo de horário de funcionamento a que pertence;
- XI. matéria prima a ser utilizada, processo de industrialização e tipos de afluentes finais, quando de atividade industriais.

§ 1º. Estão enquadrados nas exigências definidas no *caput* deste Artigo os interessados em exercerem atividades nos seguintes locais:

- I. Mercado Municipal;
- II. quiosques, vagões, vagonetes, *trailers* quando montados em veículos automotores ou por eles tracionáveis, bem como similares com preparação e fornecimento de bebidas,



lanches e/ou refeições.

§ 2º. É vedado o estacionamento desses veículos ou de seus componentes em vias e logradouros públicos, salvo se autorizados na forma deste Código;

§ 3º. No caso dos Incisos I e II do Parágrafo Primeiro, o Requerente deverá apresentar Alvará Sanitário emitido pelo Departamento de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde do Município com data de emissão de até 30 (trinta) dias.

§ 4º. Para mudança de local de estabelecimento comercial, industrial ou prestador de serviços, deverá ser solicitada a necessária Licença à Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação que verificará se o novo local satisfaz às disposições legais.

§ 5º. Só serão fornecidas Licenças para:

- I. funcionamento e exploração de "flipperamas" e similares ruidosos, desde que situados em locais que distem, no mínimo, 200,00m (duzentos metros) de escolas de primeiro e segundo graus, bibliotecas públicas, igrejas e casas de saúde e assemelhados;
- II. funcionamento e exploração de jogos de azar, bilhar ou quaisquer similares, que não sejam considerados de contravenção penal, desde que situados em locais que distem, no mínimo, 200,00m (duzentos metros) de estabelecimentos de escolas de primeiro e segundo graus e de bibliotecas públicas;
- III. para que se encontrem as distâncias de que trata o inciso anterior, partir-se-á do ponto médio dos prédios que acomodam tais estabelecimentos, dirigindo-se ao eixo da rua em que estejam e, por este, até o ponto médio dos prédios onde se pretenda estabelecer as referidas diversões.

§ 6º. A expedição de Licença de Localização e de Funcionamento de que trata o *caput* do Artigo ficará condicionada ainda ao atendimento, por parte do Requerente, à legislação pertinente em vigor e em especial, às normas de proibição à prática de racismo ou qualquer discriminação atentatória aos direitos e garantias fundamentais do ser humano.

§ 7º. A constatação de prática de racismo ou qualquer discriminação atentatória aos direitos e garantias fundamentais implicará a cancelamento da Licença expedida, sujeitando o Infrator às penalidades previstas.

Art. 124. Para efeito de fiscalização, o proprietário do estabelecimento licenciado colocará a Licença de Localização em lugar visível e a exibirá sempre que exigido.

Art. 125. Não será permitida a instalação de atividades noturnas em prédio misto (residencial e comercial).

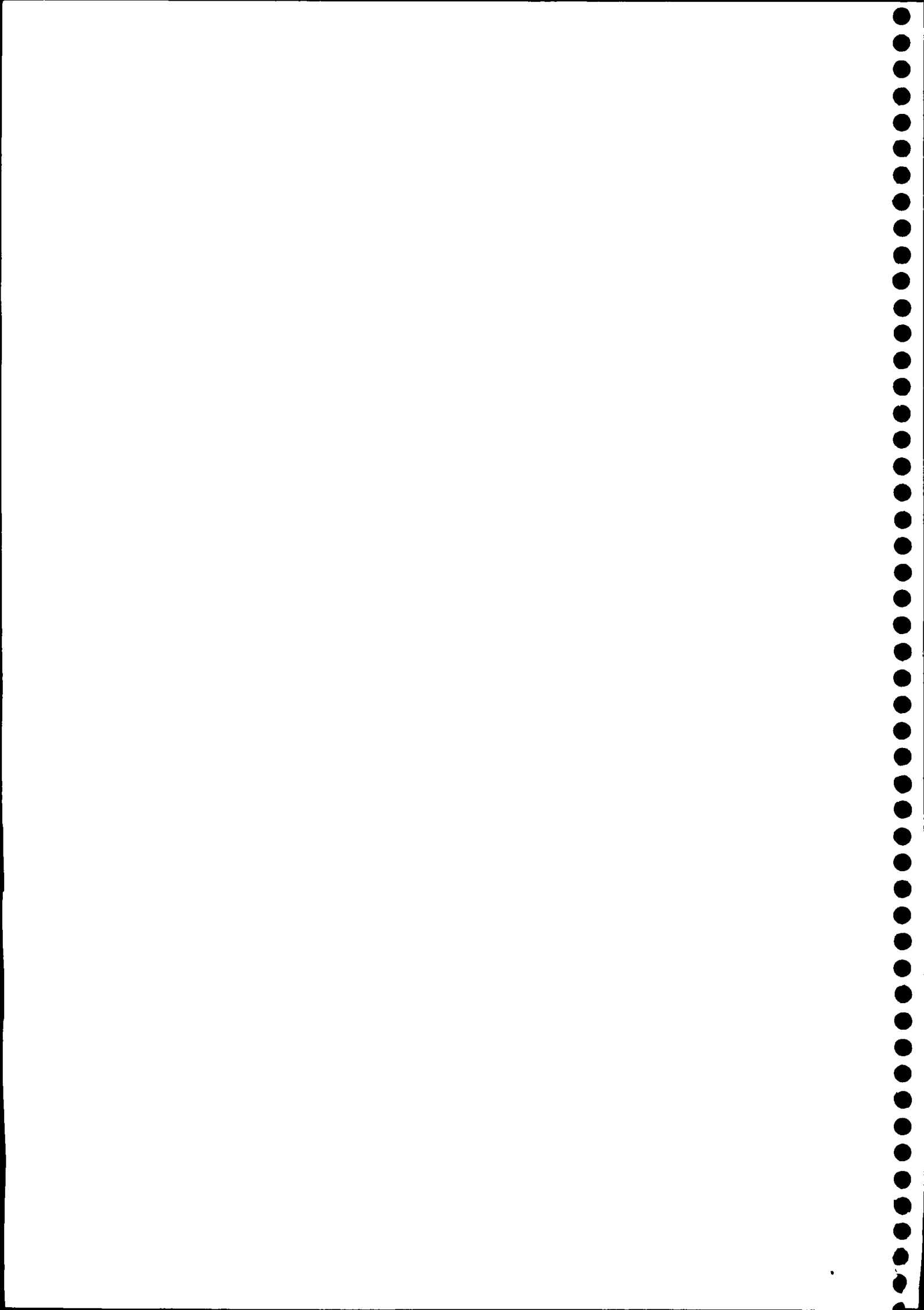
Art. 126. Somente será concedida Licença a estabelecimentos comerciais do ramo de transportadoras se localizadas em áreas fronteiriças às rodovias municipais e estaduais ou às avenidas que se interligam diretamente com as rodovias.

Parágrafo único. O disposto no *caput* do Artigo não se aplica aos estabelecimentos do ramo de agenciadores de fretes e de transportadoras que não possuam veículos.

Art. 127. Para mudança de local de estabelecimento, deverá ser solicitada, previamente, a necessária Permissão à Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação que verificará se o novo endereço satisfaz às condições exigidas.

Art. 128. Para a expedição da Licença de Localização será exigida a concordância dos proprietários dos imóveis residenciais limítrofes, se os houver.

Art. 129. Não será concedida a Licença de Localização, dentro da Zona Urbana, aos estabelecimentos industriais que pela natureza dos produtos, pelas matérias primas utilizadas,



pelos combustíveis empregados ou por qualquer outro motivo que possam prejudicar a saúde pública ou causar incomodo à vizinhança não se enquadrem nas legislações municipais relativas ao Uso e Ocupação do Solo, às Obras e Instalações, à Vigilância Sanitária e ao Meio Ambiente, assim como na legislação federal, estadual correlatas.

Art. 130. Quando o estabelecimento não possuir Licença de Localização, o Infrator será Notificado para legalizar sua situação ou encerrar suas atividades no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º. Se após o prazo o Infrator permanecer com suas portas abertas ao público, sem a devida Licença de Localização, será encaminhada a ele Notificação concedendo-lhe o prazo de 24:00h (vinte e quatro horas) para preparar o estabelecimento para ser Interditado.

§ 2º. Vencido o prazo, a Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação fará a interdição do estabelecimento na forma deste Código.

§ 3º. Considera-se sem Licença de Localização aquele que, embora o possua, tenha-se mudado para outro local sem prévia Autorização da Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação.

§ 4º. A Licença de Localização será emitida uma única vez, exceto nos casos de mudança de endereço ou de ramo de negócios.

SUBSEÇÃO III DA LICENÇA DE FUNCIONAMENTO

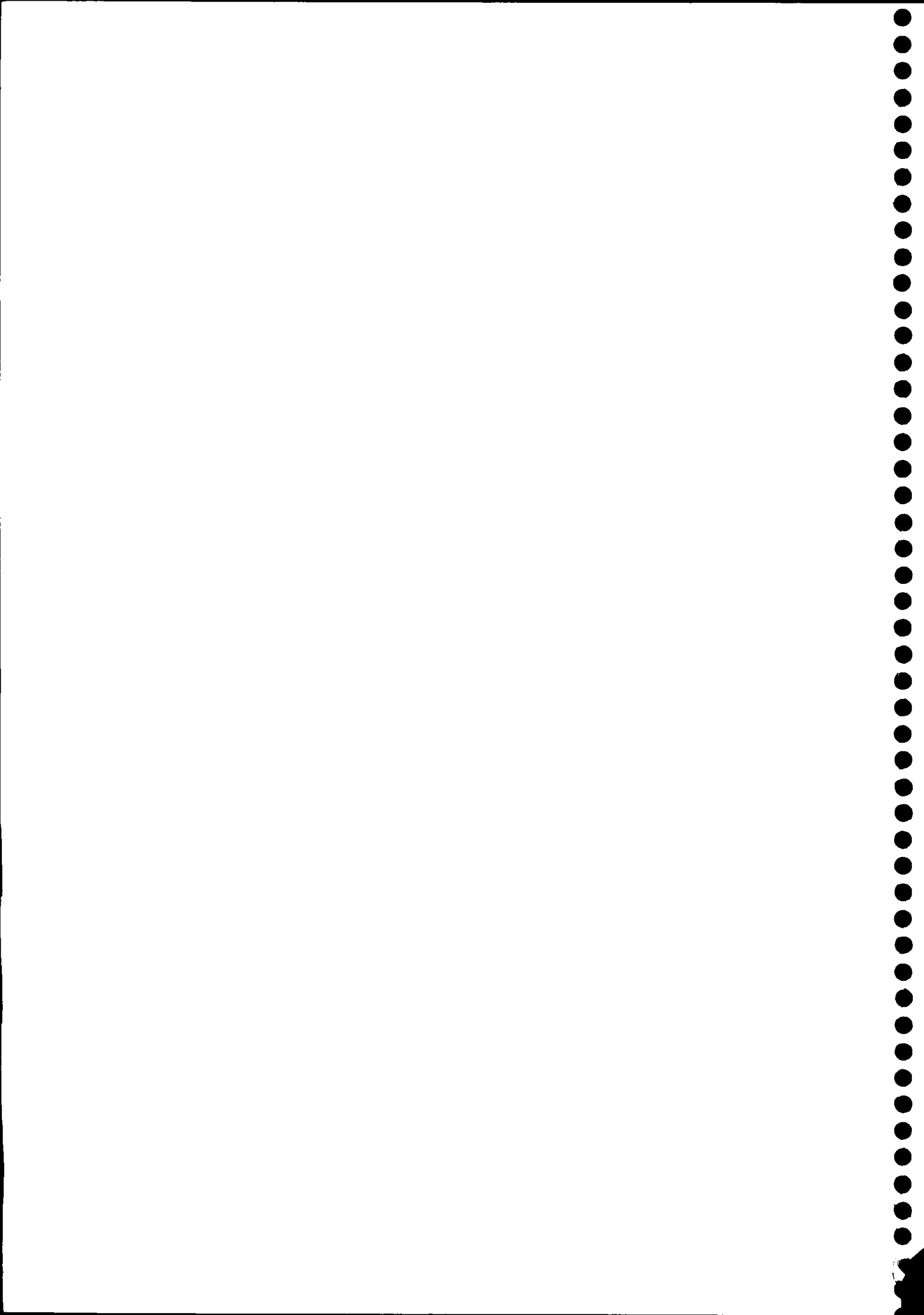
Art. 131. A Licença de Funcionamento será emitida pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação e as taxas referentes à Licença serão recolhidas na Secretaria de Economia e Finanças.

Art. 132. Para a Concessão da Licença para Funcionamento o interessado deverá apresentar à Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação as seguintes informações e documentação:

- I. número do protocolo do Requerimento para a Concessão da Licença de Localização;
- II. Autorização, por escrito, do proprietário do imóvel, quando de terceiros, com firma reconhecida;
- III. comprovante do recolhimento da Taxa de Licença de Localização e da Taxa de Ocupação de áreas em bens móveis e imóveis, a título precário, nas Vias, Terrenos e Logradouros Públicos, quando for o caso de ocupação por mesas e cadeiras removíveis, ocasião em que deverá ser apresentado o projeto de acordo com este Código;
- IV. certidão Negativa de Débitos do IPTU do imóvel no qual será instalado o estabelecimento;
- V. declaração de que as instalações foram Vistoriadas previamente pelas autoridades definidas neste Código, anexando, para fins de registro, cópia das autorizações emitidas por aqueles órgãos, especialmente, Alvará Sanitário nos casos previstos neste Código ou a Autorização para Concessão da Licença de Localização, no caso de açougues, padarias, confeitarias, leiterias, peixarias, cafés, bares, restaurantes e congêneres;
- VI. prova de terem sido satisfeitas as exigências do Código de Obras e Instalações e demais normas correlatas referentes à construção;
- VII. prova de terem sido procedidas a Vistoria policial e técnicas, quando for o caso.

Parágrafo único. Para efeito de fiscalização, o proprietário do estabelecimento licenciado colocará a Licença de Localização e a Licença para Funcionamento, assim como as demais autorizações emitidas pelas autoridades discriminadas neste Código, em lugar visível e os exibirá sempre que for solicitado pelas autoridades competentes federais, estaduais e municipais.

Art. 133. A Licença para Funcionamento de açougues, padarias, confeitarias, leiterias, peixarias, cafés, bares, restaurantes e congêneres será, sempre, precedida da Autorização para Concessão da Licença de Localização expedida pelo Departamento de Vigilância Sanitária da



Secretaria de Saúde do Município com a constatação de estarem satisfeitas todas as exigências legais e obedecidas às legislações federal, estadual e municipal específicas.

§ 1º. A Licença de Funcionamento das farmácias, drogarias, laboratórios médicos, clínicas médicas e odontológicas, casas de saúde, maternidades, hospitais, pensões, hotéis, piscinas públicas e congêneres será, sempre, precedida de Autorização para Concessão da Licença de Localização expedida pelo Departamento de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde do Município com a constatação de estarem satisfeitas todas as exigências e obedecidas às legislações federal, estadual e municipal específicas.

§ 2º. A Licença de Funcionamento para cabeleireiros e similares - pessoa física e jurídica - será expedida depois de cumpridas às disposições deste Código, do Código Sanitário Municipal e anexados os seguintes documentos:

- I. Alvará Sanitário emitido pela Secretaria de Saúde do Município;
- II. prova de quitação sindical;
- III. certificados de conclusão de curso profissional, registrado, da categoria.

Art. 134. A Licença para Funcionamento de hotéis, pensões, hospedarias, casas de diversões, motéis e congêneres, dependerá ainda da apresentação de Autorização fornecida pela Secretaria de Saúde e referendada pela Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, ambas do Município.

Art. 135. As oficinas que operam com o ramo de funilaria e pintura deverão ser dotadas de ambientes próprios, fechados e dotadas de equipamentos antipoluentes, não podendo ser instaladas em áreas residenciais.

Parágrafo único. Para emissão da Licença de Localização de tais atividades, deverá ser requerida à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Anuência Prévia, inclusive Parecer relativo aos equipamentos antipoluentes utilizados.

Art. 136. A Concessão de Licença não confere direito de vender ou mandar vender mercadorias fora do recinto do estabelecimento instalado.

Art. 137. Quando for constatado que um estabelecimento está utilizando uma área maior que a contida em sua licença, será o mesmo Notificado para recolher a taxa de Licença para Ocupação de áreas em Vias, Terrenos e Logradouros Públicos e o valor correspondente à diferença.

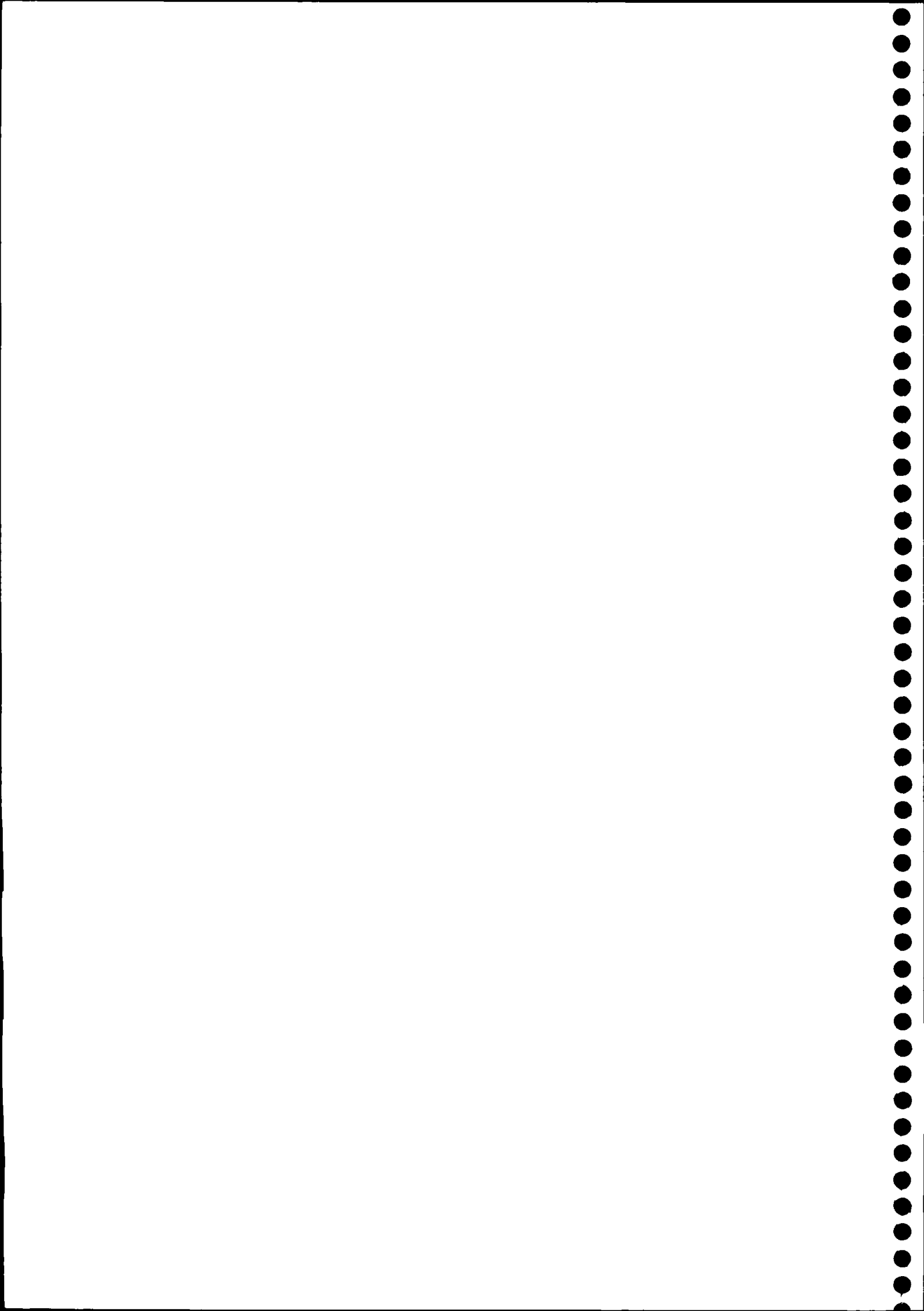
Art. 138. A Licença de Funcionamento será cancelada sempre que:

- I. estiver funcionando no local, ramo de negócio diferente do requerido;
- II. como medida preventiva, a bem da higiene, da moral, dos bons costumes, da segurança, do sossego público e da proteção ambiental;
- III. se não for renovado anualmente, além da cobrança das eventuais Multas devidas;
- IV. se o licenciado se negar a exibir a Licença de Funcionamento, quando solicitado;
- V. por solicitação da autoridade competente, mediante provas fundamentadas;
- VI. após a expedição do 5º (quinto) Auto de Infração, ainda que pagos pelo Infrator.

§ 1º. Sempre que a Licença de Funcionamento for extraviada, fica o contribuinte obrigado a solicitar 2ª (segunda) via.

§ 2º. Cancelada a Licença, o estabelecimento deverá ser fechado.

Art. 139. Os estabelecimentos que se utilizarem máquinas e motores para o desenvolvimento de suas atividades, deverão solicitar à Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação, Licença para Instalação e Utilização de Máquinas e Motores sem a qual seus estabelecimentos poderão ser Interditados.



Parágrafo único. A Licença será onerosa e os valores da taxa estão discriminados no Código Tributário Municipal.

Art. 140. Os estabelecimentos em geral, especificamente os comerciais, não poderão ocupar com mercadorias o passeio correspondente à testada da edificação.

Art. 141. A Licença de Funcionamento será renovada anualmente nos prazos estabelecidos pela Secretaria de Economia e Finanças.

SUBSEÇÃO IV

DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Art. 142. Obedecida à legislação federal referente aos contratos, acordos e convenções de trabalho e a do Banco Central do Brasil relativa ao funcionamento dos estabelecimentos bancários, é livre o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, tanto atacadistas quanto varejistas, industriais e de prestação de serviços no território do Município, exceto aos domingos e feriados, sem prejuízo das demais obrigações estabelecidas na legislação municipal.

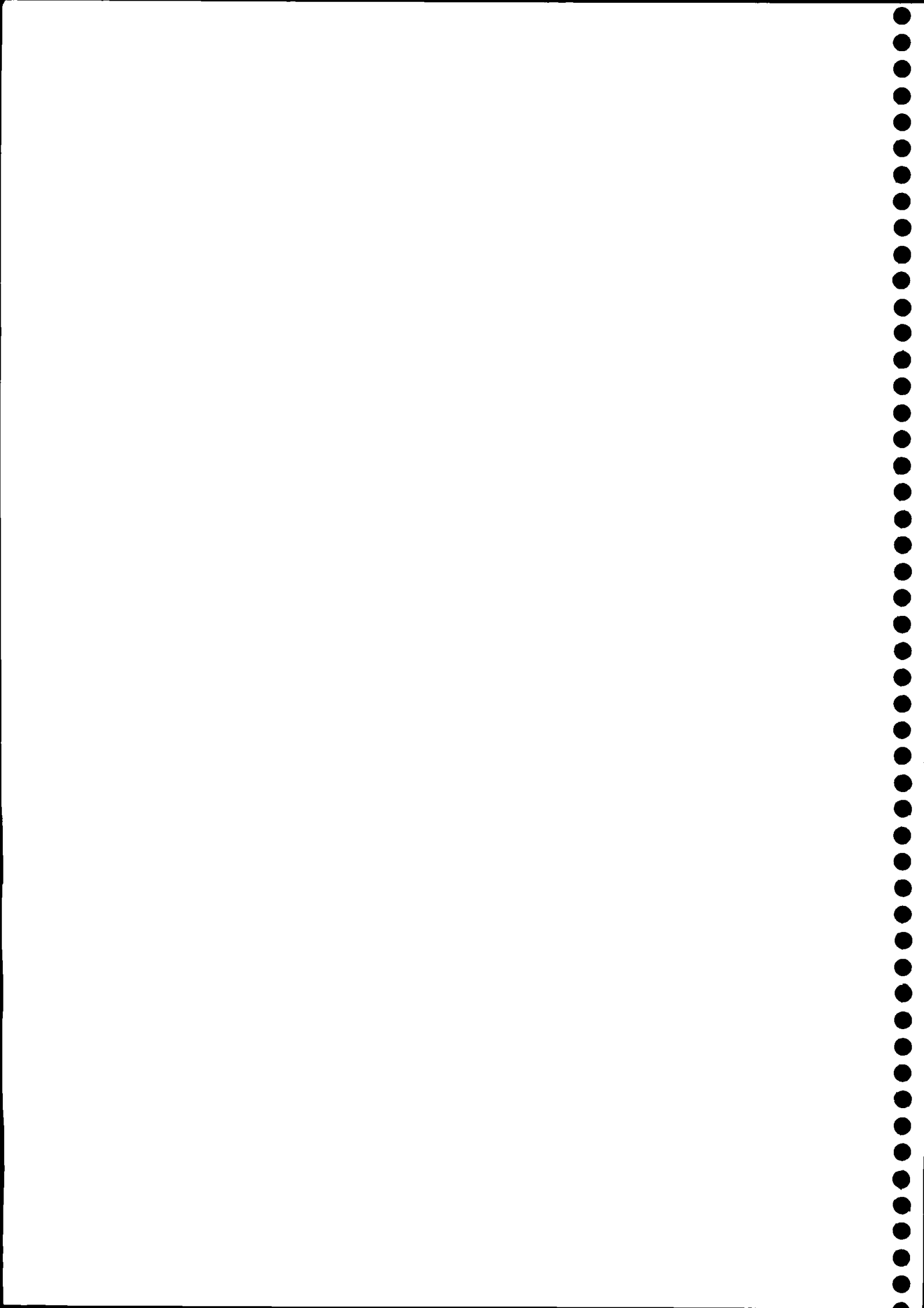
§ 1º. Excetua-se do cumprimento ao especificado no *caput* deste Artigo os estabelecimentos cujo horário de funcionamento estejam definidos especificamente por Lei que atendem o interesse público, podendo funcionar aos domingos e feriados, mediante licenciamento, nos horários fixados:

GRUPO I

Horário Normal: De segunda à sexta-feira, das 08:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 18:00 horas, inclusive aos sábados, quando da feira livre.

Espécie de Atividade:

- . Academia de esporte, dança, ginástica e musculação;
- . Agência de turismo e viagens;
- . Bazar de roupas usadas;
- . Bazar e armário;
- . Casa de peças e acessórios;
- . Casa lotérica e de aposta;
- . Comércio de aparelhos eletro-eletrônicos;
- . Comércio de boxes e cortinas;
- . Comércio de calçados;
- . Comércio de computadores e acessórios;
- . Comércio de confecções;
- . Comércio de ferramentas e ferragens;
- . Comércio de instrumentos musicais;
- . Comércio de lustres;
- . Comércio de materiais de caça e pesca;
- . Comércio de materiais esportivos;
- . Comércio de móveis usados;
- . Comércio de móveis;
- . Comércio de peças artesanais;
- . Comércio de produtos agropecuários;
- . Comércio de tecidos;
- . Comércio de óleos lubrificantes e graxas;
- . Comércio de peças e acessórios;
- . Concessionária ou venda de veículos e máquinas agrícolas;
- . Cooperativas;
- . Depósito de material de construção;
- . Depósito de bebidas e cigarros;
- . Distribuidor de gelo;
- . Empresa imobiliária de administração de bens;
- . Escritório de prestador de serviços em geral;



- . Lavanderia;
- . Loja de brinquedos;
- . Mercaria;
- . Marcenaria;
- . Oficina de aparelhos eletro-eletrônicos;
- . Oficina mecânica e funilaria;
- . Óptica e joalheria;
- . Peixaria;
- . Quitanda;
- . Relojoaria;
- . Serviços de serralharia;
- . Sacolão;
- . Tabacaria;
- . Venda de frios e massas alimentícias;
- . Venda de passagens e excursões;
- . Vidraçaria.

GRUPO II

Horário Normal: De segunda à sexta-feira: das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas, inclusive aos sábados, quando da feira livre;

Aos domingos e feriados: das 08:00 às 12:00 horas.

. Espécie de Atividade:

- . Ateliê fotográfico;
- . Barbeiro;
- . Boliche e bilhar;
- . Cabeleireiro;
- . Locação de veículos;
- . Massagista;
- . Salão de beleza;
- . Sauna;

GRUPO III

Horário Normal: Todos os dias das 08:00 às 24:00 horas.

. Espécie de Atividade:

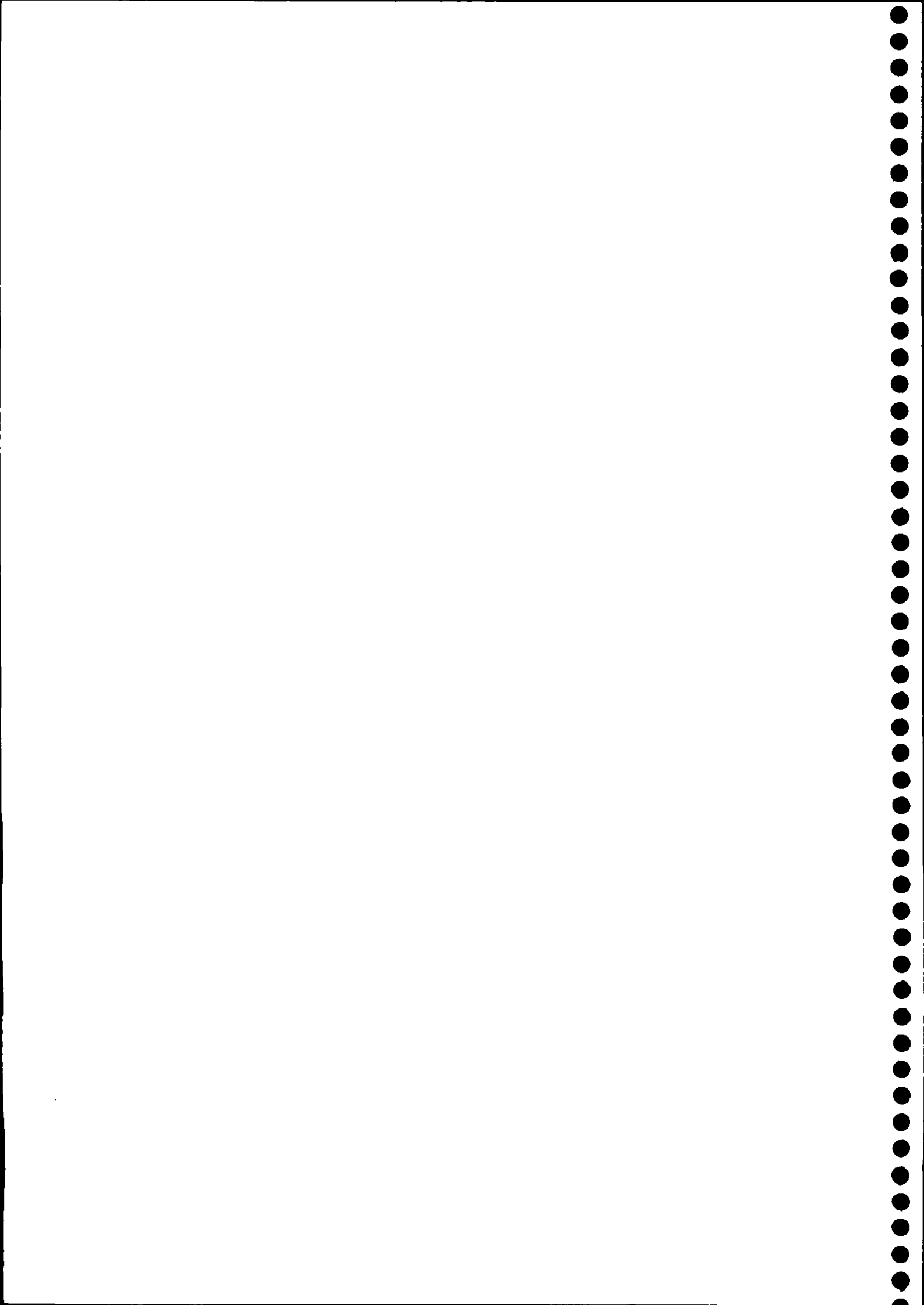
- . Circo;
- . Cinema;
- . Parque de diversões;
- . Teatro;
- . Casa de jogos eletrônicos e similares.

GRUPO IV

Horário Normal: Todos os dias durante 24:00 horas.

. Espécie de Atividade:

- . Adega;
- . Agência distribuidora de jornais e revistas;
- . Ambulatório;
- . Asilo e outras atividades de assistência social;
- . Associação e sociedade cultural, recreativa, social ou científica;
- . Atendimento emergencial de veículos;
- . Açougue e casa de carne;
- . Banca de jornal e revistas;
- . Banco de sangue;
- . Bar;
- . Bomboniere;
- . Bufê;
- . Boates;



- . Casa de recuperação e repouso;
- . Churrascaria;
- . Clínica de internamento;
- . Clube esportivo;
- . Clube recreativo;
- . Confecções de chaves;
- . Clube social;
- . Confeitaria;
- . Casa de café;
- . Cinemas;
- . Doceria;
- . Empresa de ônibus e outros transportes coletivos;
- . Estabelecimentos de ensino, artes e ofícios;
- . Floricultura;
- . Funerárias;
- . Garagem e estacionamento de veículos automotores;
- . Hospital;
- . Hotel;
- . Indústria localizada na zona rural;
- . Lanchonete;
- . Locação de fitas e discos;
- . Loja de conveniência para venda emergencial de objetos e mercadorias;
- . Lojas e feiras de Artesanato;
- . Motel;
- . Mercarias;
- . Orfanato;
- . Panificadora;
- . Pensão;
- . Pastelaria;
- . Pizzaria;
- . Posto de gasolina e reparo de pneus;
- . Pronto-socorro;
- . Rádio-chamadas;
- . Rádio-táxi;
- . Restaurante;
- . Sanatório;
- . Serviço de fornecimento e distribuição de gás;
- . Serviço funerário;
- . Serviço de processamento de dados;
- . Serviço de rádio, televisão e jornal;
- . Serviço de radiotelegrafia e radiotelefonia;
- . Sorveteria;
- . Telefonia básica;

GRUPO V

Horário Normal: De segunda à sexta-feira: das 09:00 às 14:00 horas.

. Espécie de Atividade:

- . Estabelecimentos bancários e financiadoras.

GRUPO VI

Horário Normal: De segunda à sexta-feira: das 07:00 às 13:00 horas.

. Espécie de Atividade:

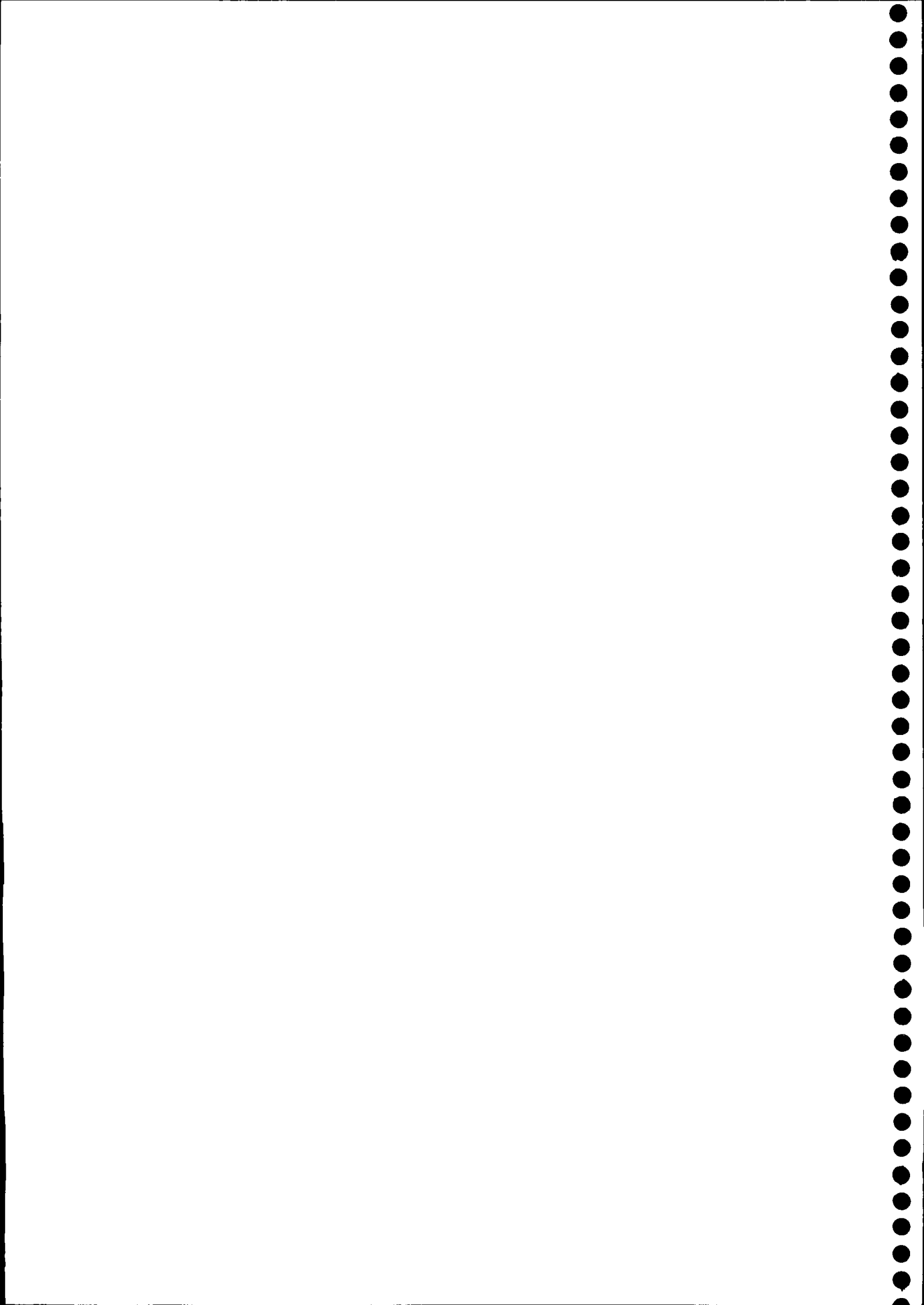
- . Repartições Públicas Municipais.

GRUPO VII

Horário Normal: De segunda a sábado: das 08:00 às 20:00 horas.

. Espécie de Atividade:

- . Supermercados.



GRUPO VIII

Horário Normal: De segunda à sexta-feira: das 07:00 às 17:00 horas e aos sábados das 07:00 às 11:00 horas.

. Espécie de Atividade:

. Indústria da construção civil.

§ 2º. As atividades não previstas neste Artigo e que vierem a estabelecer-se no território do Município serão enquadradas no grupo a que mais se assemelhem.

§ 3º. O funcionamento dos estabelecimentos de que trata o Grupo IV não poderá tornar-se prejudicial à comunidade, cabendo, nesse caso, à Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação promover a mudança do horário de funcionamento do estabelecimento.

§ 4º. Caso o Banco Central do Brasil fixe outro horário para funcionamento das instituições financeiras, este deverá ser observado, respeitando-se, domingos, feriados municipais e nacionais, bem como os dias santos nacionais.

§ 5º. Exceção-se das disposições constantes do Grupo VI, os estabelecimentos com jornada de trabalho especificamente determinada pela Administração Municipal.

Art. 143. O horário de funcionamento do comércio varejista de produtos farmacêuticos será das 08:00 às 22:00 horas, de segunda a sábado.

§ 1º. Fica facultada a extensão do funcionamento até às 24:00 horas, de segunda a domingo, mediante Requerimento do proprietário do estabelecimento ao Departamento de Vigilância Sanitária. O estabelecimento que optar por esse horário será obrigado a cumpri-lo.

§ 2º. O Departamento de Vigilância à Saúde elaborará quadro com o Plantão de Atendimento das Farmácias, dentre aquelas existentes no Município, que deverá ser rigorosamente cumprido pelos estabelecimentos.

§ 3º. O horário de funcionamento das farmácias e drogarias, quando em plantão, será das 07:00 às 24:00 horas, todos os dias da semana, inclusive aos sábados, domingos e feriados, devendo permanecer fechadas apenas nos dias determinados pela escala de Plantão.

§ 4º. As farmácias, quando fechadas, deverão afixar à porta uma placa com a indicação dos estabelecimentos análogos que estiverem de plantão.

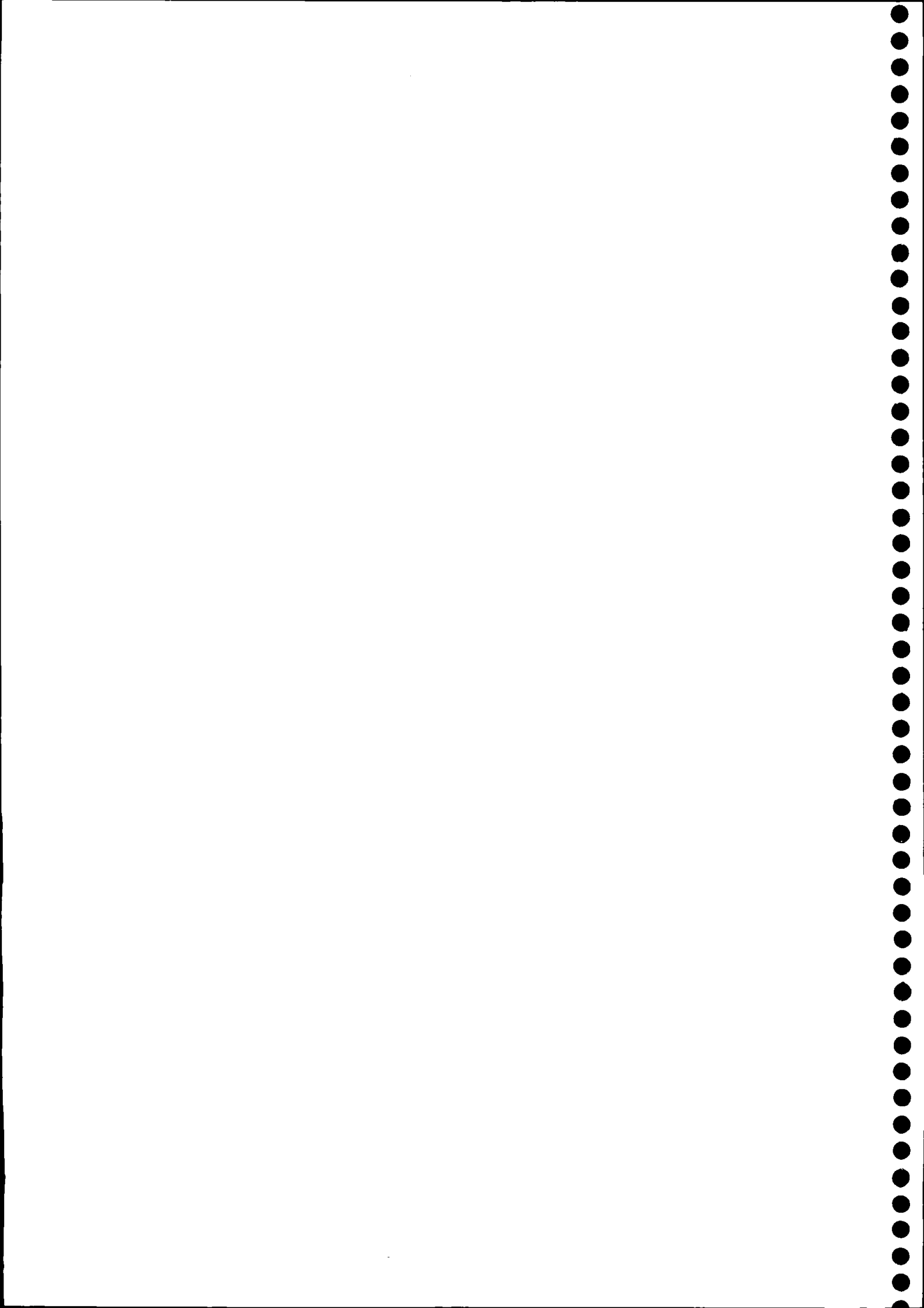
Art. 144. Por motivo de conveniência pública, a Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação poderá expedir Licença para Funcionamento em Horário Especial, sempre onerosa, para antecipação ou prorrogação do horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, a título precário e por prazo determinado.

Parágrafo único. As taxas referentes à Licença especificada no *caput* deste artigo serão recolhida na Secretaria de Economia e Finanças.

Art. 145. O horário para funcionamento de indústrias fica liberado.

Art. 146. Não se incluem nas disposições tratadas, as atividades que funcionarem no interior de clubes recreativos, associações de classe, terminal rodoviário, terminal urbano de transporte coletivo e posto de gasolina localizados às margens de rodovias.

Art. 147. A Licença para Funcionamento em Horário Especial poderá limitar ou estender o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais quando:



- I. houver, a critério das Secretarias de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação e de Economia e Finanças, ou das concessionárias e prestadoras de serviços públicos, necessidade de escalonar o horário de funcionamento dos diversos usos;
- II. atender às requisições legais e justificativas das autoridades competentes, sobre estabelecimentos que perturbem o sossego ou ofendam o decoro público, ou reincidam nas infrações da legislação do trabalho;
- III. da realização de eventos tradicionais no Município.

Art. 148. Para efeito de Concessão da Licença para Funcionamento de estabelecimentos com mais de um ramo de atividade, prevalece o horário fixado para a atividade principal.

Art. 149. Os estabelecimentos localizados nos mercados e açougues públicos e no centro de comercio obedecerão ao horário fixado no respectivo Regulamento.

Art. 150. Excetuando-se os casos de balanços e inventários, é proibido, fora do horário regular de funcionamento, praticar compra e venda relativas à atividade explorada, ainda que de portas fechadas e/ou manter abertas ou entreabertas as portas dos estabelecimentos.

Art. 151. Nos dias que antecedem datas especiais de comemorações, os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços poderão funcionar aos sábados até as 18:00 horas.

Art. 152. O horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, e de prestação de serviços para o período natalino será estabelecido, anualmente, por Decreto do Poder Executivo, ouvidas as classes interessadas.

§ 1º. Será obrigatório o exercício de atividades econômicas nos horários estabelecidos na Licença para Funcionamento em Horário Especial.

§ 2º. A Licença para Funcionamento em Horário Especial definirá o horário especial entre às 18:00h (dezoito horas) de um dia até às 06:00h (seis horas) da manhã do dia seguinte.

Art. 153. São feriados municipais:

- I. 14 de fevereiro - emancipação política do Município;
- II. 24 de junho - festividades de São João Batista;
- III. 10 de outubro - falecimento de Delmiro Gouveia;
- IV. Sexta-feira da Paixão - dia móvel.

Parágrafo único. Nos feriados de que trata o *caput* deste Artigo, só funcionarão os serviços emergenciais, declarados com antecedência pela Administração Municipal.

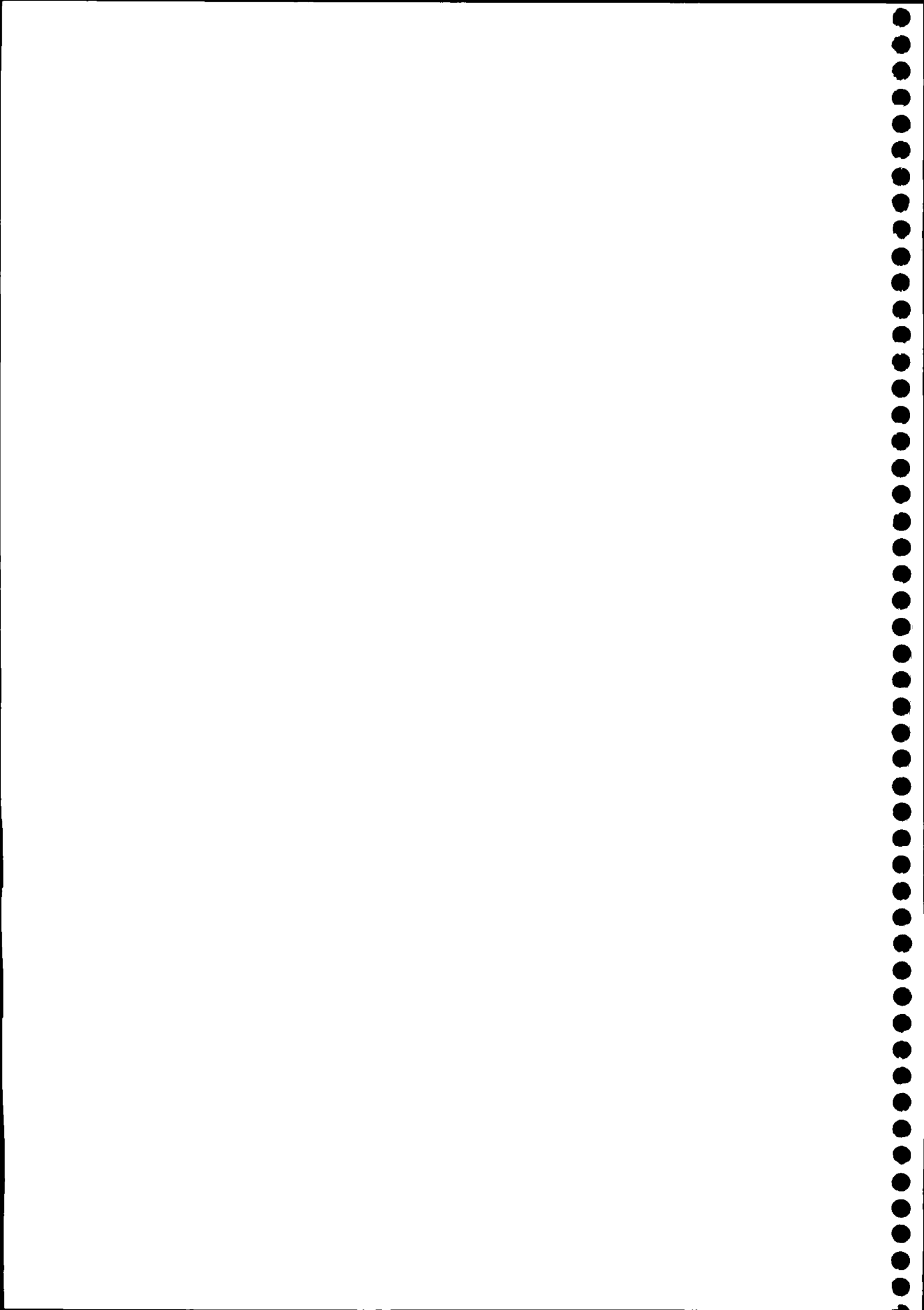
SUBSEÇÃO V

DO COMERCIO EVENTUAL OU AMBULANTE

Art. 154. Considera-se comércio ou serviço eventual ou ambulante:

- I. aquele realizado em logradouros públicos, com ou sem instalações fixas, em locais pré-determinados pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação;
 - II. aquele realizado de porta em porta ou de maneira móvel, sem direito a permanência definitiva;
 - III. aquele realizado em períodos e eventos de curta duração e festejos típicos;
 - IV. aquele realizado para a venda a varejo em logradouros públicos, por pessoas físicas independentes, em locais e horários previamente determinados;
- aquele realizado sem características eminentemente não sedentárias.

Parágrafo único. Excetua-se deste conceito:



- I. o Mercado Público;
- II. os quiosques, vagões, vagonetes, *trailers* quando montados em veículos automotores ou por eles tracionáveis e similares com fornecimento de bebidas, lanches e/ou refeições.

Art. 155. A Concessão da Licença para Comércio Eventual ou Ambulante é única, pessoal e intransferível e dependerá de Requerimento preenchido pelo interessado com os seguintes elementos:

- I. nome ou razão social e denominação;
- II. número da inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- III. descrição do ramo de atividade;
- IV. comprovante de residência do comerciante ou responsável;
- V. cópia do documento de identidade;
- VI. carteira de saúde;
- VII. logradouro(s) no(s) qual (is) pretende comerciar;
- VIII. idade, estado civil, e nome dos dependentes;
- IX. tempo de moradia no Município, o local, tipo e condições da habitação;
- X. tempo do exercício da atividade no Município;
- XI. declaração de que apenas 01 (um) membro da família - marido, esposa, filhos, dependentes, ou morador da mesma residência unifamiliar - estará comercializando ou prestando serviço no local e de que não possui outra Licença para Comércio Eventual ou Ambulante;
- XII. declaração sobre a origem e natureza das mercadorias a serem comercializadas;
- XIII. não ser o interessado atacadista, atravessador ou exercer outro ramo de atividades que denote recursos econômicos não condizentes com os itens anteriores.

§ 1º. A Licença será requerida para um prazo mínimo de 30 (trinta) dias e máximo de 12 (doze) meses contínuos.

§ 2º. A Licença para Comércio Eventual ou Ambulante será expedida após:

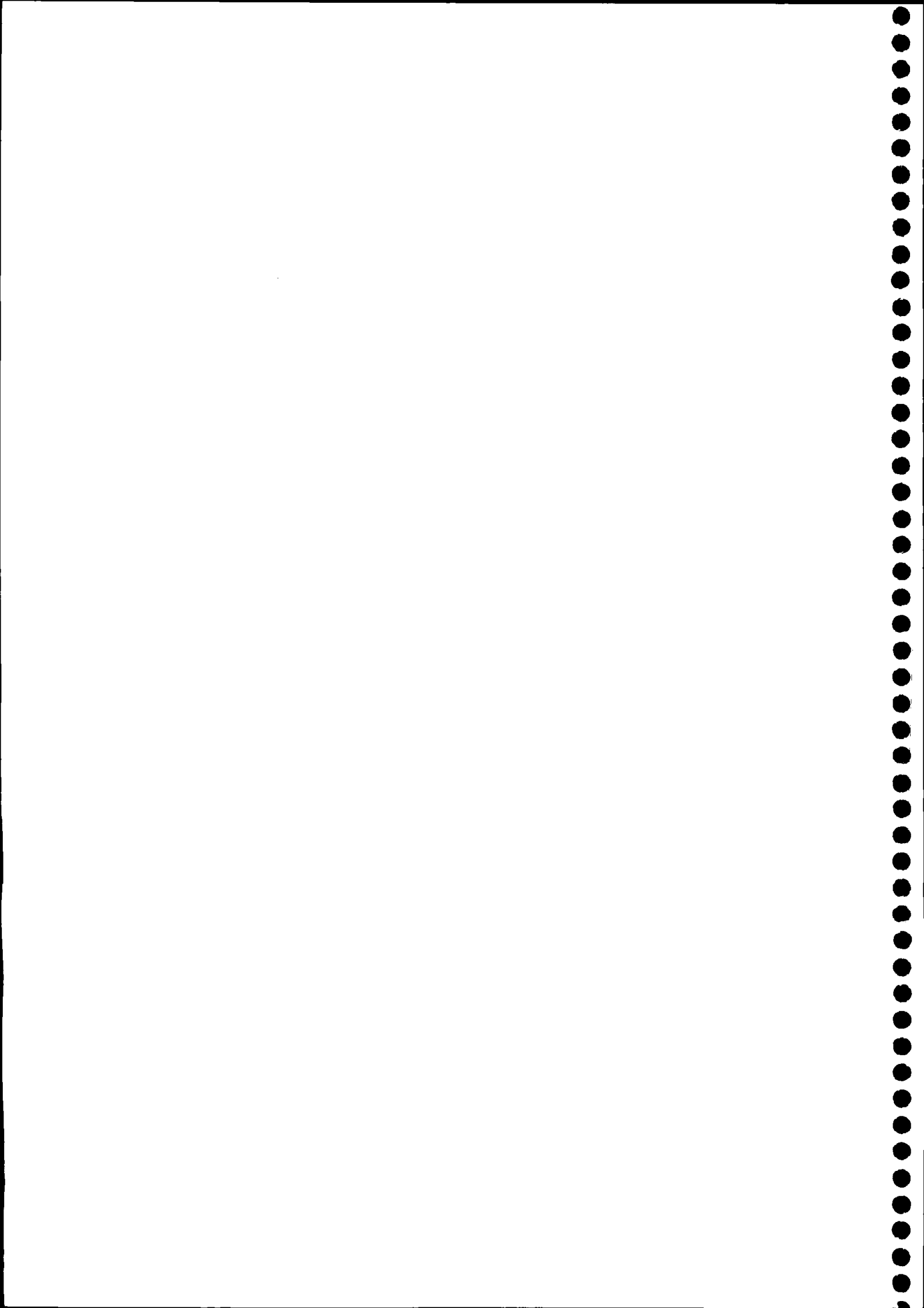
- I. a comprovação, pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação, de todas as informações fornecidas pelo Requerente;
- II. apresentação do Alvará Sanitário emitido pelo Departamento de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde para os casos de venda de bebidas, lanches e/ou refeições;
- III. comprovação do pagamento da taxa de Licença para Comércio Eventual ou Ambulante na Secretaria de Economia e Finanças;
- IV. emissão de Parecer sobre a situação sócio-econômica do interessado pela Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Abastecimento;
- V. registro do Requerente e da atividade a ser desenvolvida na Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Abastecimento.

§ 3º. O comerciante ambulante não licenciado, que esteja exercendo a atividade, ficará sujeito às penalidades discriminadas neste Código.

Art. 156. Pela inobservância das disposições deste Código, além de Multa, o Infrator está sujeito a:

- I. apreensão da mercadoria;
- II. suspensão da atividade pelo período até 15 (quinze) úteis;
- III. cancelamento da Licença.

Parágrafo único. A Licença também será cancelada se houver abandono ou não comparecimento, sem justa causa, do licenciado ao local que lhe foi atribuído, por prazo superior a 30 (trinta) dias, bem como quando ocupar espaços que não o expressamente determinado na Licença.



Art. 157. É proibido sob quaisquer circunstâncias ao comerciante ambulante:

- I. comercializar fora dos locais previamente indicados;
- II. impedir ou dificultar o tráfego e o trânsito;
- III. negociar com ramo de atividade não licenciado;
- IV. vender armas e munições, substâncias inflamáveis ou explosivos, carvão e também mercadorias que ofereçam perigo à saúde ou à segurança pública;
- V. estacionar em locais em que seja fácil a contaminação dos produtos expostos à venda que deverão estar protegidos por recipientes ou dispositivos de superfície impermeável;
- VI. comercializar medicamentos ou quaisquer outros produtos farmacêuticos;
- VII. comercializar com bebidas alcoólicas, inclusive cervejas, sem Autorização;
- VIII. comercializar com quaisquer outros produtos que possam causar danos à população em geral;
- IX. comercializar de forma ambulante nas feiras livres ou nas proximidades dos locais onde elas funcionarem;
- X. estacionar e comercializar em distância inferior a 50,00m (cinquenta metros) de estabelecimentos localizados que comercializem produtos congêneres;
- XI. transitar pelo passeio conduzindo carrinhos, cestas ou outros volumes grandes;
- XII. aglomerar-se com outros ambulantes;
- XIII. deixar de renovar a Licença e o Alvará Sanitário;
- XIV. usar fogões, fogareiros, botijões de gás, aparelhos elétricos, vasilhames para cozinhar, fritar, ferver ou preparar comestíveis na via pública, exceto quando embutidos no veículo transportador e destinados à confecção de pipoca, cachorro-quente, milho verde, *churros*, similares, devidamente licenciados pelo Corpo de Bombeiros.

Parágrafo único. Os comerciantes ambulantes que comercializem com alimentos e bebidas devem:

- I. manter rigoroso asseio pessoal, das instalações e do espaço público ocupado;
- II. portar-se com respeito ao público, com os colegas e evitar a perturbação da ordem e tranqüilidade;
- III. utilizar-se de vassouras, cestos de lixo e sacos plástico para o acondicionamento do lixo produzido no local;
- IV. vestir-se com uniformes e/ou batas;
- V. usar luvas, bonés ou gorros;
- VI. evitar manusear com dinheiro e alimentos ao mesmo tempo;
- VII. a critério da Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transporte e Habitação, utilizar mesas ou carrocinhas padronizadas.

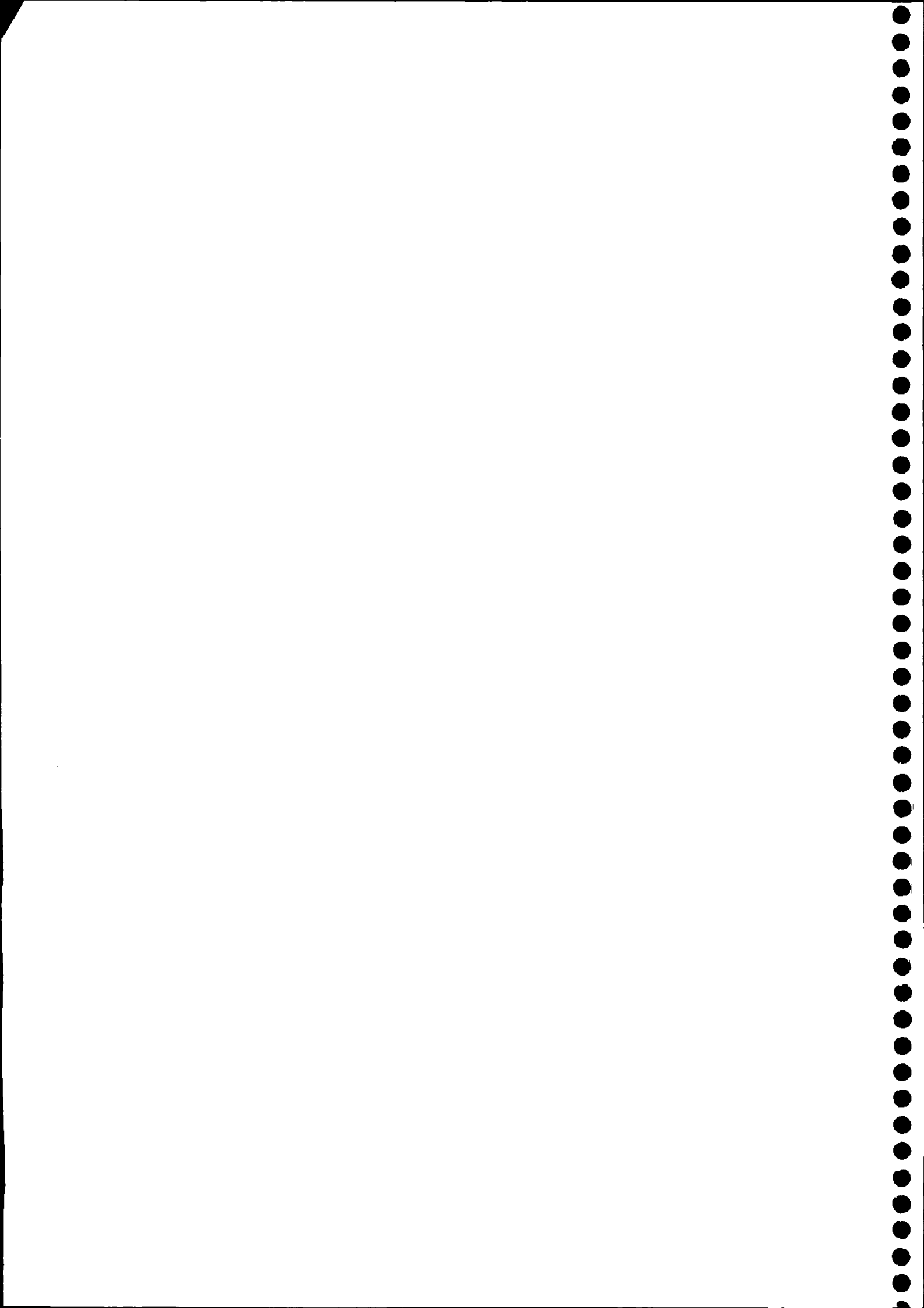
Art. 158. A Licença será emitida para o exercício do comércio ambulante servindo exclusivamente para o fim nela indicado e somente será expedida em favor de pessoas que demonstrem a necessidade do seu exercício.

Art. 159. Em caso de falecimento ou doença devidamente comprovada, que impeça o permissionário de exercer a atividade definitivamente ou temporariamente, será expedida Licença *Provisória* para Comércio Eventual ou Ambulante, neste caso, não onerosa, preferencialmente, à viúva ou à esposa, ou ao filho maior de 16 (dezesseis) anos de idade, se comprovada a dependência econômica familiar da atividade licenciada, obedecidas às determinações deste Código.

Art. 160. Será criada uma Comissão Permanente, composta de cinco membros, sendo um representante da Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação, da Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Abastecimento, da Secretaria de Economia e Finanças, um da Câmara Municipal e um dos ambulantes.

§ 1º. Compete à Comissão de que trata o *caput* do Artigo receber e analisar, dentro dos critérios, os processos de solicitação de Licença para o Comércio Eventual ou Ambulante e definir o local e o horário para a atividade solicitada.

§ 2º. Das sanções impostas cabe recurso, no prazo de 10 (dez) dias, à Comissão Permanente.



§ 3º. Verificado que o Requerente cumpriu as normas estabelecidas, o processo será encaminhado à Secretaria de Economia e Finanças para o recolhimento da taxa respectiva e após a anexação de cópia do comprovante de pagamento ao processo, será esse encaminhado à Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Abastecimento para a expedição da respectiva Licença.

Art. 161. A fiscalização do comércio ambulante e artesanal é de competência do Departamento de Fiscalização e Arrecadação, com a colaboração dos fiscais da Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação, da Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Abastecimento nos casos das feiras livres e do Mercado Público e da Secretaria de Saúde nos casos de venda de alimentos e bebidas para consumo.

Parágrafo único. O exercício do comércio nas feiras livres e no Mercado Público será regulamentado pela Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Abastecimento num prazo de até 180 (cento e oitenta) dias após a aprovação deste Código.

CAPÍTULO V DA SEGURANÇA

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 162. É dever da Administração Municipal zelar pela manutenção da segurança pública controlando o abuso do exercício dos direitos individuais em todo o território do Município, de acordo com as determinações deste Código, do Código de Obras e Instalações, da legislação federal, estadual e municipal e demais normas correlatas.

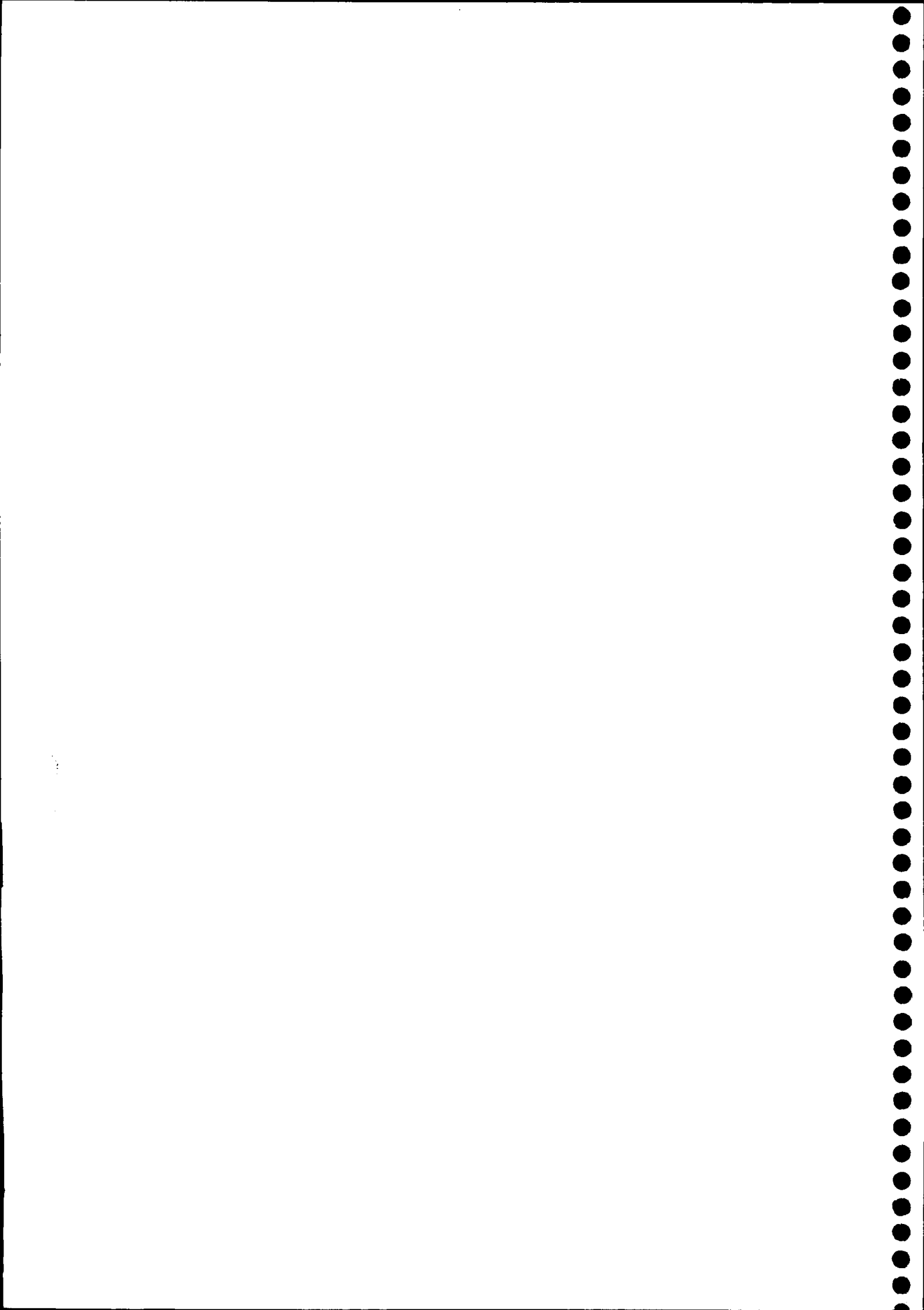
Art. 163. Os proprietários, prepostos, arrendatários responsáveis pela execução dos serviços e obras nas vias e logradouros públicos ficam obrigados, no que couber, a respeitar às determinações do disposto no Código de Trânsito Brasileiro e na sua regulamentação, bem como nas demais normas estabelecidas pela Administração Municipal no âmbito de sua competência.

Parágrafo único. Os citados no *caput* do Artigo ficarão responsáveis civilmente pelos danos causados em decorrência do não cumprimento das normas de segurança, estabelecidas neste Código, no Código de Obras e Instalações, no Código de Meio Ambiente Municipal, no Código de Trânsito Brasileiro e demais legislações correlatas.

Art. 164. Os serviços e obras de manutenção, reparo, substituição, verificação, implantação, construção ou similares realizados nos **passeios, leito das vias e demais logradouros públicos** que importem em levantamento de pavimentação, abertura e escavação, alteração de meio-fio, ou que de alguma forma alterem o fluxo normal de pessoas ou veículos, dependerão de Licença Especial, sempre onerosa, emitida pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação.

Parágrafo único. A critério da Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação poderá ser exigido do Requerente, como forma de garantir a recuperação do logradouro após a conclusão dos serviços, Depósito de Caução, cujo valor será arbitrado por técnico habilitado pelo CREA e autorizado pelo Secretário.

Art. 165. Os serviços e obras de manutenção, reparo, substituição, implantação, ou similares, pintura e limpeza de fachadas, realizadas em **terrenos, muros ou edificações**, públicas ou privadas, quando repercutirem sobre passeios, vias e demais logradouros públicos dependerão de Licença para Execução de Obras, onerosa, emitida pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação.



Art. 166. Nas obras e demolições, não será permitido, além do alinhamento do tapume, a ocupação de quaisquer partes dos passeios, leito das vias e demais logradouros públicos com materiais de construção, sendo que o tapume deverá ocupar no máximo metade da largura do passeio.

§ 1º. A não Remoção, no prazo de até 05 (cinco) dias, contados da data da Notificação ou Embargo da Obra expedida pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação, dos tapumes, andaimes, restos de construção ou quaisquer outros obstáculos que constituam perigo para o público e para a propriedade pública ou particular, acarretará Multa para o Infrator.

§ 2º. Após 30 (trinta) dias da aplicação da Multa conforme determina o parágrafo anterior, sem que a situação tenha sido regularizada, a Multa paga, ou não comparecendo o proprietário ou seu representante para apresentação da Defesa, o débito será lançado em Dívida Ativa para execução fiscal, acumulada de juros e correção monetária.

Art. 167. A recomposição do pavimento de vias, passeios e demais logradouros públicos e as ações necessárias ao restabelecimento da condição original dos logradouros, poderão ser executadas pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação, com ônus para o Requerente que, no Ato da Licença Especial, depositará Caução para cobrir as despesas a serem realizadas com a recomposição, o qual será arbitrado por técnico habilitado pelo CREA e autorizado pelo Secretário da Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação.

Parágrafo único. As determinações acima se aplicam apenas para os casos da não execução das obras pelo Requerente.

Art. 168. A Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação poderá executar os serviços de calçamento do passeio, onde houver meio-fio, cobrando do proprietário do imóvel lindeiro os custos dos serviços realizados.

Parágrafo único. É facultado aos proprietários de imóveis lindeiros, em qualquer trecho de rua onde houver meio-fio, Requerer à Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação a execução imediata do calçamento do passeio, em conjunto ou individualmente, mediante o recolhimento do valor integral dos custos orçados, por técnico habilitado pelo CREA, para a realização dos serviços.

SEÇÃO II

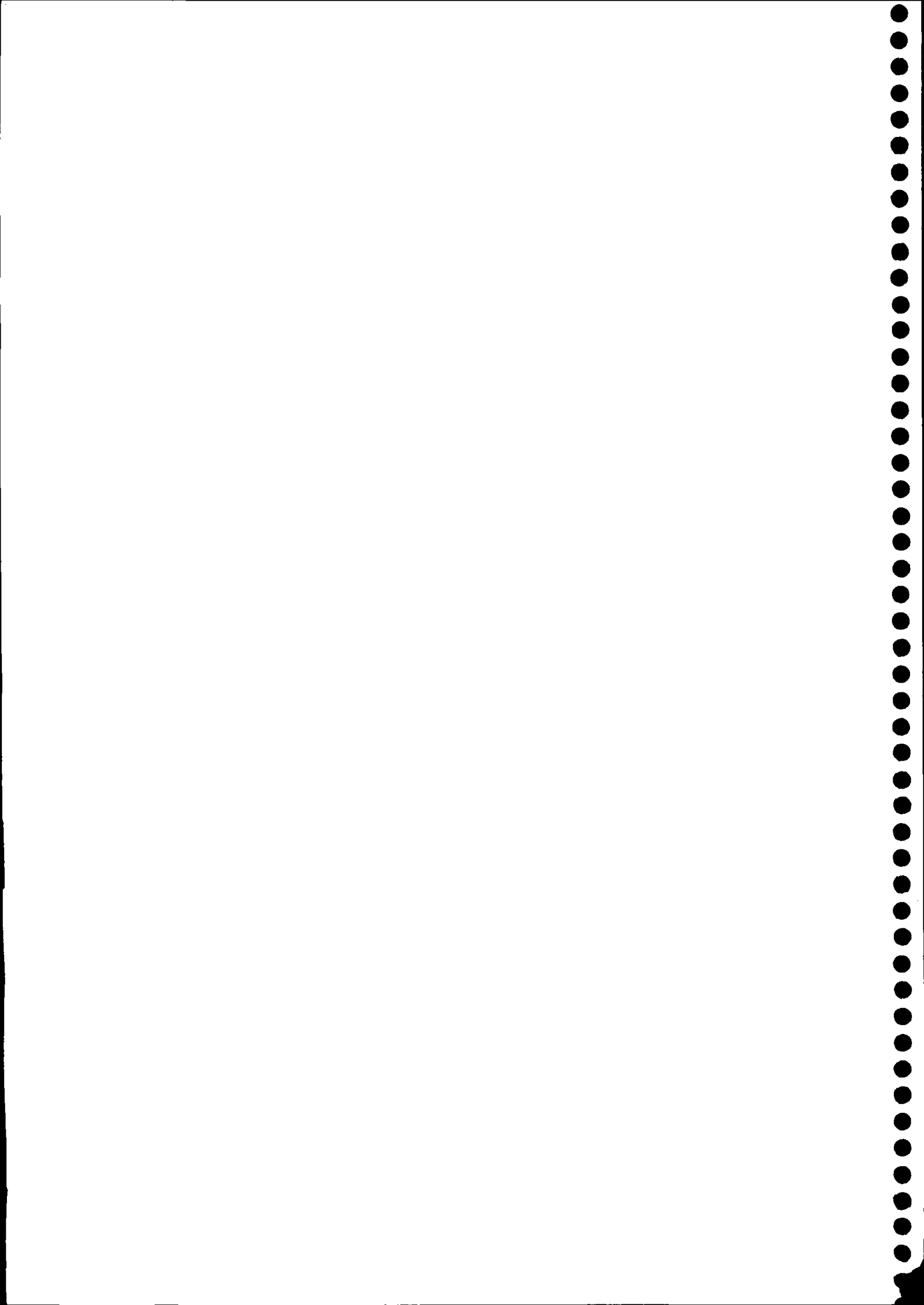
DAS CONSTRUÇÕES EM GERAL

Art. 169. Nenhuma construção, reconstrução, demolição ou reforma de prédio poderá ser executada sem prévia Licença para Execução de Obras ou Serviços de Engenharia emitida pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação, requerida pelo interessado.

§ 1º. Tratando-se construção para qual se façam necessários alinhamento e nivelamento, serão solicitados à Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação em separado, mediante pagamento da taxa respectiva.

§ 2º. Tratando-se de Demolição a ser executada por meio de explosivos, a Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação exigirá a Licença ou Autorização dos órgãos competentes.

Art. 170. Nenhuma construção nova ou que tenha sofrido reforma substancial poderá ser habitada ou ocupada sem Vistoria da Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transporte e Habitação, a qual emitirá o respectivo *Habite-se*.



Parágrafo único. Qualquer proprietário de imóvel localizado no território do Município que tenha sido construído sem as respectivas Licenças emitidas pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação poderá Regularizá-lo através do *Aceite-se*.

Art. 171. A Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação além do disposto no Código de Obras e Instalações, adotará as seguintes providências com relação aos imóveis e/ou construções de qualquer natureza que ameacem ruir, por mau estado de conservação, defeito de execução ou de ordem técnica:

- I. Representará aos órgãos competentes para aplicação das penalidades cabíveis;
- II. Notificará o proprietário para repará-los e/ou demoli-los.

§ 1º. O não cumprimento quer da Representação aos órgãos competentes quer da Notificação acarretará:

- I. a Interdição do imóvel;
- II. o Embargo da Obra, Construções e Instalações, quando pendente de Aprovação de Projeto e de Licença de Construção emitidas pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação ou sem renovação, ou seja, com prazo de validade vencido.

§ 2º. Além da Interdição do imóvel e do Embargo da Obra, a Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação poderá:

- I. multar o proprietário por desobediência à Notificação;
- II. realizar os reparos determinados pelos órgãos competentes e/ou pela própria Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação com ressarcimento, pelo proprietário, das despesas realizadas;
- III. demolir o prédio e/ou construção, de acordo com o estabelecido no Código de Obras e Instalações, mediante Processo de Condenação do Imóvel, com ressarcimento, pelo proprietário, das despesas realizadas.

Art. 172. Os proprietários que não atenderem à Notificação ficarão sujeitos, além do pagamento da Multa correspondente, ao pagamento dos custos, inclusive dos serviços executados por terceiros contratados pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação.

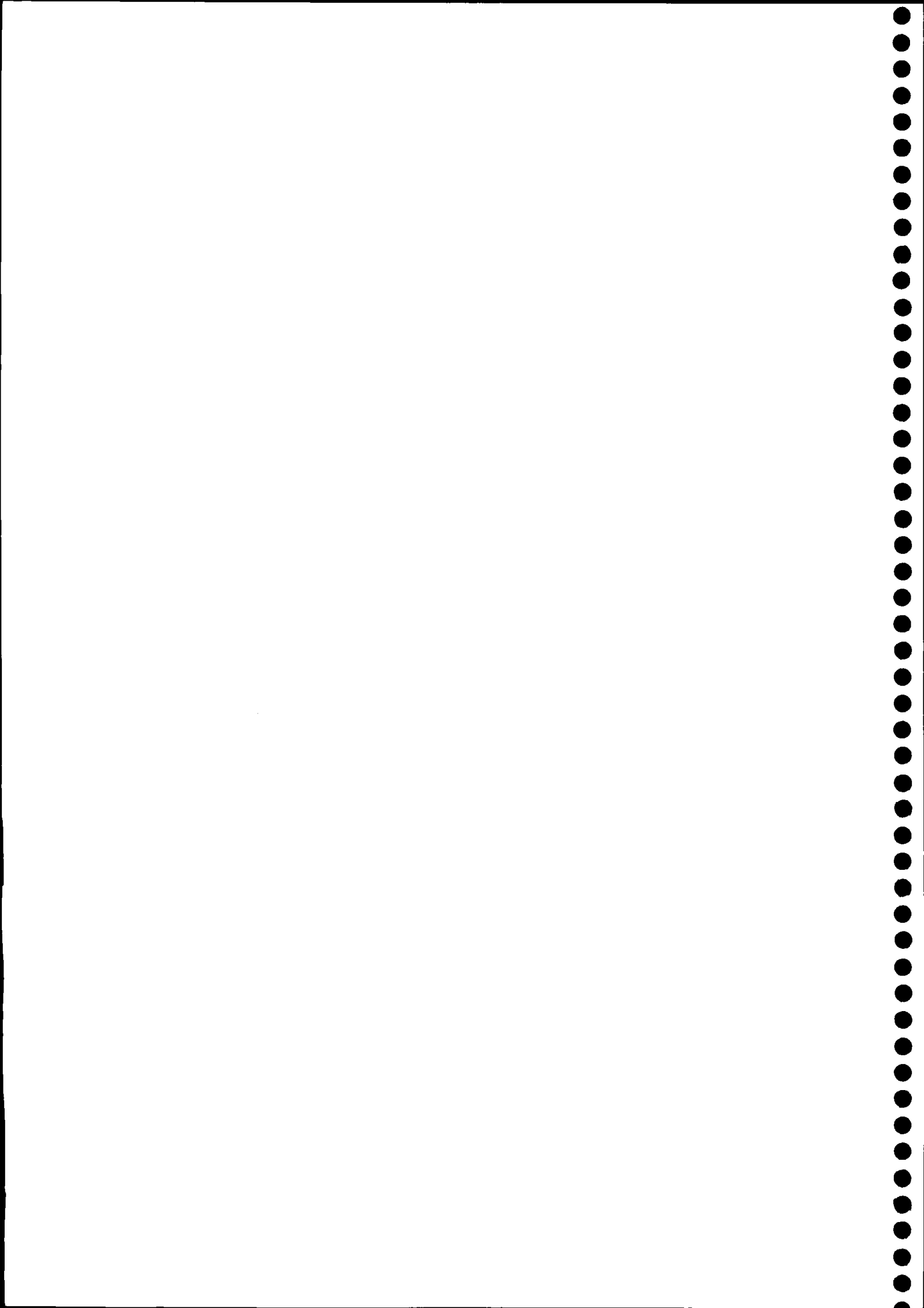
Art. 173. O levantamento do Embargo será concedido mediante Requerimento da parte interessada, após a comprovação do cumprimento das exigências relacionadas com a obra ou instalação embargada e o pagamento das Multas aplicadas.

Art. 174. Se o Embargo referir-se à Demolição total ou parcial da obra ou, em se tratando de riscos, para ser possível evitá-los, far-se-á Vistoria da mesma nos termos deste Código.

Art. 175. A Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação adotará os seguintes procedimentos relativos ao Processo de Condenação do Imóvel ou das Obras ou Construções:

- I. comunicará ao proprietário que o imóvel será Vistoriado;
- II. lavrará, após a Vistoria, Termo de Vistoria declarando condenado, ou não, o imóvel;
- III. fornecerá cópia ao proprietário do Termo lavrado.

Parágrafo único. Caso seja julgada necessária, a Vistoria poderá ser realizada por um perito indicado pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação ou por Comissão Especial, instituída pelo Secretário e integrada por técnicos habilitados pelo CREA, podendo ainda fazer parte da mesma um perito indicado pelo proprietário, correndo as despesas respectivas, se houver, por conta deste.



Art. 176. A Demolição precedida de Vistoria executada por Comissão Especial, instituída pelo Secretário e integrada por técnicos habilitados pelo CREA e ligados à Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação, procederá do seguinte modo:

- I. designará dia e hora para a Vistoria, fazendo intimar o proprietário para assisti-la. Não sendo ele encontrado, far-se-á Notificação por Edital, com prazo de 10 (dez) dias para a realização daquela;
- II. não comparecendo o proprietário ou seu representante, a Comissão Especial fará um exame preliminar da construção e, se verificar que a Vistoria pode ser adiada, mandará fazer nova Notificação;
- III. não podendo haver adiamento ou se o proprietário não atender à segunda Notificação, a Comissão Especial fará os exames que julgar necessário, findos os quais dará seu Laudo dentro de 3 (três) dias, do qual constarão o que for verificado e as providências que o proprietário deverá adotar para evitar a Demolição, e o prazo que, salvo motivo de urgência, não poderá ser inferior a 15 (quinze) dias, nem superior a 90 (noventa) dias;
- IV. do Laudo se dará cópia ao proprietário e aos moradores do imóvel, se for alugado. A cópia do proprietário será acompanhada da Notificação para o cumprimento das decisões nele contidas;
- V. a cópia do Laudo e a Notificação ao proprietário serão entregues mediante recibo. Não sendo encontrado, ou se houver recusa em recebê-los, serão publicadas em resumo, por 3 (três) vezes, afixados no *hall* do prédio da Prefeitura;
- VI. no caso de ruínas iminentes, a Vistoria será feita de imediato, dispensando-se a presença do proprietário, se não puder ser encontrado de pronto, levando-se ao conhecimento do Secretário as conclusões do Laudo para que ordene a Demolição.

Art. 177. Cientificado o proprietário do resultado da Vistoria e feita a devida Notificação, seguir-se-ão as providências administrativas.

Art. 178. Se não forem cumpridas as decisões do Laudo, nos termos deste Código, proceder-se-á de acordo com o Código Civil Brasileiro.

Art. 179. Poderá o proprietário interpor Defesa contra a Notificação no prazo de 15 (quinze) dias da data da emissão desta, devendo fazê-lo em Requerimento próprio dirigido ao Secretário de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação correndo as despesas respectivas, se houverem, por conta da parte do proprietário.

Art. 180. É proibido, sob quaisquer circunstâncias:

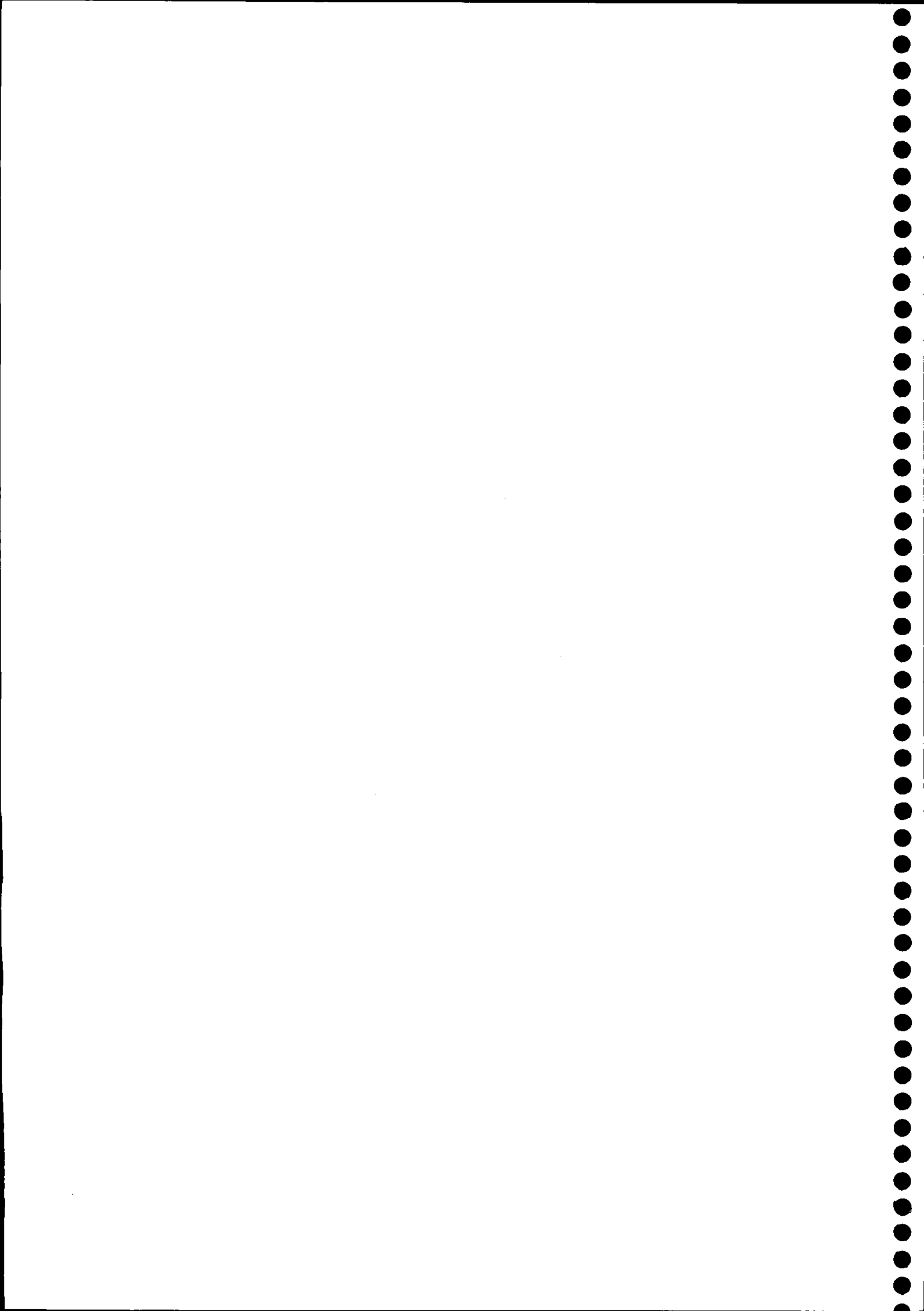
- I. construir quaisquer edificações que avancem pelos passeios, vias e/ou logradouros, mesmo que sejam edificações em lajes sobre pilotis;
- II. construir rampas ou similares nos passeios, vias e/ou logradouros, exceto para acesso de veículos e de deficientes físicos;
- III. fazer abertura no calçamento ou escavação nos passeios, vias e/ou logradouros sem prévia e expressa Autorização da Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação.

SEÇÃO III

DOS ELEVADORES, MONTA-CARGAS

Art. 181. O funcionamento dos elevadores, monta-cargas, dependerão de assistência e responsabilidade técnica de empresa instaladora, registrada no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, e da Concessão de Licença Especial para Instalação de Equipamento de Circulação Vertical, sempre onerosa, emitida pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação cuja taxa será recolhida pela Secretaria de Economia e Finanças.

§ 1º. A empresa instaladora, o síndico e a administradora do edifício serão responsáveis perante



a Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação pela conservação, bom funcionamento e segurança dos equipamentos utilizados.

§ 2º. O Requerimento para a Concessão da Licença deverá ser efetuado até 30 (trinta) dias da data de emissão do Certificado de Funcionamento do equipamento que deverá ser apresentado pela empresa instaladora juntamente com a ART respectiva, emitida pelo CREA, a qual certificará estarem os mesmos de acordo com as Normas Técnicas Brasileiras.

§ 3º. No caso de troca de empresa prestadora da assistência técnica, bem como de retirada do equipamento por troca de propriedade, deverá o fato ser comunicado pelo síndico ou empresa administradora do edifício à Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação, sob pena de responsabilidade civil e penal.

§ 4º. Deverá ser afixada e mantida pela empresa responsável, no equipamento, placa de informação das características técnicas do equipamento, tais como: peso máximo permitido em quilos (Kg) e em libras (lbs); telefone para contato em caso de emergência; e ficha da realização da inspeção técnica, expedida a cada 180 (cento e oitenta) dias, cujo conteúdo deverá discriminar o nome, registro e matrícula no CREA, tanto da empresa quanto do Responsável Técnico pela manutenção, a qual será rubricada pelo Responsável Técnico e pelo síndico após as Vistorias de rotina.

§ 5º. Se o síndico e/ou a administradora do edifício, recusarem-se a atender a determinação para a realização de reparo no equipamento, as empresas prestadoras de serviço deverão comunicar imediatamente à Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação quaisquer irregularidades que ponham em risco a segurança do usuário, devido ao mau funcionamento do mesmo.

§ 6º. É proibido, no interior desses veículos, sob quaisquer circunstâncias:

- I. fumar ou conduzir acessos cigarros ou assemelhados;
- II. transportar animais domésticos, tipo cães e gatos, mesmo com coleiras;
- III. portar-se de forma a atentar contra a moral e os bons costumes;
- IV. deixar objetos impréstáveis em seu interior para serem recolhidos por terceiros;
- V. recusarem, o síndico e a administradora do edifício, em atender às recomendações, da empresa prestadora de serviços, para reparos no equipamento.

Art. 182. O equipamento que não atenda às disposições deste Código e do Código de Obras e Instalações será Interditado pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação sem prejuízo da aplicação de Multas e da obrigação do atendimento às mesmas.

Parágrafo único. A interdição poderá ser solicitada pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação através de Laudo emitido por nova empresa prestadora de serviços contratada pela administradora e/ou síndico do edifício a qual será a responsável pelo funcionamento do equipamento após a emissão do novo Certificado de Funcionamento.

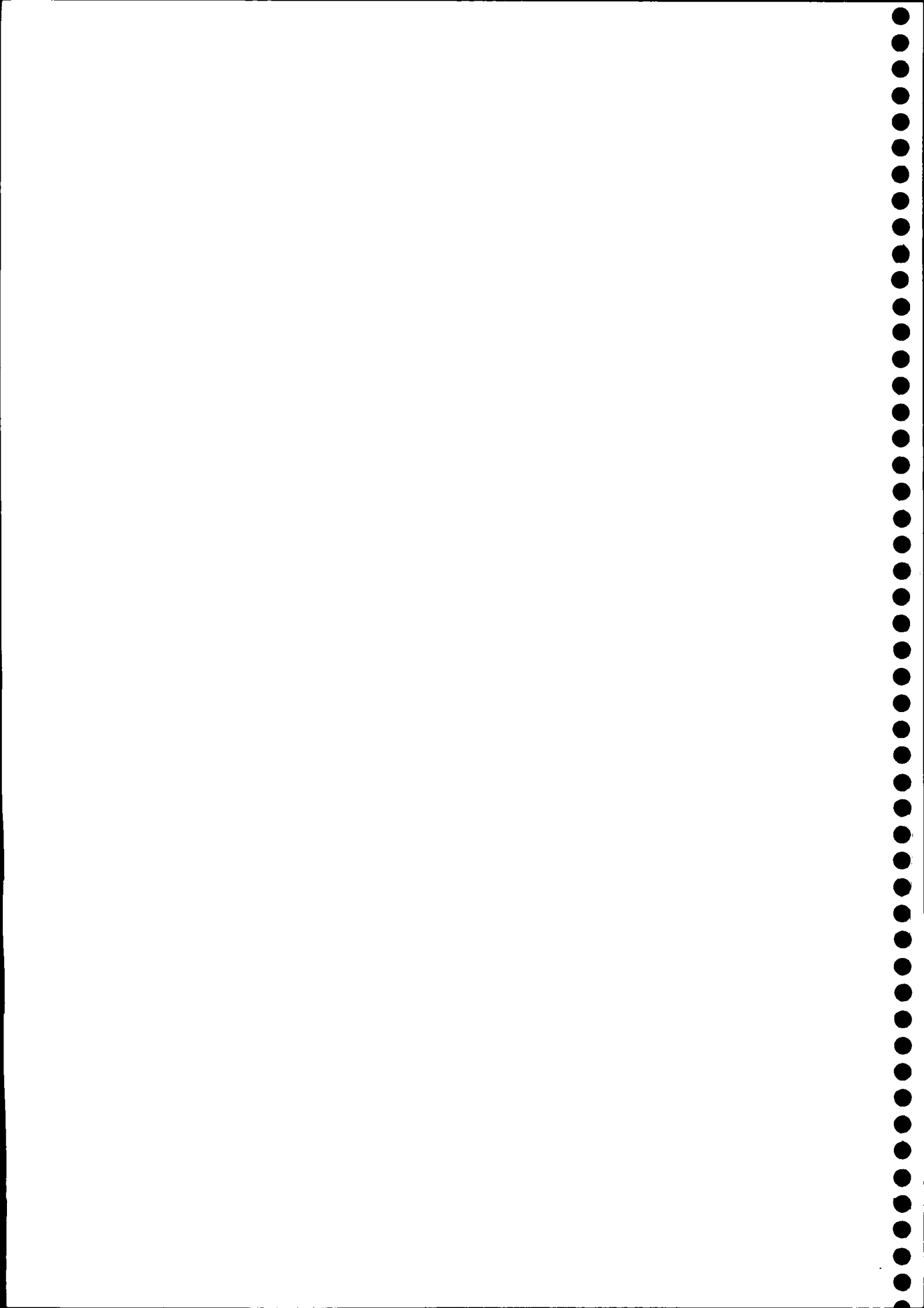
SEÇÃO IV

DO TRÂNSITO E DO TRÁFEGO PÚBLICOS

SUBSEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 183. Compete à Administração Municipal, através de sua Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação e de seu Departamento Municipal de Trânsito - DEMUTRAN, Órgão Executivo de Trânsito e Executivo Rodoviário, em parceria com Batalhão de Trânsito da Polícia Militar, a execução das atividades de disciplinamento e controle do trânsito e do tráfego nas vias e logradouros na jurisdição do Município, visando manter a ordem, a segurança e o bem-estar da população em geral, a sinalização do trânsito, a demarcação de faixas de pedestres e vias preferenciais, a instalação de semáforos, a demarcação e sinalização de áreas de cargas e descargas, as áreas permitidas ao estacionamento, o uso de equipamentos de segurança, dando prioridades em suas ações a defesa da vida, a preservação da saúde e do meio ambiente.



Parágrafo único. Excetuam-se das disposições do *caput* deste Artigo as Rodovias Estaduais que cruzam o Município.

Art. 184. Desde que devidamente autorizado e havendo necessidade de interromper o trânsito e o tráfego, é obrigatória a colocação de sinalização luminosa durante a noite, com aviso de "Trânsito e Tráfego Impedidos", indicando o órgão que autorizou a Interdição.

Parágrafo único. Sempre que houver necessidade da Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação interromper o trânsito e o tráfego, essa colocará sinalização vermelha, claramente visível de dia e luminosa à noite.

Art. 185. Ficando a via e/ou logradouro impedido por reforma e/ou construção de imóvel, de edificação, muro, cerca, desmoroamento ou queda de árvore localizada em terreno privado, as ações para a Remoção dos obstáculos serão de responsabilidade do proprietário, mesmo que a causa seja fortuita ou de força maior.

§ 1º. Tratando-se de materiais que não possam ser depositados diretamente no interior dos prédios ou nos terrenos, serão toleradas a descarga e permanência na via pública, com o mínimo prejuízo ao trânsito, por tempo estritamente necessário à sua Remoção, não superior a 6:00h (seis horas).

§ 2º. A permanência na via pública por período superior ao especificado no parágrafo anterior só será permitida com Autorização expressa da Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação.

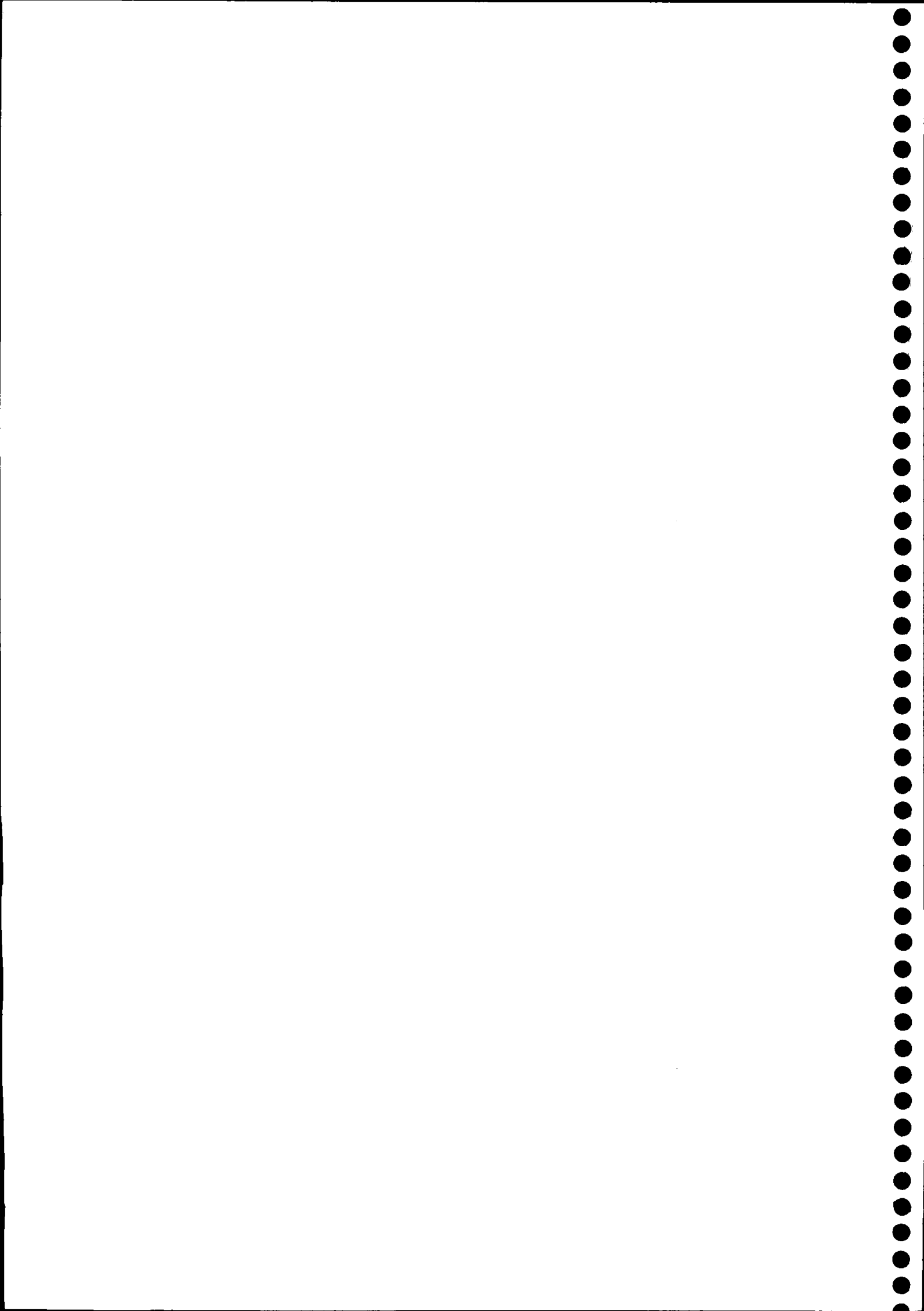
§ 3º. No caso previsto no parágrafo anterior, os responsáveis pelos materiais deverão advertir os veículos, à distância conveniente, dos impedimentos causados ao livre trânsito.

§ 4º. Em caso de necessidade, poderá ser autorizado o bloqueio/impedimento de meia pista de cada vez.

§ 5. Os Infratores deste Artigo estão sujeitos a ter os respectivos materiais apreendidos e recolhidos ao Depósito da Administração Municipal, os quais para serem retirados, dependerão do pagamento de Multa e das despesas de Remoção e guarda.

Art. 186. É proibido sob quaisquer circunstâncias:

- I. pintar faixas de sinalização de tráfego, ainda que junto ao rebaixo do meio fio;
- II. conduzir, trafegar e estacionar veículos sobre os passeios, sob pena de o mesmo ser rebocado, além de estar sujeito a Multas pelo DEMUTRAN;
- III. elevar os passeios públicos para cotas superiores ao padrão no logradouro;
- IV. inserir quebra-molas, redutores de velocidade ou quaisquer objetos afins, no leito das vias;
- V. depositar *containers*, caçambas ou similares, bem como quaisquer materiais, inclusive de construção, nas vias e logradouros, exceto se observarem às determinações deste Código;
- VI. conduzir veículos em alta velocidade;
- VII. danificar o pavimento e os pontos e abrigos para transporte coletivo, sob pena de responsabilidade criminal e civil;
- VIII. trafegar com motocicletas, bicicletas, *skates*, patins ou similares, exceto nos logradouros destinados para esse fim;
- IX. transportar detritos, terra, entulhos, areia, galhos, podas de jardins e outros, e os deixar cair sobre as vias e logradouros públicos;
- X. conduzir, trafegar ou estacionar animais de tração ou montaria como veículos de transporte nas vias centrais da Cidade;
- XI. lavar veículos nas vias centrais e todos os lava-jatos terão que ter espaço interno suficiente para a execução de suas atividades e o atendimento deste inciso, sob pena de cancelamento da Licença de Funcionamento;
- XII. conduzir ou estacionar veículos de qualquer espécie, animais de tração ou montaria, bicicletas, *skates*, patins ou similares nos passeios públicos;



- XIII. embarçar ou impedir, por qualquer meio, o livre trânsito de pedestre ou veículos nas ruas, praças, passeios, estradas e caminhos públicos;
- XIV. estacionar veículos sobre os passeios, calçadas e praças públicas e nas áreas destinadas aos pontos de parada de coletivos;
- XV. preparar reboco ou argamassa nas vias públicas;
- XVI. transportar detritos, terra, entulhos, areia, galhos, podas de jardins entre outros, e os deixar cair sobre as vias e logradouros públicos;
- XVII. trafegar ou estacionar veículos nos trechos das vias interditadas pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação, para execução de obras e/ou outra finalidade, sob pena de Remoção do veículo, além do pagamento de Multa e do ressarcimento das despesas com a Remoção e o Depósito;
- XVIII. rebaixar os meios-fios das calçadas, salvo para permitir o acesso de veículos à garagem, ou para facilitar a locomoção de pessoas portadoras de deficiência, inclusive mobilidade, obedecendo às determinações das Normas Técnicas Brasileiras, à legislação federal relativa a deficientes e com dificuldades de locomoção e ao Código de Obras e Instalações do Município;
- XIX. causar quaisquer danos às vias e logradouros e especialmente:
 - a) aos jardins e gramados das praças públicas;
 - b) aos passeios e leitos das vias;
 - c) aos drenos de águas pluviais.
- XX. remover, sem Autorização, qualquer equipamento instalado;
- XXI. retirar sinais colocados nas vias, estradas e caminhos públicos que sirvam de advertência de perigo ou impedimento de trânsito e tráfego;
- XXII. alterar a coloração e materiais dos passeios dos logradouros públicos, conforme determinado para o local.

§ 1º. Excetua-se do disposto neste Artigo:

- I. os carrinhos de crianças;
- II. cadeiras de rodas para deficientes físicos;
- III. em ruas de pequeno movimento, triciclos e bicicletas de uso infantil;
- IV. animais da Polícia Montada;
- V. para efeito de obras públicas;
- VI. quando exigências policiais determinarem.

§ 2º. Os veículos transportador de entulho ou similar não poderão transportar cargas que ultrapassem a borda das carrocerias e deverão ser cobertos com lonas ou toldos, quando em movimento.

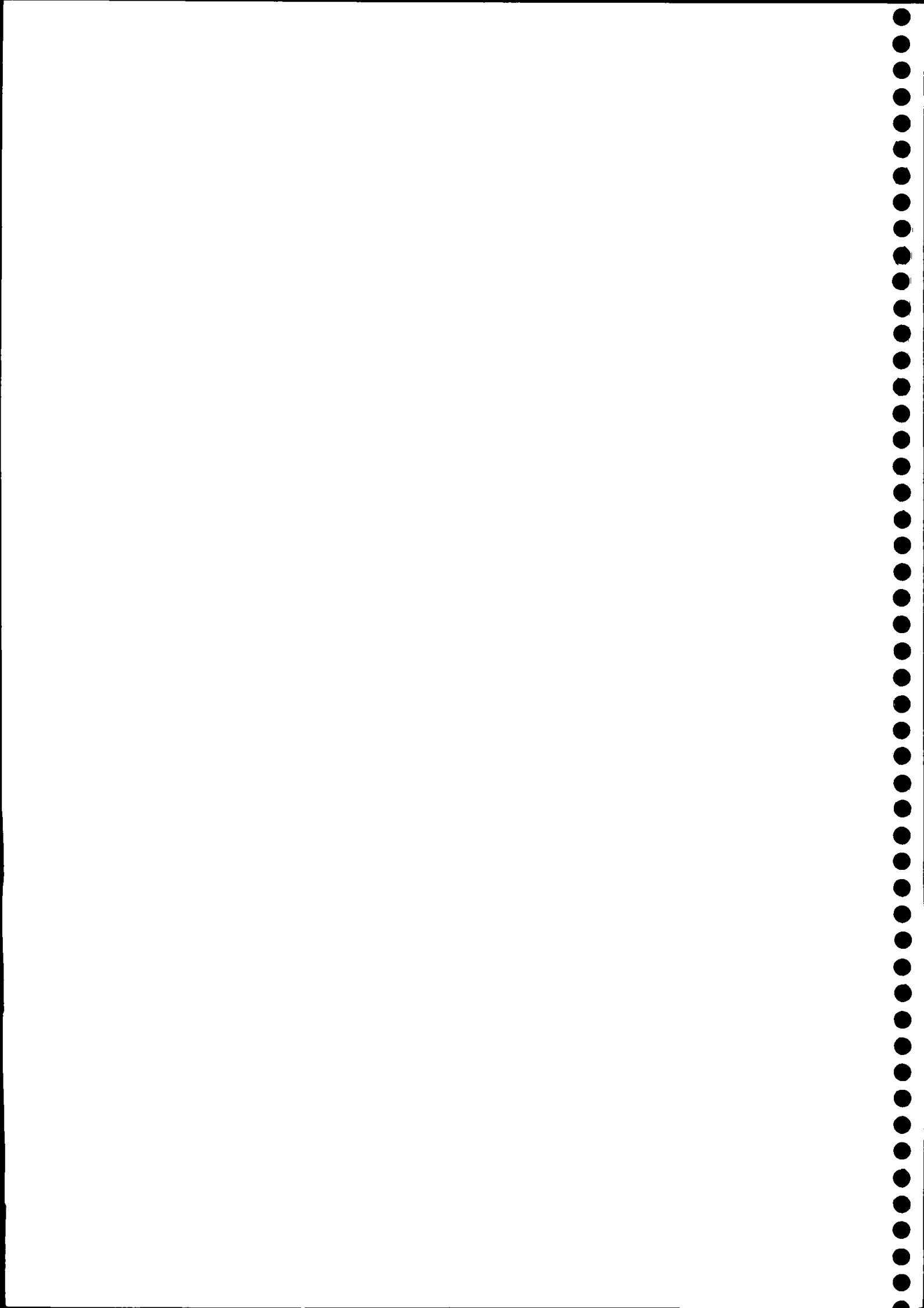
§ 3º. No caso de transporte de materiais argilosos, areias e outros, decorrentes de corte, aterro, barreiros, pavimentação, ou assemelhados, deverá ser adotado dispositivos ou ação permanente que mantenha as vias onde está localizada a área, livre de qualquer interferência no trânsito e no tráfego, relacionada ao material em transporte.

Art. 187. Compete à Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação o direito de impedir o tráfego de qualquer veículo ou meio de transporte que possa ocasionar danos à pessoa ou que possa danificar o leito das vias e/ou dos logradouros.

Art. 188. O Depósito nas vias e/ou logradouros de *containers* e/ou caçambas só poderá ser efetuado por até por 48:00h (quarenta e oito horas) e quando a ocupação for em:

- I. áreas de estacionamento autorizadas pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação;
- II. áreas distantes de no mínimo 10,00m (dez) metros das esquinas;
- III. áreas situadas rentes ao meio-fio e desde que sejam mantidos livres, no mínimo, 0,90m (noventa centímetros) do passeio público;
- IV. áreas sinalizadas com tinta reflexiva.

Art. 189. Todo veículo encontrado em estado de abandono, em quaisquer vias e/ou logradouros, além das Multas respectivas, será recolhido ao Depósito Municipal sem prejuízo do



ressarcimento à Administração Municipal das despesas com a Remoção e o Depósito, pelo proprietário do veículo, e da aplicação das demais sanções previstas neste Código.

Art. 190. Os proprietários de veículos estacionados poderão ser Autuados pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação, ou pelo DEMUTRAN sem prejuízo das penalidades aplicadas por autoridades federais e estaduais.

Art. 191. Os abrigos de passageiros serão instalados em locais onde ocorra o mínimo prejuízo ao trânsito, e substituídos ou reparados pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação sempre que tais providências se façam necessárias.

SUBSEÇÃO II

DAS ESTRADAS MUNICIPAIS

Art. 192. As estradas são as que integram o Sistema Viário e que servem de livre trânsito e tráfego no território do Município.

Art. 193. As estradas municipais ficam assim classificadas:

- I. estradas Principais ou Troncos;
- II. estradas Secundárias.

Art. 194. Quanto à sua construção e manutenção, as estradas municipais obedecerão, ressalvadas normas técnicas em contrário, às seguintes características:

I. estradas Principais ou Troncos:

- a) Alto grau de utilização.
A faixa de domínio público de 26,00m (vinte e seis metros) de cada lado da via;
- b) Baixo grau de utilização.
A faixa de domínio público de 22,00m (vinte e dois metros) de cada lado da via.

II. estradas Secundárias:

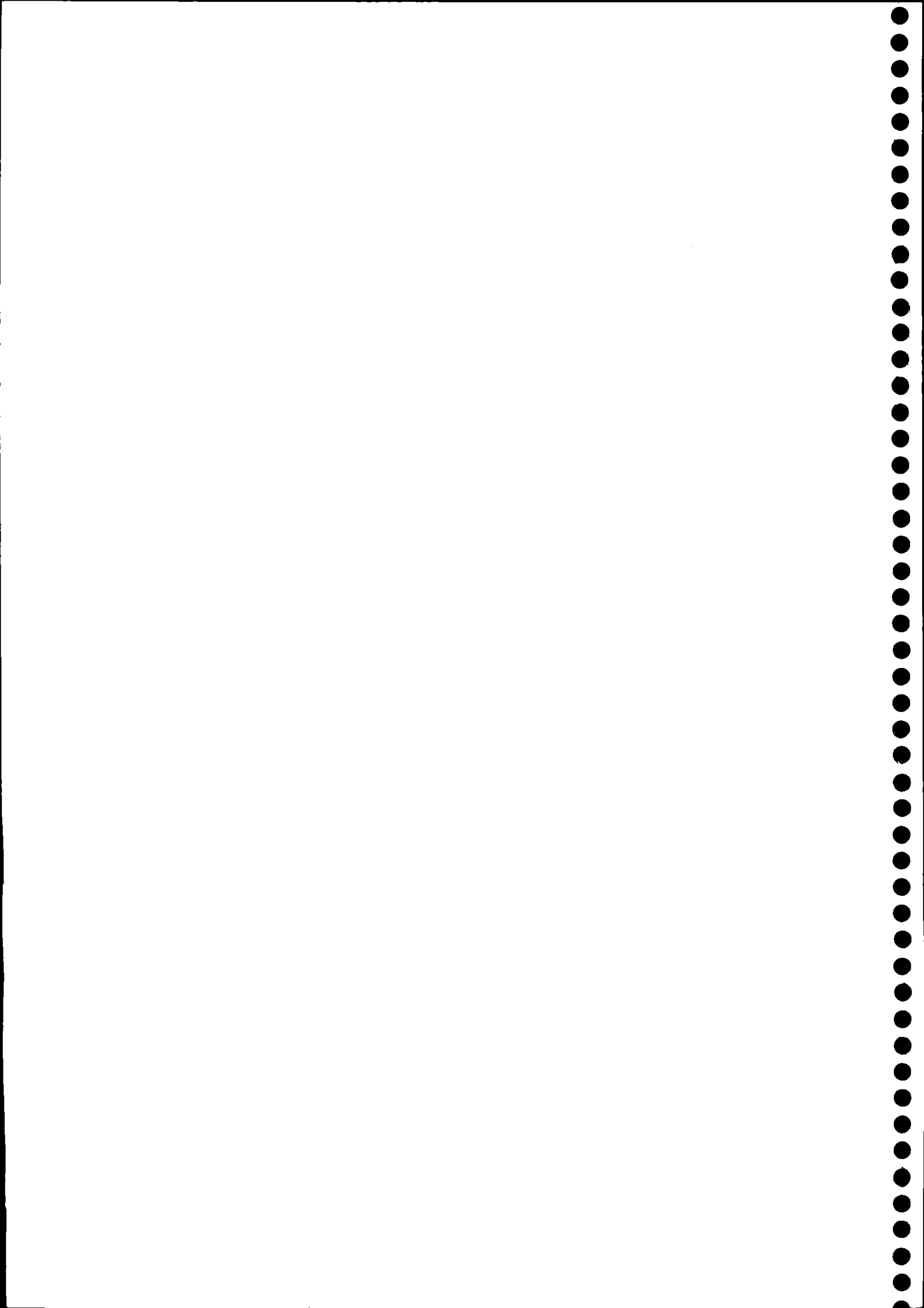
- a) Alto grau de utilização.
A faixa de domínio público de 20,00 (vinte metros) de cada lado da via;
- b) Baixo grau de utilização.
A faixa de domínio público de 16,00 (dezesesseis metros) de cada lado da via.

Parágrafo único. Para ramais e acessos, fica especificada uma faixa de domínio público de 10,00m (dez metros) de cada lado da via.

Art. 195. A manutenção das estradas municipais fica ao encargo da Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação e quaisquer benfeitorias, reparos ou deslocamentos, deve ser Requerido à Secretaria pelos respectivos proprietários dos terrenos marginais.

§ 1º. Se os trabalhos de mudança, deslocamento ou reparo forem muito onerosos, a Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação firmará parceria com o proprietário Requerente.

§ 2º. Mudanças ou benfeitorias só ocorrerão se estiverem de acordo com as Normas Técnicas Brasileiras vigentes.



Art. 196. Os proprietários de terrenos marginais são obrigados:

- I. a contribuir para que as estradas municipais fiquem em bom estado, salvo se impedidos pelas condições climáticas;
- II. a remover as árvores secas ou simplesmente os galhos desvitalizados que, em queda natural atingirem o leito das estradas.

Art. 197. Aos proprietários de terrenos marginais é proibido:

- I. fechar, estreitar, mudar, ou de qualquer forma dificultar os serviços públicos das estradas, sem prévia Autorização da Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação;
- II. arborizar as faixas laterais de domínio das estradas ou cultiva-las, exceto quando o proprietário estiver previamente autorizado pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação;
- III. destruir, obstruir ou danificar pontes, passagens molhadas, bueiros, esgotos, mata-burros e valetas laterais;
- IV. fazer cisternas, valetas, buracos ou escavações de qualquer natureza no leito das estradas e nas faixas laterais de domínio público;
- V. impedir, por qualquer meio, o escoamento de águas pluviais das estradas para os terrenos marginais;
- VI. encaminhar, das propriedades adjacentes, águas servidas ou pluviais para o leito das estradas, ou fazer barragens que levem as águas a se aproximar do leito das mesmas a uma distância mínima de 10,00m (dez metros);
- VII. colocar porteiras, palanques ou mata-burros nas estradas;
- VIII. danificar, de qualquer modo, as estradas.

Parágrafo único. Fica expressamente proibido atirar às estradas entulhos ou restos de materiais orgânicos, que possam colocar em risco o Meio-Ambiente, a segurança e a saúde dos que ali transitam.

Art. 198. Os proprietários de terrenos marginais não poderão, sob qualquer pretexto, manter ou construir cercas de arame, cercas vivas, vedações ou tapumes, de qualquer natureza, no tronco das estradas, a não ser nos limites de suas propriedades.

Art. 199. Cabe aos proprietários de terrenos marginais permitir:

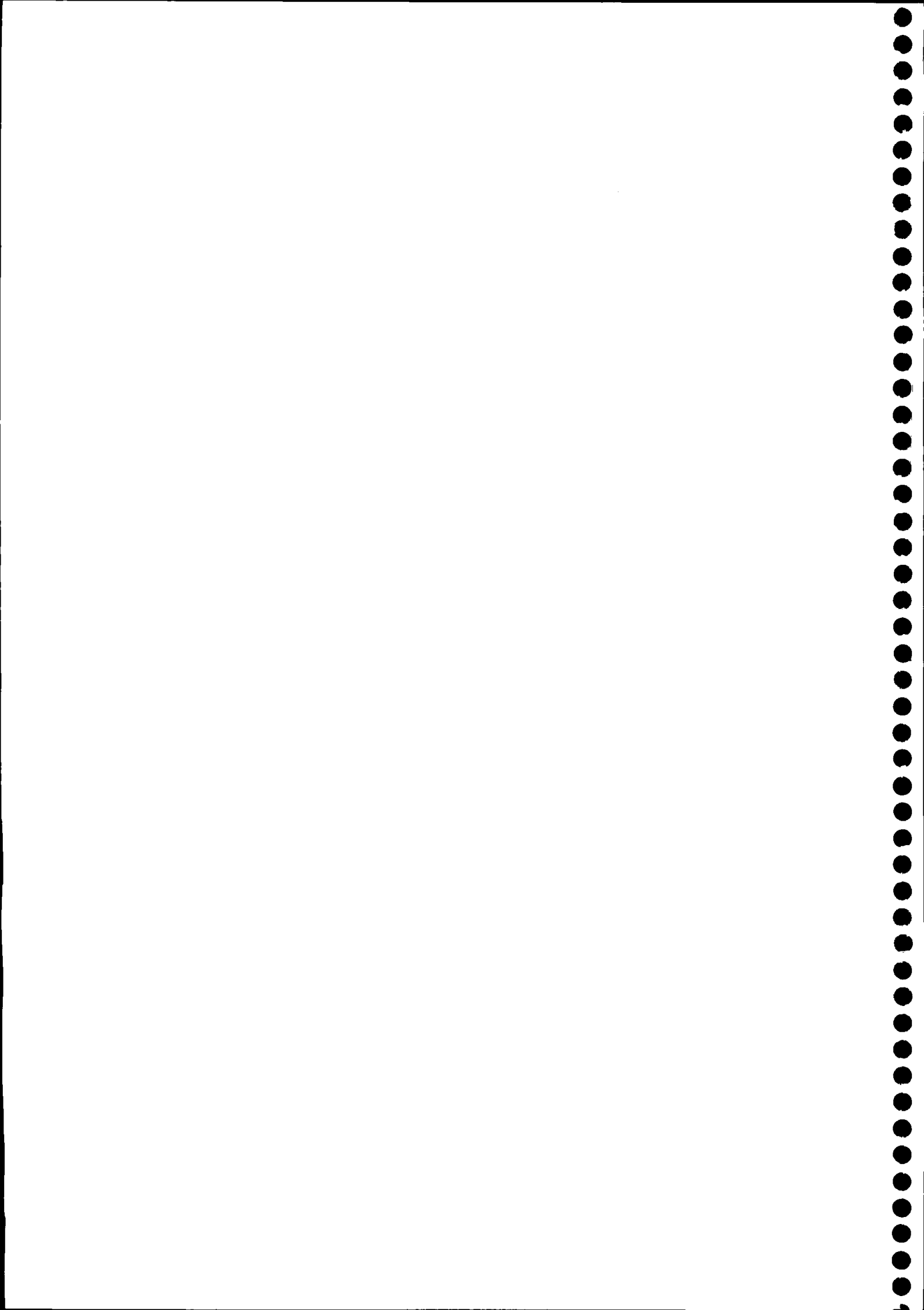
- I. a execução de caixas de coleta de águas pluviais, onde técnicos designados pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação julgarem necessárias para evitar a erosão nas bordas das estradas;
- II. a Regularização do "grade" das estradas com o terreno natural;
- III. a execução ou manutenção nas estradas das curvas de níveis e que as mesmas se integrem.

Art. 200. A Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transporte e Habitação fica encarregada de fiscalizar, Notificar e Multar os Infratores.

SUBSEÇÃO III DOS PONTOS DE ESTACIONAMENTO

Art. 201. Compete à Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação determinar as áreas e pontos de estacionamento no território do Município, regulamentando-os em até 180 (cento e oitenta) dias após a aprovação deste Código.

§ 1º. Ao longo da Avenida Presidente Castelo Branco, Praça Delmiro Gouveia, Rua da Independência e Avenida Floriano Peixoto, não será permitida a carga e/ou descarga de mercadorias e/ou estacionamento de veículos de carga nos seguintes horários:



- I. entre as 09:00 horas e as 12:00 e entre as 14:00 e 17:00 horas nos dias úteis;
- II. entre as 09:00 horas e as 13:00 horas aos sábados.

§ 2º. É proibido o estacionamento de veículos nos seguintes locais:

- I. paradas de mototáxi;
- II. em frente as garagens públicas ou particulares;
- III. em locais que impeçam o trânsito e o tráfego;
- IV. ao longo da calçada do prédio da Prefeitura;
- V. ao longo das calçadas das agências bancárias;
- VI. ao longo de toda a extensão do Calçadão principal.

***Inciso VI suprimido pelo art. 1º da Emenda Supressiva Nº 04/2005 da Câmara Municipal de Delmiro Gouveia.**

Art. 202. Estão autorizados, pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação, a criação, no território do Município, de pontos e áreas de estacionamento de veículos, motos e animais de aluguel, inclusive táxi e mototáxi, para transporte individual de passageiros e/ou carga pelas quais serão cobradas taxas a serem definidas pela Secretaria de Economia e Finanças.

§ 1º. O transporte de aluguel realizado por transporte alternativo, inclusive mototáxi, no Município de Delmiro Gouveia será regulamentado num prazo de até 180 (cento e oitenta) dias da publicação deste Código pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação.

§ 2º. Será facultado ao permissionário do transporte municipal, mediante Permissão da Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação, a instalação de abrigos, bancos e aparelhos telefônicos, nos respectivos pontos.

Art. 203. As áreas de estacionamentos no território do Município receberão a denominação de Zona Azul e estarão localizadas nas seguintes áreas: ao longo da Avenida Presidente Castelo Branco, na Praça Delmiro Gouveia e arredores, na Rua da Independência, na Avenida Floriano Peixoto e ao longo de todo o Calçadão.

***Artigo 203 suprimido pelo art. 2º da Emenda Supressiva Nº 04/2005 da Câmara Municipal de Delmiro Gouveia.**

SUBSEÇÃO IV

DA CIRCULAÇÃO DE ANIMAIS

Art. 204. Os animais encontrados soltos nas vias e logradouros serão imediatamente apreendidos sem prejuízo da aplicação de penalidades e do ressarcimento à Administração Municipal das despesas com a Apreensão, Remoção e guarda.

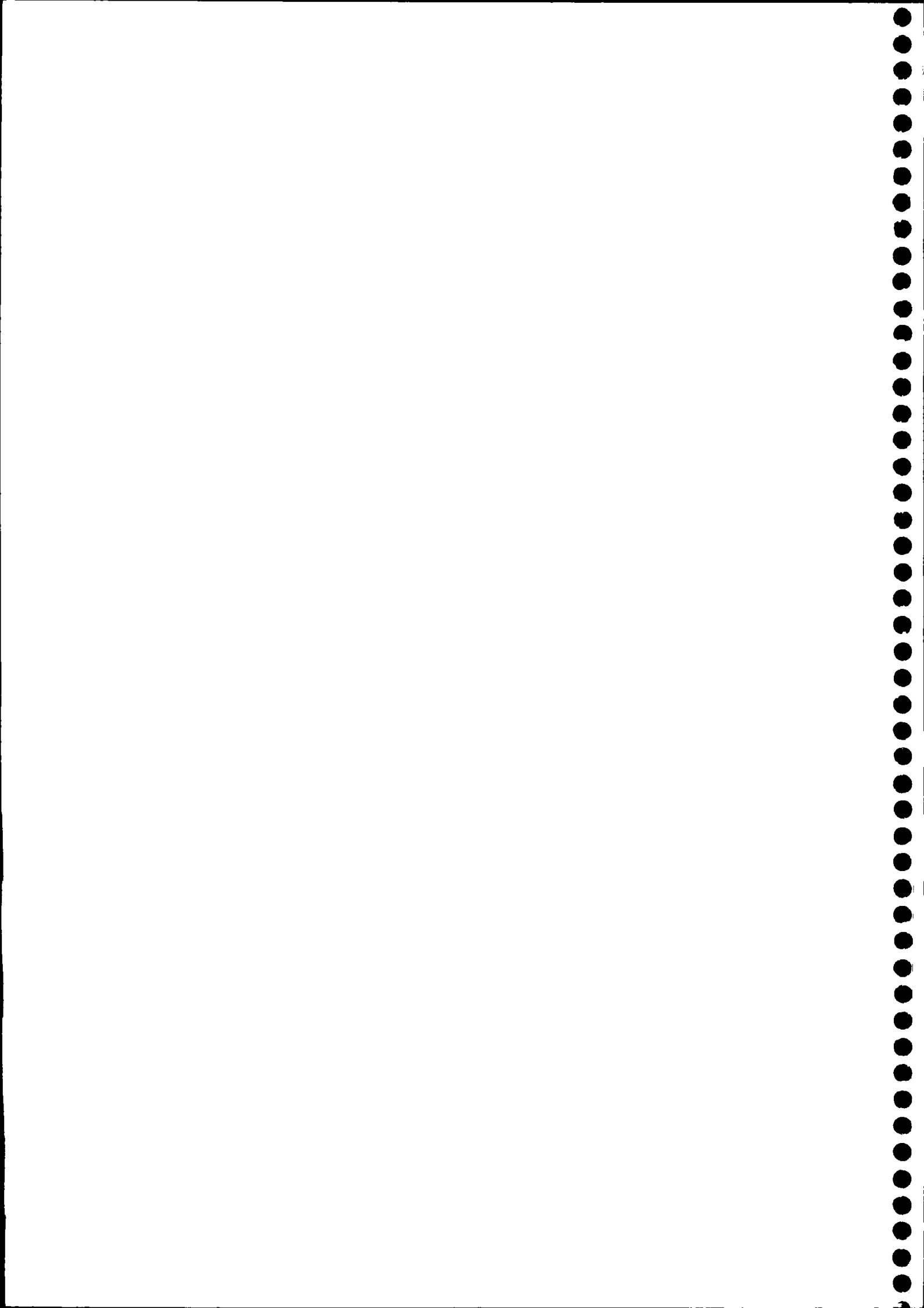
§ 1º. Os animais de tração e os demais que servirem para o consumo humano, se não retirados do Depósito da Administração Municipal no prazo de até 5 (cinco) dias, serão:

- I. vendidos em hasta pública, ou leiloados, precedida da necessária publicação do Edital;
- II. doados a entidades de proteção aos animais, devidamente reconhecidas como de utilidade pública;
- III. doados a instituições filantrópicas, ou universitárias, para fins de experiências científicas.

§ 2º. Os animais portadores de moléstias infecto-contagiosas serão sacrificados, incinerados ou internados, inclusive os cães e gatos, se não retirados pelos seus donos ou responsáveis, no prazo estabelecido no Parágrafo anterior.

§ 3º. A Secretaria de Saúde fornecerá alimento e água para os animais apreendidos que estiverem sobre sua guarda.

§ 4º. A importância apurada com a venda dos animais será aplicada na quitação das Multas e no pagamento das quantias devidas relativas às despesas com os animais durante a Guarda ou Internação, cabendo ao proprietário o direito ao saldo, em espécie, porventura existente e referente aos animais leiloados.



Art. 205. Os cães usando coleiras e focinheiras poderão permanecer nas vias públicas, desde que em companhia de seus donos ou responsáveis, respondendo esses pelos danos que o animal causar a terceiros.

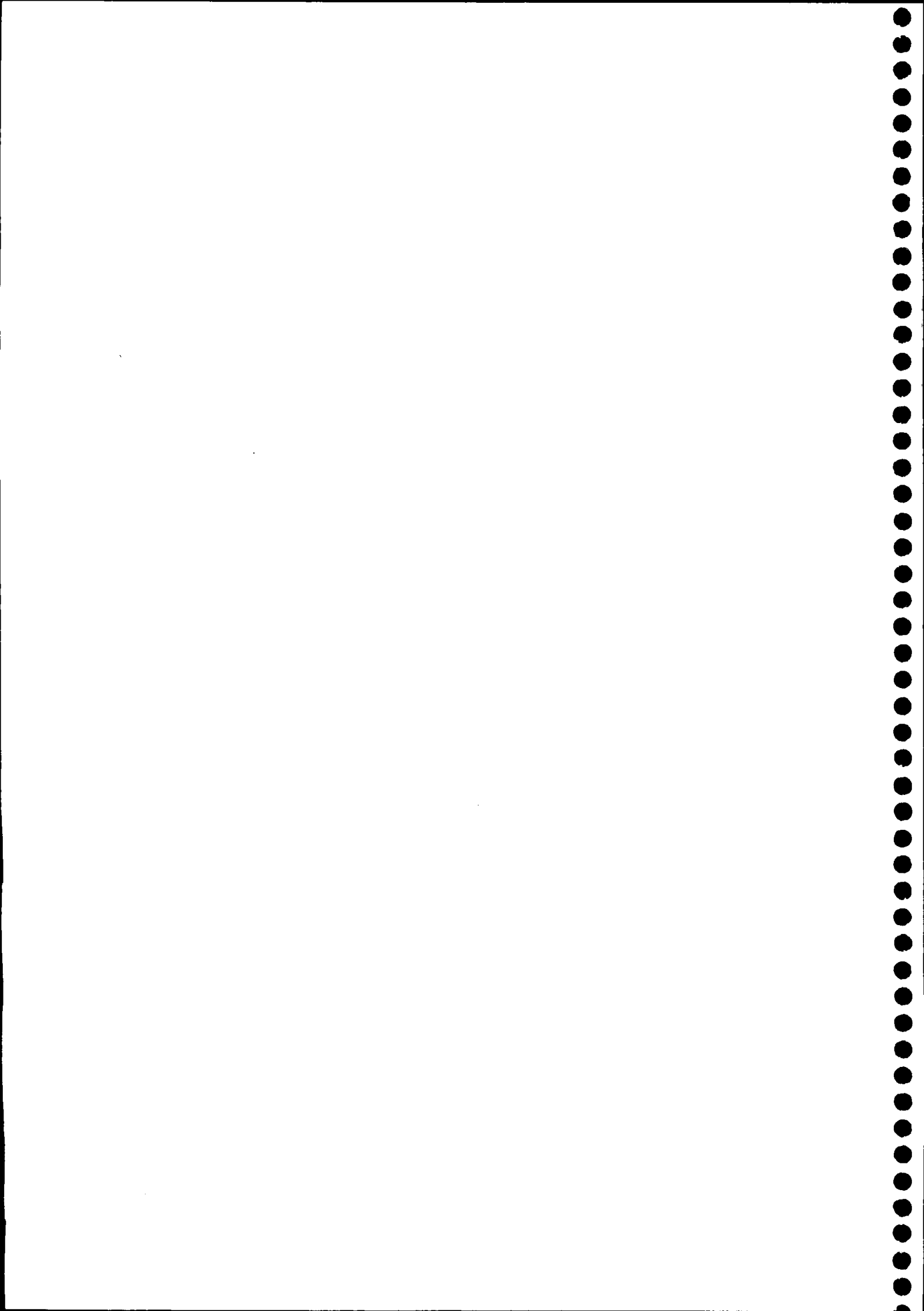
Art. 206. É proibido na Zona Urbana sob quaisquer circunstâncias:

- I. estacionar tropas ou rebanhos nas vias e logradouros, exceto nas áreas pré-determinadas pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação, desde que estejam:
 - a) sendo utilizados em serviços de segurança pública ou de tração animal;
 - b) sendo guiados pelo condutor e/ou responsável.
- II. amarrar animais de tração em hidrantes, caixas telefônicas ou equipamento do serviço postal, coletores de lixo, grades ou portas de repartições públicas;
- III. tráfegar de carros de bois sem o condutor e sem os carreiros que os guiem;
- IV. conduzir animais em disparada;
- V. domar, adestrar, criar, manter ou tratar animais domésticos de estimação, corte ou produção de leite, carne e ovos, em regime domiciliar;
- VI. exibições de feras, cobras e outros animais perigosos, em circo, parques de diversões e organizações similares sem as necessárias precauções para garantir a segurança dos espectadores tais como: gaiolas, jaulas, coleiras e sem a prévia Autorização da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos;
- VII. conduzir animais bravios sem as jaulas, focinheiras ou coleiras;
- VIII. instalar armadilhas para caça no território do Município, respeitada às disposições da legislação pertinente;
- IX. criar abelhas;
- X. criar e manter em cativeiro, nos porões, forros e no interior das habitações animais e aves selvagens sem a prévia anuência do órgão federal competente e sem a Autorização da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos;
- XI. transportar nos veículos de tração animal, carga ou passageiro de peso superior às suas forças;
- XII. montar animais que já estejam transportando carga máxima;
- XIII. fazer trabalhar animais doentes, feridos, extenuados, aleijados, enfraquecidos ou extremamente magros;
- XIV. martirizar animais para deles alcançar esforços excessivos;
- XV. castigar de qualquer modo animal caído, fazendo-o levantar à custa de castigo ou sofrimento;
- XVI. castigar com rancor e excesso qualquer animal;
- XVII. conduzir animais em qualquer posição anormal que lhes possa ocasionar sofrimento;
- XVIII. abandonar, em qualquer ponto, animais doentes, extenuados, enfraquecidos ou feridos;
- XIX. manter animais em Depósitos insuficientes em espaço, água, ar, luz e alimento;
- XX. usar instrumentos, diferentes do chicote leve, para estímulo e correção de animais;
- XXI. usar arreios sobre partes feridas, contusões ou chagas do animal;
- XXII. empregar arreios que possam constranger, ferir ou magoar o animal;
- XXIII. praticar todo ou qualquer Ato, mesmo não especificado neste Código, que acarrete violência e sofrimento para o animal;
- XXIV. transportar, nos ônibus, qualquer tipo de animal;
- XXV. comercializar com espécimes da fauna silvestre e com produtos e objetos deles derivados;
- XXVI. conservar quaisquer animais, mesmo que através de clínicas veterinárias, com ou sem internação, tais como: cães, gatos, galinhas, pombos, suínos, ovinos, caprinos, bovinos, entre outros, que por sua espécie e/ou quantidade produzam mau cheiro ou perturbem o sossego diurno ou noturno e que possam ser causa de insalubridade, incômodo, ou risco ao vizinho e/ou à população tornando-se inconveniente ao bem estar da vizinhança.

§ 1º. Os vizinhos confinantes serão avisados com antecedência pelo proprietário dos animais ou aves que possuam.

§ 2º. A Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos revogará a Autorização caso:

- I. o animal venha a ter comportamento agressivo, posteriormente à Autorização concedida;



II. a vizinhança solicite à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos a revogação da Autorização por ser o animal causador de alteração na segurança, sossego ou na ordem pública.

Art. 207. Excetua-se de proibição a criação, engorda, ou ambos, de animais para reprodução, montaria, corte, ou produção de leite, carne e ovos, em fazendas, lotes irrigados, chácaras e granjas avícolas, canis, estábulos, cocheiras e demais sítios situados na Zona Urbana, cuja área seja superior a 1.000,00m² (um mil metros quadrados), obedecidas às disposições da Lei de Uso e Ocupação do Solo, do Código de Obras e Instalações, dos Códigos Sanitários do Município e do Estado e do Código de Meio Ambiente Municipal.

Parágrafo único. Os casos especificados no *caput* do Artigo refere-se aos casos que comprovadamente constituam propriedades produtivas com existência anterior à sua inclusão em Zona Urbana, devendo ser licenciados junto às Secretaria de Saúde e de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e demais órgãos pertinentes.

Art. 208. As atuais fazendas, lotes irrigados, chácaras e granjas, avícolas, canis, estábulos, cocheiras e ou instalações mencionadas no Artigo anterior que estejam em desacordo com as disposições deste Código fica concedido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, improrrogáveis, para sua adaptação, findo o qual serão as mesmas interdidadas.

SEÇÃO V

DAS MEDIDAS REFERENTES AOS ANIMAIS DOMÉSTICOS

Art. 209. É proibidos a permanência de animais domésticos nas vias e logradouros públicos e os cães e gatos, ou outros animais domésticos, que forem encontrados sem registro e soltos serão apreendidos e recolhidos pela Secretaria de Saúde ao Depósito Municipal.

§ 1º. O animal recolhido em virtude do disposto neste Código será sacrificado, se não for retirado por seu dono dentro de 10 (dez) dias, mediante o pagamento da Multa e das despesas com a Guarda.

§ 2º. Os proprietários dos animais registrados, de raça ou não, serão Notificados, devendo retirá-los em idêntico prazo, mediante pagamento da Multa e das despesas respectivas, sem o que, serão os animais doados para Instituição de pesquisas.

§ 3º. A forma de Apreensão será estabelecida em regulamentação específica em até 180 (cento e oitenta) dias após a publicação deste Código.

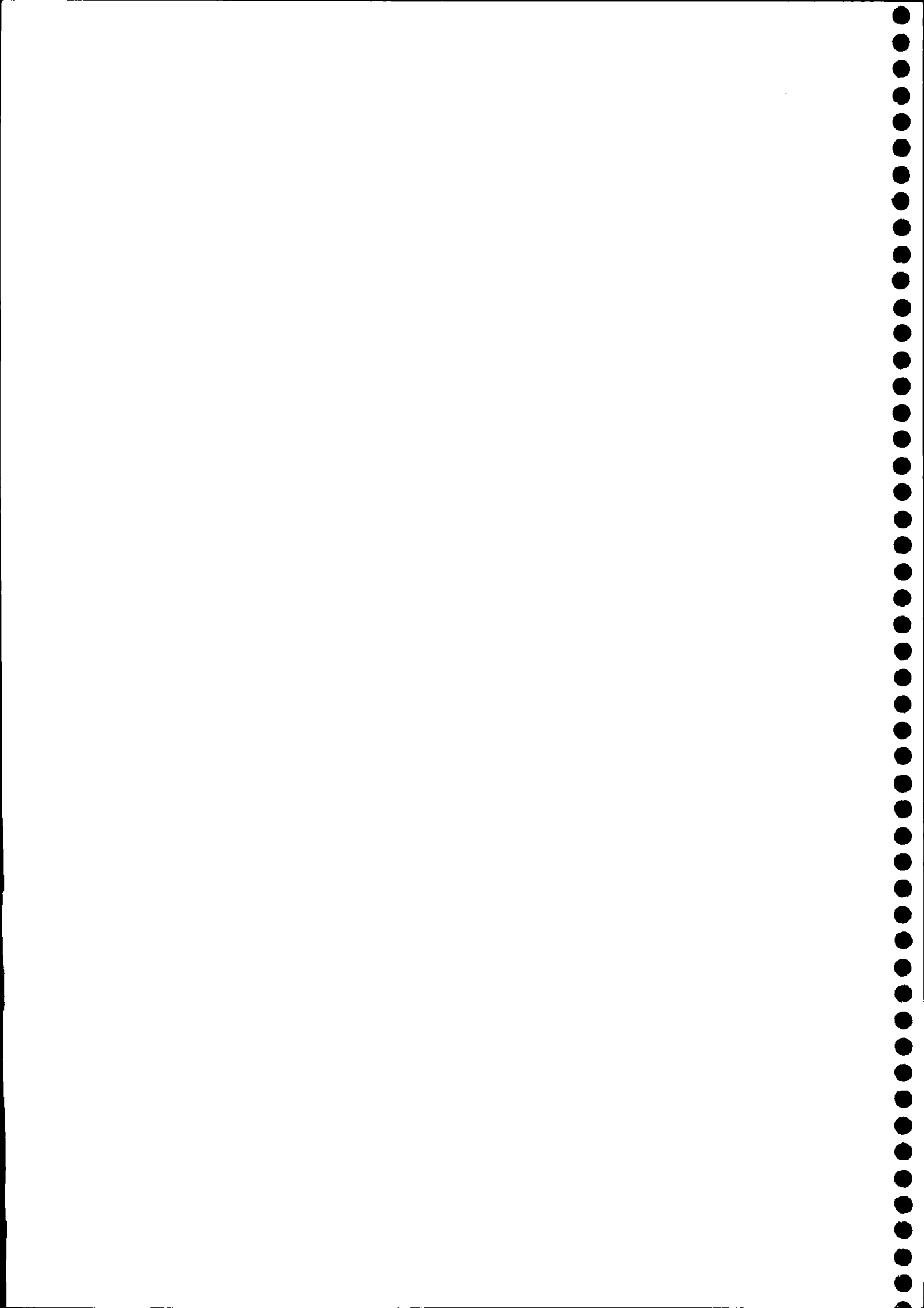
Art. 210. Poderá a Secretaria de Saúde decidir por não sacrificar, nem doar o animal apreendido, mas não sendo retirado o animal no prazo especificado no Artigo anterior deverá a Secretaria de Saúde efetuar a sua venda em hasta pública, precedida de Edital.

Art. 211. Haverá, na Secretaria de Saúde, o registro de animais, que será feito anualmente, sem o pagamento de quaisquer taxas.

§ 1º. Na ocasião da vacinação, a Secretaria de Saúde fornecerá um número de identificação e registro a ser colocado em placa a ser fixada na coleira do animal.

§ 2º. Para registro dos animais é obrigatória a apresentação de comprovante de vacinação anti-rábica.

§ 3º. São isentos de registro os animais pertencentes a boiadeiros, vaqueiros, ambulantes e visitantes, em trânsito pelo Município, desde que nele não permaneçam por mais de 7 (sete) dias.



Art. 212. O animal registrado poderá andar solto na via pública, desde que em companhia de seu dono, respondendo este pelas perdas e danos que o animal possa vir a causar a terceiros.

SEÇÃO VI

DA EXTINÇÃO DE ANIMAIS NOCIVOS

Art. 213. Todo proprietário, possuidor ou usuário de casa, sítio, chácara ou terreno no território do Município quer seja cultivado, ou não, é obrigado a extinguir as formigas, cupins e outros insetos nocivos dentro de sua propriedade de acordo com o Código Sanitário do Estado e do Município e do Código de Meio Ambiente Municipal.

Art. 214. Será Notificado pela Secretaria de Saúde, o proprietário, possuidor ou usuário de imóvel onde seja constatada a existência de "infestamento" de insetos, concedendo-lhe prazo para que proceda ao extermínio dos mesmos.

Parágrafo único. Se a Notificação não for atendida no prazo fixado, a Secretaria de Saúde assumirá o serviço do extermínio dos insetos cobrando do proprietário, possuidor ou usuário as despesas realizadas, além da Multa respectiva que poderá ser inscrita em Dívida Ativa e encaminhada para execução fiscal.

Art. 215. É proibido, nos quintais, pátios e terrenos da cidade, vilas e povoados, o plantio e a conservação de plantas que possam constituir foco de mosquitos e outros insetos nocivos à saúde.

Art. 216. Na impossibilidade de extinção, será o fato levado ao conhecimento da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Município, ou Secretaria de Meio Ambiente do Estado, para as providências cabíveis.

Parágrafo único. Os proprietários de borracharias, sucatas, ferros-velhos, oficinas e similares deverão cuidar sempre para não permitir o acúmulo de água parada em pneus, plásticos, peças e outros que sirvam de esconderijo e procriação de insetos.

SEÇÃO VII

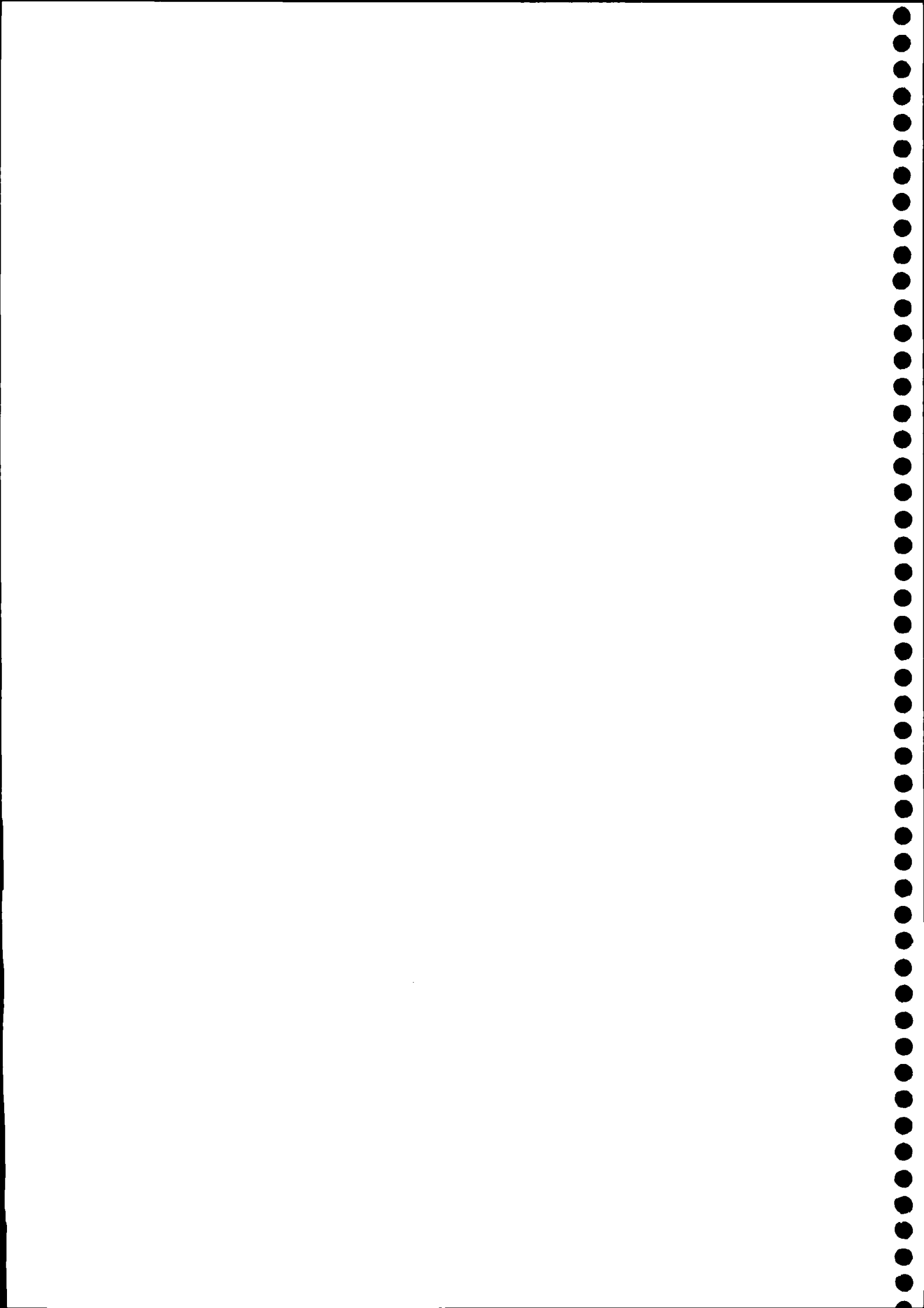
DOS INFLAMÁVEIS E EXPLOSIVOS

Art. 217. É obrigatória, no manuseio de inflamáveis e explosiva, a observância do Regulamento do Comando do Exército para a Fiscalização de Produtos Controlados/R-105, sem prejuízo do disposto na legislação federal e estadual pertinentes, e, especificamente, a do Corpo de Bombeiros.

§ 1º. No interesse público, a Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação fiscalizará, com o auxílio dos órgãos citados acima, o transporte, a guarda em estoque, a fabricação, o comércio e o emprego de inflamáveis e explosivos no território do Município.

§ 2º. Serão obrigatórios, junto à porta de entrada, nos locais de armazenamento e de comércio de inflamáveis e explosivos:

- I. a instalação de dispositivos de combate a incêndio, mantidos em perfeito estado de conservação e funcionamento, de acordo com a legislação que estabelece normas de proteção contra incêndio;
- II. a exposição, de forma visível e destacada, de placas, tabuletas ou cartazes, com o símbolo de perigo e com os dizeres:
 - a) INFLAMÁVEIS;
 - b) EXPLOSIVOS;
 - c) CONSERVE O FOGO À DISTÂNCIA;
 - d) É PROIBIDO FUMAR.



Art. 218. São considerados inflamáveis:

- I. os fósforos e os materiais fosforados;
- II. a gasolina e demais derivados de petróleo;
- III. os éteres, os álcoois, a aguardente e os óleos em geral;
- IV. os carburetos, o alcatrão e os materiais betuminosos líquidos;
- V. o gás de cozinha, o gás natural e outros de fórmulas químicas assemelhadas;
- VI. qualquer substância cujo ponto de inflamabilidade seja acima de 135° C (cento e trinta e cinco graus centígrados).

Art. 219. São considerados explosivos:

- I. os fogos de artifício;
- II. a pólvora e o algodão-pólvora;
- III. a nitroglicerina e seus compostos e derivados;
- IV. as espoletas e os estopins;
- V. os fulminatos, cloratos, formiatos e congêneres;
- VI. os cartuchos de guerra, caça e minas.

Art. 220. É proibido, exceto, se com a Licença Especial emitida pelo Corpo de Bombeiros:

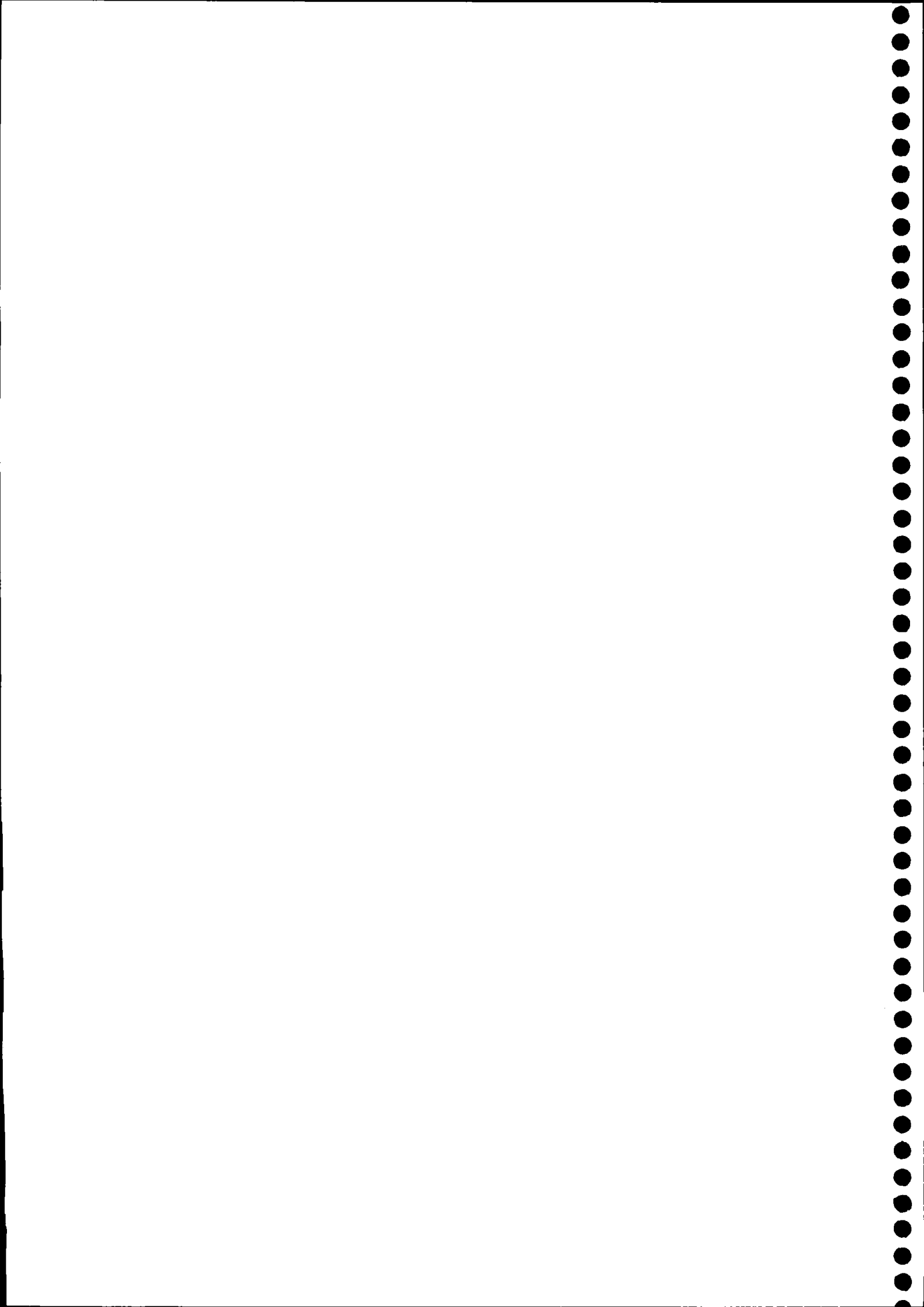
- I. fabricar explosivos, inclusive fogos de artifícios, especialmente bombas juninas, na Zona Urbana e em local não determinado pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação;
- II. manter Depósito de substâncias inflamáveis ou de explosivos sem atender às exigências legais quanto à construção e segurança, especialmente na Zona Urbana;
- III. expor à venda materiais combustíveis ou explosivos;
- IV. depositar ou conservar nas vias e/ou logradouros, mesmo que temporariamente, inflamáveis e explosivos;
- V. queimar fogos de artifícios, bombas, busca-pés, morteiros e outros fogos nas vias e/ou logradouros ou em janelas e portas que se abram para os mesmos fora da época junina, que vai de 12 até 29 de junho e depois das 24:00 (vinte e quatro) horas até as 07:00 (sete) horas do dia seguinte;
- VI. fazer fogueiras nas vias e/ou logradouros, exceto em dias de festividades públicas ou religiosas de caráter tradicional, sem uma camada protetora de areia;
- VII. soltar balões em todo o território do Município;
- VIII. fazer fogos ou armadilhas com armas de fogo;
- IX. transportar explosivos ou inflamáveis sem as devidas precauções;
- X. vender fogos de artifício a menores de idade;
- XI. Utilizar armas de fogo dentro do perímetro do Município.

Art. 221. Será permitido, aos comerciantes varejistas, conservar, em cômodos apropriados de seus armazéns ou lojas, quantidades de material inflamável ou explosivo fixadas na respectiva Licença Especial emitida pelo Corpo de Bombeiros, com anuência da Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação, desde que não ultrapasse o estoque para venda de um período de até 20 (vinte) dias.

Art. 222. A Permissão acima está condicionada a que o Depósito para a Guarda de material esteja localizado a uma distância mínima de 250,00m (duzentos e cinquenta metros) da habitação mais próxima e a 150,00m (cento e cinquenta metros) das ruas ou estradas e desde que contra a corrente de ar predominante, porém bem ventilado.

Parágrafo único. Se as distâncias a que se refere o *caput* do Artigo forem superiores a 500,00m (quinhentos metros) será permitida a Guarda de maior quantidade de explosivos.

Art. 223. Os Depósitos de explosivos e inflamáveis somente serão construídos na Zona Rural, em locais especialmente designados e após a Concessão da Licença Especial pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação que será expedida nas seguintes condições:



- I. com a apresentação da Licença Especial emitida pelo Corpo de Bombeiros;
- II. com a observância do Regulamento do Comando do Exército;
- III. com observância da legislação que estabelece normas de proteção contra incêndio.

§1º. Os Depósitos serão dotados de instalações para combate ao fogo, e extintores de incêndio portáteis, em quantidade e disposição regulamentadas pelo Corpo de Bombeiros.

§2º. Todas as dependências e anexos dos Depósitos de explosivos ou inflamáveis, serão construídos com material incombustível, admitindo-se o emprego de outro material apenas nos caibros, ripas e esquadrias.

SUBSEÇÃO I

DO TRANSPORTE DE EXPLOSIVOS E INFLAMÁVEIS

Art. 224. É proibido sob quaisquer circunstâncias transportar nos veículos de carga e/ou coletivo explosivo e inflamável:

- I. outras pessoas além do motorista e de um ajudante;
- II. espoletas e explosivos juntos, num mesmo compartimento do veículo;
- III. desacompanhado das guias de tráfego expedidas pelos órgãos federais competentes;
- IV. sem as precauções determinadas pelo Regulamento do Comando do Exército.

§ 1º. O transporte será sempre efetuado em veículos especiais destinados a esse fim.

§ 2º. Os infratores às normas contidas no *caput* do Artigo terão os materiais apreendidos, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cabíveis.

§3º. Não poderão ser transportados simultaneamente, no mesmo veículo, explosivos e inflamáveis.

Art. 225. Os veículos que transportarem explosivos ou inflamáveis não poderão estacionar nas vias e logradouros públicos localizados na Zona Urbana, exceto para carga e descarga e após às 19:00 h (dezenove horas).

SUBSEÇÃO II

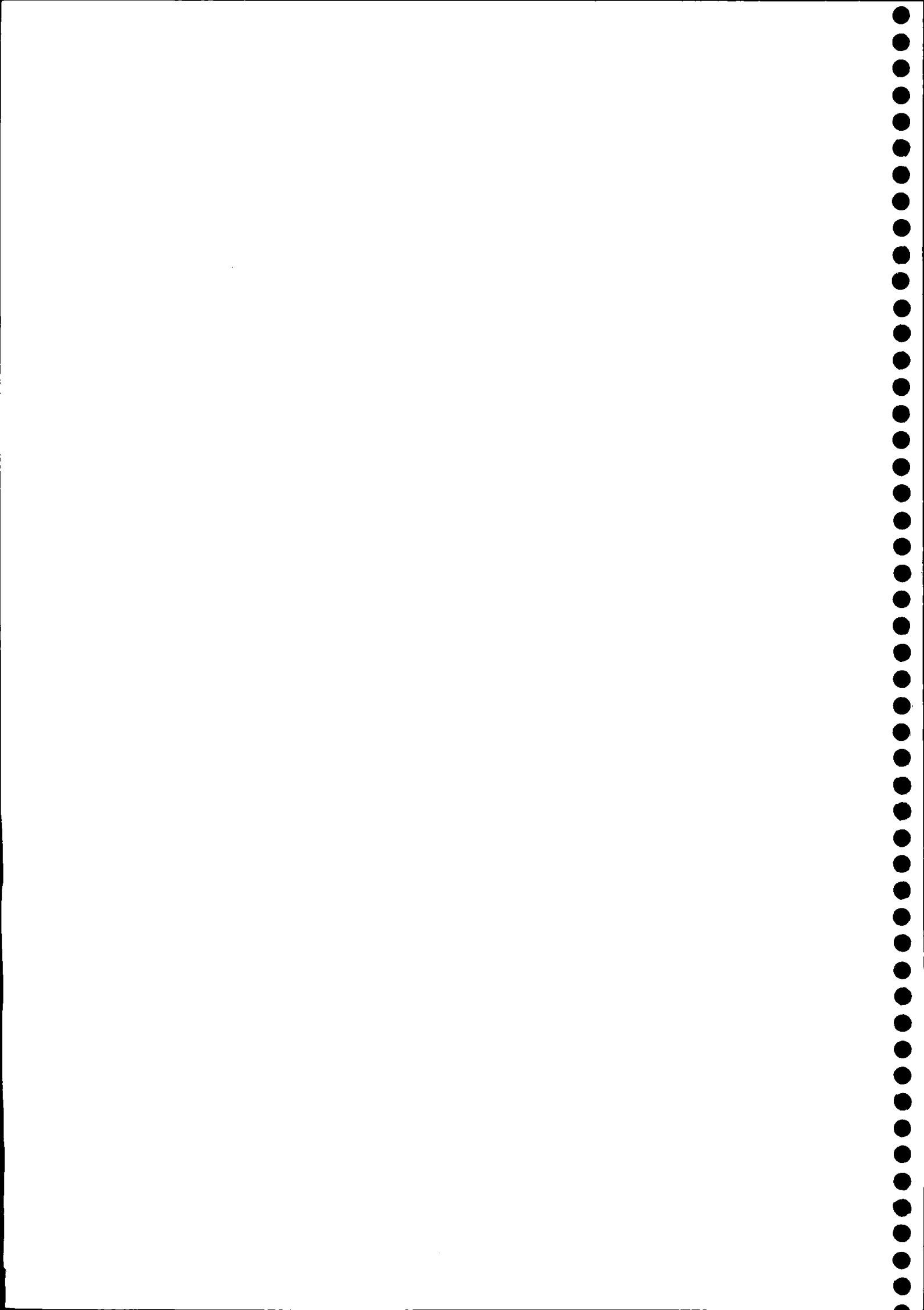
DOS POSTOS DE ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS E SIMILARES

Art. 226. A instalação de postos de abastecimento de veículos, bombas de combustível e Depósitos de outros inflamáveis, mesmo para uso dos seus proprietários, está condicionada ao atendimento das diretrizes da Agência Nacional do Petróleo, das constantes neste Código, no Código de Obras e Instalações, na Lei de Uso e Ocupação do Solo, no Código de Meio Ambiente Municipal e na Concessão da Licença Especial, sempre onerosa, para Instalação de Postos de Abastecimento emitida pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação cuja taxa respectiva será recolhida pela Secretaria de Economia e Finanças.

§ 1º. A Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação *negará* a Licença se a instalação dos Postos de Abastecimento de Veículos, bombas de combustível e Depósitos de outros inflamáveis comprometerem a segurança pública.

§ 2º. Os Depósitos existentes que não atendam às determinações do órgão competente, inclusive do Corpo de Bombeiros e do Exército, relativas ao sistema de segurança para funcionamento de Postos de Abastecimento de veículos, Bombas de Combustível e Depósitos de outros inflamáveis deverão *ajustar-se* em até 180 (cento e oitenta) dias da data da vigência deste Código, sob pena de cancelamento da Licença de Funcionamento.

§ 3º. A Licença de Funcionamento dos Postos de Abastecimento de veículos, bombas de combustível e Depósitos de outros inflamáveis será emitida pela Secretaria de Infra-estrutura,



Urbanismo, Transportes e Habitação estará *condicionada* a apresentação da Autorização para Funcionamento da Agência Nacional do Petróleo ou órgão que a represente.

Art. 227. Nos Postos de Abastecimentos de combustíveis, Postos de Troca de óleo e Lava-Jatos, os serviços de limpeza, lavagens e lubrificação de veículos serão executados no interior dos estabelecimentos, de modo que não incomodem ou salpiquem água nos pedestres que transitam nas ruas e avenidas, não sendo permitido, sob hipótese alguma, que lubrificantes não servíveis, água suja elou materiais corram a céu aberto, o que sujeitará à cancelamento de Licença de Funcionamento.

Parágrafo único. As disposições do *caput* Artigo estendem-se às garagens comerciais e aos demais estabelecimentos onde se executam tais serviços.

Art. 228. A Concessão ou renovação da Licença de Funcionamento, bem como o licenciamento de construções destinadas a Postos de Combustíveis e Serviços de Oficinas Mecânicas, Estacionamento e Lava-Rápido, que operam serviços de limpeza, lavagem, lubrificação ou troca de óleo de veículos automotivos, fica *condicionada* à execução, por parte dos interessados, de canalização para escoamento das galerias de águas pluviais, através de caixas de óleo, de filtros ou outros dispositivos que retenham as graxas, lama, areia e óleos.

Parágrafo único. Todo aquele que entrar em operação com as atividades previstas no *caput* do Artigo sem a prévia Licença da Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação e sem o pagamento da taxa respectiva na Secretaria de Economia e Finanças terá seu estabelecimento Interditado sumariamente.

Art. 229. Em caso da não-utilização dos equipamentos antipoluentes de que trata o *caput* do Artigo anterior, por qualquer motivo, o estabelecimento será Notificado para, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da emissão da Notificação, efetuar os reparos necessários à utilização pelos mesmos dos equipamentos necessários ao funcionamento, sob pena de Multa e Interdição.

SEÇÃO VIII

DA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS

SUBSEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

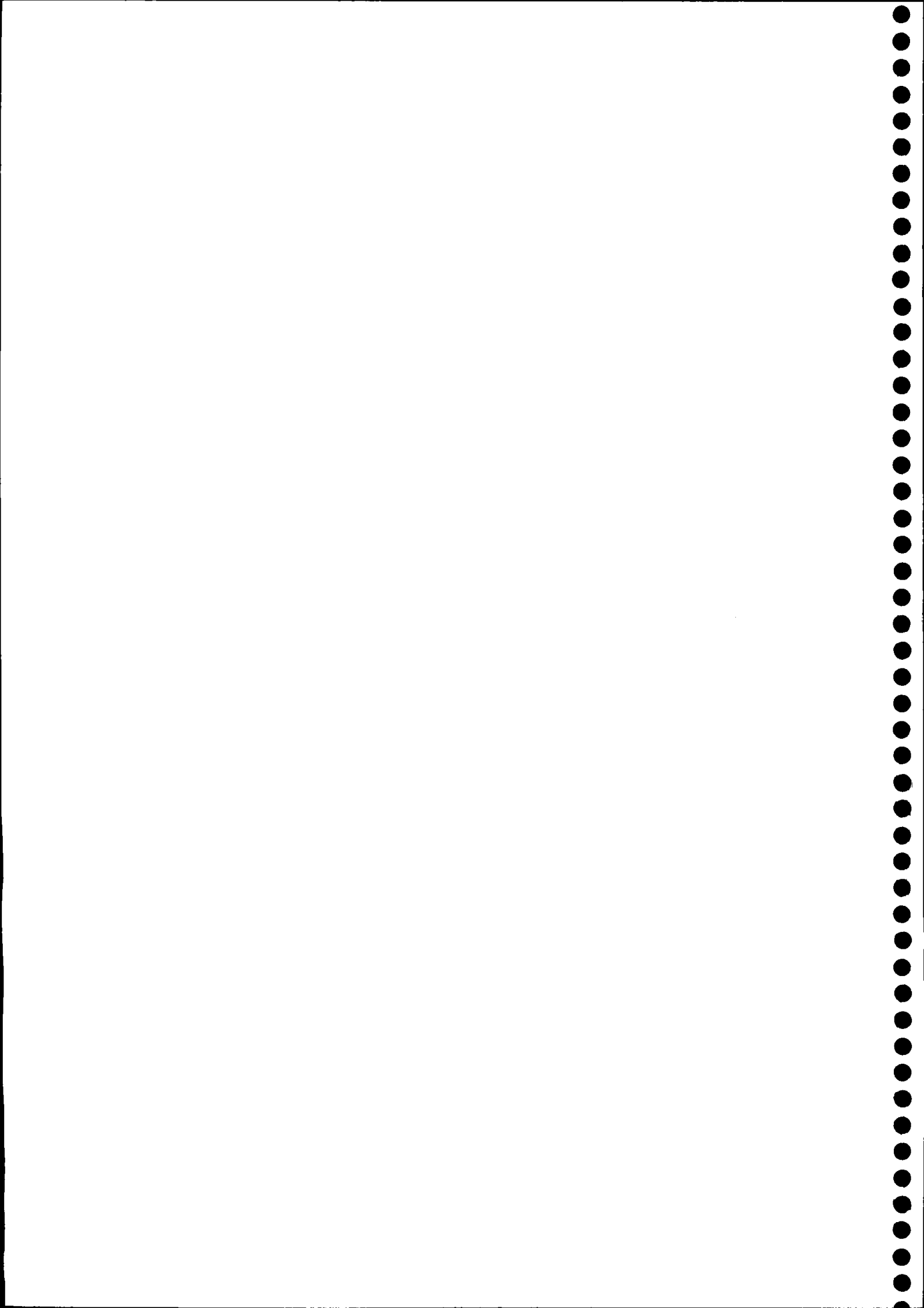
Art. 230. A Administração Municipal colaborará com o Estado e a União na fiscalização da exploração das atividades de mineração, terraplenagem e olarias, evitando o uso impróprio e indevido dos recursos minerais.

Parágrafo único. Dependerá de Licença Especial, sempre onerosa, emitida pelas Secretarias de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação e de Meio Ambiente e Recursos Hídricos a exploração das atividades de mineração, terraplenagem e das olarias sendo as mesmas regidas no que concerne à legislação federal, estadual e municipal e ao disposto neste Código.

Art. 231. A exploração dos Depósitos de areia e saibro na Zona Urbana, ou adjacentes ao perímetro urbano, dependerá da avaliação do Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, elaborado pelo órgão Estadual competente, que emitirá Parecer sobre as condições da Permissão ou sobre o seu indeferimento.

Parágrafo único. É proibida a extração de areia em todos os cursos de água existentes no território do Município e principalmente nos seguintes locais:

- I. a jusante do local em que recebem contribuições de esgotos;
- II. quando modificarem o leito ou as margens dos mesmos;
- III. quando possibilitarem a formação de brejos que causem, por qualquer forma, a estagnação das águas;



IV. quando, de algum modo, possam oferecer perigo a pontes, muralhas ou qualquer obra construída nas margens ou sobre o leito dos rios.

Art. 232. A execução, na Zona Urbana, de aterros ou outra forma de deposição, dependerá de Licença Especial, sempre onerosa, emitida pelas Secretarias de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação e de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

§ 1º. São locais de exploração de recursos minerais os seguintes: as Pedreiras; as Cascalheiras; as Olarias; os Depósitos de Areia, de Saibro e de outros elementos ou compostos.

§ 2º. Não será permitida a exploração de recursos minerais em área inferior a 2km (dois quilômetros) do limite da Zona Urbana do Município, exceto as atividades que se desenvolvam sem o uso de máquinas e equipamentos industriais.

Art. 233. A exploração dos recursos minerais no território do Município deverá obedecer às determinações da Lei de Uso e Ocupação do Solo e dependerá de:

- I. Licença prévia emitida pela Companhia Estadual de Recursos Minerais;
- II. Licença prévia emitida pela Companhia Estadual de Recursos Hídricos;
- III. Licença Especial, sempre onerosa, para Exploração de Recursos Minerais emitida pelas Secretarias de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação e de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

§ 1º. Os órgãos citados ao concederem suas respectivas Licenças farão as restrições que julgarem convenientes visando a segurança pública e a preservação do Meio-Ambiente.

§ 2º. A exploração será interdita, ou parte dela, mesmo que licenciada e explorada de acordo com as determinações, se posteriormente ao licenciamento for verificado que importa em perigo ou danos à segurança pública, à vida e/ou à propriedade e/ou que causem danos ao Meio-Ambiente não previstos por ocasião do licenciamento.

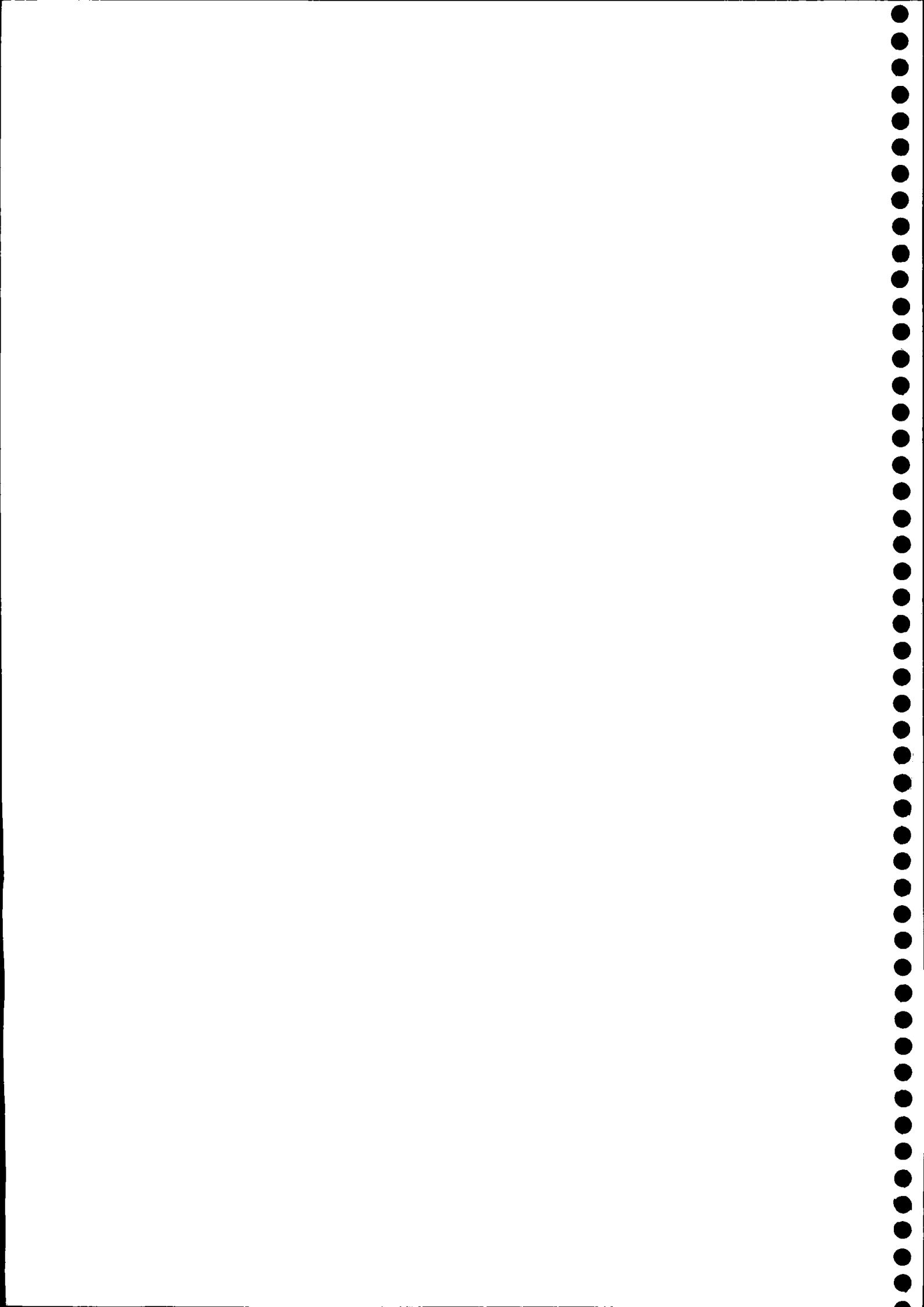
Art. 234. Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o Meio -Ambiente degradado, de acordo com a solução técnica exigida pelos órgãos públicos competentes, através de um Plano de Recuperação da Área Degradada, a ser aprovado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente e pelas Secretarias de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação e de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

SUBSEÇÃO II

DA LICENÇA PARA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS

Art. 235. O processo para a Concessão da Licença Especial, sempre onerosa, a ser emitida pelas Secretarias de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação e de Meio Ambiente e Recursos Hídricos para Exploração de Recursos Minerais, inclusive com máquinas, terá início mediante apresentação de Requerimento assinado pelo proprietário do solo e/ou pelo explorador, o qual será instruído da forma seguinte:

- I. nome e endereço do proprietário do terreno e/ou do explorador, se este não for proprietário;
- II. recurso mineral a ser explorado;
- III. descrição do processo de exploração;
- IV. a qualidade e quantidade de explosivo a ser empregado na exploração;
- V. prazo de exploração;
- VI. prova de propriedade do terreno mediante escritura e registro do imóvel, no Cartório de Registro de Imóveis, ou Autorização registrada em Cartório para exploração emitida em nome do explorador pelo proprietário do terreno;
- VII. declaração de capacidade de estocagem de explosivos, a ser apresentada quando do licenciamento;
- VIII. informações sobre a destinação do material explorado;
- IX. localização precisa da entrada para o terreno;



- X. itinerário para chegar-se ao local da exploração ou extração;
- XI. planta da situação do terreno, com indicação do relevo do solo por meio de curvas de nível, contendo a delimitação exata da área a ser explorada, com a localização das respectivas instalações e indicando as construções, logradouros, mananciais e cursos de água situados em toda a faixa de largura de 200,00m (duzentos metros) em torno da área a ser explorada.

§ 1º. Ao conceder a Licença Especial, as Secretarias de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação e de Meio Ambiente e Recursos Hídricos poderão fazer as restrições que julgarem convenientes ao caso.

§ 2º. A Licença para Exploração de Recursos Minerais é intransferível e temporária, não podendo exceder de 02 (dois) anos e sua renovação deverá ser efetuada mediante *novo* Requerimento instruído com a Licença anterior.

§ 3º. A Licença Especial para Exploração de Recursos Minerais será *sempre* por prazo fixo e onerosa.

Art. 236. Em se tratando de pequenas olarias manuais e outras atividades sem o uso de máquinas ou equipamentos industriais, basta a Autorização das Secretarias de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação e de Meio Ambiente e Recursos Hídricos após prévia Vistoria.

Art. 237. As Secretarias de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação e de Meio Ambiente e Recursos Hídricos Administração Municipal poderão, a qualquer tempo, determinar a execução de obras na área ou local da exploração e escavação de barro, pedreiras ou cascalheiras, ou das propriedades circunvizinhas, para evitar efeitos que comprometam a salubridade e segurança do entorno com o intuito de proteger propriedades particulares, ou públicas, ou para evitar a obstrução das galerias de água.

Art. 238. Os fogueteiros e exploradores de pedreiras poderão manter Depósito de explosivos correspondentes ao consumo máximo de 20 (dias) dias, desde que o Depósito esteja localizado a uma distância mínima de 500,00m (quinhentos metros) de quaisquer edificações e 250,00m (duzentos e cinquenta metros) das estradas.

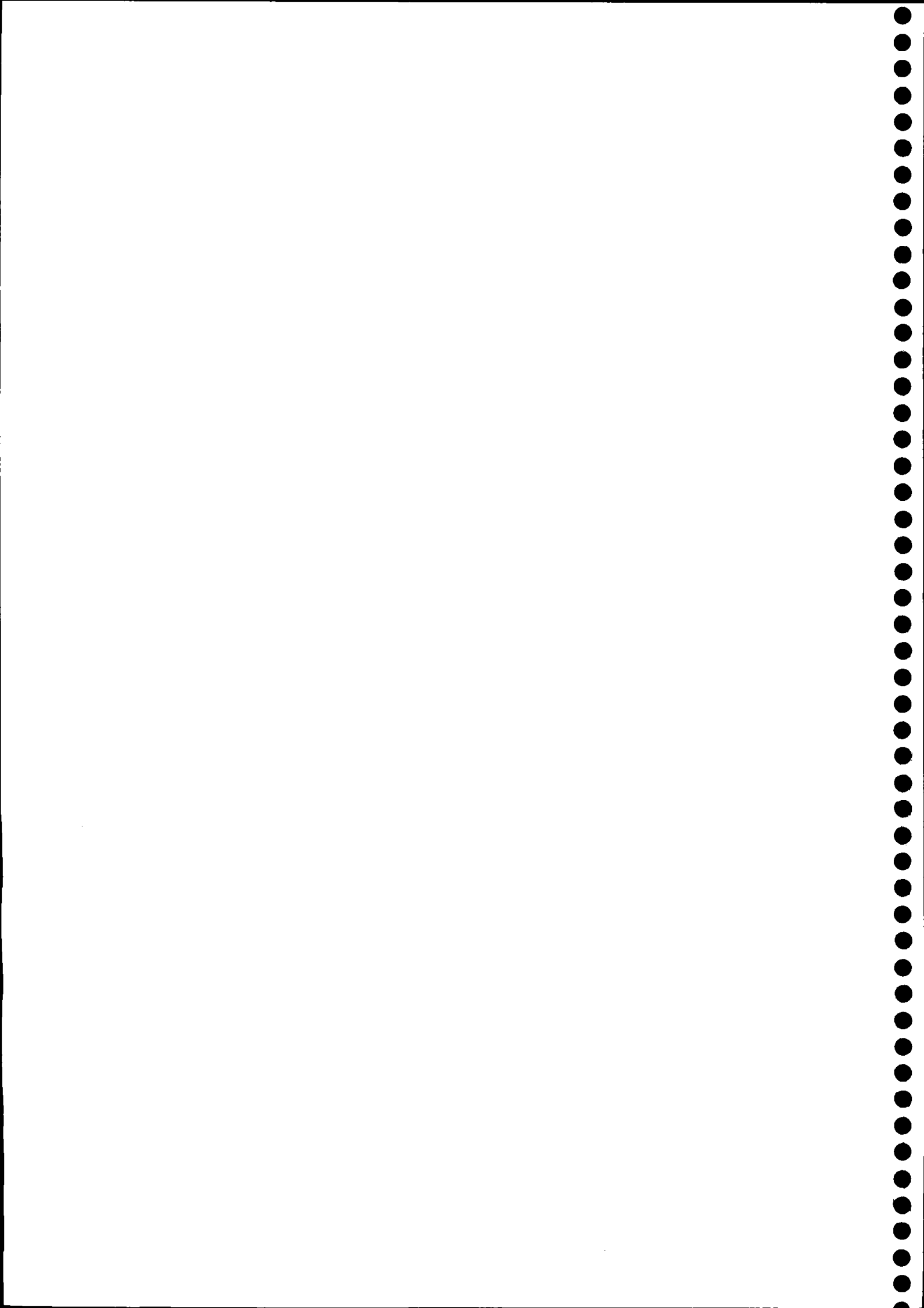
Art. 239. A instalação de olarias nas Zonas Urbanas só será permitida se obedecerem às determinações da Lei de Uso e Ocupação do Solo, do Código de Meio Ambiente Municipal e deste Código e desde que observem ainda as seguintes condições:

- I. as chaminés sejam construídas de modo a não incomodar os vizinhos pela fumaça ou emanções nocivas;
- II. quando as escavações facultarem a formação de Depósito de águas, será o explorador da jazida obrigado a fazer o devido escoamento ou aterrar as cavidades à medida que for retirado o barro.

Art. 240. O desmonte das pedreiras poderá ser feito a frio ou a fogo e sendo a exploração de pedreiras e o corte em rochas a fogo está sujeita às seguintes condições:

- I. declaração expressa da qualidade e quantidade do explosivo a empregar;
- II. intervalo mínimo de 00:30 (trinta) minutos entre cada série de explosões;
- III. içamento da bandeira vermelha antes da explosão, de modo a ser vista a distância;
- IV. toque por 03 (três) vezes, com intervalos de 02 (dois) minutos, de uma sineta, seguido de aviso, em brado prolongado, dando sinal de fogo;
- V. declaração de capacidade de estocagem de explosivos, a ser apresentada quando do licenciamento.

Parágrafo único. No caso da desativação ou paralisação das atividades, por mais de seis meses, de pedreiras, olarias, cerâmicas ou outras atividades de mineração, licenciadas mediante



apresentação de Plano de Recuperação de Área Degradada, será determinado ao empreendedor ou responsável a imediata recuperação previstas nesse documento, com a finalidade de controlar e proteger os recursos hídricos e de recompor as áreas degradadas, sob pena de Multa e enquadramento como crime ambiental.

Art. 241. As atividades de terraplenagem, além das determinações discriminadas, devem observar as seguintes prescrições:

- I. nas áreas inferiores a 1.000m² (mil metros quadrados) observar-se-á:
 - a) taludamento, com inclinação igual ou inferior a 45° (quarenta e cinco graus);
 - b) revestimento dos taludes com grama em placas, construção de calhas de pé de talude ou crista de corte;
 - c) construção de muro de contenção, com altura compatível, quando for o caso, conforme definido no projeto;
 - d) drenagem da área a ser terraplenada.
- II. nas áreas superiores a 1.000m² (mil metros quadrados), a execução deverá constar de projeto específico de terraplenagem, com responsabilidade técnica e respectiva ART, emitida pelo CREA, contemplando todos os dispositivos necessários à segurança e a incolumidade pública.

CAPÍTULO VI DA HIGIENE PÚBLICA

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 242. Compete à Secretaria de Saúde com base nas legislações federal, estadual, no Código de Obras e Instalações, nos Códigos Sanitários do Município e do Estado, do Código de Meio Ambiente, neste Código e nas demais legislações municipais, zelar pela higiene, em todo o território do Município, visando à melhoria da saúde, do bem-estar da população e do ambiente construído, ou não.

§ 1º. Os prédios residenciais destinados à produção, comércio, indústria e prestação de serviços, situados na sede do Município, deverão ser sempre mantidos em boas condições de uso.

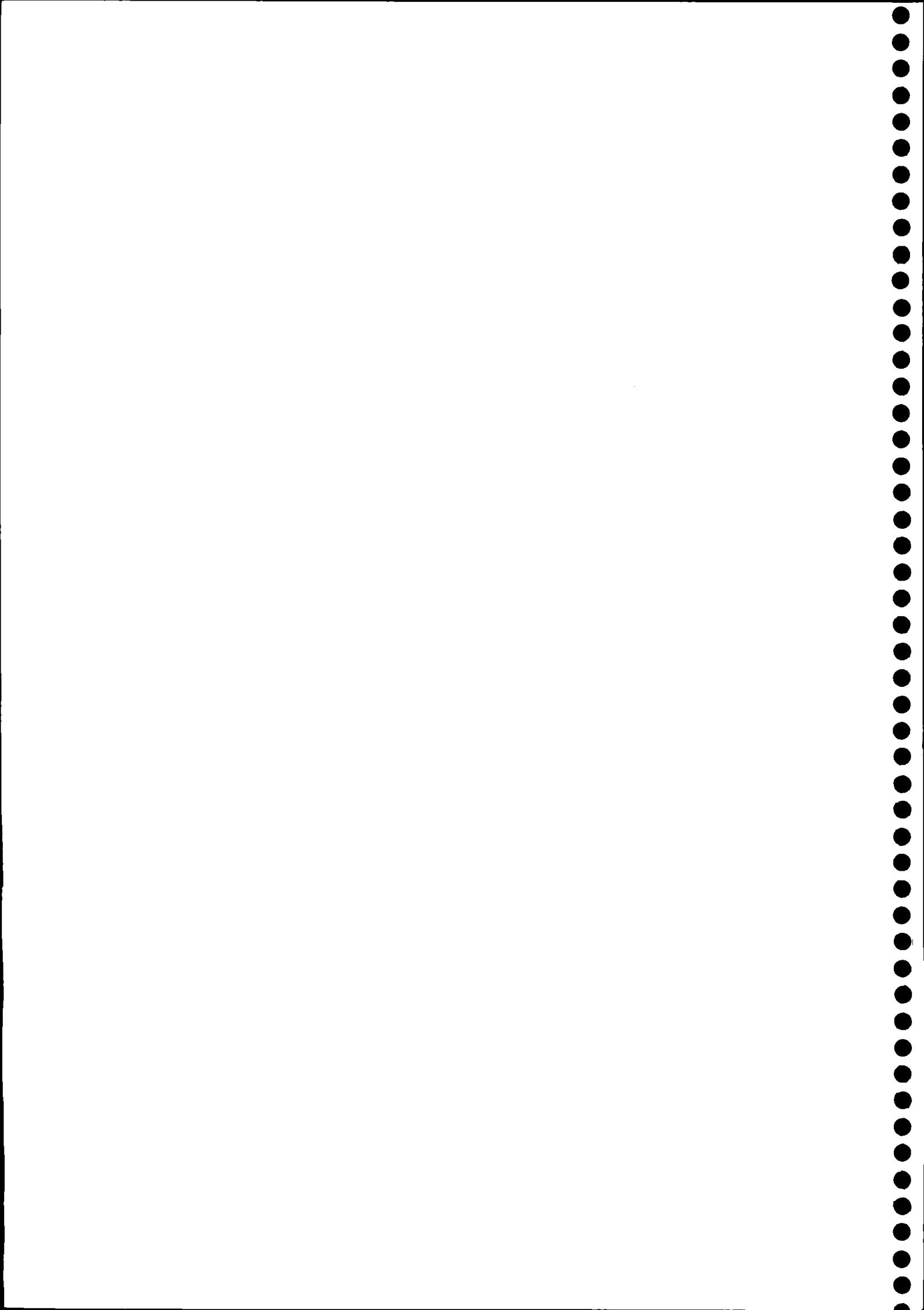
§ 2º. O material a ser utilizado para caiação e pintura não poderá ser do tipo refletivo ou ofuscante.

Art. 243. A atuação da Secretaria de Saúde dar-se-á através da fiscalização dos seguintes aspectos:

- I. higiene das vias e/ou logradouros e locais de uso público;
- II. higiene dos terrenos e edificações nas Zonas Urbana e Rural;
- III. controle do sistema de eliminação de resíduos sólidos e líquidos;
- IV. controle das águas, incluindo limpeza e desobstrução dos cursos de água;
- V. controle da venda e distribuição de medicamentos;
- VI. coleta de lixo.

Art. 244. Verificada qualquer irregularidade, o Servidor(a) designado(a) pela Administração Municipal apresentará Laudo Circunstanciado ao seu superior hierárquico, sugerindo medidas ou solicitando providências a bem da higiene pública.

Parágrafo único. A Secretaria de Saúde tomará as providências pertinentes a cada caso, quando da sua alçada ou remeterá cópia do Laudo às autoridades federais e/ou estaduais competentes para a solução do caso.



SEÇÃO II
DA HIGIENE DAS VIAS E LOGRADOUROS

Art. 245. A limpeza e manutenção das vias e logradouros será executada sob a inteira responsabilidade da Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação, ou através da fiscalização sanitária e da coleta domiciliar de resíduos realizada por concessionária e/ou prestadora de serviços públicos, mediante Lei Especial e após processo regular de Licitação.

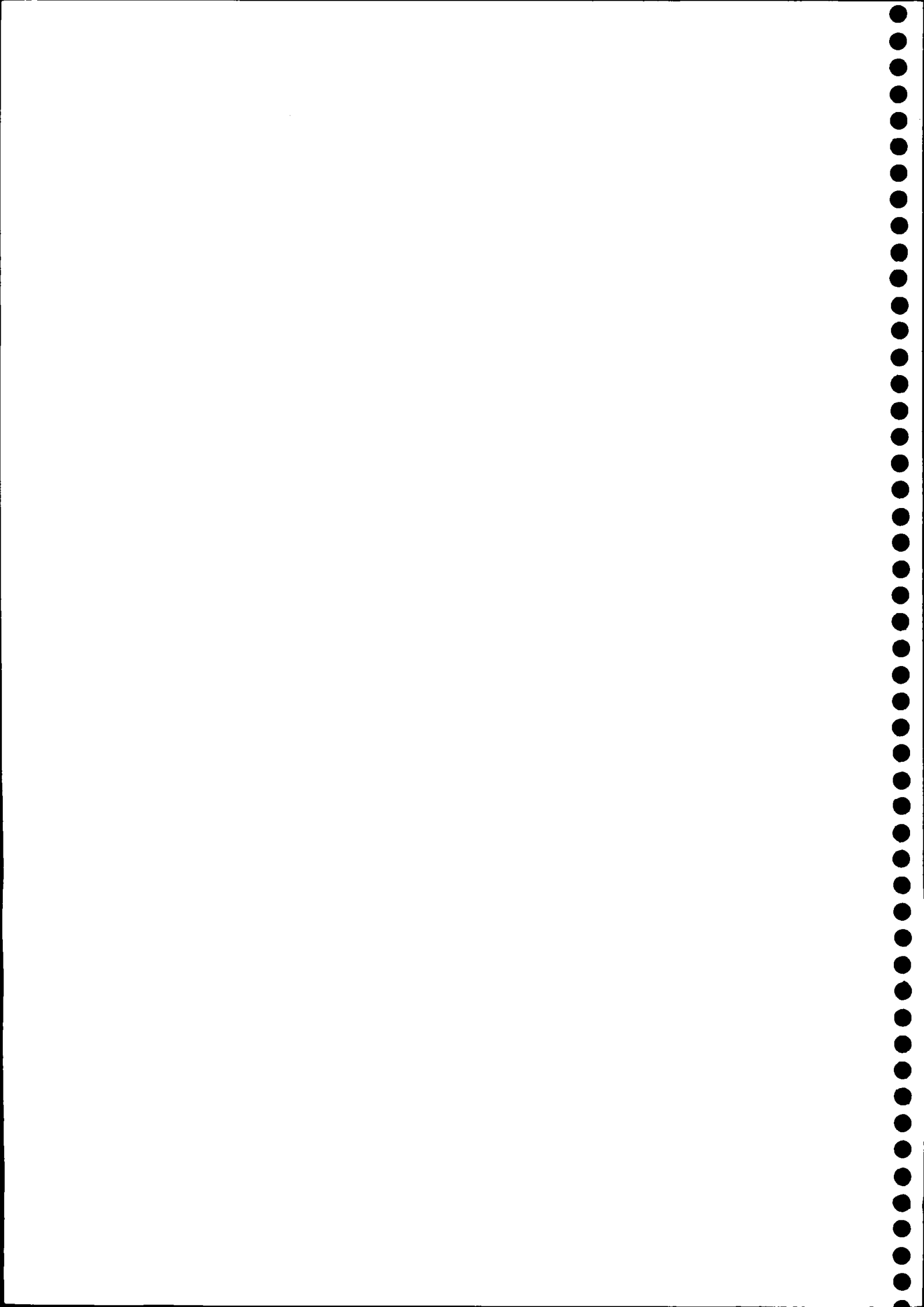
§ 1º. Em cada inspeção em que forem verificadas irregularidades, assentará o Servidor(a) designado(a) pela Administração Municipal, um Relatório Circunstanciado sugerindo medidas ou solicitando providências, a bem da higiene pública.

§ 2º. A Administração Municipal tomará as providências cabíveis à higiene pública, quando a mesma for da responsabilidade da Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação, ou remeterá cópia do Relatório às autoridades federais e/ou estaduais competentes, quando as providências necessárias forem da alçada das mesmas.

Art. 246. Os proprietários, usuários ou possuidores a qualquer título são responsáveis pela limpeza dos passeios e sarjetas fronteiriços aos seus imóveis, pavimentados ou não, quaisquer que sejam os usos, sem prejuízo aos transeuntes, sendo obrigatório o acondicionamento adequado dos resíduos resultantes em Depósito particular.

Art. 247. Para preservar a higiene das vias e logradouros é proibido sob quaisquer circunstâncias:

- I. varrer e jogar lixo, detritos ou resíduos sólidos de qualquer natureza nos passeios, vias, logradouros, terrenos ermos e principalmente nos ralos, bueiros e bocas-de-lôbo;
- II. atirar nas vias e logradouros materiais velhos e imprestáveis, bem como depositar nas vias e logradouros resíduos ou quaisquer outros detritos retirados do interior das edificações em geral;
- III. utilizar os passeios, as vias e/ou logradouros para lavagem de roupas, pessoas, veículos, animais ou objetos, com água dos chafarizes, fontes e tanques;
- IV. estender roupa lavada;
- V. escoar águas servidas das edificações em geral;
- VI. deitar goteiras provenientes de ar-condicionado, nos passeios, vias e logradouros públicos;
- VII. manter terrenos, baldios ou não, em Zona Urbana, nas seguintes circunstâncias:
 - a) com fossas e poços abertos ou quaisquer buracos que possam oferecer perigo à integridade física das pessoas;
 - b) com vegetação alta e em abundância que caracterize a necessidade de poda e/ou capinação;
 - c) com focos de proliferação de insetos e animais nocivos os quais deverão ser debelados às expensas do proprietário, usuário ou possuidor a qualquer título;
 - d) com água estagnada que deverá ser escoada por meio de drenos, valas, canaletas, sarjetas, galerias ou córregos, levando-a, se possível, a ser absorvida pelo solo do próprio terreno.
- VIII. promover a queima de quaisquer resíduos, mesmo nos quintais, em quantidade capaz de molestar a vizinhança e/ou que venha a produzir odor ou fumaças nocivas à saúde;
- IX. arremeter nas vias e logradouros substâncias líquidas ou sólidas, através de janelas, portas e/ou aberturas similares das edificações ou veículos;
- X. comprometer a limpeza das vias e logradouros quando da realização de operações de carga e descarga de mercadorias;
- XI. utilizar-se de quaisquer vãos - janelas, escadas, terraços, balcões, entre outros - para colocação de objetos que representem perigo para os transeuntes;
- XII. usar churrasqueiras a carvão ou lenha;
- XIII. sacudir ou bater tapetes, capachos ou quaisquer outras peças nas janelas ou portas que dão para as vias públicas;
- XIV. reformar, pintar ou consertar veículos nas vias e logradouros públicos;



- XV. transportar em veículos sem carrocerias fechadas ossos, gorduras, vísceras, assim como resíduos de limpeza ou de esvaziamento de fossas e outros produtos pastosos ou que exalem odores desagradáveis;
- XVI. conduzir, sem as devidas precauções, quaisquer materiais, objetos, produtos ou animais que resultem, ou não na sua queda ou derramamento, comprometendo a segurança, estética e asseio das vias e logradouros públicos, bem como a arborização pública;
- XVII. depositar materiais de construção, bem como preparar concreto, argamassas ou similares; e confeccionar forma, armação de ferragens e/ou executar outros serviços congêneres;
- XVIII. fazer conduzir ou transitar pelas ruas da cidade, das vilas e povoados, doente portador de moléstia infecto-contagiosa, salvo com as necessárias precauções de higiene e para fins de tratamento.

§ 1º. A lavagem e varredura de calçadas e passeios deverá ser efetuada em horário conveniente e de pouco trânsito.

§ 2º. Os condutores de veículos de qualquer natureza não poderão impedir, prejudicar ou perturbar a execução dos serviços de limpeza a cargo da Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação, sendo obrigados a desimpedir as vias e logradouros públicos, afastando os seus veículos quando solicitados a fazê-lo, de maneira a permitir que os mesmos serviços possam ser realizados em boas e devidas condições.

SEÇÃO III

DA HIGIENE DAS EDIFICAÇÕES

Art. 248. O proprietário ou ocupante é responsável perante as Secretarias de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação e de Saúde pela conservação, manutenção e asseio da edificação, quintais, jardins, pátios e terrenos em perfeitas condições de higiene, de modo a não comprometer a saúde pública, devendo obedecer além das determinações deste Código, às determinações do Código de Obras e Instalações, do Código de Meio Ambiente e do Código Sanitário Estadual e Municipal.

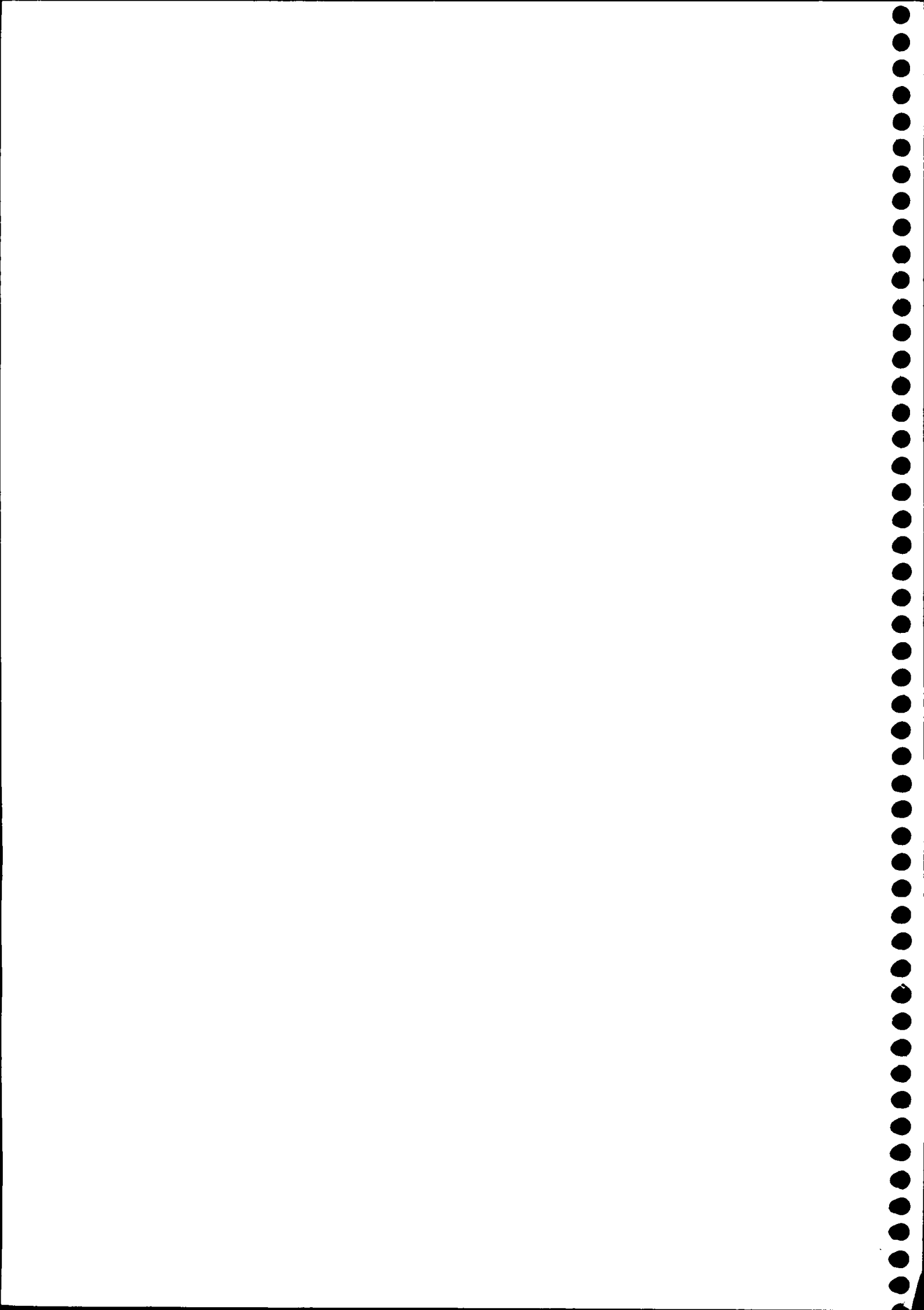
Art. 249. Para preservar a higiene das edificações, além da obrigação de observar às determinações dos Códigos discriminados no Artigo anterior, bem como de outros procedimentos que resguardem a higiene, fica proibido na Zona Urbana sob quaisquer circunstâncias:

- I. manter, ainda que temporariamente, nas unidades autônomas ou partes comuns, animais, tais como: suínos, bovinos, caprinos, eqüinos, ovinos e galináceos;
- II. utilizar edificações que não reúnam as condições mínimas de salubridade, caso em que poderá a mesma ser interditada ou demolida pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação, se constatado incômodo ou prejuízo à vizinhança, após inspeção da Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual e Vistoria pela Comissão Especial de acordo com este Código.

Art. 250. A Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação, visando ao interesse público, adotará medidas no sentido de extinguir, gradativamente, as ocupações sub-normais e as residências insalubres, consideradas como tais àquelas caracterizadas na Lei de Uso e Ocupação do Solo e nas demais legislações correlatas, inclusive sanitária.

Parágrafo único. A Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação atenderá prioritariamente aos seguintes casos:

- I. edificadas sobre terreno úmido ou alagadiço;
- II. com cômodos insuficientemente arejados ou iluminados;
- III. com superlotação de moradores;
- IV. com porões servindo simultaneamente de habitação para pessoas, aves ou animais, ou como Depósito de materiais de fácil decomposição;
- V. na qual haja falta de habitabilidade de em geral no interior de suas dependências;



- VI. que não possua abastecimento de água suficiente ao consumo e/ou instalações sanitárias;
- VII. que tenham sido construídas com material inadequado, favorecendo a proliferação de insetos.

Art. 251. Serão Vistoriadas pelas Secretarias de Infra-estrutura, Urbanismo, Transporte e Habitação e de Saúde as habitações suspeitas de insalubridade, a fim de identificar:

- I. aquelas cuja insalubridade possa ser removida com relativa facilidade, caso em que serão intimados os respectivos proprietários ou inquilinos a efetuar os reparos devidos, podendo fazê-los sem desabitá-las;
- II. as que, por suas condições de higiene, estado de conservação ou defeito de construção, não puderem servir de habitação, sem grave prejuízo para a saúde pública.

§ 1º. Nesta última hipótese, o proprietário ou inquilino será intimado a deixar o imóvel dentro do prazo a ser estabelecido pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação, não podendo para ele voltar antes de executados os melhoramentos exigidos.

§ 2º. Quando não for possível a Remoção da insalubridade do prédio, devido à natureza do terreno em que estiver construído, ou outra causa equivalente será o prédio Interditado e demolido pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação, de acordo com o estabelecido neste Código e no Código de Obras e Instalações.

§ 3º. O prédio Interditado não poderá ser utilizado para nenhuma finalidade.

SEÇÃO IV

DA HIGIENE DOS ESTABELECIMENTOS EM GERAL

SUBSEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 252. Em qualquer imóvel poderão localizar-se as atividades destinadas ao comércio, à indústria, ou à prestação de serviços, desde que observem a Lei de Uso e Ocupação do Solo, ao Código Sanitário Municipal e Estadual, ao Código de Meio Ambiente, ao Código de Obras e Instalações e ao seguinte:

- I. não comprometam a segurança, higiene e salubridade das demais atividades;
- II. não produzam fumaça, poeira ou odor acima dos níveis admissíveis por Lei.

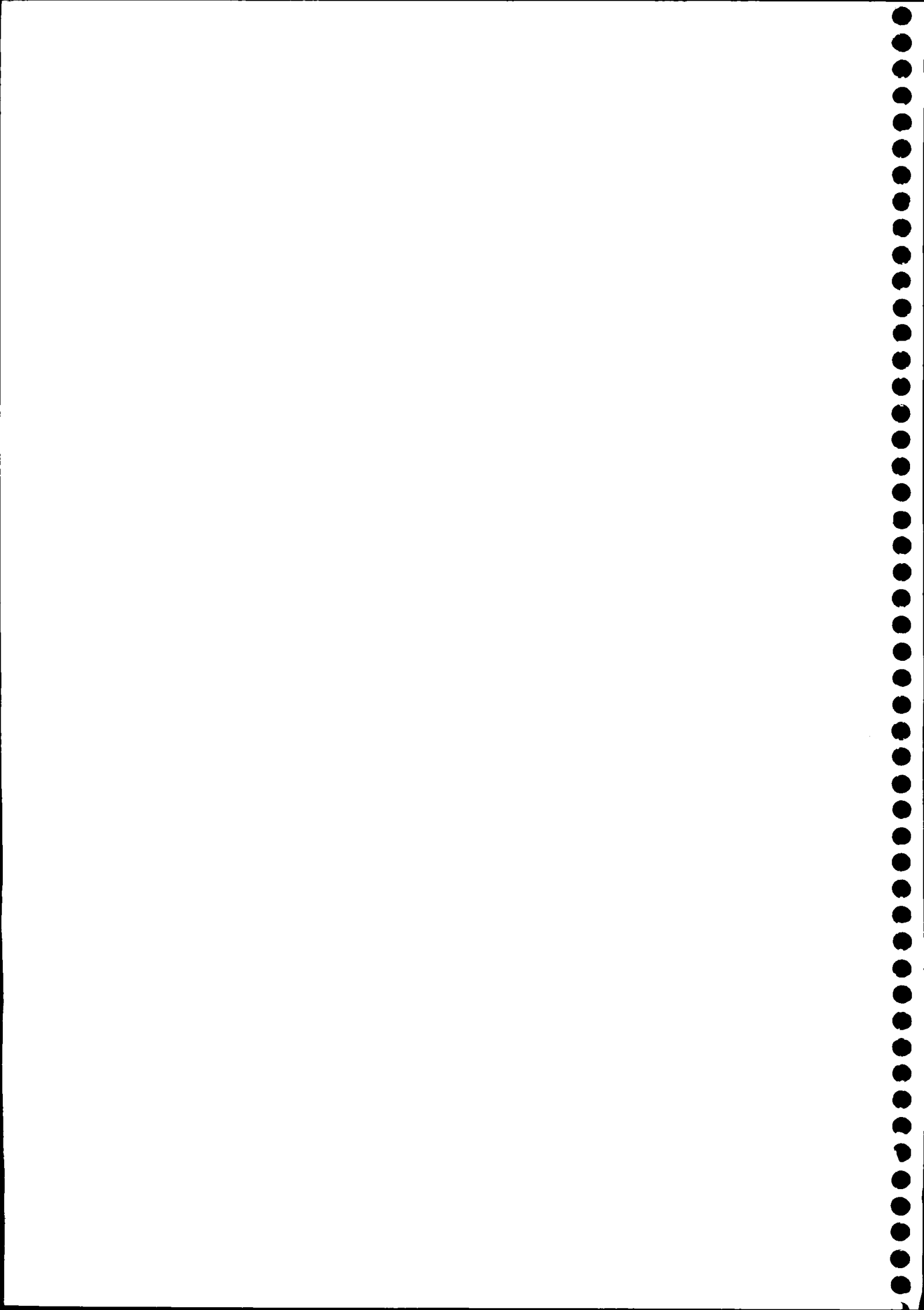
§ 1º. As chaminés de qualquer espécie dos fogões das casas particulares e dos estabelecimentos comerciais, industriais e de prestadores de serviços de qualquer natureza, terão altura suficiente para que a fumaça, a fuligem ou os resíduos que possam expelir não incomodem aos vizinhos.

§ 2º. As chaminés serão dotadas de equipamentos antipoluentes, ou trocadas por aparelhos que produzam idêntico efeito, e substituídas sempre que for necessário.

Art. 253. Os terrenos não edificadas serão fechados na sua testada e mantidos limpos e drenados, sob pena de Multa.

Art. 254. Para preservar a higiene dos estabelecimentos do Município, além da obrigação de observar as determinações do Código de Obras e Instalações, dos Códigos Sanitários do Município e do Estado, bem como de outros procedimentos que resguardem a higiene, compete à Secretaria de Saúde emitir *previamente* a Autorização para a Concessão da Licença de Localização e para a Licença de Funcionamento, assim como exercer a fiscalização sobre a produção e o comércio de gêneros alimentícios em geral.

Parágrafo único. Estas disposições se aplicam também aos estabelecimentos situados na Zona Rural do Município.



Art. 255. A fiscalização sanitária abrangerá, especialmente, a higiene e a limpeza das vias públicas, das habitações particulares, individuais e coletivas, e da alimentação, incluindo todos os estabelecimentos onde se fabriquem ou vendam bebidas e produtos alimentícios, e dos estábulos, cocheiras e pocilgas e construções similares.

Art. 256. É proibido em todo o território do Município fumar no interior dos salões de conferências, teatros, cinemas, escola, hospitais e em quaisquer estabelecimento ou espaço no qual ocorra a aglomeração de pessoas.

§ 1º. As empresas abrangidas deverão fixar, obrigatoriamente, em locais visíveis ao público, plaquetas alusivas à proibição.

§ 2º. Os infratores serão convidados a deixar o estabelecimento ou o espaço.

SUBSEÇÃO II

DOS ESTABELECEMENTOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

Art. 257. Todos os estabelecimentos comerciais e industriais que manuseiem com alimentos no todo ou em parte para fabricação ou venda deverão satisfazer todas as normas exigidas pelo Código Sanitário Municipal e pelas legislações de ordem sanitária determinadas pela Secretaria da Saúde Municipal e/ou Estadual sob pena de Multa, Apreensão e inutilização dos produtos e Interdição do estabelecimento.

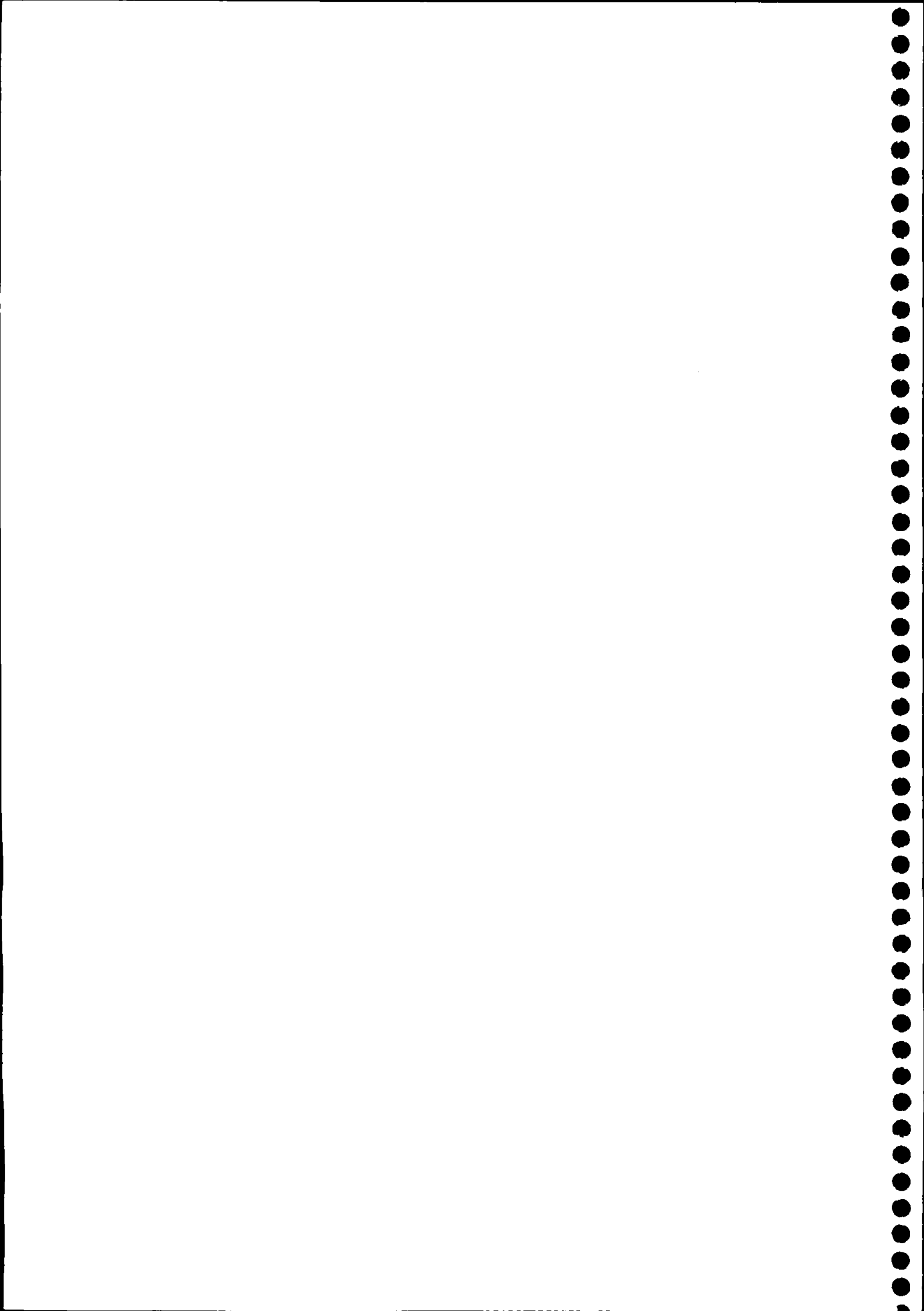
§ 1. No caso de Apreensão, o Auto deverá especificar a sua natureza, quantidade e qualidade.

§ 2º. Os estabelecimentos discriminados no *caput* do Artigo devem ser dedetizados a cada 180 (cento e oitenta) dias, mediante controle e fiscalização dos órgãos competentes da Secretaria da Saúde Municipal.

Art. 258. Considera-se gêneros alimentícios todas as substâncias sólidas e líquidas destinadas à ingestão, exceto os medicamentos.

Art. 259. É proibido, sob quaisquer circunstâncias:

- I. levar ao consumo público carnes de animais ou de aves, peixes, ovos e caças que não tenham sido processados em estabelecimentos sujeitos a inspeção e fiscalização veterinária pela Secretaria da Saúde Municipal;
- II. trabalhar em estabelecimento, que produza ou comercialize gêneros alimentícios, sem o uso permanente de uniforme composto de avental, luvas, gorro ou boné e máscara quando for o caso;
- III. deixar de apresentar, anualmente, os comprovantes do exame de saúde e de vacinação, determinados pela Secretaria da Saúde Municipal, para todos os empregados de estabelecimentos que manuseiem com gêneros alimentícios;
- IV. manusear gêneros alimentícios com as mãos desprotegidas;
- V. manusear gêneros alimentícios simultaneamente ao manuseio de dinheiro ou quaisquer outros produtos que possam contaminá-los;
- VI. expor à venda gêneros alimentícios em recipientes trincados, rachados, quebrados e sujos;
- VII. expor à venda gêneros alimentícios com o prazo de validade vencido e/ou impróprios para o consumo;
- VIII. expor à venda aves vivas, exceto se mantidas dentro de gaiolas ou caixotes que deverão ser de fundo móvel para facilitar sua limpeza, a ser feita diariamente;
- IX. expor à venda aves abatidas, sem que as mesmas estejam completamente limpas, tanto de plumagem como de vísceras e partes não comestíveis;
- X. colocar à venda carne fresca, cujos animais não tenham sido abatidos em matadouro sujeito à fiscalização;



- XI. ter em Depósitos ou expostos à venda aves doentes, frutas não sazonadas, legumes, hortaliças, frutas e ovos deteriorados;
- XII. ter nos locais de fabricação, preparação, beneficiamento, acondicionamento ou Depósito de alimentos, substâncias que possam corrompê-los, adulterá-los ou avariá-los;
- XIII. produzir, expor ou vender gêneros alimentícios deteriorados, falsificados, adulterados, ou nocivos à saúde.

§ 1º. Todos os gêneros apreendidos pelo Servido(a) designado(a) pela Administração Municipal para a fiscalização, serão removidos para local destinado à inutilização através de incineração.

§ 2º. A inutilização dos gêneros não eximirá a fábrica ou estabelecimento comercial do pagamento das Multas e demais penalidades que possam sofrer em virtude da Infração.

§ 3º. A reincidência na prática das infrações previstas no *caput* deste Artigo determinará a cancelamento da Licença de Funcionamento da indústria ou casa comercial.

§ 4º. Serão igualmente apreendidos e encaminhados à autoridade sanitária competente, mediante a lavratura de Termo próprio, os produtos alimentícios industrializados, sujeitos a Registro em órgão público estadual e/ou federal e que não apresente a respectiva comprovação.

Art. 260. Nas quitandas e casas congêneres, além das disposições gerais concernentes aos estabelecimentos de gêneros alimentícios, deverão ser observadas às seguintes:

- I. o estabelecimento terá, para Depósito de verduras que devam ser consumidas sem cocção, recipientes ou dispositivos com superfície impermeável e à prova de moscas, poeiras e quaisquer contaminações;
- II. as frutas expostas à venda serão colocadas sobre as mesas ou estantes rigorosamente limpas.

Parágrafo único. É proibido utilizar-se, para qualquer outro fim, dos Depósitos de hortaliças, legumes ou frutas.

Art. 261. Toda água que tenha que servir na manipulação ou preparo de gêneros alimentícios deve ser potável.

Parágrafo único. O gelo destinado ao uso alimentar deverá ser fabricado também com água potável.

SUBSEÇÃO III DOS AÇOUQUES E MATADOUROS

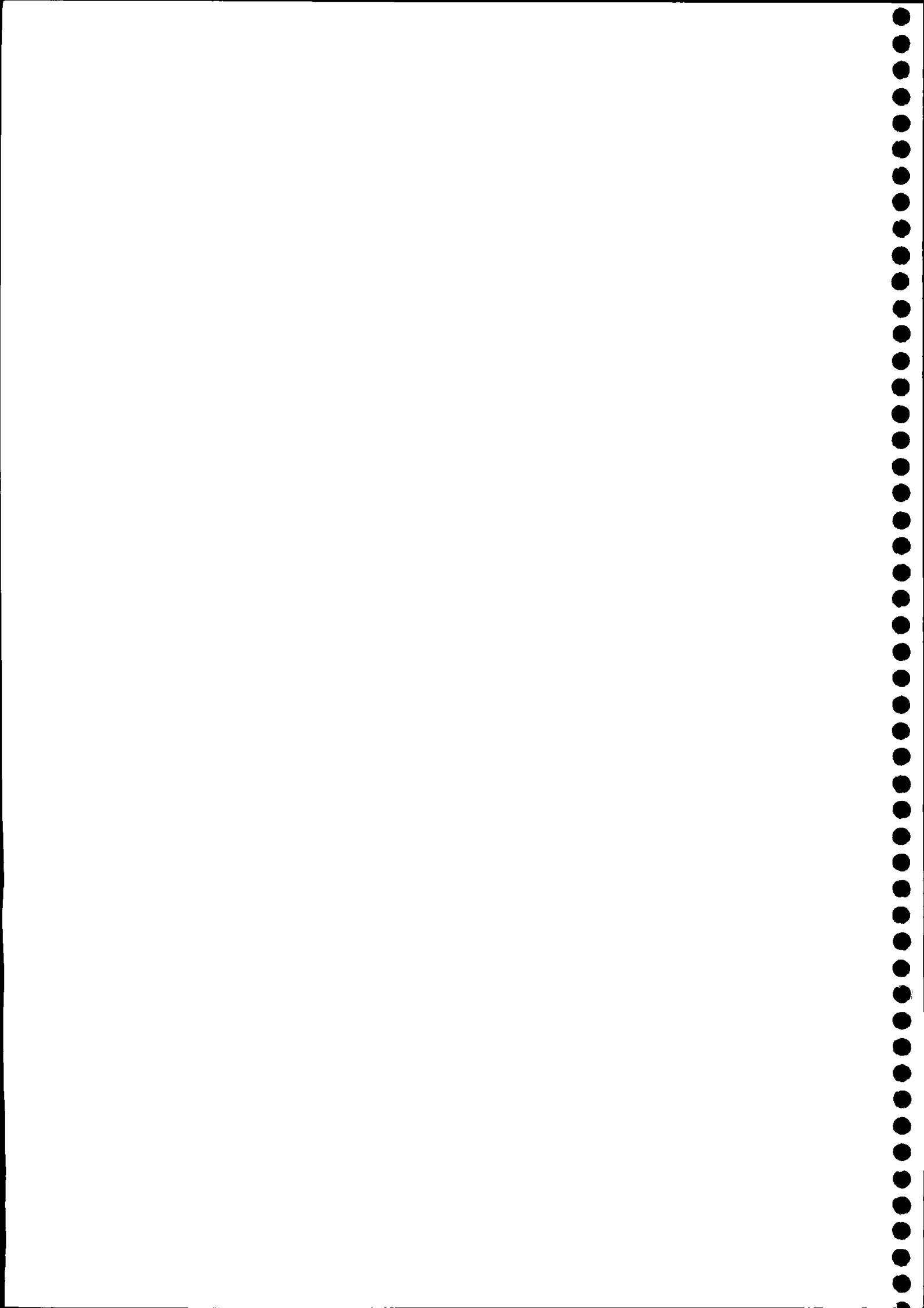
Art. 262. A venda de produtos comestíveis de origem animal não industrializados só poderá ser feita através de açouques, casas de carne e supermercado regularmente instalados.

Art. 263. A instalação e o funcionamento desses estabelecimentos deverão obedecer às determinações das legislações federal, estadual e municipal, deste Código, do Código de Obras e Instalações e dos Códigos Sanitários do Município e do Estado e da Lei de Uso e Ocupação do Solo e deste Código.

Parágrafo único. Estas disposições se aplicam também aos estabelecimentos situados na Zona Rural do Município.

Art. 264. Os açouques e matadouros instalados no território do Município deverão:

- I. dispor de armação de ferro cromado ou pintado, fixada nas paredes ou no teto, na qual se prenderão, em suspenso, por meio de ganchos em aço polido ou inox, os quartos das reses para talho;



- II. dispor de locais apropriados e também recipientes fechados para Depósito dos detritos, não podendo estes serem jogados no chão ou permanecerem sobre as mesas;
- III. dispor de volume d'água tratada e armazenada, suficiente para a higienização e limpeza diária.

Art. 265. Para o funcionamento dos açougues e matadouros deverão ser desinfetados diariamente:

- I. os ralos de escoamento de água;
- II. os utensílios de manipulação.

Parágrafo único. Não será permitido o uso de móveis ou objetos de madeira.

Art. 266. Os detritos produzidos pelos açougues e matadouros deverão ser recolhidos diariamente pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação e incinerados imediatamente e adequadamente fora da Zona Urbana.

Art. 267. Os açougueiros e os proprietários de casas de carne ficam obrigados a:

- I. manter o estabelecimento em completo estado de asseio e higiene;
- II. entregar em domicilio carnes somente transportadas em veículos ou recipientes apropriados.

Art. 268. Os açougueiros e os proprietários de casas de carne ficam proibidos de:

- I. admitir ou manter no estabelecimento empregados que não sejam portadores de carteira sanitária, atualizada, expedida pelo órgão competente, e dentro do prazo de validade, dotados de aventais e gorros brancos, em perfeito estado de asseio;
- II. vender produtos não industrializados e fora do estabelecimento;
- III. transportar para açougues e casas de carne, couros, chifres e demais resíduos considerados prejudiciais ao asseio e à higiene pública;
- IV. vender ou depositar qualquer outro produto no recinto destinado ao retalhamento e venda de carne, assim como sobre balcões e vitrines destinados a esse fim.

Art. 269. Aos açougues, casas de carne e supermercados, é permitida a venda de aves abatidas, destinadas ao consumo público, devidamente acondicionadas.

Parágrafo único. Fica permitida a venda de assados, devidamente acondicionados, nos estabelecimentos de que trata o *caput* do Artigo.

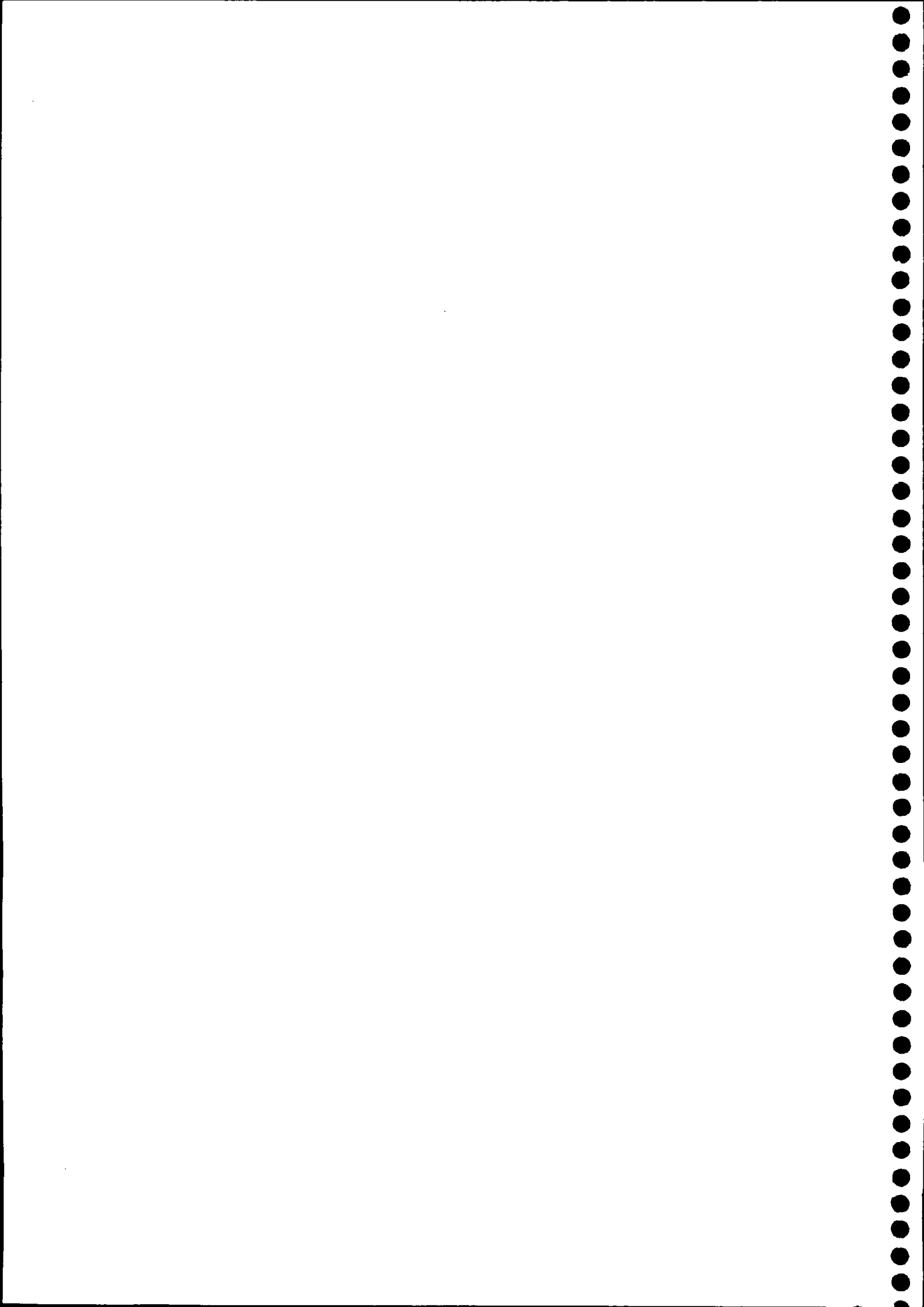
Art. 270. Não é permitida a venda de carne fresca de bovinos, suínos, caprinos e outros animais, que não tenham sido abatidos em matadouros devidamente autorizados, sob pena de Apreensão dos produtos, além da Multa prevista.

§ 1º. Nos distritos, vilas e povoados onde *não* houver matadouro, o gado destinado ao consumo local, depois de examinado será abatido em lugar previamente determinado, ou rejeitado em caso de enfermidade.

§ 2º. Será permitida a matança de aves e animais destinados ao consumo público somente em estabelecimentos fiscalizados pela Secretaria de Saúde do Município e do Estado e mediante o recolhimento da Taxa respectiva.

§ 3º. Os abates realizados fora dos matadouros autorizados por este Código estarão sujeitos à fiscalização municipal que, sem prejuízo do que dispuser a legislação sanitária pertinente, exigirá o cumprimento de normas regulamentares que lhe forem aplicáveis.

§ 4º. Todos os estabelecimentos fabris de indústria animal ficam obrigados a instalar esgoto industrial, aprovado pelas Secretarias de Infra-estrutura, Urbanismo, Transporte e Habitação, de



Saúde e de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e devem observar as determinações dos Códigos de Meio Ambiente Municipal e de Obras e Instalações para evitar que águas servidas poluam córregos, represas ou terrenos adjacentes.

Art. 271. O estabelecimento de regime de exclusividade em determinado ramo de atividade, no mercado municipal, por motivo de estrita conveniência pública, dependerá de chamamento de interessados, através de Edital, não podendo o prazo da concessão ser superior a 3 (três) anos.

Art. 272. As disposições acima aplicam-se, no que couberem, às peixarias, aos abatedouros de aves e às triparias.

SUBSEÇÃO IV

DOS BARES, RESTAURANTES, CAFES E SIMILARES

Art. 273. Além das determinações do Código de Obras e Instalações, dos Códigos Sanitários do Município e do Estado, o Código de Meio Ambiente e deste Código, restaurantes, cafés, casas de lanches e similares deverão atender às seguintes determinações:

- I. a lavagem de louças, talheres, copos e outros utensílios deverá, se fazer em água corrente não sendo permitida, sob qualquer hipótese, a sua execução em baldes, tanques ou vasilhames;
- II. a esterilização da louça, talheres e outros utensílios deverá ser feita em temperatura adequada;
- III. as louças, talheres e outros utensílios deverão ser guardados em armários com portas, não podendo ficar exposto à ação de insetos e impurezas;
- IV. os guardanapos e toalhas quando de tecido, deverão ser lavados e esterilizados após o uso e deverão ser de uso individual;
- V. os alimentos não poderão ficar expostos e deverão ser colocados em balcões envidraçados;
- VI. deverão possuir água potável para servir ao público em geral;
- VII. as cozinhas, copas e despensas deverão ser conservadas em boas condições de higiene, devendo suas paredes serem revestidas de material impermeabilizante de, no mínimo, 2,00m (dois metros) de altura;
- VIII. os sanitários, mictórios, banheiros e pias deverão permanecer sempre limpos e desinfetados e suas paredes serem revestidas de material impermeabilizante de, no mínimo, 2,00m (dois metros) de altura;
- IX. os utensílios de cozinha, louça e talheres devem estar sempre em condições de uso;
- X. os balcões frigoríficos, congeladores, geladeiras e *freezers* deverão permanecer em perfeitas condições de uso;
- XI. os açucareiros serão do tipo que permita a retirada de açúcar sem o levantamento da tampa;
- XII. a louça e os talheres não poderão ficar expostos à poeira e aos insetos.

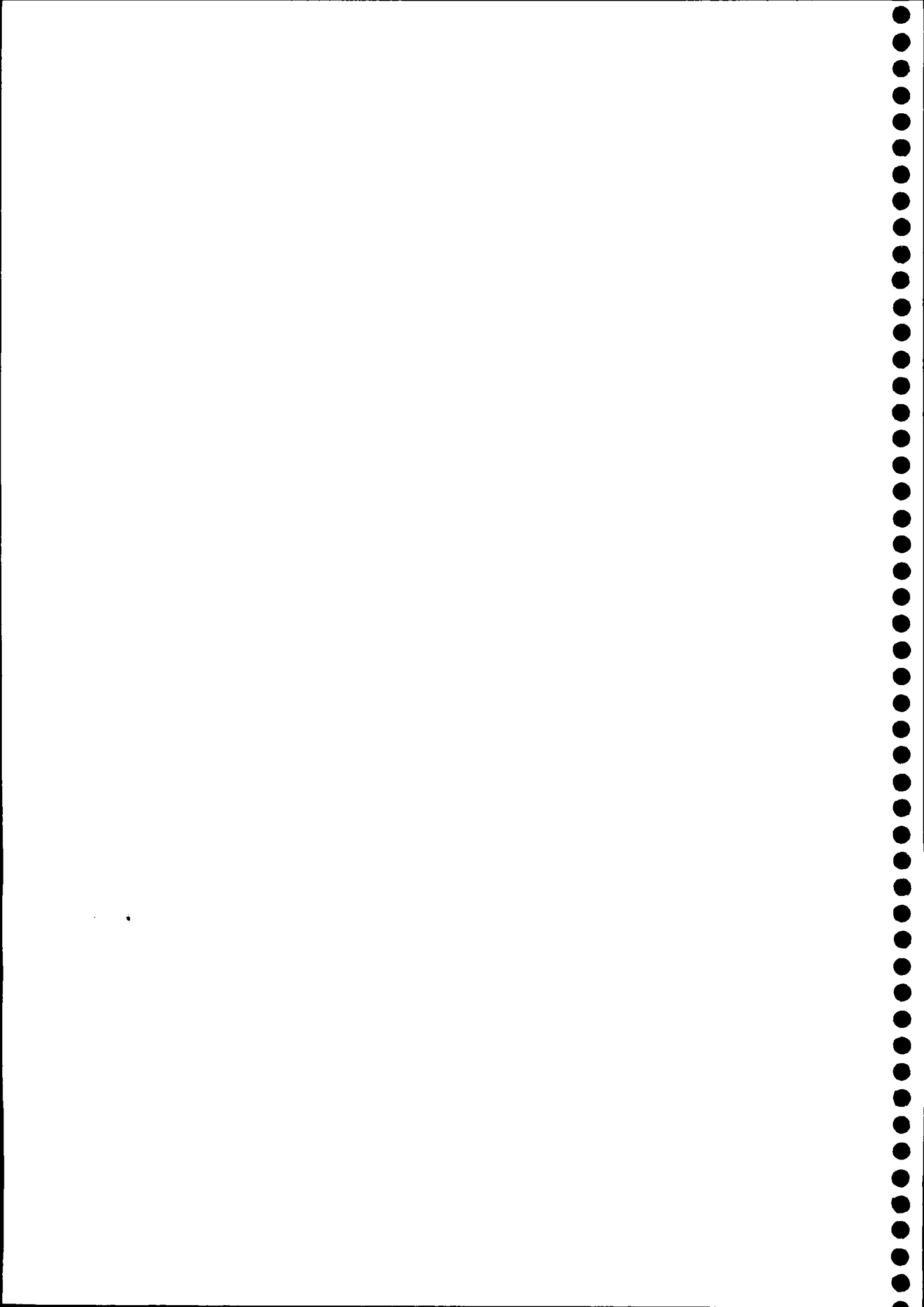
Parágrafo único. Os estabelecimentos a que se refere o *caput* do Artigo são obrigados a manter seus empregados convenientemente trajados, com gorros na cabeça, limpos e de preferência uniformizados.

SUBSEÇÃO V

DOS EDIFÍCIOS MÉDICO-HOSPITALARES

Art. 274. Os hospitais, casas de saúde, maternidade e estabelecimentos congêneres deverão obedecer às determinações das legislações federal, estadual, do Código de Obras e Instalações do Município, dos Códigos Sanitários do Município e/ou do Estado, da Lei de Uso e Ocupação do Solo, do Código de Meio Ambiente Municipal e deste Código.

Parágrafo único. Estas disposições se aplicam também aos estabelecimentos situados na Zona Rural do Município.



Art. 275. A Licença de Funcionamento dos hospitais, maternidades, casas de saúde, laboratórios de análises em geral, clínicas médicas e odontológicas e estabelecimentos congêneres só será concedida pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação, mediante a apresentação da Anuência Prévia expedida pela Secretaria de Saúde do Município.

Art. 276. Os estabelecimentos citados nos Artigos anteriores deverão observar além dos procedimentos definidos nas legislações federal e estadual, os seguintes:

- I. esterilizar louças, talheres e utensílios diversos, diariamente;
- II. desinfetar e/ou lavar colchões, travesseiros e cobertores após a alta de cada paciente;
- III. conservar asseadas e em condições de completa higiene as instalações de enfermarias, quartos, apartamentos, cozinha, copa e despensa, sanitários, mictórios, banheiros e pias;
- IV. isolar os doentes suspeitos de serem portadores de doenças infecto contagiosas os quais devem ocupar dependências individuais ou enfermarias exclusivas para isolamento;
- V. instalar, nos hospitais, maternidades, casas de saúde, onde ainda não tenha, grupo gerador de energia no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação deste Código.

Art. 277. É obrigatório nos hospitais, casas de saúde e maternidades, que além das determinações deste Código, os mesmos disponham dos seguintes espaços:

- I. a existência de lavanderia com instalação completa de desinfecção;
- II. a existência de Depósito apropriado para roupas servidas;
- III. a instalação de cozinha com, no mínimo, as seguintes seções: destinadas a depósito de gêneros, ao preparo de alimentos e sua distribuição, à lavagem e sua distribuição, à lavagem e distribuição de louças e utensílios, devendo ter pisos e paredes revestidos de azulejos ou outro material impermeabilizante, até a altura mínima de 2,00 (dois metros);
- IV. instalações e meio adequados coleta, acondicionamento, transporte e destino final do lixo, na forma da legislação específica;
- V. a existência de, no mínimo, uma ambulância equipada com aparelhos médicos indispensáveis para o atendimento de urgência.

Art. 278. Todos os hospitais, casas de saúde, maternidade e estabelecimentos congêneres deverão ter coletores próprios para seus resíduos sólidos de acordo com critério e especificação dos Códigos de Obras e Instalações, Sanitário e de Meio Ambiente Municipal.

§ 1º. O lixo coletado desses estabelecimentos deverá receber tratamento adequado que o torne inócuo antes de ser acondicionado e transportado.

§ 2º. O tratamento e o destino final do lixo será de inteira responsabilidade do proprietário do estabelecimento que o produziu sob pena de responsabilidade civil e penal.

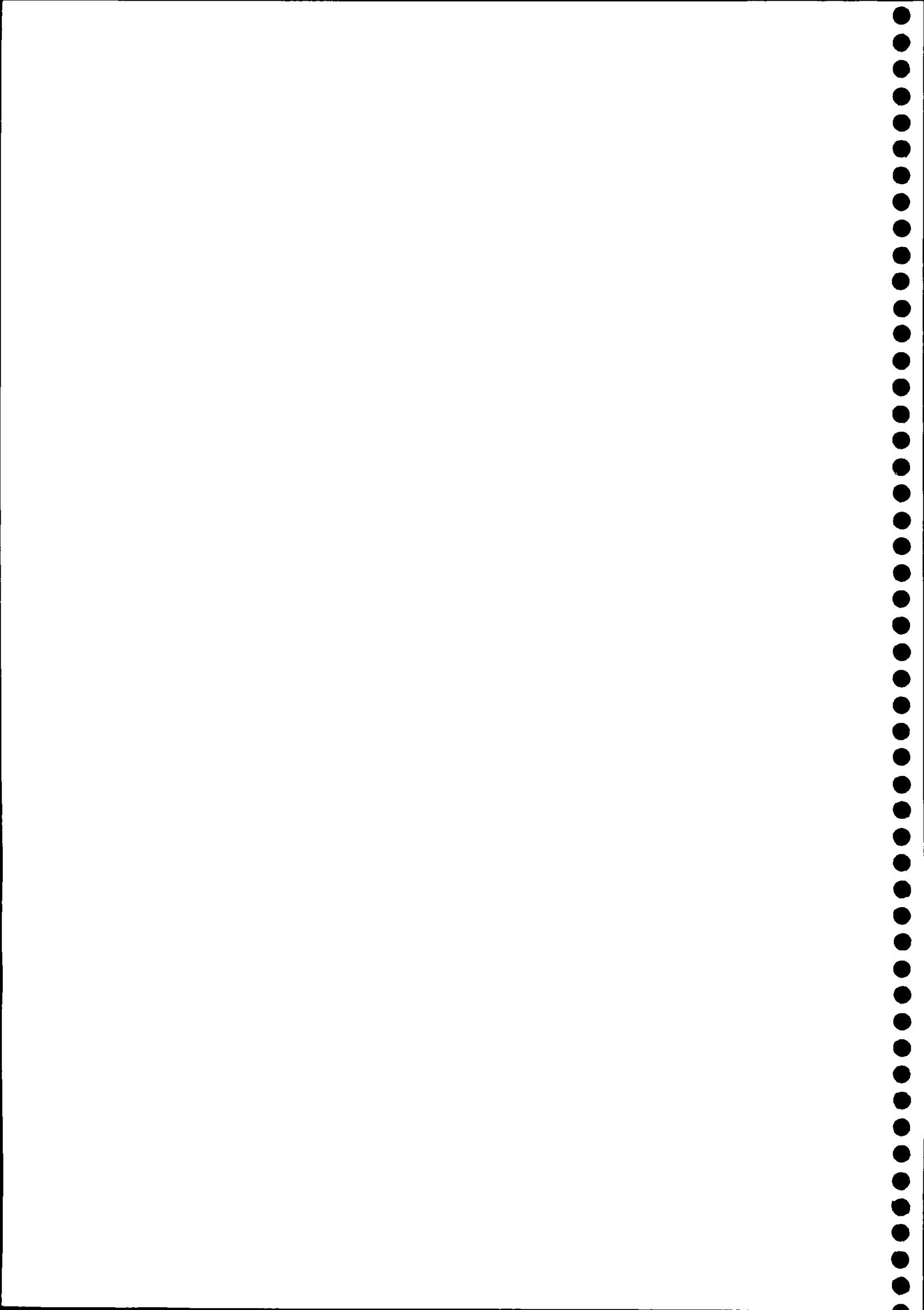
§ 3º. O lixo hospitalar é considerado Lixo Especial e como tal deve observar às determinações contidas no Código Sanitário Municipal e Estadual, no Código de Meio Ambiente Municipal e neste Código.

SUBSEÇÃO VI

DAS BARBEARIAS E CABELEIREIROS

Art. 279. Nos salões de barbeiros e cabeleireiros é obrigatório o uso de toalhas e golas individuais para corte e penteado, antes de cada aplicação.

Parágrafo único. Os oficiais ou empregados usarão, durante o trabalho, guarda-pós apropriados e rigorosamente limpos.



Art. 280. Nos salões de barbeiros, cabeleireiros, manicures, pedicures, calistas e assemelhados, todos os aparelhos, ferramentas, utensílios, toalhas e golos deverão ser esterilizados antes e após cada utilização.

Parágrafo único. Nos estabelecimentos citados neste Artigo, fica proibido o uso do chamado "lápis anti-hemorragico".

SEÇÃO V

DAS FUNERÁRIAS, NECROTÉRIOS, CAPELAS MORTUÁRIAS, VELÓRIOS E CEMITÉRIOS

SUBSEÇÃO I

DOS CEMITÉRIOS

Art. 281. Os Cemitérios do Município são públicos, terão caráter secular e serão administrados, fiscalizados e fundados pela Administração Municipal, diretamente ou através de entidade pública ou particular, mediante Concessão.

§ 1º. É facultado às pessoas jurídicas de direito privado, que se organizem para esse fim, explorar Cemitérios particular com o pagamento dos tributos e emolumentos devidos, observados às disposições constantes neste Código, além de outros requisitos regulamentares que forem estabelecidos.

§ 2º. É lícito às Irmandades, associações ou sociedades de caráter religioso, respeitadas as Leis e Regulamentos que regem a matéria, estabelecer, ou manter os que já possuam Cemitérios, desde que:

- I. devidamente autorizados pela Secretaria de Saúde do Município;
- II. sujeitos permanentemente à sua fiscalização;
- III. observem as normas sanitárias em vigor.

Art. 282. Os Cemitérios, por sua natureza, são locais respeitáveis e devem ser conservados limpos, tratados com zelo e cercadas de muros, devem ter suas áreas arruadas arborizadas e ajardinadas, de acordo com as plantas aprovadas.

Parágrafo único. Os Cemitérios serão convenientemente fechados e neles a entrada e permanência só serão permitidas no horário previamente fixado pela Administração do Cemitério.

Art. 283. Nos Cemitérios do Município estão livres todos os cultos religiosos e a prática dos respectivos ritos, desde que não atentem contra a moral e as leis vigentes.

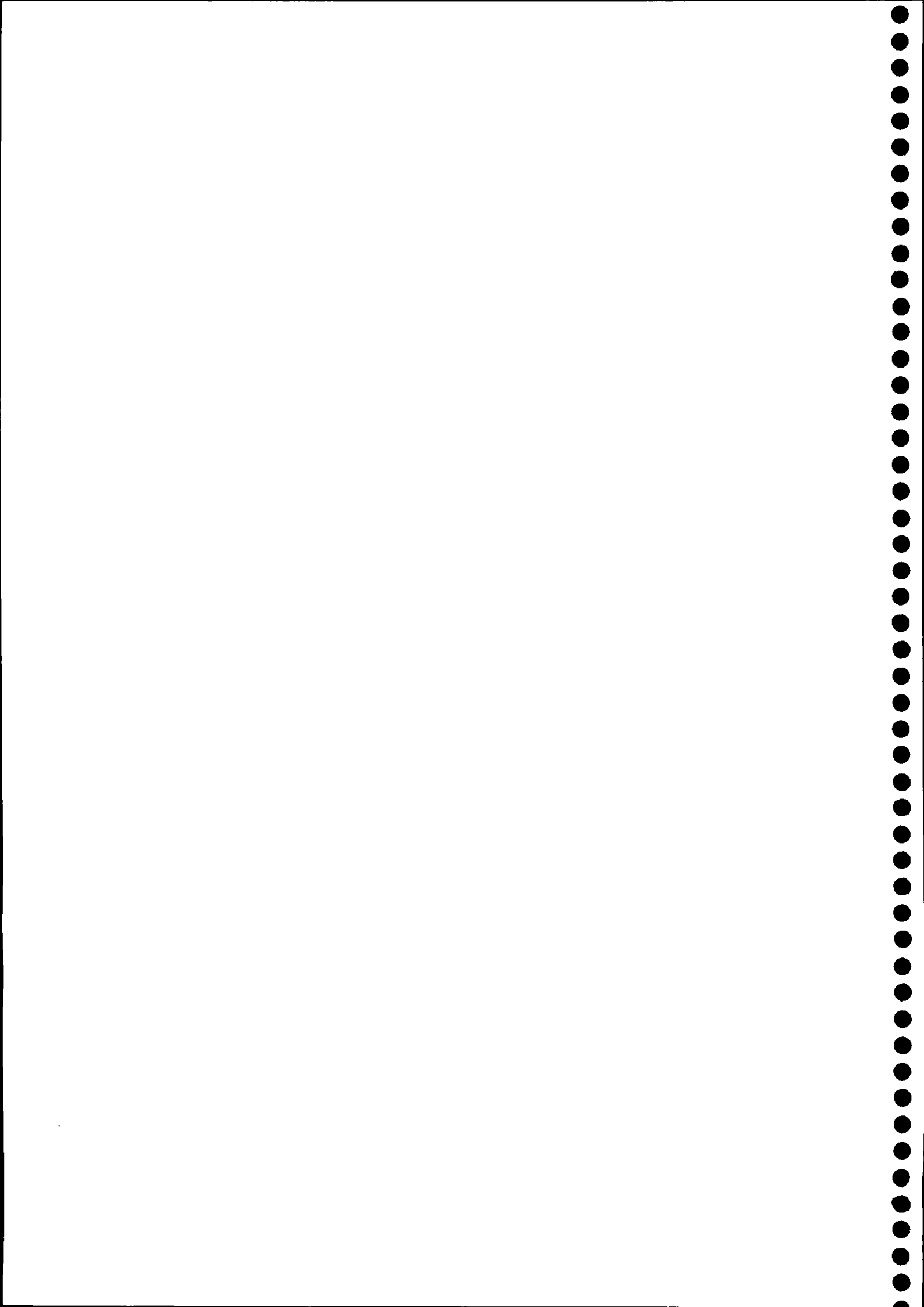
§ 1º. Os sepultamentos serão feitos sem indicação de crença religiosa, princípios filosóficos ou ideologia política do falecido.

§ 2º. É permitido a todas às religiões praticar os seus ritos nos Cemitérios.

Art. 284. É proibido fazer sepultamento antes de decorrido o prazo de 12 (doze) horas, contando o momento do falecimento, salvo:

- I. quando a causa da morte for doença contagiosa ou epidêmica;
- II. quando o cadáver tiver inequívocos sinais de putrefação.

Art. 285. Nenhum cadáver poderá permanecer insepulto, nos Cemitérios, por mais de 36:00 h (trinta e seis) horas, contados do momento em que se verificar o óbito, salvo quando o corpo



estiver embalsamado, ou se houver ordem expressa da autoridade policial, fiscal ou da saúde pública.

§ 1º. Não se fará sepultamento algum sem a Certidão de Óbito fornecida pelo oficial do Registro Civil do local do falecimento.

§ 2º. Na impossibilidade da obtenção da Certidão de Óbito, o sepultamento poderá ser feito mediante Autorização da autoridade médica, policial ou jurídica, condicionado à apresentação da Certidão de Óbito, posteriormente, à Administração do Cemitério onde foi sepultado o cadáver.

Art. 286. Os sepultamentos em jazigos sem revestimento das sepulturas poderão repetir-se de 05 (cinco) em 05 (cinco) anos, e nos jazigos com revestimento em carneiras, não haverá limite de tempo, desde que o último sepultamento feito seja convenientemente isolado.

Art. 287. Considera-se como sepultura a cova funerária aberta no terreno com as seguintes dimensões:

- I. para adulto: 2,20m (dois metros e vinte centímetros) de comprimento por 0,75m (setenta e cinco centímetros) de largura e 1,75m (um metro e setenta e cinco centímetros) de profundidade;
- II. para Crianças: 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) de comprimento por 0,50m (cinquenta centímetros) de largura e 1,70m (um metro e setenta centímetros) de profundidade;
- III. considera-se carneira a cova ou construção acima do solo, com as paredes revestidas de tijolos ou material similar, tendo internamente, no mínimo, 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) de comprimento por 1,25m (um metro e vinte e cinco centímetros) de largura e 0,70m (setenta centímetros) de altura;
- IV. os jazigos do sistema carneiro, poderão ter 3 (três) gavetas:
 - a) 2,20m x 1,60m x 2,35m de profundidade com área de acesso já incluída nas dimensões citadas;
 - b) 2,20m x 0,80m x 2,35m de profundidade quando houver 2(duas) fileiras de jazigos com faixa de 2,20m entre eles.
- V. os jazigos duplos, do sistema carneiro, com 06 gavetas com as seguintes dimensões, 2,20m x 2,40m x 2,35m de profundidade com área de acesso obrigatória.

Art. 288. Os proprietários de terrenos, ou seus representantes são obrigados a fazer os serviços de limpeza, obras de conservação e reparos no que tiverem construído e que forem necessários à estética, segurança e salubridade dos Cemitérios.

§1º. Os jazigos nos quais não forem feitos serviços de limpeza, obras, conservação e reparos, julgados necessários, serão considerados em abandono e/ou em ruína.

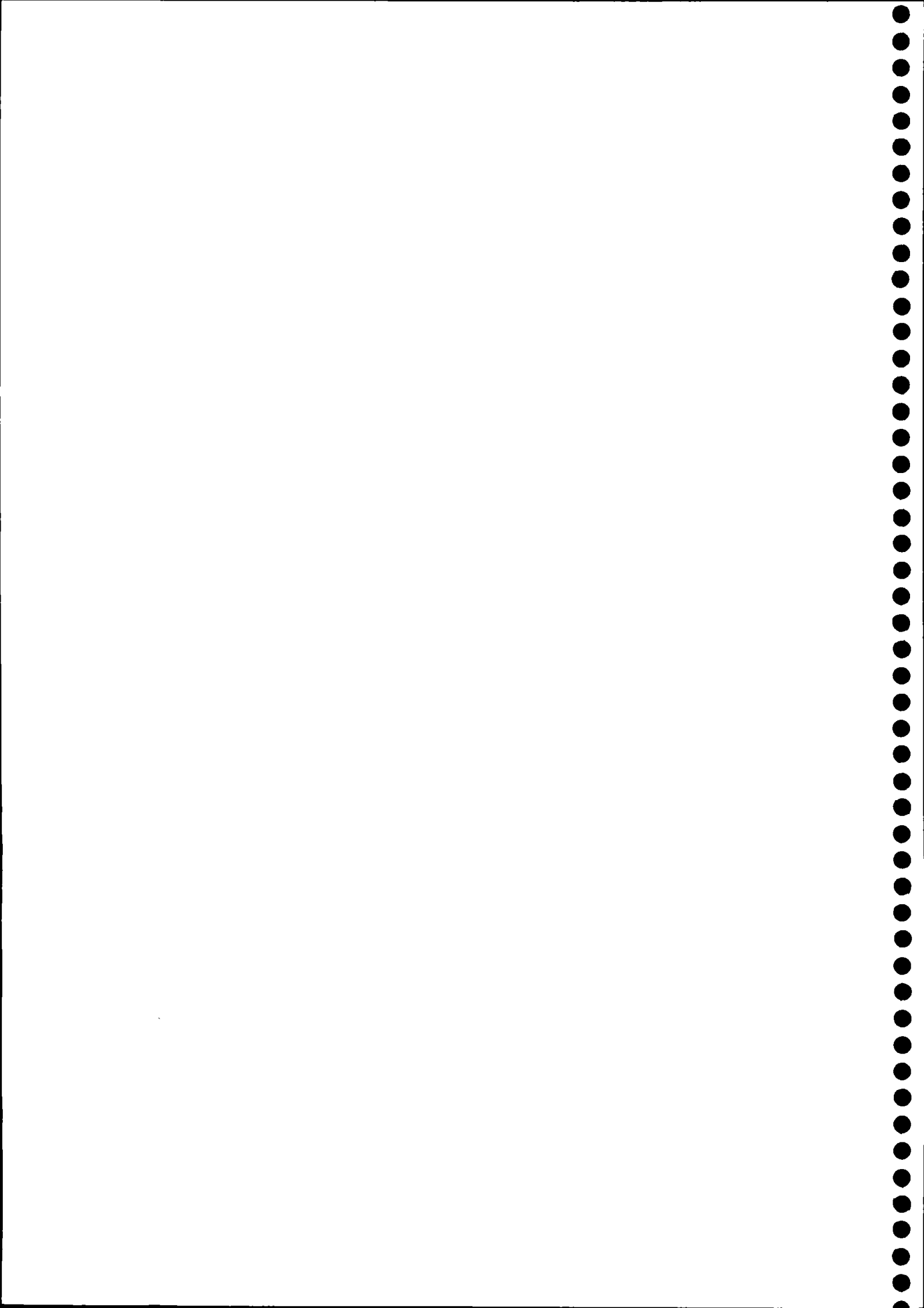
§2º. Os proprietários de jazigos considerados em ruína serão convocados em Edital, que será publicado por duas vezes em jornal de circulação local e se, no prazo de 90 (noventa) dias, não comparecerem, as construções em ruína serão demolidas, revertendo ao patrimônio municipal o respectivo terreno.

§3º. Verificada a hipótese do parágrafo segundo, os restos mortais existentes nos jazigos serão exumados e colocados no ossuário municipal.

§4º. O material retirado dos jazigos, abertos para fins de exumação, pertencem ao Cemitério, não cabendo aos interessados o direito de reclamação.

Art. 289. Nenhuma exumação poderá ser feita antes de decorrido o prazo determinado, contados da data de sepultamento, salvo em virtude de Requisição, por escrito, da autoridade policial ou fiscal, ou mediante parecer do órgão da Vigilância Sanitária Municipal e/ou Estadual.

Art. 290. É de 03 (três) anos para adultos e de 02 (dois) anos para menores, o prazo mínimo a vigorar entre duas inumações em um mesmo local.



Parágrafo único. Para efeito desta seção, considera-se menor a criança com até seis anos de idade.

Art. 291. Exceto as pequenas construções sobre as sepulturas, ou colocação de lápides e cabeceiras, nenhuma construção poderá ser feita, nem mesmo iniciada, nos Cemitérios, sem que a planta tenha sido previamente aprovada pela Administração do Cemitério.

Parágrafo único. Entende-se por pequenas construções os jazigos de no máximo 0,20m (vinte centímetros) de altura excetuando-se a pedra lápide.

Art. 292. Nos Cemitérios é proibido:

- I. praticar Atos de depredação de qualquer espécie nos jazigos ou outras dependências;
- II. arrancar plantas ou colher flores;
- III. pregar cartazes ou fazer anúncios nos muros ou portões;
- IV. efetuar Atos públicos que não sejam de culto religioso ou civil;
- V. praticar o comércio de quaisquer mercadorias;
- VI. fazer qualquer trabalho de construção aos domingos, salvo em casos devidamente justificados;
- VII. circular qualquer tipo de veículos motorizados, estranhos aos fins e serviços atinentes ao Cemitério.

Art. 293. A fiscalização dos assentamentos, registros e controles da organização interna das necrópoles são de competência da Administração do Cemitério que detém o poder de polícia para manter em rigorosa ordem os controles seguintes:

- I. sepultamento de corpos ou partes;
- II. exumações;
- III. sepultamento de ossos;
- IV. indicações sobre os jazigos sobre os quais já constituírem direitos, com nome, qualificação, endereço do seu titular e as transferências e alterações ocorridas.

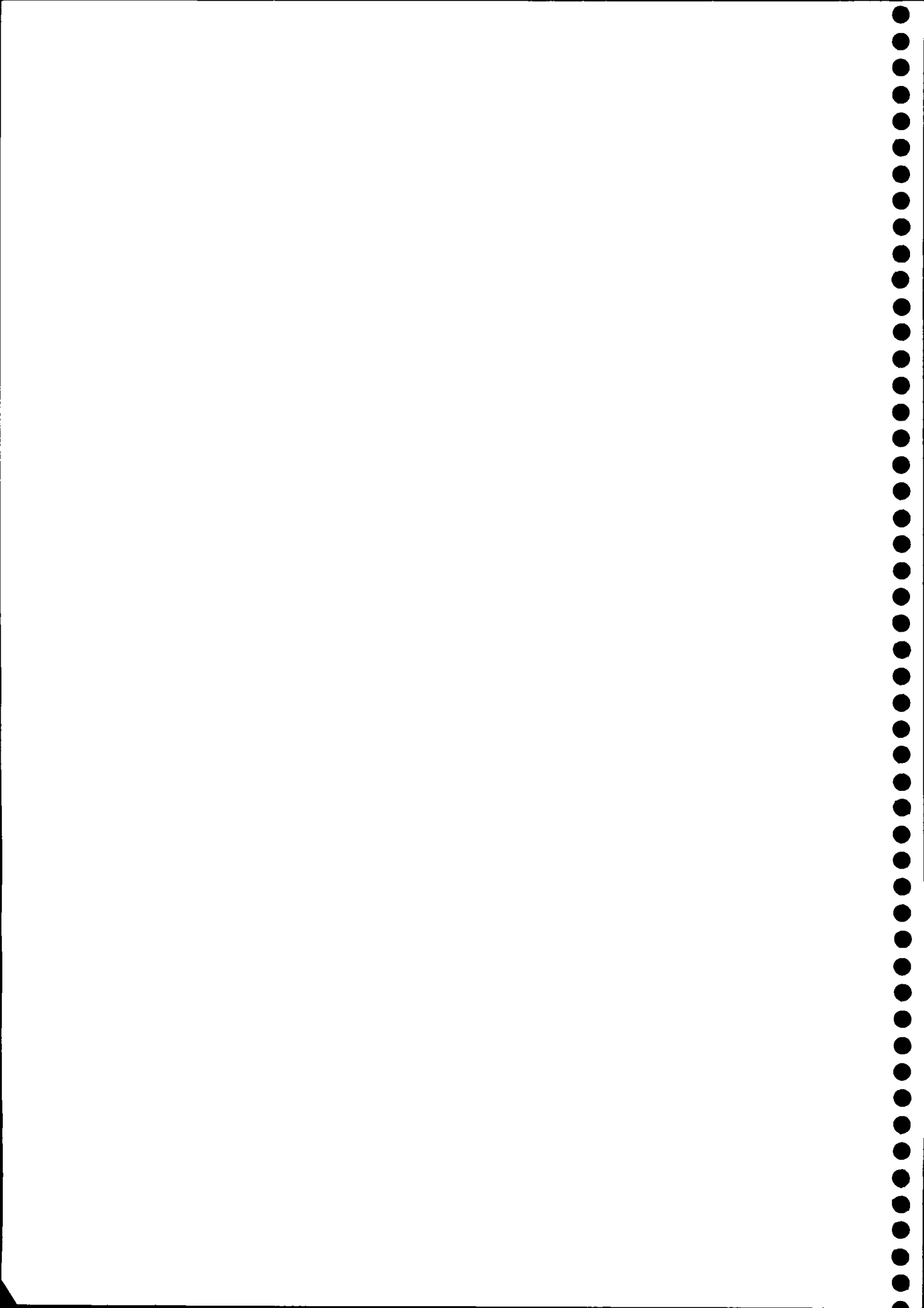
Parágrafo único. Esses registros deverão indicar:

- I. hora, dia, mês e ano da ocorrência;
- II. nome da pessoa a que pertenceram os restos mortais;
- III. no caso de sepultamento, além do nome, deverão ser indicados a filiação, idade, sexo do morto, número e data da Certidão de Óbito.

Art. 294. Os Cemitérios devem adotar livros tombo ou fichas onde, de maneira resumida, serão transcritos as anotações lançadas nos registros de sepultamento, exumação, ossuários, com indicações do número do livro e folhas, ou número da ficha onde se encontram os históricos integrais dessas ocorrências. Esses livros devem ser escriturados por ordem numérica dos jazigos e por ordem alfabética dos nomes.

Art. 295. Os Cemitérios públicos ou particulares, deverão contar, no mínimo, com os seguintes equipamentos e serviços:

- I. capela, com sanitários e copa;
- II. edifício de administração, inclusive sala de registros, que deverá ser convenientemente protegida contra intempéries, roubos e ação de roedores;
- III. sala de primeiros socorros;
- IV. sanitários para o público e para os funcionários;
- V. vestiário para funcionário, dotado de chuveiro;
- VI. depósito para ferramentas;
- VII. ossuário para colocação dos ossos após exumação;
- VIII. iluminação elétrica de toda a área, para facilitar a vigilância;
- IX. rede de distribuição de água;



- X. área de estacionamento de veículos;
- XI. arruamento urbanizado e arborizado;
- XII. recipientes para Depósito de resíduos em geral;
- XIII. áreas de enterramento.

Art. 296. Além das disposições acima, os Cemitérios estarão sujeitos ao que for estabelecido em Regulamento próprio a ser baixado pela Secretaria de Saúde do Município.

Art. 297. Os Cemitérios, necrotérios e locais destinados a velórios só poderão ser construídos, reformados, ampliados ou instalados depois de licenciados pela Secretaria de Saúde do Município e Estadual.

Art. 298. Os Cemitérios serão construídos em pontos elevados, de preferência em Zona Rural, afastados das habitações, escolas, hospitais, fábricas, quartéis, em locais de fácil acesso, na contravertente das águas de abastecimento, isolados por logradouros públicos de largura mínima de 14,00m (quatorze metros) em zonas abastecidas por redes de água, ou de 30,00m (trinta metros) em zonas não providas de redes de abastecimento.

Parágrafo único. Em caráter excepcional serão tolerados, a juízo da Secretaria de Saúde do Município e Estadual, Cemitérios em regiões planas.

Art. 299. Nos Cemitérios, o nível superior do lençol de água deverá ficar a 3,00m (três metros), no mínimo, da superfície do terreno.

Parágrafo único. O nível dos Cemitérios em relação aos cursos de água deverá ser suficientemente elevado, de modo que as águas das enchentes não atinjam o fundo das sepulturas.

Art. 300. É terminantemente proibida a inumação em igrejas, capelas, cruzeiros ou qualquer outro local, ou seja, fora da área interna dos Cemitérios.

§ 1º. As inumações serão feitas em sepulturas separadas, temporais ou perpétuas.

§ 2º. É permitido dar sepultura em um só lugar a duas ou mais pessoas da mesma família que falecerem no mesmo dia.

Art. 301. Para qualquer inumação em sepulturas perpétuas deverá ser apresentado à Administração do Cemitério o respectivo título de Concessão.

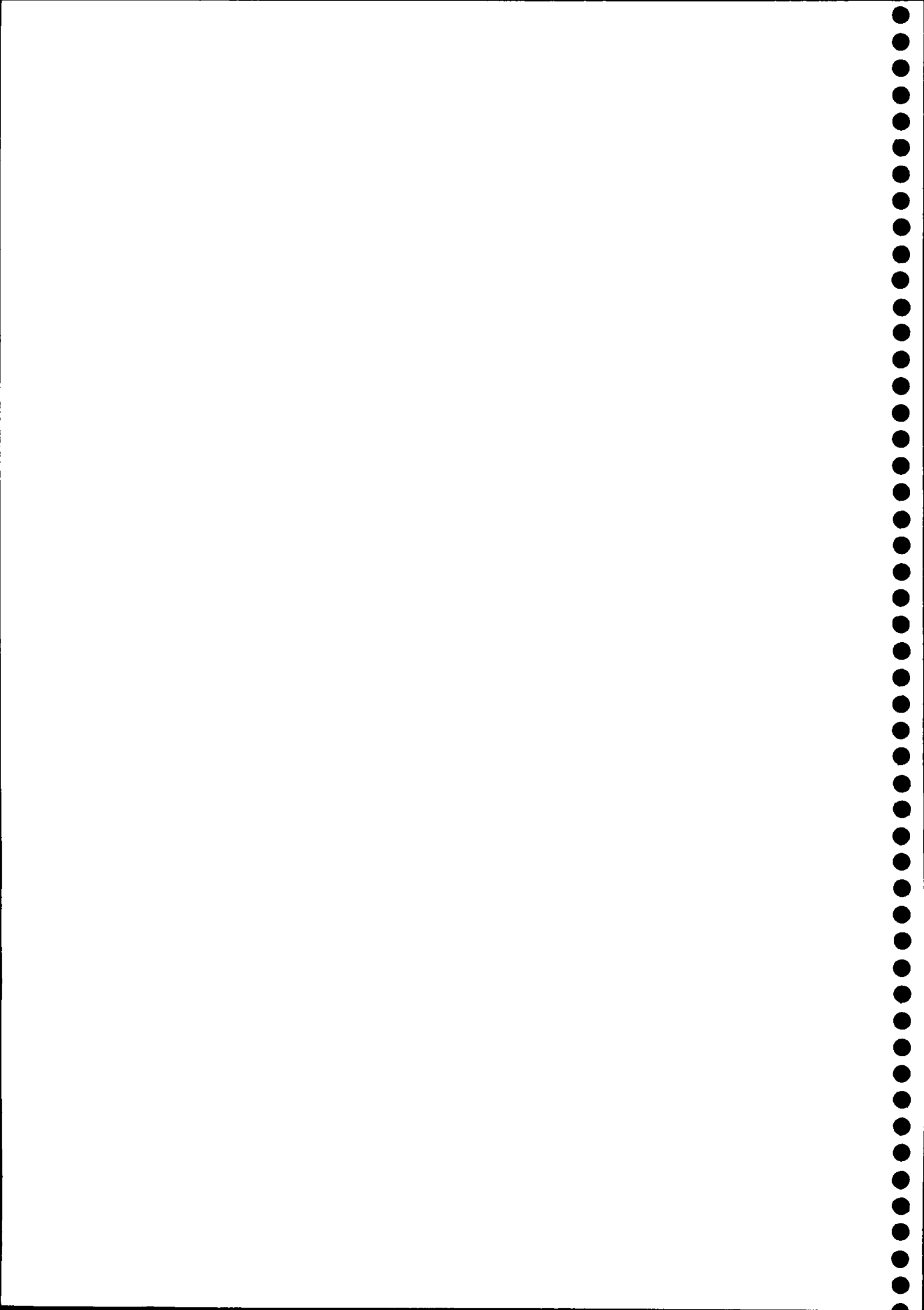
§ 1º. As concessões de sepulturas ou mausoléus não poderão ser negociadas qualquer que seja o título.

§ 2º. No caso de sucessão *causa mortis* através de partilha devidamente homologada pelo juiz, o herdeiro deverá registrar o seu direito na Administração do Cemitério.

Art. 302. Os Cemitérios poderão ser extintos e suas áreas transformadas em praça ou parque, quando tenham chegado a tal grau de saturação que se torne difícil a decomposição dos corpos ou quando hajam se tornado muito centrais.

Parágrafo único. Quando tiver de proceder a transladação de restos mortais de Cemitério antigo para um novo, os interessados terão direito de obter neste espaço de igual superfície a que dispunham no Cemitério dos quais se retiram.

Art. 303. Decorridos os prazos para exumação, as sepulturas poderão ser abertas para novos enterramentos, retirando-se as cruzes e os outros emblemas colocados sobre as mesmas.



- I. para esse fim a Administração do Cemitério fará publicar Editais de aviso aos interessados de que, no prazo de 30 (trinta) dias, serão as cruces e emblemas retirados e a ossada depositada no ossuário geral;
- II. as grades, cruces, emblemas, lápides e outros objetos retirados das sepulturas serão postos, por espaço de 60 (sessenta) dias à disposição dos interessados que poderão reclamá-los, findo o qual passarão a pertencer à Administração Municipal.

Art. 304. Nas sepulturas gratuitas os enterramentos serão feitos pelo prazo de 03 (três) anos para adultos e de 02 (dois) anos para menores, não se admitindo prorrogação do prazo.

Parágrafo único. Quando ocorrer avaria no túmulo, infiltração de água, necessidade de perícia fiscal ou policial para instruir inquéritos, ou em caso de interesse público comprovado, poderão ser alterados os prazos mínimos para exumação.

Art. 305. As concessões de perpetuidade já feitas para sepulturas destinadas a adultos e crianças em mausoléu simples ou geminados, observarão as seguintes condições:

- I. possibilidade de uso do Mausoléu para sepultamento de cônjuge e de parentes consangüíneos ou afins, somente podendo ser sepulturas outras pessoas mediante Autorização, por escrito, do concessionário e com o pagamento da taxa respectiva;
- II. obrigação de construir dentro de 03 (três) meses os baldrames convenientemente revestido e efetuar a cobertura da sepultura em alvenaria no prazo máximo de 01 (um) ano.

Parágrafo único. Ocorrerá a caducidade da Concessão, caso não seja observada a determinação do inciso II deste Artigo.

Art. 306. As construções funerárias só poderão ser executadas nos Cemitérios, depois de expedida a Licença para Execução de Obras ou Serviços de Engenharia, a qual será concedida mediante Requerimento do interessado, dirigido à Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transporte e Habitação e à Secretaria de Saúde, o qual acompanhará o respectivo projeto em 03 (três) vias.

§1º. Após a aprovação, uma das vias do projeto de construção será devolvida ao interessado devidamente aprovada pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transporte e Habitação com Anuência Prévia da Secretaria de Saúde.

§2º. A Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transporte e Habitação fiscalizará a execução dos projetos aprovados das construções funerárias.

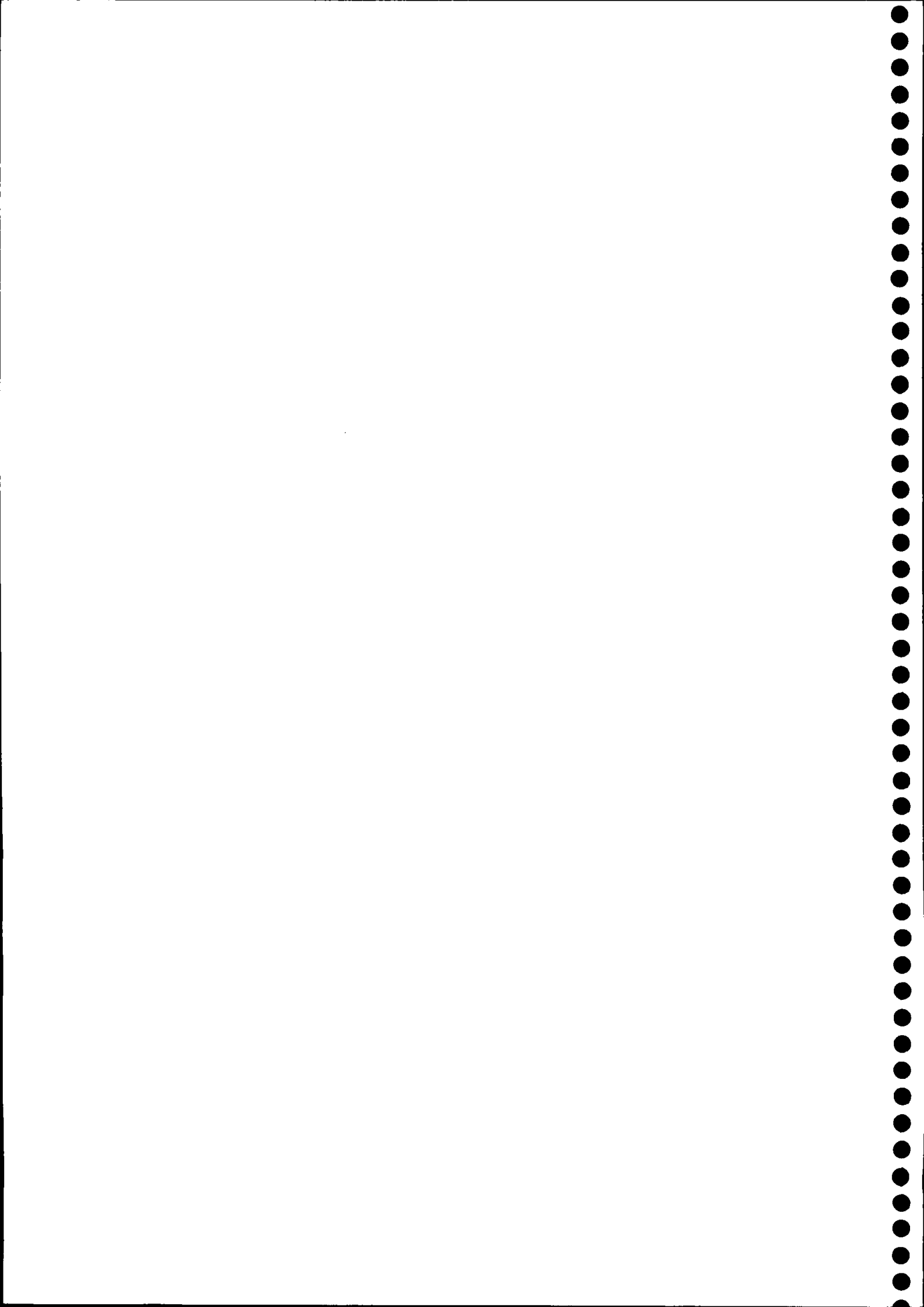
Art. 307. A Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transporte e Habitação, juntamente com a Administração do Cemitério e a Secretaria de Saúde, deixarão as obras de embelezamento e melhoramento das concessões, tanto quanto possível, ao gosto dos concessionários, porém, reserva-se o direito de rejeitar os projetos que julgar prejudiciais à boa aparência do Cemitério, à higiene e à segurança.

Art. 308. O serviço de conservação e limpeza dos jazigos só poderá ser executado por pessoas registradas na Administração do Cemitério.

§ 1º. A Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transporte e Habitação exigirá, sempre, que julgar necessário, que as construções sejam executadas por construtores legalmente habilitados.

§ 2º. É proibida, dentro dos Cemitérios, a preparação de pedras ou de outros materiais destinados à construção de jazigos ou mausoléus.

§ 3º. Restos de materiais provenientes de obras, ou de serviços de conservação e limpeza de túmulos, devem ser removidos imediatamente pelos responsáveis.



§ 4º. Os vasos ornamentais deverão ser feitos de modo a não conservarem água que possibilitem a proliferação de insetos.

Art. 309. O transporte de cadáveres para município fora daquele em que ocorreu o óbito, só poderá ser efetuado após o consentimento da Secretaria de Saúde do Município ou Estadual.

§ 1º. O transporte de cadáver só poderá ser feito em veículos especialmente destinados a este fim.

§ 2º. Os veículos deverão, no lugar em que pousar o caixão fúnebre, ter revestimento de placa metálica ou de outro material impermeável e serem lavados e desinfetados após o uso.

Art. 310. A Secretaria de Saúde do Município ou Estadual só poderá conceder a Autorização após verificar se o Atestado de Óbito está devidamente preenchido e satisfeitas as exigências legais.

Art. 311. Será proibido o uso de caixões metálicos ou de madeira revestida interna ou externamente com aquele material, exetutando-se os destinados:

- I. ao sepultamento de restos mortais embalsamados;
- II. ao sepultamento de restos mortais exumados;
- III. ao Depósito de cadáveres que não tenham de ser com eles enterrados, sendo obrigatória a desinfecção após o uso.

Art. 312. Outros materiais poderão ser utilizados na confecção de caixões, desde que autorizados pela Secretaria de Saúde do Município ou Estadual.

SUBSEÇÃO II

DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS

Art. 313. O Serviço Funerário Municipal consiste no fornecimento de:

- I. ataúde e transporte de cadáver podendo, opcionalmente, ocorrer o aluguel de capelas, altares, castiçais, demais paramentos;
- II. ônibus para acompanhamento do féretro;
- III. obtenção de Certidão de Óbito e coroas;
- IV. sepultamento de indigentes ;
- V. transporte de cadáveres humanos exumados.

§ 1º. Os serviços funerários serão prestados diretamente pela Secretaria de Saúde, ou por Permissão ou Concessão a terceiros.

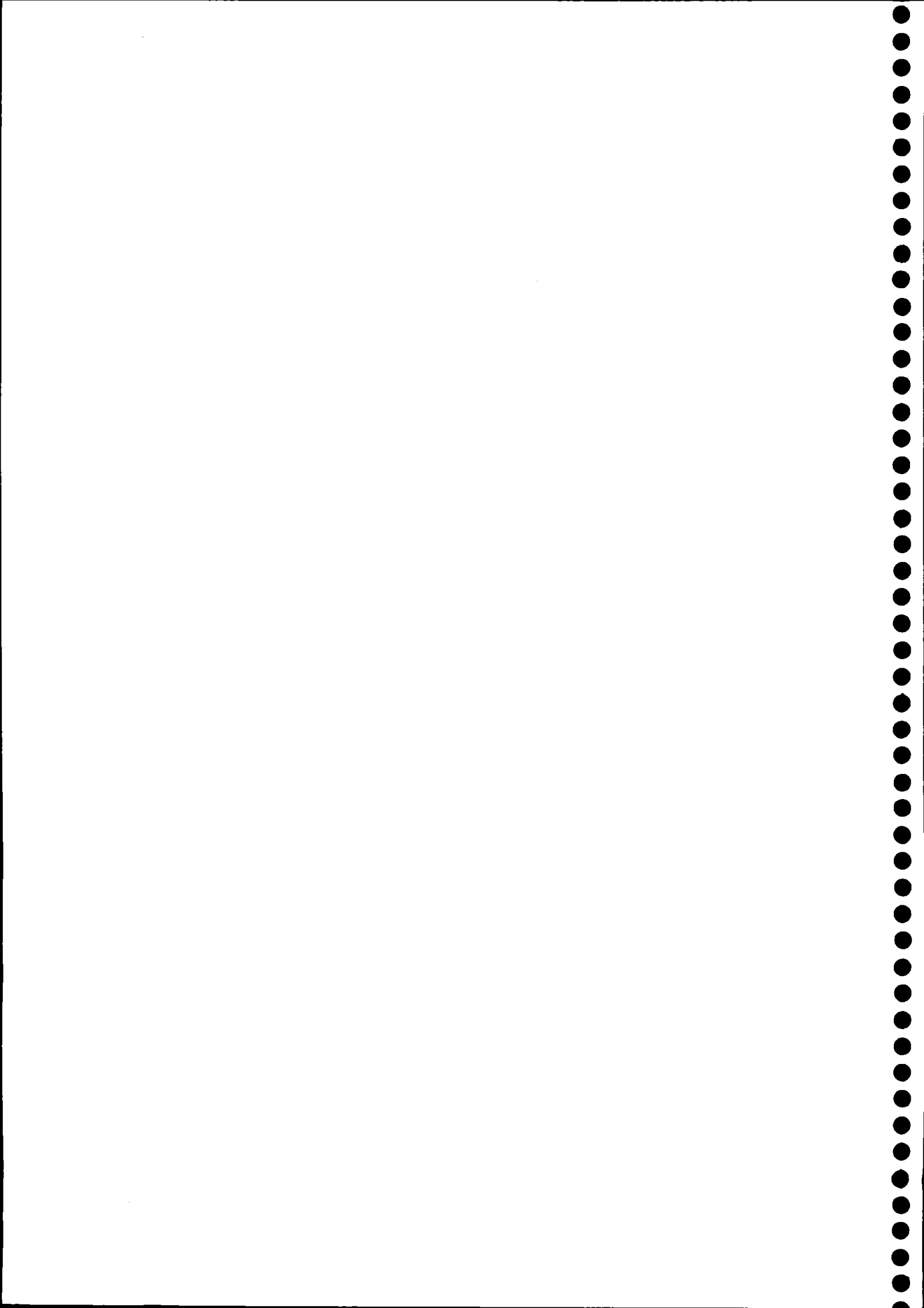
§ 2º. Em caso de Permissão ou Concessão, a Secretaria de Administração sancionará e publicará Edital para escolha da empresa para a prestação de serviços ou parte deles.

SUBSEÇÃO III

DAS CASAS FUNERÁRIAS

Art. 314. Só poderão ser concedidas as Licenças de Localização e de Funcionamento às casas funerárias nas seguintes condições:

- I. depois de Autorizadas pela Secretaria de Saúde;
- II. com a apresentação dos comprovantes de recolhimento das taxas respectivas;
- III. desde que obedeçam às determinações dos Códigos Sanitários do Município e do Estado, do Código de Obras e Instalações, da Lei de Uso e Ocupação do Solo e deste Código.



Parágrafo único. A Autorização é exigida para quaisquer filiais do estabelecimento, na mudança de endereço ou na formação de nova firma ou empresa.

Art. 315. As casas funerárias não poderão expor caixões nas vias e logradouros, sob pena de Multa, Apreensão e ressarcimento à Administração Municipal das despesas com a Apreensão, o recolhimento e o Depósito.

SUBSEÇÃO IV DOS NECROTÉRIOS

Art. 316. Só poderão ser concedidas as Licenças de Localização e de Funcionamento para a instalação de Necrotérios, nas seguintes condições:

- I. depois de Autorizadas pela Secretaria de Saúde do Município;
- II. com a apresentação dos comprovantes de recolhimento das taxas respectivas;
- III. desde que obedeçam às determinações dos Códigos Sanitários do Município e do Estado, do Código de Obras e Instalações, da Lei de Uso e Ocupação do Solo e deste Código;
- IV. construídos em prédios isolados distantes ao menos 20,00m (vinte metros) das edificações vizinhas;
- V. estarem situados no lote de maneira que o seu interior não seja devassado ou descortinado;
- VI. instalados em hospitais ou unidades de saúde com internamento.

Parágrafo único. A Autorização é exigida para quaisquer filiais dos estabelecimentos, na mudança de endereço, na formação de nova firma ou empresa.

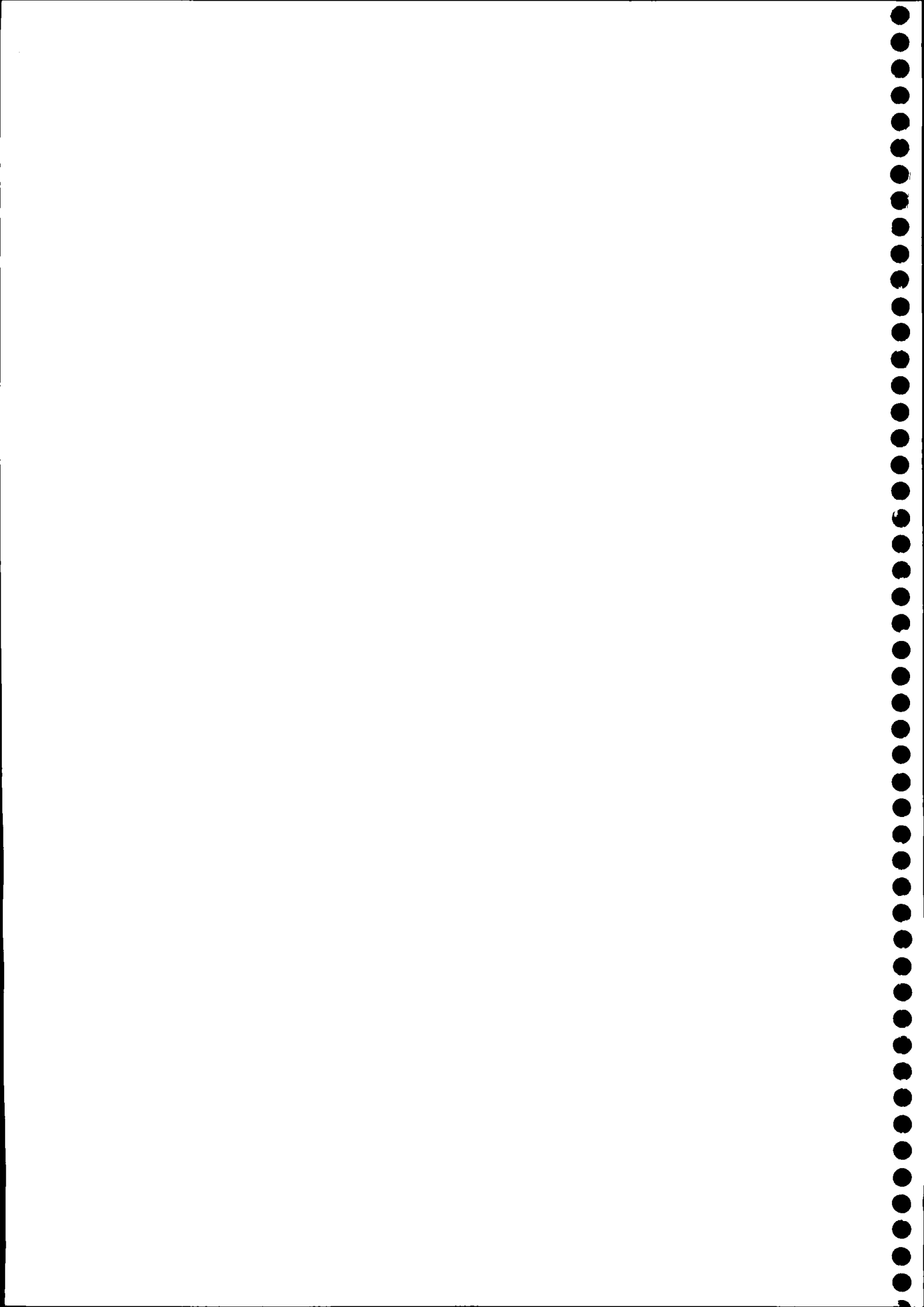
Art. 317. As mesas dos necrotérios deverão ser de aço inoxidável, mármore, vidro, ardósia ou material congênere e construídas de forma a facilitar o escoamento de líquidos que terão destino que atenda às determinações dos Códigos Sanitário e de Meio Ambiente Municipal e às determinações das legislações municipais e estaduais correlatas.

Parágrafo único. Em todo necrotério com mais de duas mesas de necropsia deverá existir uma câmara frigorífica.

SUBSEÇÃO V DAS CAPELAS

Art. 318. Só poderão ser concedidas as Licenças de Localização e de Funcionamento para a instalação de capelas mortuárias e/ou velórios nas seguintes condições:

- I. depois de Autorizadas pela Secretaria de Saúde Municipal ou Estadual;
- II. com a apresentação dos comprovantes de recolhimento das taxas respectivas;
- III. desde que obedeçam às determinações dos Códigos Sanitários do Município e/ou do Estado, do Código de Obras e Instalações, da Lei de Uso e Ocupação do Solo e deste Código;
- IV. construídos em prédios isolados distantes ao menos 20,00m (vinte metros) das edificações vizinhas;
- V. estarem situados no lote de maneira que o seu interior não seja devassado ou descortinado;
- VI. desde que instaladas em Cemitérios.



SEÇÃO VI
DOS LOCAIS DE CULTO

Art. 319. As igrejas, os templos e os locais de culto são locais tidos e havidos por sagrados por isso devem ser respeitados.

Parágrafo único. A instalação desses espaços deverá atender às determinações da Lei de Uso e Ocupação do Solo, a este Código e às legislações correlatas.

Art. 320. Nas igrejas, templos ou casas de culto, os locais franqueados ao público deverão ser conservados limpos, iluminados e arejados, de acordo com as determinações do Código de Obras e Instalações.

SEÇÃO VII
DAS PISCINAS PÚBLICAS

Art. 321. As piscinas de clubes desportivos e recreativos deverão atender às determinações do Código Sanitário Municipal e/ou Estadual e às legislações pertinentes federal, estadual e municipal.

Art. 322. O termo Piscina Pública abrange as estruturas destinadas a banhos de lazer e práticas de esportes aquáticos, ensino de natação e práticas fisioterápicas, desde que destinadas ao uso público, mesmo que construídas na Zona Rural do Município.

§ 1º. É competência da Secretaria de Saúde do Município a fiscalização, mensal ou sempre que necessário, da análise bacteriológica e físico-química das águas das Piscinas Públicas.

§ 2º. Toda Piscina Pública deverá ter um médico responsável.

§ 3º. Todo banhista deverá ser submetido semestralmente a um exame médico sob pena de ser impedido de usufruir da piscina.

§ 4º. Será vedada a utilização das Piscinas Públicas às pessoas com ferimentos, dermatoses ou doenças transmissíveis.

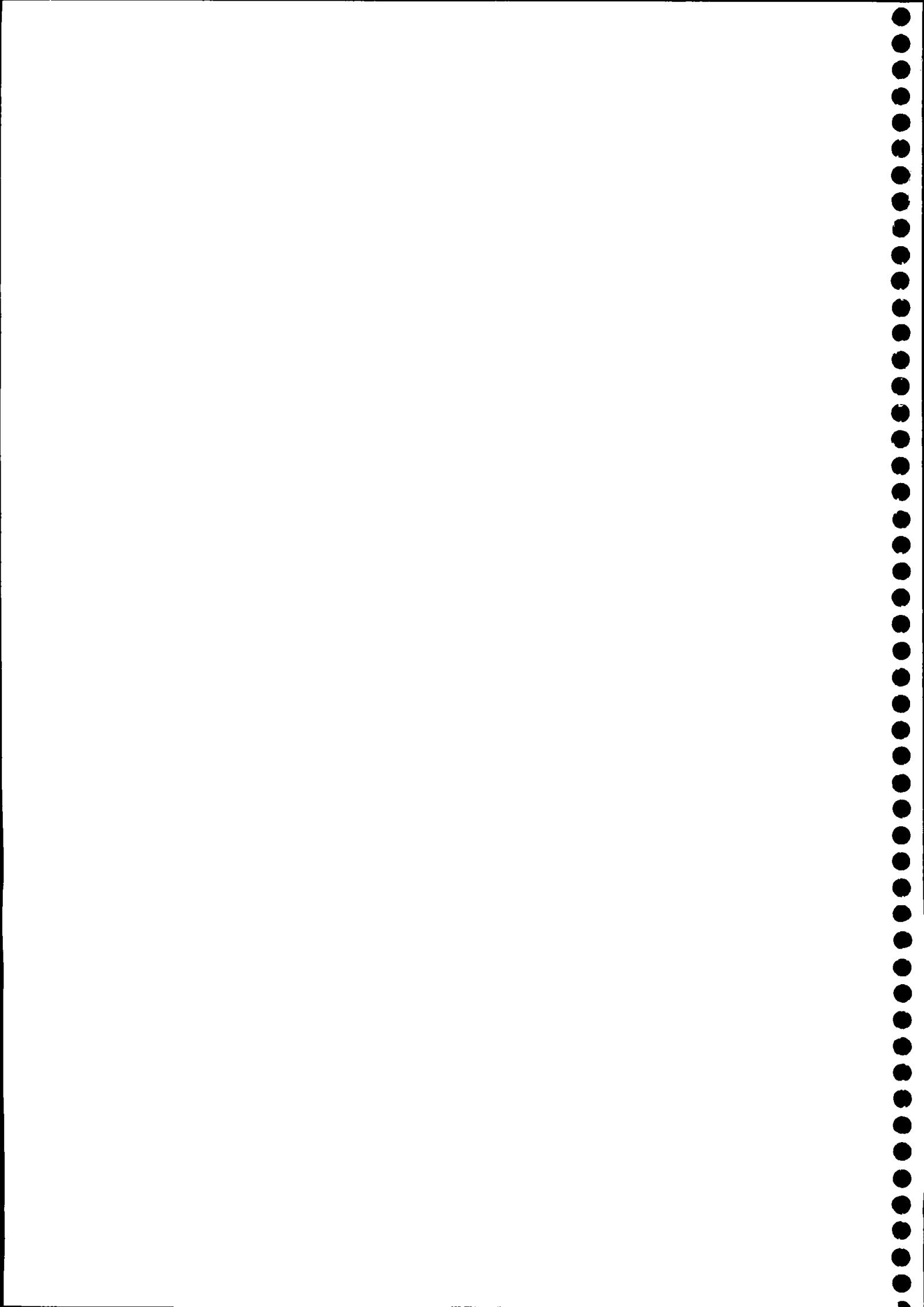
§ 5º. Nenhuma piscina poderá ser usada quando suas águas forem julgadas poluídas pela servidor designado pela Secretaria de Saúde do Município.

Art. 323. A instalação de Piscinas Públicas deverá ser precedida de projeto aprovado e licenciado pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação e observará às determinações dos Códigos Sanitário do Município e/ou do Estado, do Código de Obras e Instalações, do Código de Meio Ambiente e deste Código.

Parágrafo único. O operador das Piscinas Públicas deverá ser devidamente habilitado e será responsável pelas condições sanitárias das mesmas junto à Secretaria de Saúde do Município e deverá registrar diariamente as operações de tratamento e controle das águas.

Art. 324. As piscinas devem obedecer as seguintes determinações:

- I. os pontos de acesso devem ter tanque lava-pés contendo solução desinfetante ou fungicida para assegurar a esterilização dos pés dos banhistas;
- II. a limpeza da água deve ser tal que na maior profundidade possa ser visto o fundo da piscina com nitidez;
- III. o equipamento especial da piscina deverá assegurar a uniforme circulação, recirculação, filtração e a perfeita esterilização da água;
- IV. a esterilização da água das piscinas deverá ser feita por meio de cloro, seus compostos e similares;



- V. deverá ser mantido na água um excedente de cloro livre não inferior a 0,2 e nem superior 0,5 unidades por milhão, quando a piscina estiver em uso;
- VI. se o cloro e seus compostos forem usados com amônia, o teor de cloro na água não deverá ser inferior a 0,6 unidades por milhão, quando a piscina estiver em uso;
- VII. as águas das piscinas deverão ser limpas e cloradas, no mínimo, 01 (uma) vez por semana.

Art. 325. Não serão permitidos banhos ou a prática de esportes náuticos nos rios, córregos, barreiros e açudes do Município, exceto nos locais designados pela Secretaria de Saúde como próprios para esses fins.

§ 1º. Os praticantes dos esportes ou banhistas deverão trajar-se com roupas apropriadas.

§ 2º. O disposto no parágrafo anterior deverá ser observado nos clubes e nas Piscinas Públicas.

§ 3º. Não será fornecido ou renovado a Licença de Funcionamento de clubes sociais que não mantenham, permanentemente, em cada uma de suas piscinas, no mínimo, um salva-vidas habilitado com formação específica ou curso superior de Educação Física.

SEÇÃO VIII

DO CONTROLE DAS ÁGUAS E DO SISTEMA DE ELIMINAÇÃO DE RESÍDUOS

SUBSEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 326. Nenhum imóvel provido de instalações sanitárias, quer seja edifício e/ou habitação isolada, independentemente de seu uso, se localizado em logradouro que disponibilize redes de saneamento de água e esgotos, poderá ser habitado sem que esteja ligado a essas redes ou que disponha de sistema de eliminação de resíduos sólidos o qual deverá obedecer às determinações dos Códigos Sanitário Municipal, de Meio Ambiente Municipal e deste Código.

§ 1º. Devem ser observadas às determinações do Código de Obras e Instalações com relação ao número de instalações sanitárias mínimas, em cada imóvel, as quais deverão, sempre, ser impermeabilizadas.

§ 2º. Constitui obrigação do proprietário do imóvel, a ligação da instalação domiciliar à rede de saneamento, cabendo aos seus ocupantes zelar pela necessária conservação.

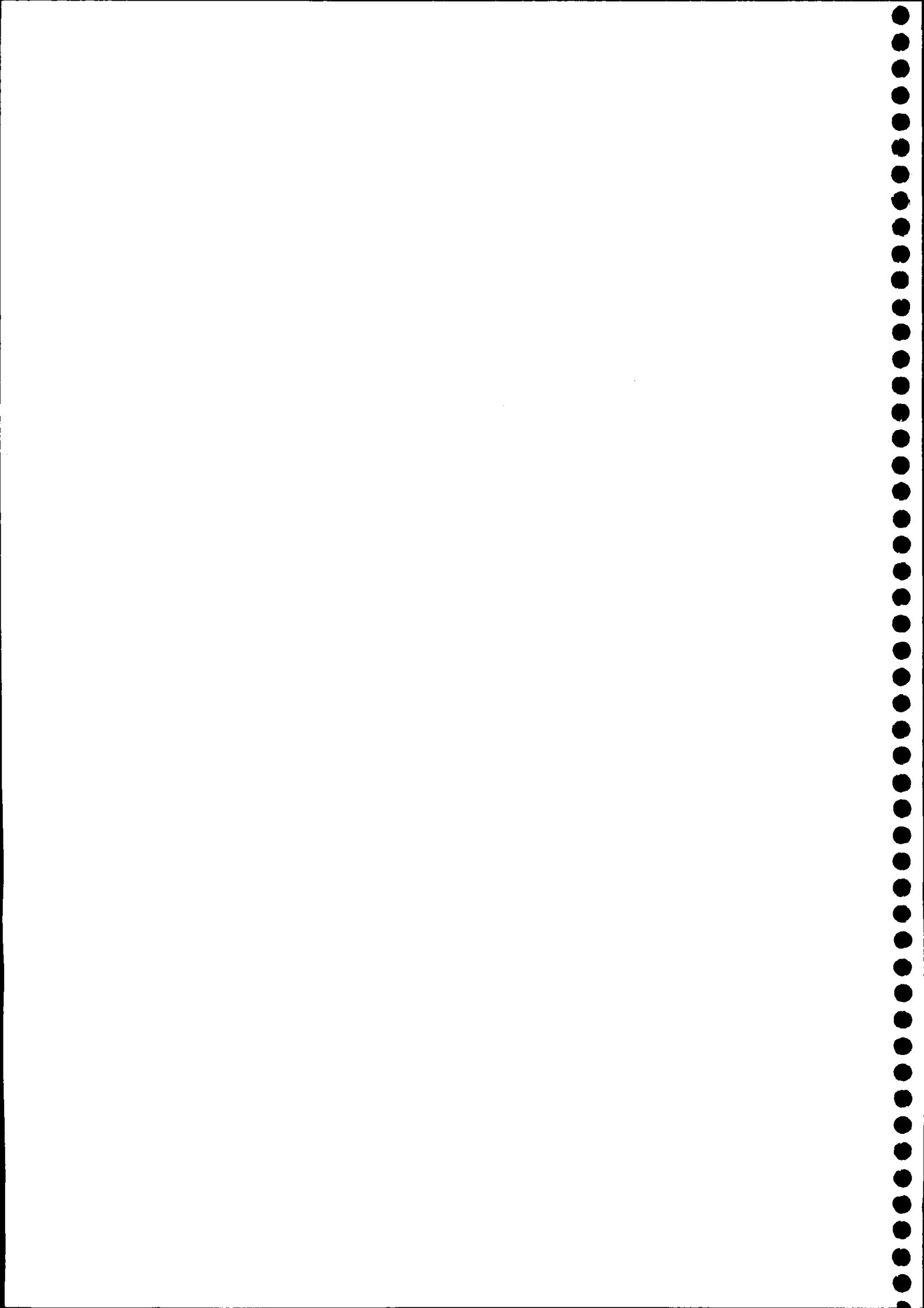
Art. 327. Os proprietários de imóveis que armazenem água para consumo humano deverão construir suas caixas d'água de forma que possibilitem a inspeção e limpeza periódicas.

Parágrafo único. Os reservatórios de água deverão obedecer aos seguintes requisitos:

- I. vedação total que evite o acesso de substâncias que possam contaminar a água;
- II. facilidade de sua inspeção;
- III. tampa removível.

Art. 328. Os imóveis situados em logradouros providos de rede de água poderão, a critério da Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação e Órgão Estadual competente, serem autorizados a se abastecer, de forma suplementar, por sistemas particulares de poços artesianos ou de captação de águas subterrâneas.

§ 1º. No caso de poços de qualquer tipo, utilizados para obtenção de água potável, quando não forem mais utilizados, deverão ser Interditados pelo setor responsável da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, a fim de não comprometerem os lençóis de água subterrâneos.



§2º. O proprietário que causar poluição dos lençóis de água subterrâneos, seja por mau uso do poço, ou utilização como fossa séptica, sofrerá as penas previstas neste Código, no Código Sanitário e no Código de Meio Ambiente Municipal.

§3º. Os poços artesianos não poderão ser localizados nas vias e logradouros.

Art. 329. É proibido sob quaisquer circunstâncias, por ser considerado Crime Ambiental:

- I. poluir as águas destinadas ao consumo humano;
- II. ligar os esgotos sanitários em redes de águas pluviais;
- III. lançar resíduos industriais *In natura* nos coletores de esgotos ou nos cursos d'água naturais;
- IV. lançar na rede de drenagem, águas servidas ou esgotos, sem que tenham passado por sistema de tratamento de efluentes domésticos, cujo projeto deverá ser aprovado pelas Secretarias de Infra-estrutura, Urbanismo, Transporte e Habitação e de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e atender às normas técnicas e à legislação correlata;
- V. colocar materiais e/ou entulhos na via pública próximos às bocas-de-lobo, de maneira a comprometer a captação de águas pluviais;
- VI. impedir, dificultar ou prejudicar o livre escoamento das águas pluviais e servidas pelos canos, tubos, valas, sarjetas ou canais, desviando ou obstruindo tais servidões.

§ 1º. Denunciada a Infração de que tratam os incisos do *caput* do Artigo, o Infrator será Notificado pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, apurando-se a sua responsabilidade.

§ 2º. O Infrator deverá tomar as providências necessárias para evitar a continuidade da contaminação, respondendo pelos danos causados, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

Art. 330. A Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos poderá exigir do proprietário do terreno edificado, ou não, a construção de sarjeta ou drenos, para desvio das águas pluviais ou de infiltrações que causem prejuízos ou dano ao logradouro público.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no *caput* do Artigo aos proprietários de terrenos limheiros a logradouros públicos que disponham de rede para captação de águas pluviais.

SUBSEÇÃO II DAS ÁGUAS CORRENTES

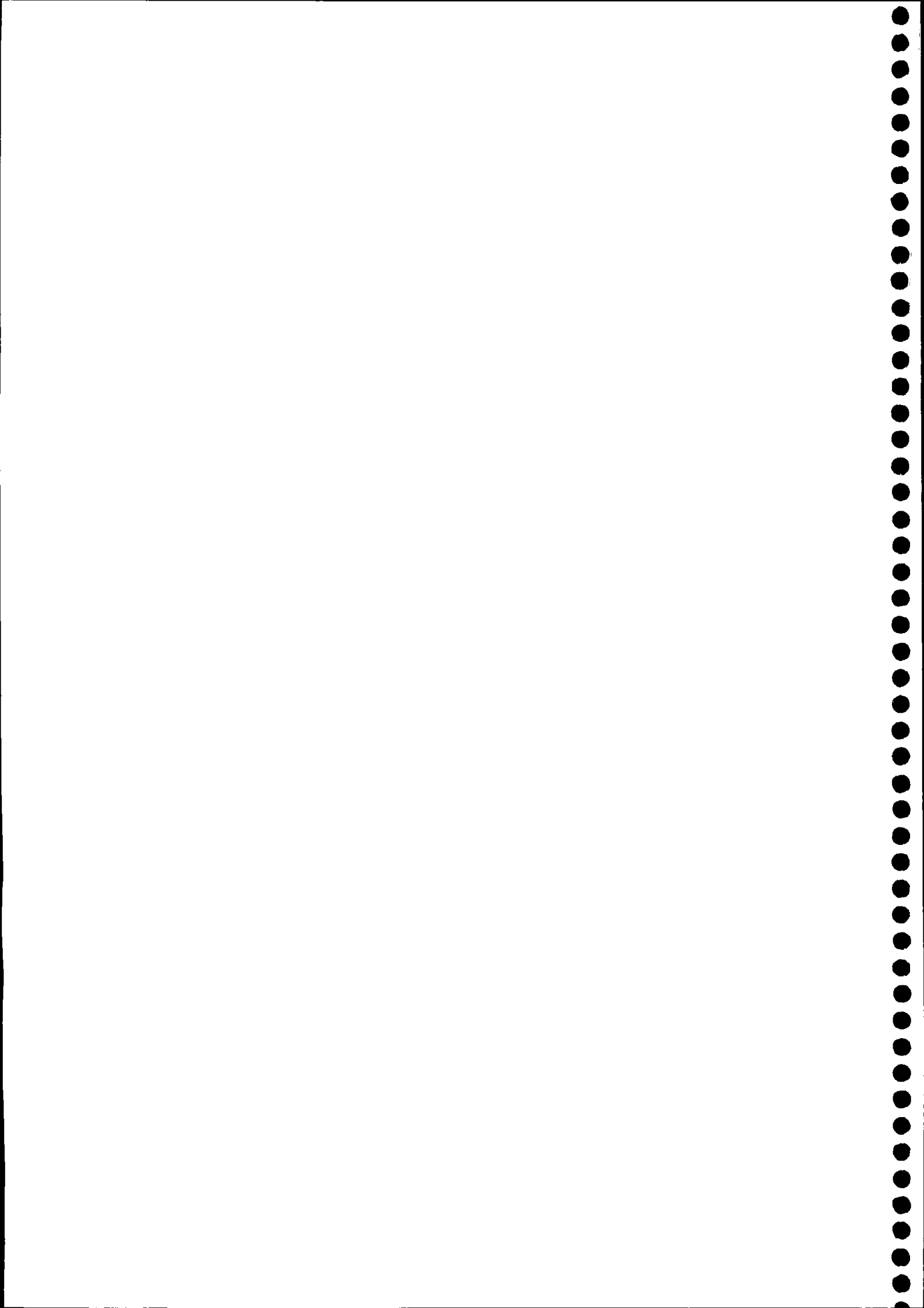
Art. 331. As águas correntes nascidas nos limites de um terreno e que correm por ele, poderão ser reguladas e retificadas dentro dos seus limites, mas nunca poderão ser desviadas de seu escoamento natural, represadas ou obstruídas em prejuízo dos terrenos vizinhos, das vias e dos logradouros, respeitadas as limitações impostas pelas legislações federal, estadual, pelos Códigos Florestal, das Águas, Sanitário Municipal, de Meio Ambiente Municipal.

Parágrafo único. Estas disposições se aplicam também às águas correntes nascidas nos limites de um terreno situado na Zona Rural do Município.

Art. 332. Os proprietários, possuidores ou usuários a qualquer título dos imóveis localizados ao longo do curso das águas correntes, valas e valetas existentes, são responsáveis pela desobstrução e pela limpeza das margens de seus terrenos.

Parágrafo único. Os resíduos oriundos da desobstrução e limpeza definida no *caput* deste Artigo deverão ser coletados pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos sem ônus para o proprietário, possuidor ou usuário a qualquer título.

Art. 333. É proibido sob quaisquer circunstâncias, sob pena de ser enquadrado como crime ambiental:



- I. lançar dejetos e/ou detritos, lavar animais e veículos em quaisquer correntes de água, canal, poço, lago e chafariz;
- II. desviar o leito natural das águas correntes, bem como obstruir de qualquer forma o seu curso, excetuando-se apenas as obras realizadas pelas Secretarias de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação;
- III. obstruir de qualquer forma o curso das águas correntes;
- IV. a poluição, sob quaisquer formas, de fontes de água, córregos, riachos e rios pelo esgotamento sanitário do imóvel, portanto, as privadas, estábulos, cocheiras, estrebarias, chiqueiros, pocilgas, galinheiros, currais e assemelhados e também as estrumeiras e os depósitos de lixo, deverão estar situados em terreno de nível inferior ao das habitações e a não menos de 50,00m (cinquenta metros) dos cursos de água;
- V. fazer barragens, desde que com prévia Licença para exploração de Recursos Minerais da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e do órgão federal e estadual competente;
- VI. comprometer a pureza das águas destinadas ao consumo público ou particular.

Parágrafo único. No caso de obstrução de galeria de águas pluviais, ocasionando por obra particular de qualquer natureza, a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos providenciará a limpeza da referida galeria, correndo toda a despesa por conta do proprietário do imóvel, obedecido ao disposto neste Código.

SEÇÃO IX

DA HIGIENE DOS IMÓVEIS NÃO EDIFICADOS

Art. 334. Os proprietários e possuidores a qualquer título de imóveis não edificadas, inclusive os localizados às margens das vias públicas, localizados na Zona Urbana, deverão mantê-los limpos e livres de quaisquer materiais e substâncias nocivas à saúde da coletividade, sob pena de Notificação pela Secretaria de Saúde do Município.

Parágrafo único. Os terrenos deverão ser preparados para permitir o fácil escoamento das águas pluviais e os alagadiços deverão ser drenados, evitando que possam desenvolver-se larvas de insetos.

Art. 335. A Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação providenciará tubulações subterrâneas para escoamento das águas pluviais provenientes das vias e logradouros.

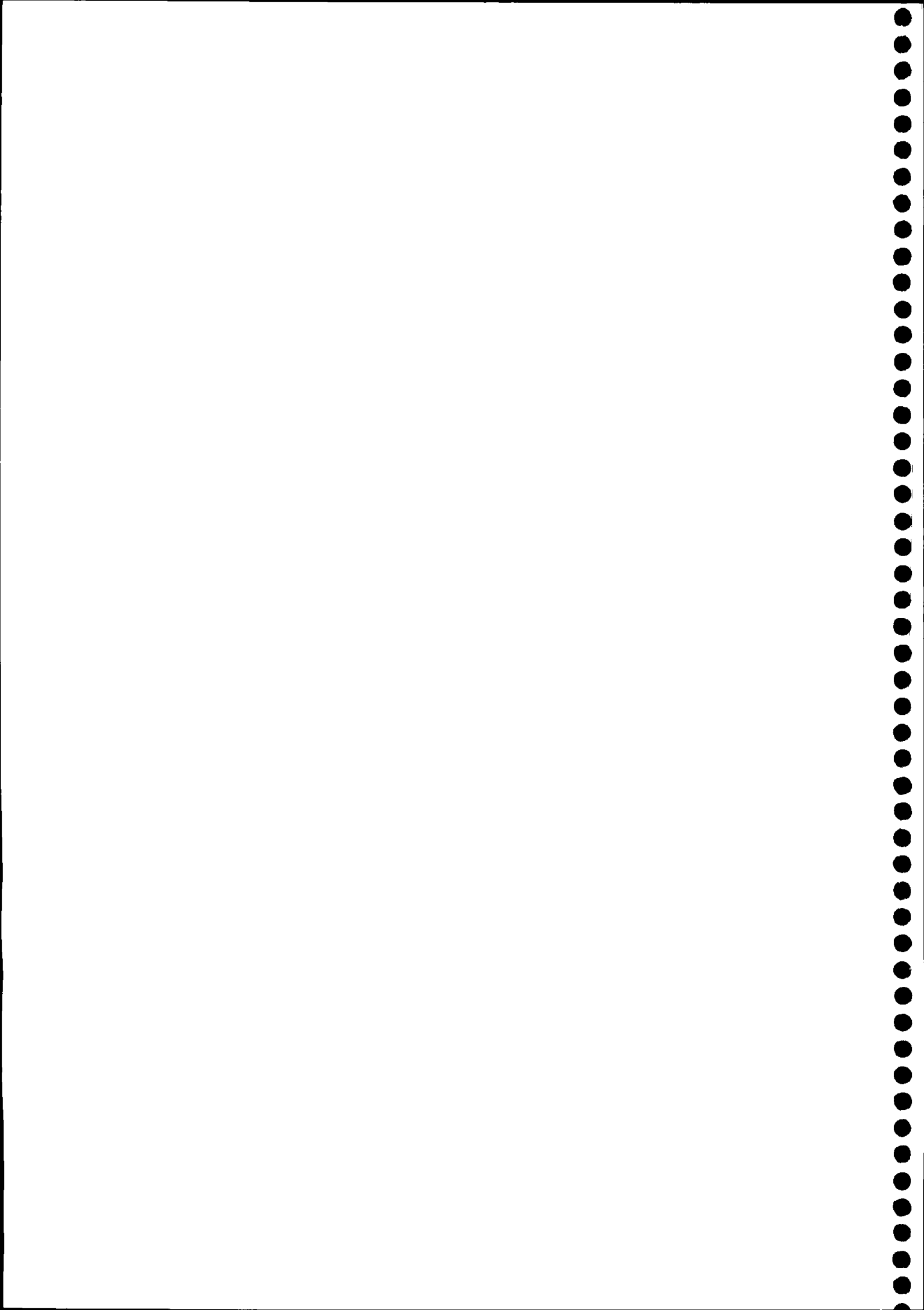
Art. 336. É proibido sob quaisquer circunstâncias, sob pena de enquadrar-se como crime ambiental:

- I. depositar, despejar ou descarregar resíduos sólidos (lixo) de qualquer natureza, entulhos, animais mortos mesmo que o terreno esteja murado;
- II. manter abertos fossas e poços ou depressões, que possam oferecer perigo à integridade física das pessoas ou que possam armazenar água, mantendo-a estagnada;
- III. queimar lixo, ou outro material, que acarrete poluição.

§ 1º. Será Notificado o proprietário do imóvel não murado, que esteja sendo utilizado como Depósito de resíduos sólidos (lixo) de qualquer natureza, para que o mesmo seja murado no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias da data da Notificação.

§ 2º. Será Notificado com prazo para o fechamento de até 180 (cento e oitenta) dias, o proprietário do imóvel no qual foi instalado Depósito de Resíduos Sólidos (lixo) de qualquer natureza, para reciclagem, sem que a Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação tenha expedido a respectiva Licença de Localização e de Funcionamento.

§ 3º. Os resíduos sólidos (lixo) depositados em imóveis não murados serão removidos pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação, sem prejuízo do ressarcimento, pelo proprietário ou possuidor a qualquer título, das despesas com a coleta e destinação final do lixo removido.



SUBSEÇÃO I
DOS FERROS VELHOS

Art. 337. Somente será permitida a instalação de estabelecimentos comerciais destinados a Depósitos, compra e venda de ferros-velhos, ou outros materiais a serem reutilizados, se forem cercados por muros de alvenaria ou concreto, de altura não inferior a 2,00m (dois metros), devendo as peças estar devidamente organizadas, a fim de que não se prolifere a ação de insetos e roedores.

Parágrafo único. É vedado aos Depósitos mencionados neste Artigo:

- I. expor materiais nos passeios, bem como afixá-los externamente nos muros e paredes, essas quando construídas no alinhamento predial;
- II. permitir a permanência de veículos destinados ao comércio de ferro-velho nas vias e logradouros.

Art. 338. A localização de ferros-velhos deve obedecer às determinações da Lei de Uso e Ocupação do Solo e demais legislações urbanísticas correlatas.

SUBSEÇÃO II
DOS IMÓVEIS LOCALIZADOS NA ZONA RURAL

Art. 339. Os proprietários dos imóveis localizados na Zona Rural do Município deverão observar às determinações dos Códigos Sanitários do Município e do Estado, do Código de Obras e Instalações, do Código de Meio Ambiente e deste Código.

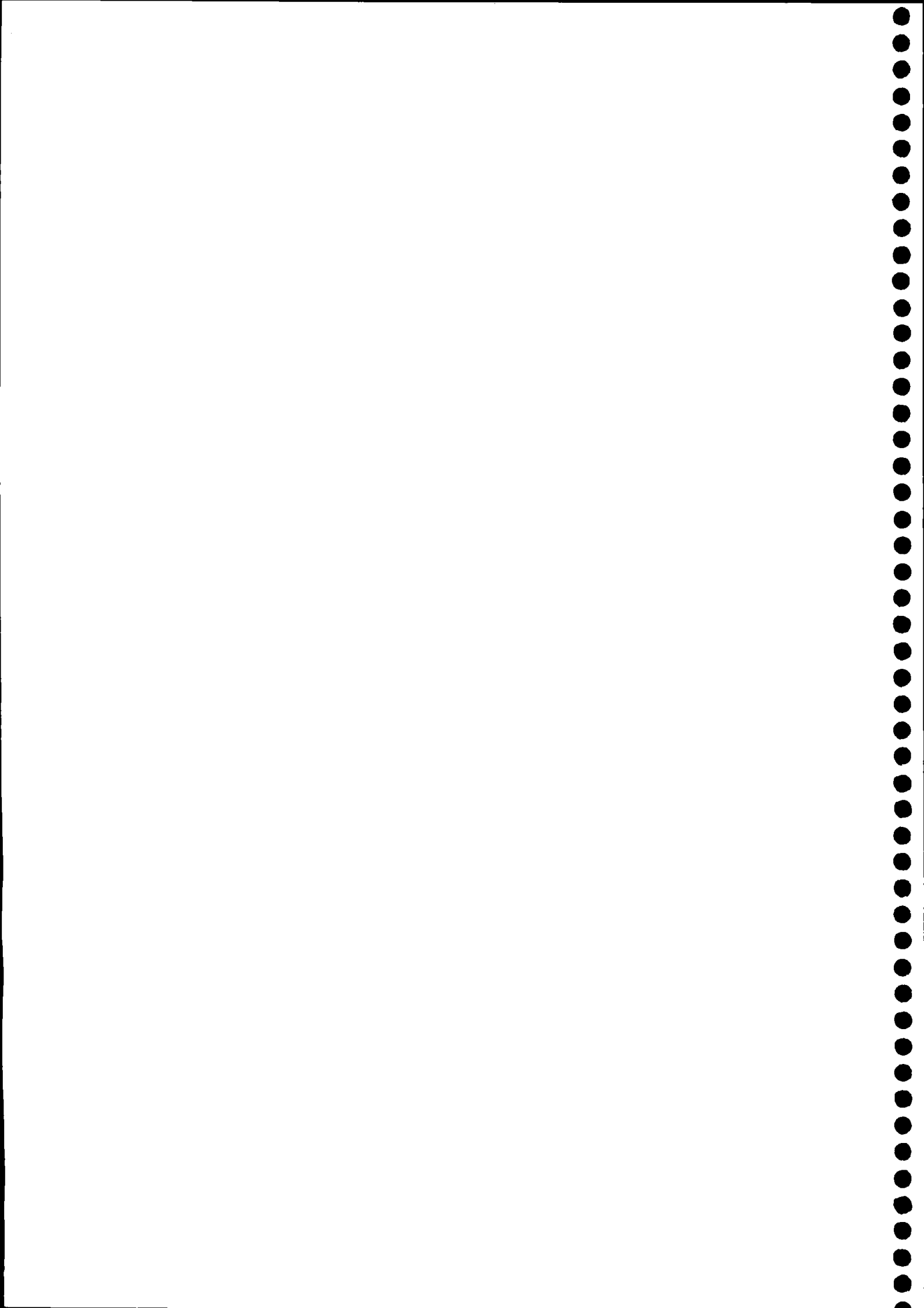
§ 1º. O lixo e demais resíduos sólidos e/ou detritos, que por sua natureza possam prejudicar a saúde das pessoas e o Meio-Ambiente, devem ser enterrados em local apropriado.

§ 2º. Será considerado crime contra o Meio-Ambiente a poluição, sob quaisquer formas, de fontes de água, córregos, riachos e rios pelo esgotamento sanitário do imóvel, portanto, as privadas, estábulos, cocheiras, estrebarias, chiqueiros, pocilgas, galinheiros, currais e assemelhados e também as estrumeiras e os depósitos de lixo, deverão estar situados em terreno de nível inferior ao das habitações e a não menos de 50,00m (cinquenta metros) dos cursos de água.

Art. 340. As atividades agrícolas e industriais, quer de fabricação ou beneficiamento, deverão respeitar, no que couber, entre outras, as normas ambientais de macro drenagem, de saúde pública, trAtO de animais, sossego e higiene da propriedade.

Art. 341. As cocheiras, estábulos e pocilgas existentes na Zona Rural do Município deverão, além da observância de outras disposições deste Código, que lhes forem aplicáveis, obedecer ao seguinte:

- I. possuir sarjetas de revestimento impermeável para águas residuais e sarjetas de contorno para as águas das chuvas;
- II. possuir Depósito para estrume, à prova de insetos e compatível com sua produção, devendo a mesma ser removida sempre que se fizer necessário;
- III. possuir Depósito para forragens, isolado da parte destinada aos animais e devidamente vedado aos ratos;
- IV. manter completa separação entre os possíveis compartimentos para empregados e a parte destinada aos animais;
- V. obedecer a um recuo de pelo menos 35,00m (trinta e cinco metros) dos limites do terreno;
- VI. dispor o Depósito de estrume à jusante dos ventos predominantes, com relação às edificações mais próximas.



Art. 342. Qualquer imóvel poderá efetuar seu abastecimento por meio de poços artesianos, desde que autorizados pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e desde que obedecem às determinações dos Códigos Sanitários do Município e do Estado, do Código de Obras e Instalações, do Código de Meio Ambiente e deste Código.

Art. 343. Os terrenos rurais, salvo acordo expresso entre os proprietários, serão fechados com:

- I. cercas de arame, com 3 (três) fios no mínimo, e 1,40m (um metro e quarenta centímetros) de altura;
- II. telas de fios metálicos com altura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros);
- III. cercas vivas de espécies vegetais, adequadas, resistentes e sem espinhos.

Parágrafo único. Correrão por conta exclusiva dos proprietários ou possuidores a construção e conservação das cercas e muros de suas propriedades.

SEÇÃO X

DO MERCADO PÚBLICO, DAS FEIRAS LIVRES, DE COMIDAS TÍPICAS, DE ARTESANATO E SIMILARES

Art. 344. O Mercado Público, as feiras livres, de comidas típicas, de artesanato e similares destinam-se à venda, exclusivamente a varejo, de artigos de primeira necessidade por preços acessíveis, evitando-se, quando possível, os intermediários.

§ 1º. As feiras livres serão organizadas, orientadas e fiscalizadas pela Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Abastecimento, observando-se as legislações específicas do Estado e da União, o Código Sanitário do Município e este Código.

§ 2º. As taxas relativas ao funcionamento das feiras, quaisquer que sejam, e do Mercado Público serão recolhidas pela Secretaria de Economia e Finanças.

Art. 345. As feiras livres funcionarão nos dias, horários, locais e logradouros públicos designados pela Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Abastecimento.

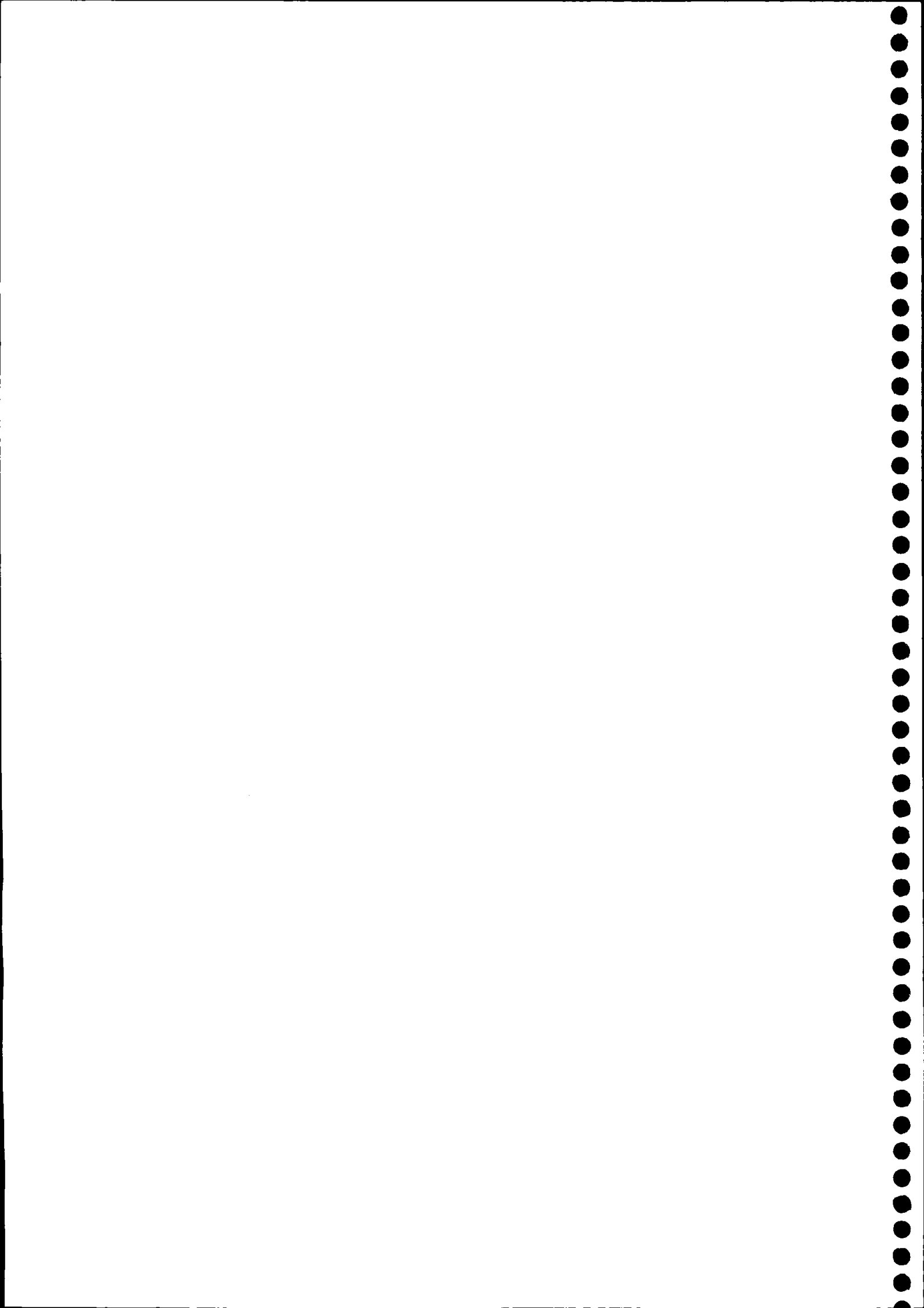
Art. 346. O agrupamento de barracas, mesas, tabuleiros, balcões ou pequenos veículos nas feiras livres se dará, tanto quanto possível, por classes similares de mercadorias.

Art. 347. São obrigações comuns a todos os que exercerem atividades nas feiras livres:

- I. ocupar especificamente o local e área delimitada para o seu comércio;
- II. manter a higiene no seu local de comércio e colaborar para a limpeza da feira e das imediações;
- III. somente colocar à venda gêneros em perfeitas condições para o consumo;
- IV. observar na utilização das balanças e na aferição de pesos e medidas, o que determinarem as normas pertinentes;
- V. observar rigorosamente o horário de início e término da feira livre.

Art. 348. As feiras livres, de comidas típicas, de artesanato e similares instaladas em logradouros públicos, somente poderão funcionar após:

- I. a Vistoria e Concessão do respectivo Alvará Sanitário emitido pela Secretaria de Saúde do Município para o caso da venda de alimentos e bebidas em geral;
- II. o registro do Requerente e da atividade na Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Abastecimento;
- III. o cadastro e a Concessão da Licença para Ocupação de Áreas em bens móveis ou imóveis, a título precário, nas Vias, Terrenos e Logradouros Públicos emitida pela Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Abastecimento;
- IV. o recolhimento das taxas respectivas através da Secretaria de Economia e Finanças.



§ 1º. Os feirantes são obrigados a manter varridas e limpas, as áreas onde estão localizadas suas bancas, barracas, carros, quiosques e outras instalações.

§ 2º. Para efeito de fiscalização a Licença para Ocupação de Áreas em Vias, Terrenos e Logradouros Públicos e o Alvará Sanitário deverão estar expostos ao público.

Art. 349. Os feirantes deverão manter em suas bancas, toldos, barracas, quiosques, carros e outras instalações, recipientes adequados para o recolhimento de resíduos sólidos e do lixo de menor volume, acondicionando-os, adequadamente, para fins de coleta e transporte pela Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Abastecimento.

Art. 350. É proibido sob quaisquer circunstâncias:

- I. utilizar, durante a feira, bancas e/ou barracas em desacordo com os padrões fixados pela Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Abastecimento;
- II. utilizar bancas e/ou barracas que não tenham cobertura contra os raios solares para proteção dos gêneros alimentícios;
- III. comercializar carnes, pescados entre outros, bem como produtos de laticínios, passíveis de refrigeração sem que os mesmos estejam protegidos contra o sol, a poeira e as moscas;
- IV. comercializar carne que tenha sido abatida em matadouros não licenciados pela Secretaria de Saúde do Município;
- V. embalar ou transportar carnes, pescados entre outros, com jornais, lona, saco para lixo e similares.

SEÇÃO XI

DOS PESOS E MEDIDAS

Art. 351. As transações comerciais e as operações de prestação de serviços em que se utilizem medidas ou que façam referência a resultados de medidas de qualquer natureza, deverão obedecer ao que dispõe a legislação do Sistema Métrico Decimal.

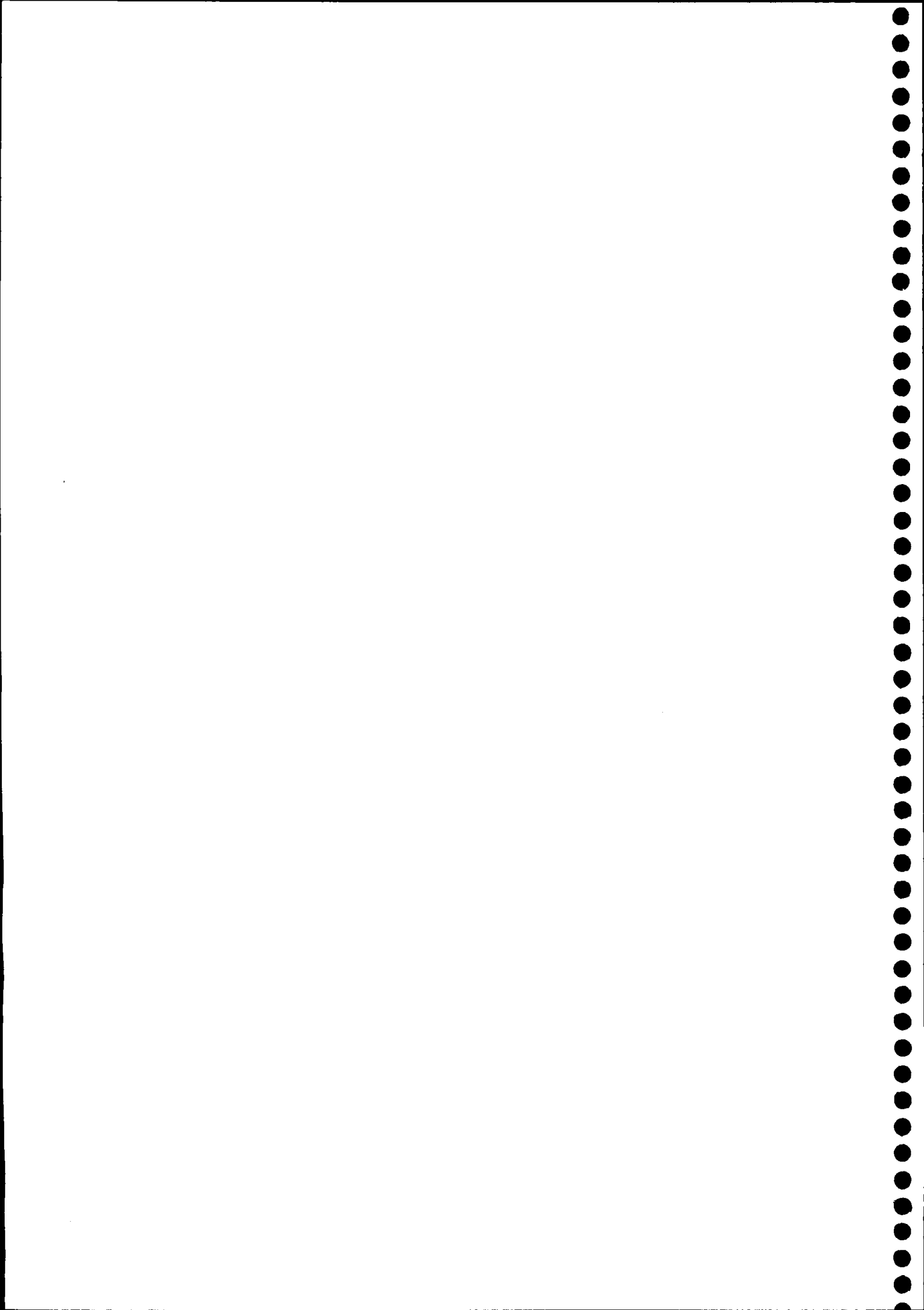
Art. 352. A Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Abastecimento poderá, a qualquer tempo, ao menos anualmente, proceder ao exame e a verificação dos aparelhos e instrumentos de pesos e medidas utilizados por pessoas e/ou estabelecimentos, principalmente os localizados nos:

- I. mercados e açougues públicos;
- II. feiras livres ou similares.

Art. 353. As pessoas e os estabelecimentos estão obrigados, antes do início de suas atividades, a submeterem à aferição, os aparelhos e/ou instrumentos de pesos e medidas a serem utilizados em suas transações comerciais sob pena de:

- I. Multa;
- II. apreensão dos aparelhos e/ou instrumentos;
- III. remoção;
- IV. cancelamento da Licença.

Art. 354. Os estabelecimentos de produção, comércio, indústria ou de prestação de serviços e todos aqueles que, através do comércio ambulante, façam vendas de mercadorias ao público, serão obrigados a submeter à aferição os aparelhos ou instrumentos de medição por ele utilizados.



SEÇÃO XII

DA INSTALAÇÃO E LIMPEZA DAS FOSSAS SÉPTICAS

Art. 355. É obrigatória a instalação e uso de fossas sépticas, sumidouros e vias de infiltração nos imóveis localizados em logradouros onde não houver rede de esgoto sanitário, sendo sua construção e manutenção da responsabilidade dos respectivos proprietários.

Parágrafo único. Estas disposições se aplicam também aos imóveis situados na Zona Rural do Município.

Art. 356. As fossas sépticas ligadas a sumidouros instaladas nas edificações situadas nos logradouros que não disponham de redes de esgoto devem atender às seguintes condições:

- I. localizar-se em terrenos que permitam evitar o perigo de contaminação das águas do subsolo como fontes, poços e das águas de superfície, como rios, riachos, córregos, lagoas, sarjetas, valas, canaletas e fontes;
- II. situar-se em relevo não superior aos dos poços de captação, e deles distarem pelo menos 30,00m (trinta metros), mesmo que localizadas em imóveis distintos;
- III. deverão ser construídas em local seco, bem drenado e acima das águas que escorram na superfície;
- IV. oferecerem segurança e estarem protegidas contra proliferação de insetos;
- V. terem medidas e vedação adequadas de acordo com o Código de Obras e Instalações.

Art. 357. Os resíduos coletados das fossas e dos sanitários dos veículos de transporte rodoviário deverão ser transportados em veículos adequados e lançados em locais previamente determinados pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, de acordo com as normas do órgão estadual competente.

Art. 358. O projeto da fossa séptica e do sumidouro deverá ser aprovado pela Administração Municipal de acordo com o Código de Obras e Instalações do Município e o Código de Meio Ambiente Municipal.

Parágrafo único. É proibido, sob quaisquer circunstâncias, construir fossas e sumidouros nas vias e logradouros públicos.

Art. 359. Nenhum imóvel situado na Zona Urbana, dotado de rede de água e esgotos, poderá ser habitado sem que disponha dessas utilidades.

Parágrafo único. Os imóveis residenciais terão abastecimento d'água e instalações sanitárias em número proporcional ao de seus moradores de acordo com o Código de Obras e Instalações.

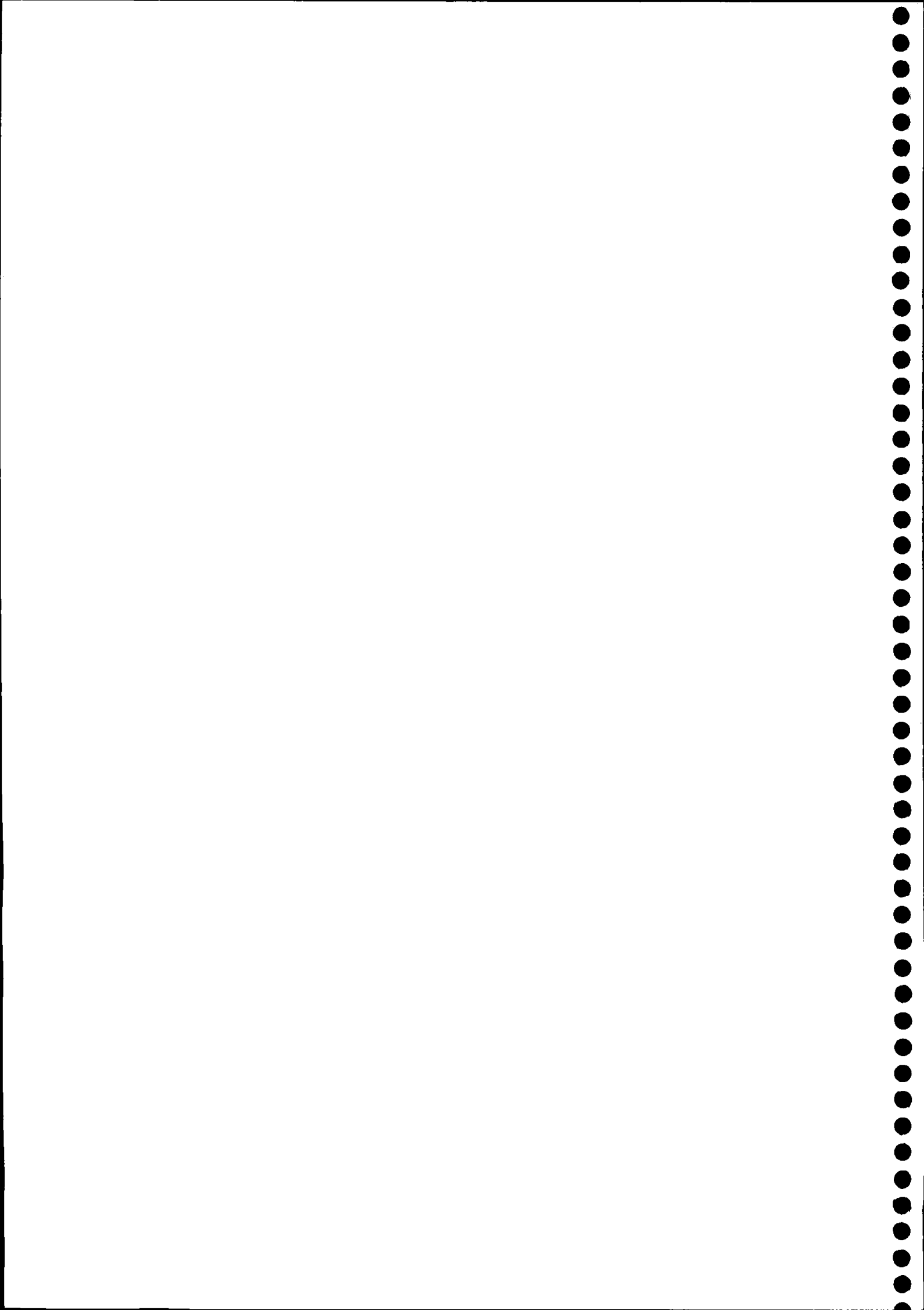
SEÇÃO XIII

DO ACONDICIONAMENTO, REMOÇÃO, CONTROLE, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DO LIXO

SUBSEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 360. A Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos realizará estudos para o processamento e aproveitamento de lixo orgânico e inorgânico, por meios economicamente viáveis, bem como para a destinação final dos mesmos que deverá estar situada, preferencialmente em Zona Rural.



Art. 361. Não é permitida a existência de terrenos cobertos ou servindo de Depósito de lixo, dentro da Zona Urbana do Município, ou nos limites urbanos das vilas e povoados.

§ 1º. Aos proprietários de terrenos, nas condições previstas no *caput* do Artigo, será concedido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da Notificação para que procedam à sua limpeza, quando for o caso, à Remoção de lixo neles depositado e para cercá-lo.

§ 2º. Expirado o prazo de que trata o parágrafo anterior, a Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação poderá executar os serviços de limpeza e Remoção do lixo, ressarcindo-se junto aos proprietários pelas despesas realizadas.

Art. 362. A área escolhida para destinação final deverá observar as seguintes restrições:

- I. estar situada no sentido contrário ao vento com relação à Zona Urbana;
- II. distar ao menos 5,00km (cinco quilômetros) de quaisquer águas de superfície ou subterrâneas;
- III. distar ao menos 5,00km (cinco quilômetros) de qualquer habitação / edificação;
- IV. estar limitada por um cinturão verde de plantas nativas da região com largura mínima de 10,00m (dez metros).

Art. 363. São considerados lixo, os resíduos sólidos gerados em:

- I. residências;
- II. estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços;
- III. feiras livres, de comidas típicas, de artesanato e similares;
- IV. terminais rodoviários;
- V. hospitais em geral;
- VI. consultórios médicos e odontológicos;
- VII. laboratórios em geral;
- VIII. farmácias e drogarias;
- IX. postos de vacinação e curativos;
- X. postos de saúde em geral;
- XI. clínicas médicas em geral;
- XII. estabelecimentos de educação e desporto em geral.

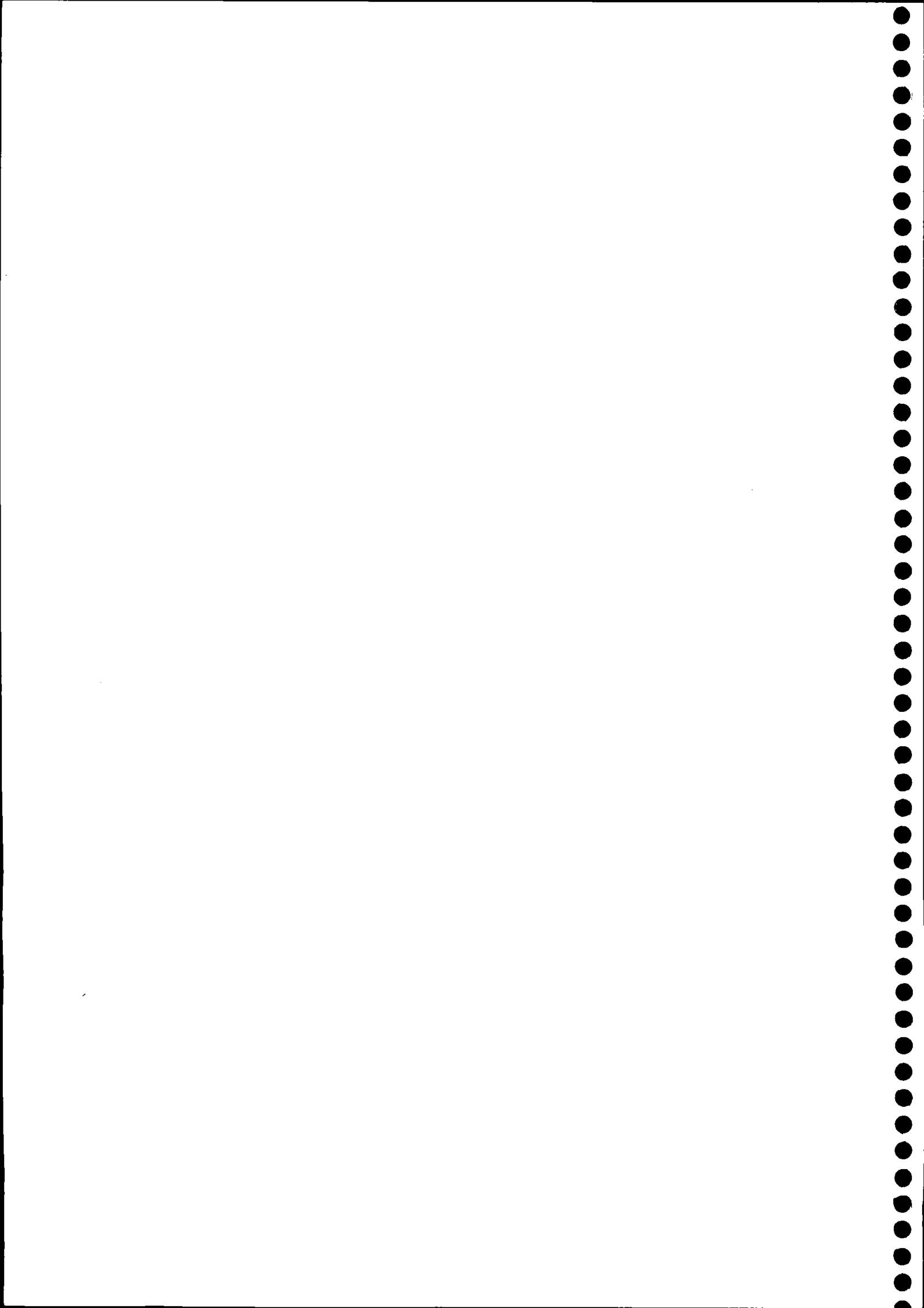
Art. 364. Compete à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos com relação ao lixo urbano:

- I. estabelecer normas suplementares às legislações federal e estadual específicas;
- II. remover/coletar;
- III. transportar;
- IV. dispor sobre a destinação final;
- V. fiscalizar os serviços executados por terceiros.

Parágrafo único. Não serão de competência da Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação as atividades determinadas nos Incisos II e III do *caput* do Artigo quando relativas ao à coleta do Lixo Especial de acordo com as determinações deste Código.

Art. 365. O lixo deverá ser acondicionado em vasilhames, ou latões apropriados, ou sacos plásticos adequados, sem frestas, guarnecidos com tampas ou em sacos plásticos, ou através de outro processo previamente aprovado pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação, sempre vedado, e com capacidade para 100 (cem) litros com cuidados necessários para que não venha a ser espalhado nas vias e logradouros públicos.

Parágrafo único. Os resíduos constituídos por materiais perfuro-cortantes deverão ser acondicionados de maneira a não por em risco a segurança dos coletores.



Art. 366. Nas edificações residenciais coletivas com mais de 02 (dois) pavimentos deverá existir Depósito coletor geral para acondicionamento do lixo no pavimento térreo, situado em local de fácil acesso de acordo com o Código de Obras e Instalações.

Parágrafo único. É proibida a instalação de dutos para a coleta de lixo, individuais ou coletivos.

Art. 367. Nas edificações unifamiliares, o lixo só será colocado no logradouro em horário pré-determinado pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação para a sua coleta, sob pena de Multa.

Art. 368. O lixo gerado na área e no entorno, de eventos coletivos, tais como: feiras, circos, rodeios, shows ou similares será de responsabilidade dos promotores, desde a coleta até a destinação final, sob pena de Multa.

Parágrafo único. O lixo resultante de atividades residenciais, comerciais e de prestação de serviços será removido pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação através do serviço de coleta e lhe dará destinação final adequada e legalmente prevista.

Art. 369. É proibido lançar nas vias públicas, nos terrenos sem edificações, nas várzeas dos rios:

- I. lixo de qualquer origem;
- II. entulhos em geral;
- III. cadáveres de animais;
- IV. fragmentos pontiagudos ou qualquer material que possa causar incômodo à população ou prejudicar a estética da cidade.

Parágrafo único. A Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação disciplinará e divulgará os dias da semana em que é permitido depositar adequadamente na via pública, exclusivamente:

- I. Entulhos de pequena obra proveniente de reparos em residência;
- II. entulhos de jardinagem, capina ou poda.

Art. 370. Não são considerados lixos:

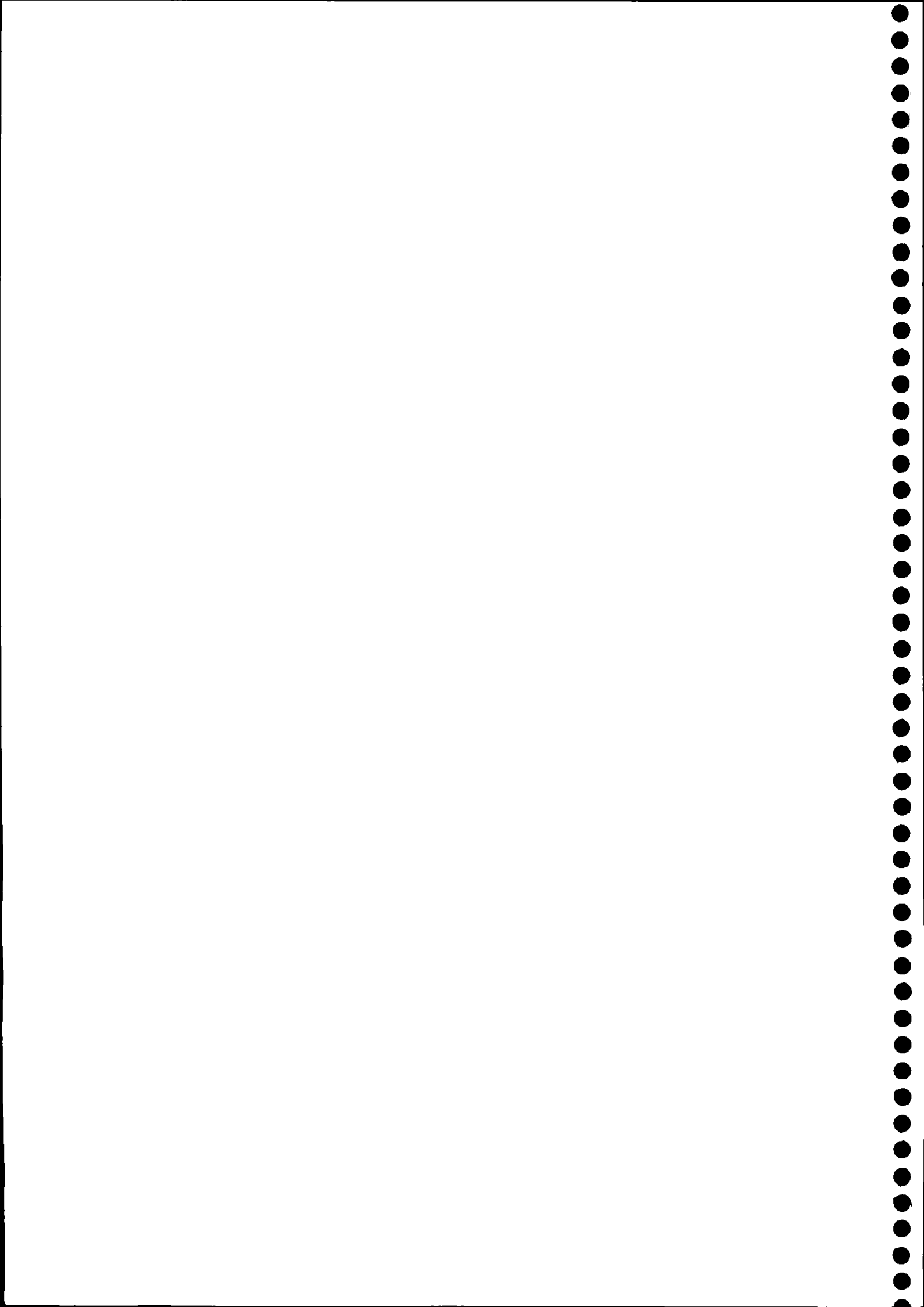
- I. entulhos de fábricas, oficinas;
- II. entulhos de construções ou demolições de acordo com o Código de Obras e Instalações;
- III. resíduos resultantes de poda dos jardins;
- IV. materiais excrementícios;
- V. restos de forragens e colheitas em geral;
- VI. palhas;
- VII. resíduos de casas comerciais;
- VIII. terra.

§ 1º. Os entulhos especificados no Inciso I deste Artigo terão o tratamento e destinação de acordo com as determinações deste Código.

§ 2º. Os resíduos enquadrados no *caput* do Artigo serão removido às custas dos respectivos proprietários, ou responsáveis.

SUBSEÇÃO II DO LIXO ESPECIAL

Art. 371. O lixo é considerado Lixo Especial por representar risco maior de contaminação para a população e o ambiente construído, ou não.



Parágrafo único. O Lixo Especial será removido pelo procedimento de Coleta Especial, a qual será sempre onerosa, e será realizada pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação. As taxas respectivas serão arrecadas através de formulário próprio na Secretaria de Economia e Finanças.

Art. 372. É considerado Lixo Especial:

- I. lixo hospitalar;
- II. lixo de laboratórios de análises e patologias clínicas;
- III. lixo de farmácias e drogarias;
- IV. lixo químico;
- V. lixo radioativo;
- VI. lixo de clínicas e hospitais veterinários;
- VII. lixo produzido por abatedouros e matadouros.

§ 1º. Os lixos discriminados no *caput* deste Artigo serão removidos às expensas dos proprietários, arrendatários ou responsáveis pelos estabelecimentos onde foram produzidos e deverão:

- I. estar acondicionados em recipientes adequados à sua natureza;
- II. permanecer no Depósito do próprio estabelecimento, de acordo com as determinações do Código de Obras e Instalações do Município, até serem removidos;
- III. serem removidos diretamente para o veículo coletor específico, de modo a não contaminar as pessoas, bem como o ambiente, construído ou não.

§ 2º. O Lixo Especial especificado nos Incisos IV e V do *caput* do Artigo deverá ser acondicionado em local seguro, devendo os proprietários, arrendatários ou responsáveis pelos estabelecimentos onde foi produzido, notificarem às empresas fabricantes para seu recolhimento, sob pena de responsabilidade civil e penal.

Art. 373. O Lixo Especial deverá ser imediatamente incinerado em local próprio e fora da Zona Urbana, em área de uso exclusiva e devidamente aprovada pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos para esse fim, sob pena de responsabilidade civil e penal.

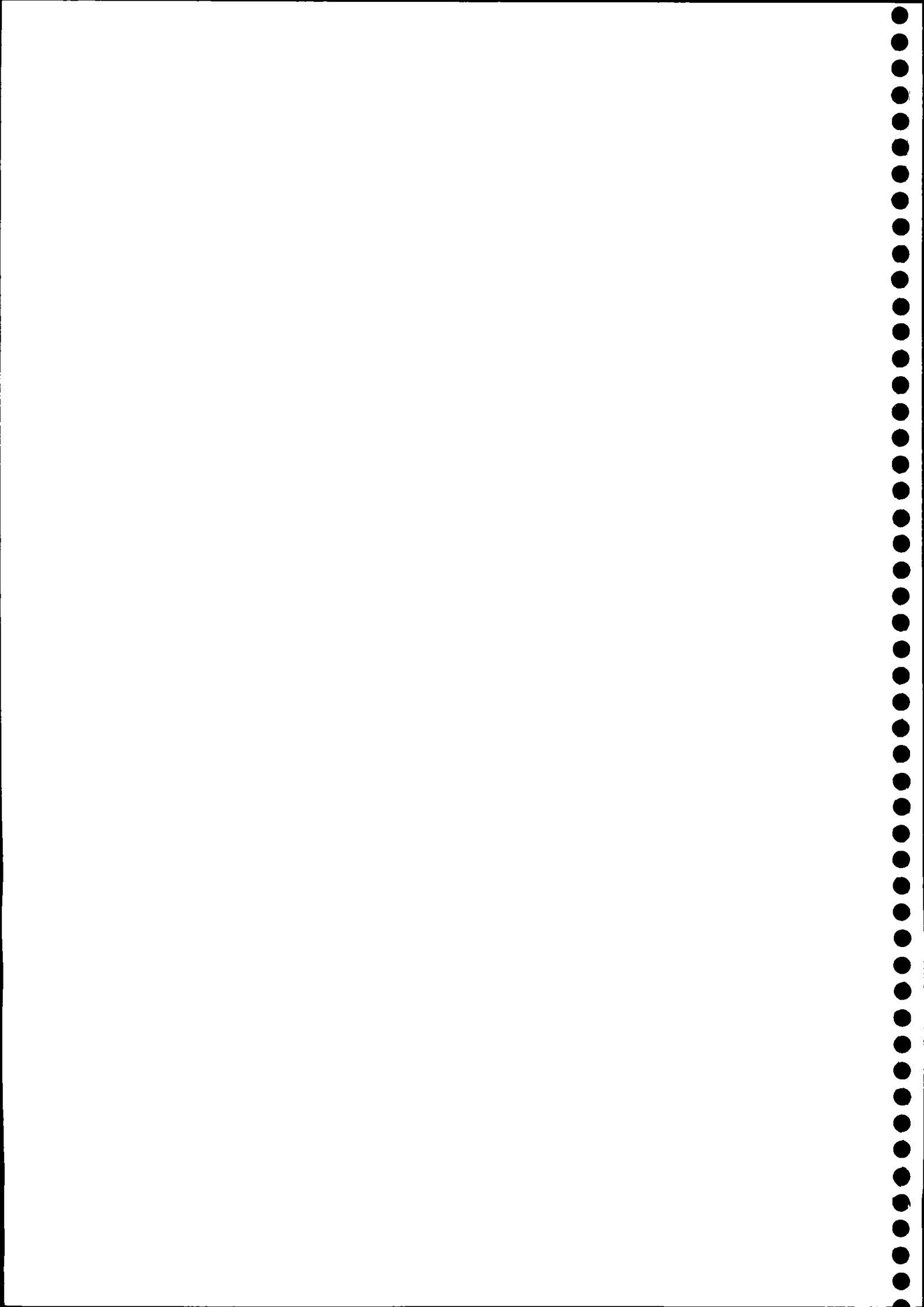
Parágrafo único. A área escolhida para destinação final do Lixo Especial deverá observar as seguintes restrições:

- I. dispor de chaminés situadas no sentido contrário ao vento em relação à Zona Urbana;
- II. distar ao menos 5,00km (cinco quilômetros) de quaisquer águas de superfície ou subterrânea ou de imóveis que tenham uso residencial, comercial, industrial ou de serviços;
- III. estar limitada por um cinturão verde de plantas nativas da região com largura mínima de 10,00m (dez metros).

Art. 374. Os resíduos sólidos hospitalares, o lixo hospitalar, ou o produto de incineração serão apresentados à coleta em local pré-determinado, em recipientes apropriados e padronizados, acondicionados e identificados, com capacidade, dimensão e características estabelecidas pela Secretaria de Saúde do Município.

Parágrafo único. Consideram-se resíduos hospitalares aqueles declaradamente contaminados, considerados contagiosos ou suspeitos de contaminação, provenientes de estabelecimentos hospitalares, maternidades, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios, sanatórios, clínicas, necrotérios, centros de saúde, bancos de sangue, consultórios, farmácias, drogarias e congêneres.

Art. 375. O lixo hospitalar ou o produto de incineração promovida pelo próprio hospital deverá ser recolhido, transportado e depositado no destino final pela Coleta Especial.



Art. 376. Os Agentes responsáveis pelo serviço de acondicionamento e de Remoção do Lixo Especial deverão usar uniformes com botas, luvas especiais e capacetes permanentemente limpos e desinfetados sob pena de responsabilidade administrativa.

Art. 377. O local no imóvel para o acondicionamento do Lixo Especial deverá ser imediatamente limpo, após a Remoção, para evitar a contaminação do ambiente.

Parágrafo único. O local do acondicionamento deverá obedecer às determinações do Código de Obras e Instalações do Município além de dispor de:

- I. Ponto de água;
- II. ralo para escoamento das águas servidas;
- III. aterro sanitário para as cinzas resultantes da incineração.

Art. 378 Os cadáveres de animais encontrados nos logradouros públicos, na área urbana do Município, serão recolhidos pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação que providenciará destino final adequado.

SUBSEÇÃO III DO LIXO INDUSTRIAL

Art. 379 O lixo industrial deverá receber tratamento adequado que o torne inócuo antes de ser acondicionado para Remoção e destinação final.

§ 1º. O tratamento, acondicionamento, Remoção e destinação final dos resíduos industriais serão de inteira responsabilidade do proprietário, representante ou preposto a qualquer título, do estabelecimento industrial gerador que o produziu, que deverá tratá-lo no recinto da própria indústria, obedecidas às normas do Estado e/ou do Município sob pena de responsabilidade civil e penal.

§ 2º. No caso da inviabilidade da coleta, disposição e manuseio na própria indústria, a Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação poderá assumir a prestação do serviço mediante cobrança de Taxa de Coleta Especial ou Eventual, que deverá ser proporcional ao volume, periculosidade e dificuldade de manejo do resíduo gerado e será recolhida na Secretaria de Economia e Finanças, através de formulário próprio.

CAPÍTULO VII DA PRESERVAÇÃO DO MEIO-AMBIENTE

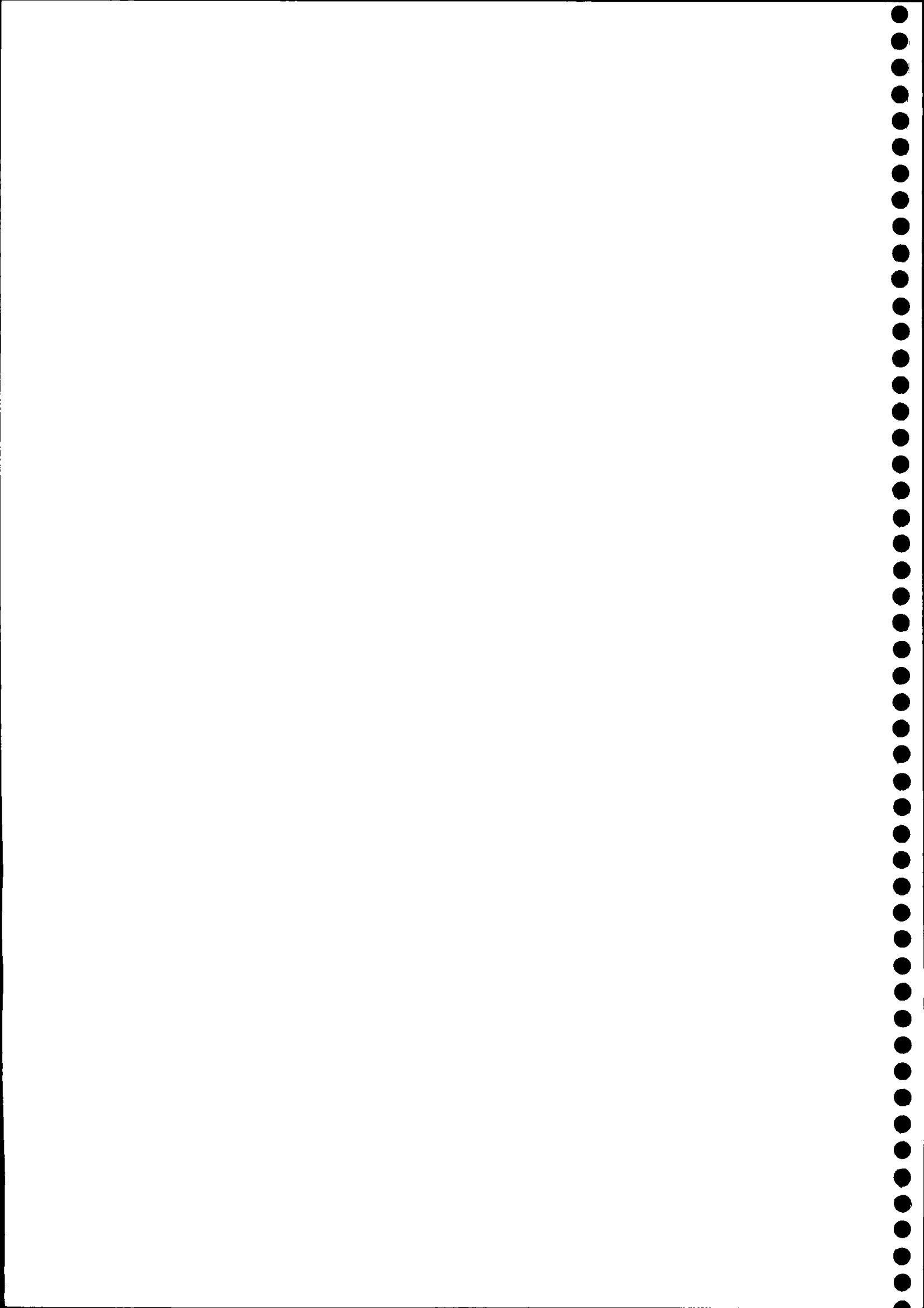
SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 380. Para o exercício do seu poder de polícia, quanto à proteção e conservação do meio ambiente, a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos observará às determinações do Código de Meio Ambiente Municipal e às legislações federal e estadual correlatas.

Parágrafo único. A Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos está encarregada de administrar a qualidade ambiental em benefício da qualidade de vida.

Art. 381. Quem causar degradação ambiental, ou permitir que ela ocorra por ação ou omissão, será por ela responsabilizado administrativamente, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal prevista na legislação federal e estadual.

Parágrafo único. Estende-se a responsabilidade de que trata o *caput* do artigo, igualmente, àqueles que causarem situações de perigo iminente de degradação ambiental, mesmo que não concretizada esta última.



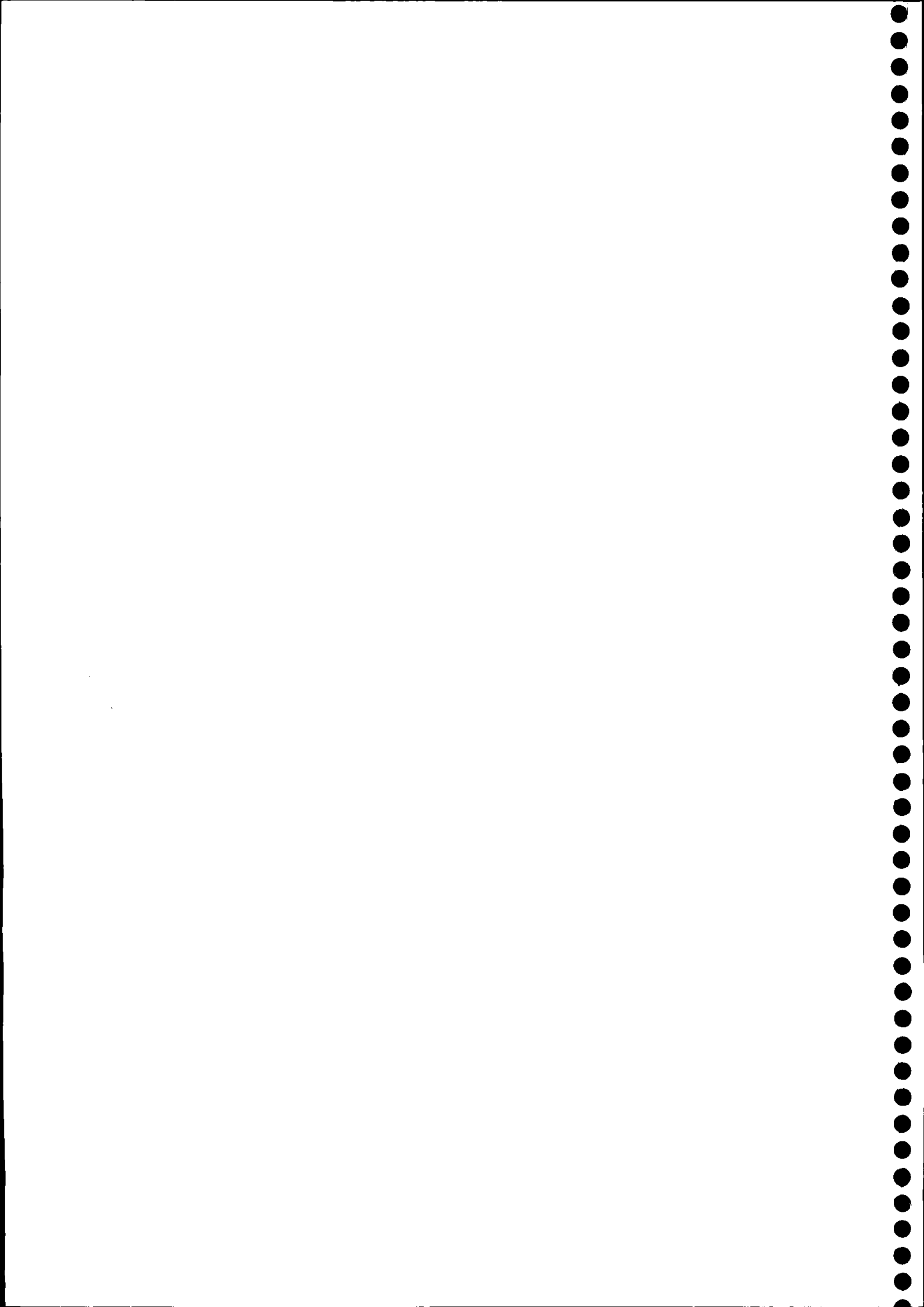
Art. 382. É proibido sob quaisquer circunstâncias:

I. Por ser considerado crime contra a **fauna**:

- a) matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, exceto com Autorização e para fins de pesquisa científica;
- b) exportar para o exterior peles e couros de anfíbios e répteis em bruto, sem a Autorização da autoridade ambiental competente;
- c) introduzir espécime animal no País, sem parecer técnico oficial favorável e Licença expedida pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Município, ou Secretaria de Meio Ambiente do Estado;
- d) praticar Ato de abuso, maus-tratos, ferir, mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos;
- e) provocar, pela emissão de efluentes ou carreamento de materiais, o perecimento de espécimes da fauna aquática existente em rios, lagos, açudes, lagoas, baías ou águas jurisdicionais brasileiras;

II. Por ser considerado crime contra a **flora**:

- a) destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção;
- b) cortar árvores em floresta considerada de preservação permanente, sem Permissão da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Município, ou Secretaria de Meio Ambiente do Estado;
- c) causar dano direto ou indireto às Unidades de Conservação, às Estações Ecológicas, às Reservas Biológicas, Parques, aos Monumentos Naturais e Refúgios da Vida Silvestre, às Unidade de Conservação de Uso e de Desenvolvimento Sustentável, às Reservas Extrativistas, às Florestas Naturais, às áreas de Interesse Ecológico, às Reservas Particulares do Patrimônio Natural;
- d) provocar incêndio em mata ou floresta;
- e) fabricar, vender, transportar ou soltar balões que possam provocar incêndios nas florestas e demais formas de vegetação, em áreas urbanas ou qualquer tipo de assentamento humano;
- f) extrair de florestas de domínio público ou consideradas de preservação permanente, sem prévia Autorização, pedra, areia, cal ou qualquer espécie de minerais;
- g) cortar ou transformar em carvão madeira de lei, assim classificadas por Ato do Poder Público, para fins industriais, energéticos ou para qualquer outra exploração, econômica ou não, em desacordo com as determinações legais;
- h) receber ou adquirir, para fins comerciais ou industriais, madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem exigir a exibição da Licença do vendedor, outorgada pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Município, ou Secretaria de Meio Ambiente do Estado, e sem munir-se da via que deverá acompanhar o produto até o final beneficiamento;
- i) impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação;
- j) destruir, danificar, lesar ou maltratar por qualquer modo ou meio, plantas de ornamentação de logradouros públicos ou em propriedade privada;
- k) destruir ou danificar florestas nativas ou plantadas ou vegetação fixadora de dunas, protetora de mangues, objeto de especial preservação;
- l) comercializar moto-serra ou utilizá-la em florestas e nas demais formas de vegetação, sem Licença ou registro da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Município, ou Secretaria de Meio Ambiente do Estado;
- m) penetrar em Área de Interesse de Preservação e em Unidades de Conservação conduzindo substâncias ou instrumentos próprios para caça ou para a exploração de produtos ou subprodutos florestais, sem Licença da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Município, ou Secretaria de Meio Ambiente do Estado;



III. Por ser considerado crime contra o **Meio-Ambiente**:

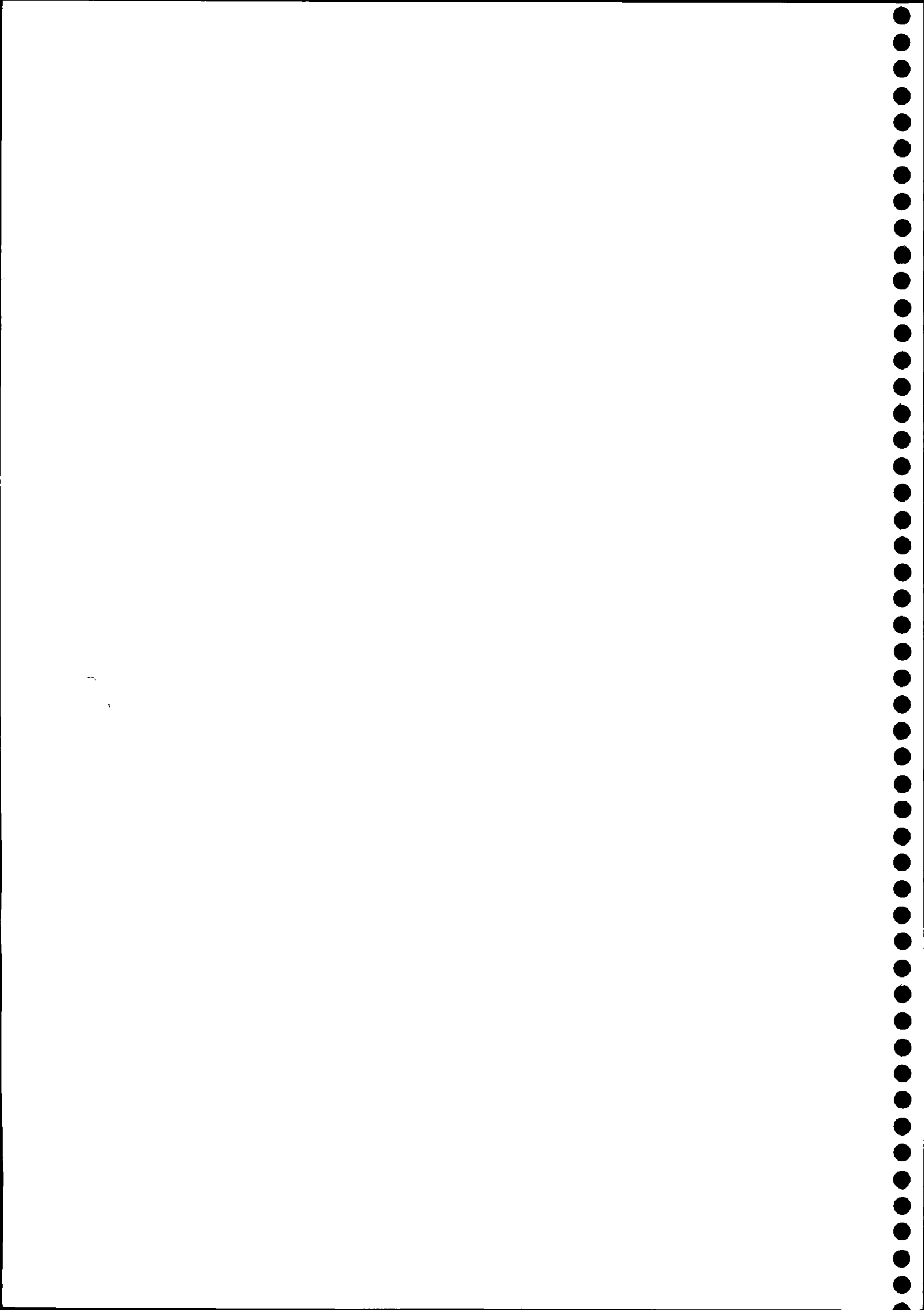
- a) causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais, ou a destruição significativa da flora com as seguintes consequências:
 - 1) tornar uma área, urbana ou rural, imprópria para a ocupação humana;
 - 2) causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea, dos habitantes das áreas afetadas, ou que cause danos diretos à saúde da população;
 - 3) causar poluição hídrica que torne necessária a interrupção do abastecimento público de água para uma comunidade;
 - 4) dificultar ou impedir o uso público das cachoeiras, rios, córregos, açudes, lagos, lagoas e similares;
- b) executar pesquisas, lavra ou extração de recursos minerais sem a competente Autorização, Permissão, Concessão ou Licença, ou em desacordo com a obtida;
- c) produzir, processar, embalar, importar, exportar, comercializar, fornecer, transportar, armazenar, guardar, ter em Depósito ou usar produto ou substância tóxica, perigosa ou nociva à saúde humana ou ao Meio Ambiente, inclusive nuclear e radioativa, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou em seus Regulamentos;
- d) construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território do Município, estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores, sem Licença ou Autorização dos órgãos ambientais competentes ou contrariando as normas legais e Regulamentos pertinentes;
- e) disseminar doença ou praga ou espécie que possam causar dano à agricultura, à pecuária, à fauna, à flora ou aos ecossistemas.

IV. Por ser considerado crime contra o **ordenamento urbano e o patrimônio cultural**:

- a) destruir, inutilizar ou deteriorar bem especialmente protegido por Ato Administrativo ou Decisão Final e/ou arquivo, registro, museu, biblioteca, pinacoteca, instalação científica ou similar protegido por Lei, Ato Administrativo ou Decisão Final;
- b) alterar o aspecto da estrutura de edificação ou local especialmente protegido por Lei, Ato Administrativo ou Decisão Final, em razão de seu valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem Autorização da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Município, ou Secretaria de Meio Ambiente do Estado ou em desacordo com a concebida;
- c) promover construção em solo não edificável, ou em seu entorno, assim considerado em razão de seu valor paisagístico, ecológico, artístico, turístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem Autorização da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Município, ou Secretaria de Meio Ambiente do Estado, ou em desacordo com a concedida;
- d) pichar, grafitar ou por outro meio danificar edificação ou monumento urbano.

V. Por ser considerado crime contra a **administração ambiental**:

- a) fazer o Servidor(a) designado(a) pela Administração Municipal pública afirmação falsa ou enganosa, omitir a verdade, sonegar informações ou dados técnico-científicos em procedimentos de Autorização ou de licenciamento ambiental;
- b) conceder o Servidor(a) designado(a) pela Administração Municipal pública Licença, Autorização ou Permissão em desacordo com as normas ambientais, para as atividades, obras ou serviços cuja realização depende de Ato de Autorização do Poder Público;
- c) deixar, aquele que tiver o dever legal ou contratual de fazê-lo, de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental;
- d) obstar ou dificultar a ação fiscalizadora do Poder Público no trato das questões ambientais;
- e) toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do Meio Ambiente.



Parágrafo único. Será considerado crime contra o Meio Ambiente quaisquer das ações acima, acarretando ao Infrator as penalidades impostas na Lei Federal nº 9.605 de 12.02.98., no Código de Meio Ambiente Municipal e demais legislações citadas neste Código.

Art. 383. No interesse do controle da poluição do ar, do solo e água, a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos exigirá Laudo técnico, ou Parecer fundamentado do órgão estadual e/ou federal competente, bem como Estudo de Impacto Ambiental, sempre que lhe for solicitada Licenças de Localização e de Funcionamento para estabelecimentos industriais ou quaisquer outros que se constituam em eventuais poluidores do Meio Ambiente.

SEÇÃO II DA PRESERVAÇÃO DO AR

Art. 384. É proibido:

- I. treinar combate a incêndio, exceto com a Autorização da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e do Corpo de Bombeiros;
- II. favorecer o desenvolvimento de espécies indesejáveis, animais ou vegetais, que afetem a agricultura e a pecuária, através de emissão de poluentes;
- III. construir ou manter chaminés, em quaisquer espécies de fornos ou fogões de residências ou de estabelecimentos comerciais ou industriais, cuja fuligem, fumaça ou outros resíduos não possam ser expelidos sem que incomodem ou causem danos à saúde da população;
- IV. queimar, ao ar livre, resíduos sólidos, líquidos, ou qualquer outro material combustível ou substância nociva à população em geral.

Art. 385. É proibido a instalação e o funcionamento de incineradores domiciliares de quaisquer tipos.

Art. 386. Toda fonte de poluição do ar deverá ser provida de sistema de ventilação local exaustora, e o lançamento de efluentes na atmosfera somente poderá ser realizado através de chaminé.

Parágrafo único. As operações, processos ou funcionamento dos equipamentos de britagem, moagem, transporte, manipulação, carga e descarga de material fragmentado ou particulado, poderão ser dispensados das exigências referidas neste Artigo, desde que realizados a úmido, mediante processo de umedecimento permanente.

Art. 387. O armazenamento de material fragmentado ou particulado deverá ser feito em silos, adequadamente vedados, ou em outro sistema de controle de poluição do ar, de eficiência igual ou superior, de modo a impedir o arraste, pela ação dos ventos, do respectivo material.

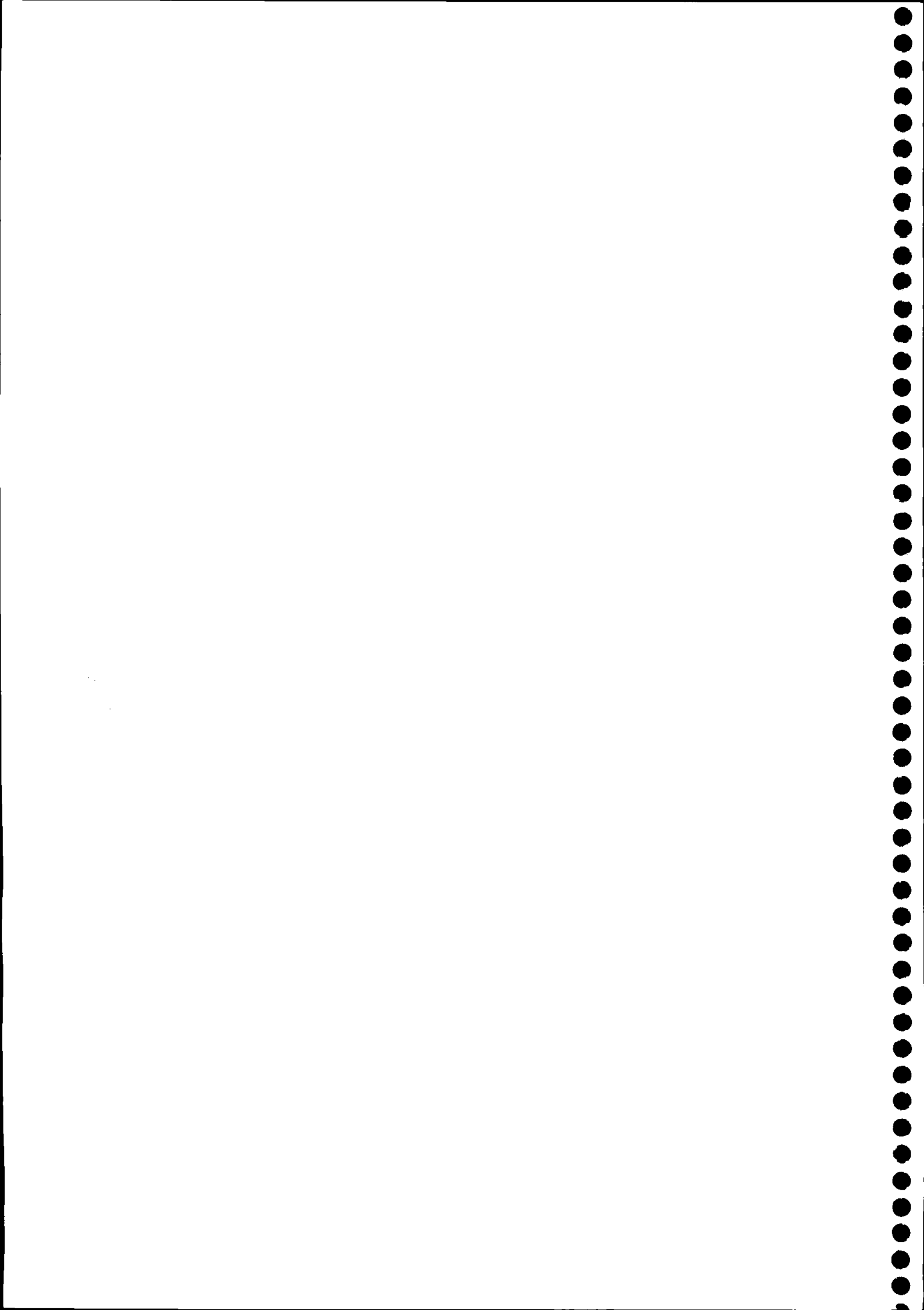
Art. 388. As fontes de poluição adotarão sistemas de controle de poluição do ar, baseados na melhor tecnologia prática disponível para cada caso.

Parágrafo único. A adoção de tecnologia para controle da poluição do ar deverá observar os padrões de emissão recomendados pelos órgãos competentes do Estado e da União.

SEÇÃO III DA PRESERVAÇÃO DO SOLO

Art. 389. Não é permitido realizar aterro com resíduos sólidos (lixo) ou similares, bem como depositar, dispor, descarregar, enterrar, infiltrar ou acumular resíduos no solo.

Parágrafo único. A utilização do solo como destino final de resíduos potencialmente poluentes deverá ser feita de forma adequada, estabelecida em projetos específicos de transporte e



destino finais, aprovados pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, quer seja em propriedade pública ou particular.

Art. 390. Quando a disposição final dos resíduos exigir a execução de Aterros Sanitários, deverão ser tomadas medidas adequadas para proteção das águas superficiais e subterrâneas.

Art. 391. Depende da prévia Anuência Prévia e Autorização da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos a movimentação de terra para execução de aterro, desaterro e bota-fora, quando implicarem na *possível* degradação ambiental, incluindo modificação indesejável de cobertura vegetal, erosão, assoreamento e contaminação dos recursos hídricos, poluição atmosférica, ou descaracterização significativa da paisagem.

Art. 392. Para quaisquer movimentos de terra, deverão ser previstos mecanismos de manutenção da estabilidade de taludes, rampas e platôs, de modo a impedir a erosão e suas conseqüências.

§ 1º. O Aterro ou desaterro deverá ser seguido de recomposição do solo e da cobertura vegetal adequada à contenção do carreamento pluvial de sólidos.

§ 2º. Fica proibida a escavação ou Aterro de terrenos públicos federal, estadual ou municipal.

SEÇÃO IV

DA FAUNA E DA FLORA

Art. 393. Os espécimes da fauna silvestre em qualquer fase de seu desenvolvimento, seus ninhos, abrigos e criadouros naturais são bens de interesse comum, sendo proibida a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou aprisionamento de acordo com o que determina o Código de Meio Ambiente Municipal.

Parágrafo único. A Administração Municipal colaborará com a União e o Estado para fiscalizar o cumprimento da legislação destinada à proteção da fauna e da flora nos limites do Município.

Art. 394. É proibida a comercialização de espécimes da flora e fauna silvestres, ou de objetos deles derivados.

SEÇÃO V

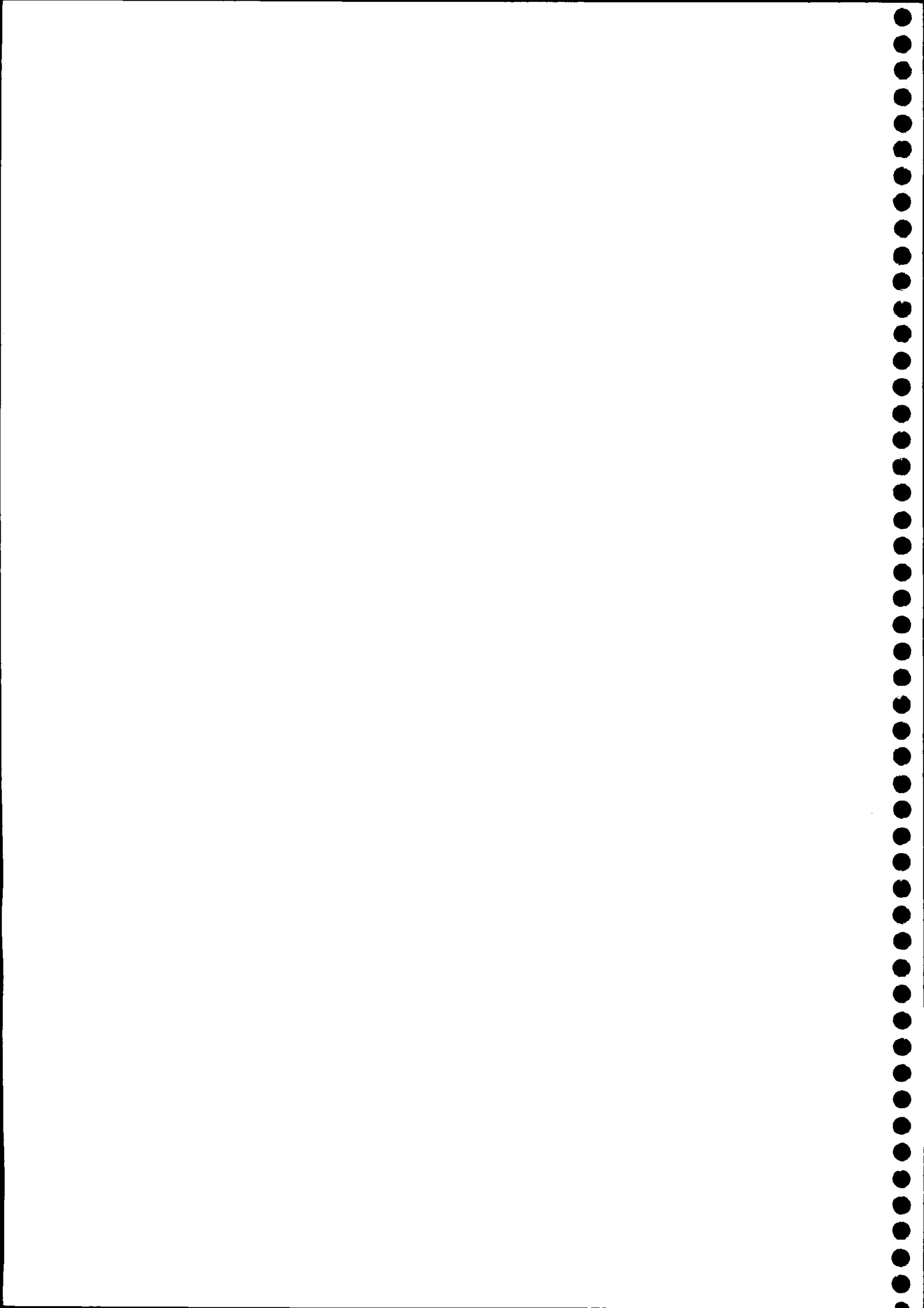
DA ARBORIZAÇÃO PÚBLICA E DA PRESERVAÇÃO VEGETAL

Art. 395. Consideram-se de preservação permanente, as diversas formas de vegetação nativa previstas no Código Florestal Brasileiro e demais disposições legais dos diversos órgãos competentes, inclusive Código de Meio Ambiente Municipal.

Art. 396. A Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos estimulará o plantio de árvores, bem como sua exploração sustentável para incentivo ao reflorestamento de espécies arbóreas, arbustivas, frutíferas, entre demais espécies.

§ 1º. O ajardinamento e a arborização das praças e vias públicas são atribuições exclusivas da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

§ 2º. Nos logradouros abertos por particulares, com Licença da Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação, é facultado aos interessados promover e custear a respectiva arborização.



Art. 397. A derrubada de árvore ou mata dependerá da Autorização da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Parágrafo único. A Autorização poderá ser negada se a árvore ou mata for considerada de utilidade pública.

Art. 398. Além das exigências contidas na legislação de Defesa e Proteção ao Meio-Ambiente, é proibido:

- I. derrubar, remover, sacrificar, cortar ou causar qualquer dano às árvores, aos arbustos e jardins dos logradouros, praças, parques e bosques públicos, sendo esses serviços de competência exclusiva da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos;
- II. fixar nas árvores e demais componentes da arborização pública, qualquer tipo de publicidade e/ou propaganda, bem como cabos, fios ou quaisquer outros materiais e equipamentos de qualquer natureza, excetuando-se a decoração junina e natalina e a decoração utilizada em desfiles de caráter público, executados ou autorizados pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos;
- III. plantar nos logradouros públicos:
 - a) árvores frutíferas, a exceção dos parques, praças e bosques;
 - b) espécies vegetais venenosas e/ou que tenham espinhos.
- IV. cortar, ou derrubar, para qualquer fim, matas ou bosques de vegetação de proteção de mananciais, talvegues, fundos de vales ou encostas;
- V. atear fogo em matas, capoeiras, lavouras ou campos;
- VI. nos logradouros públicos, caminhar sobre os gramados e canteiros, colher flores ou tirar mudas de plantas.

Parágrafo único. As proibições deste Artigo são extensivas às concessionárias e prestadoras de serviços públicos ou de utilidade pública, ressalvado os casos em que houver Autorização específica da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos ou quando a arborização oferecer risco iminente ao patrimônio ou a integridade física de qualquer cidadão, originado por fenômenos climáticos.

Art. 399. As árvores que devido a seu estado de conservação possam vir a causar perigo aos móveis, imóveis e à integridade física das pessoas, deverão ser removidas pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

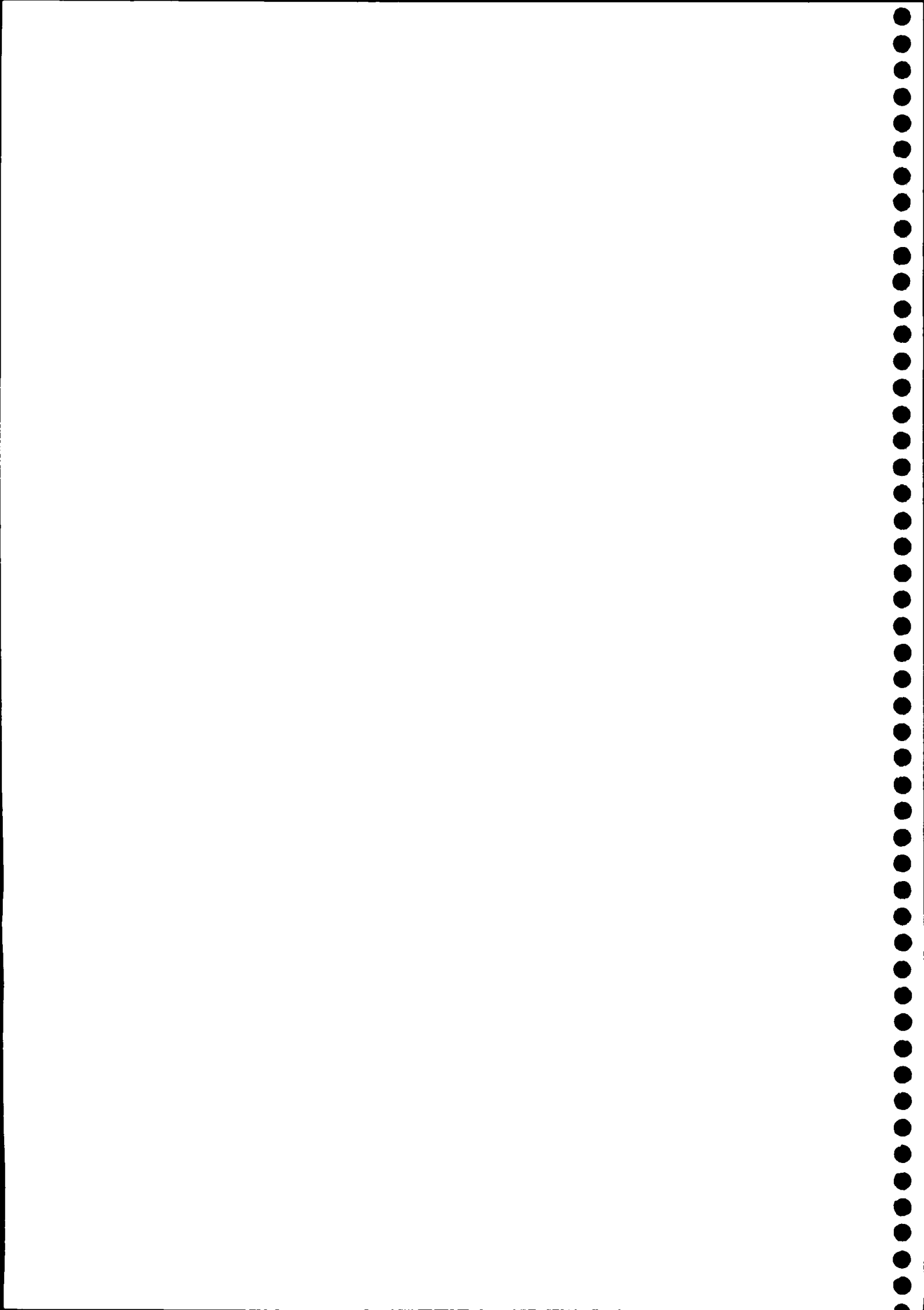
§ 1º. Para que não seja desfigurada a arborização do logradouro, cada Remoção de árvores importará no imediato plantio da mesma ou de uma nova árvore em ponto cujo afastamento seja o menor possível da antiga posição.

§ 2º. A poda e/ou Remoção de árvores na Zona Urbana do município é de responsabilidade da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Art. 400. Através de Decreto, poderá qualquer vegetação, árvore ou planta, ser considerada imune ao corte tanto pela originalidade, idade, localização, beleza, interesse histórico, ou condição de porta-semente, mesmo que em terreno particular, observadas às disposições das leis estaduais e federais pertinentes.

Art. 401. Caberá a Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação a recuperação do passeio ou muro divisório afetados por alterações provocadas pela arborização dos logradouros.

Art. 402. É proibido, nos quintais, pátios e terrenos da cidade, vilas e povoados, o plantio e a conservação de plantas que pelo seu desenvolvimento, ameacem a integridade dos prédios vizinhos ou sobre eles projetem sombra incômoda, folhas, galhos, frutos, ramos secos, ou, ainda, em queda acidental possam causar vítimas ou danos às propriedades.



SEÇÃO VI

DAS QUEIMADAS E DOS CORTES DE PASTAGENS

Art. 403. Para evitar a propagação de incêndios, observar-se-ão, nas queimadas, as medidas preventivas necessárias.

§ 1º. A ninguém é permitido atear fogo em matas, capoeiras, lavouras, campos alheios, roçadas, palhadas ou matos que se limitem com terras de outrem, sem tomar as seguintes precauções:

- I. preparar aceiros de, no mínimo, 7,00m (sete metros) de largura;
- II. mandar aviso aos confinantes, com antecedência mínima de 24:00h (vinte e quatro) horas, marcando dia, hora e local para lançamento do fogo;
- III. comunicar ao Corpo de Bombeiros com antecedência mínima de 24:00h (vinte e quatro) horas.

§ 2º. Havendo acordo entre os interessados, é permitido queimar campos de criação comum.

SEÇÃO VII

DOS PRODUTOS AGROTOXICOS

Art. 404. A Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos com o apoio da União e do Estado controlará o uso e o armazenamento de agrotóxicos, seus componentes e afins, no território do Município, de acordo com o que estabelece a legislação específica e o Código de Meio Ambiente Municipal.

Parágrafo único. Considera-se um produto agrotóxico os defensivos agrícolas, fungicidas, formicidas, entre outros que em função de sua utilização e do modo de ação, apresentem potencial ecotoxicológico ao homem, aos seres vivos e ao Meio Ambiente.

Art. 405. O uso de defensivos agrícolas, em especial dos agrotóxicos das classes I e II, conforme a legislação federal e estadual, somente será permitido se prescrito em receituários próprios, emitidos por profissionais legalmente habilitados, com observância da legislação específica.

§ 1º. A classificação de que trata o *caput* deste Artigo, no que se refere à toxicidade humana, enquadra-se na seguinte gradação:

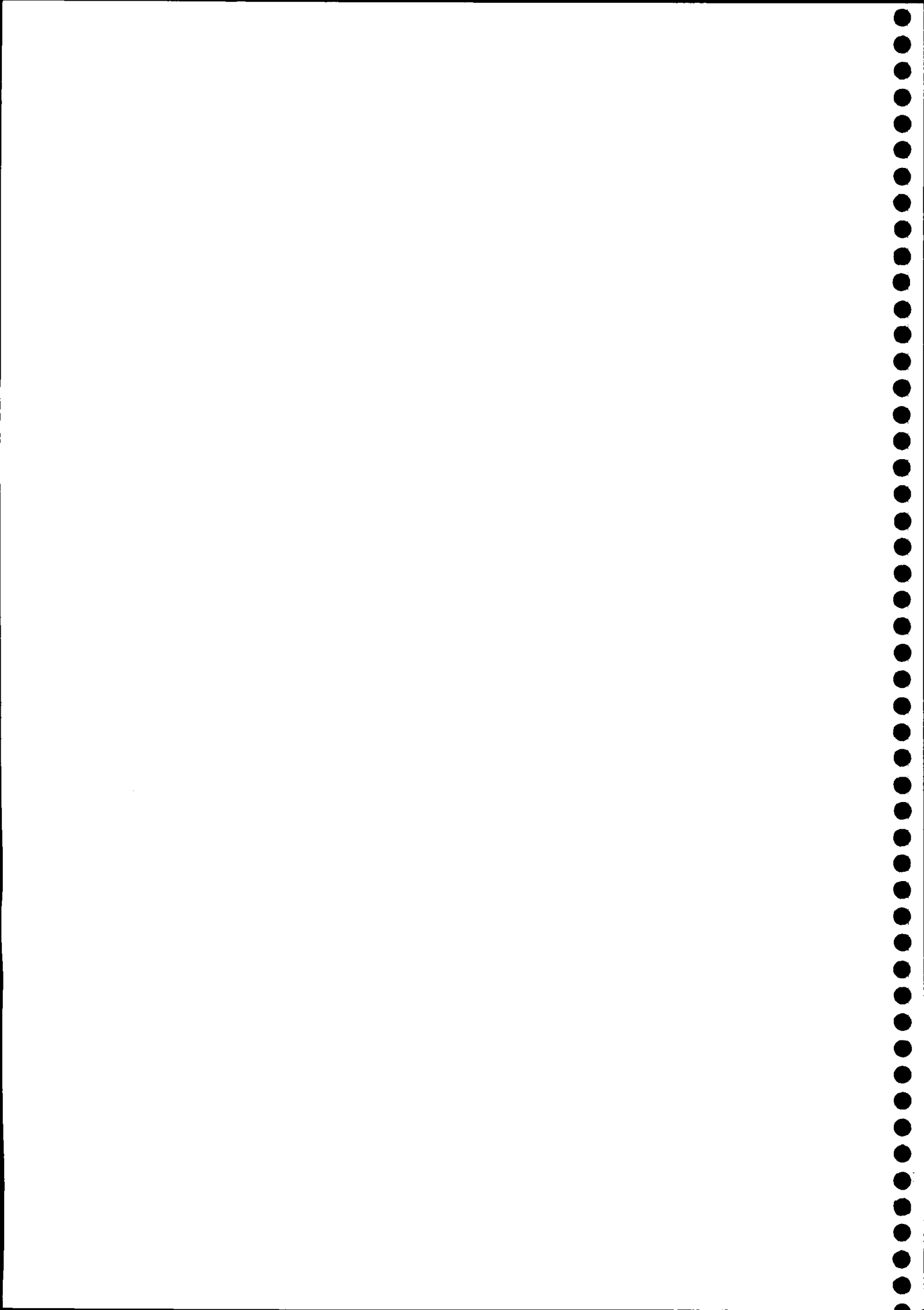
- I. classe I – extremamente tóxicos, identificado visualmente por uma faixa no rótulo do produto na cor vermelha;
- II. classe II – altamente tóxicos, identificado visualmente por uma faixa no rótulo do produto na cor amarela.

§ 2º. Considera-se legalmente habilitado o profissional que possua formação técnica, no mínimo, de nível médio na área de conhecimentos relacionados com defensivos agrícolas e agrotóxicos e esteja inscrito no respectivo órgão de fiscalização de profissão.

Art. 406. Os estabelecimentos que revendam defensivos agrícolas deverão manter Depósitos fechados, de modo que o vazamento desses produtos não venha a contaminar a população, os animais e o Meio Ambiente.

Parágrafo único. O armazenamento de agrotóxicos, seus componentes e afins, obedecerá, além da legislação específica, às instruções fornecidas pelo fabricante relativas ao manuseio do produto, e também, às condições de segurança explicitadas no rótulo e/ou bula.

Art. 407. As Secretarias de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, de Saúde, de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Abastecimento e o DEMUTRAN fiscalizarão o transporte de produtos reconhecidamente tóxicos, especialmente os destinados à agricultura e à pecuária sendo vedado



a circulação de mercadorias em veículos inadequados.

Parágrafo único. É expressamente proibida, dentro do perímetro da Zona Urbana e nos limites das vilas e dos povoados, a instalação e execução de atividades que possa comprometer a salubridade das habitações vizinhas, a saúde e o bem-estar de seus moradores com a aplicação de agrotóxicos em plantações que fiquem dentro dos limites dessas áreas.

Art. 408. É terminantemente proibida a importação de resíduos tóxicos nacionais ou estrangeiros para serem depositados, processados ou eliminados no território do Município sob pena de responsabilidade civil e penal.

§ 1º. Os agrotóxicos, seus componentes e afins, só poderão ser produzidos, exportados, importados, comercializados e utilizados se previamente registrados em órgão federal, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura, obedecendo-se à legislação federal correlata.

§ 2º. As pessoas físicas e jurídicas que produzem, exportam, importam, comercializam ou utilizam agrotóxicos, seus componentes e afins, estão obrigadas a apresentar relatórios semestrais sobre suas atividades à Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Abastecimento, à de Saúde e à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

§ 3º. As atividades de comercialização de agrotóxicos, seus componentes e afins, serão motivo de cadastro junto a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, que monitorará o armazenamento, manuseio e comercialização destes produtos.

§ 4º. As embalagens de agrotóxicos, seus componentes e afins deverão atender os requisitos determinados pela legislação federal específica.

§ 5º. Para serem vendidos ou expostos a venda no Município de Delmiro Gouveia os agrotóxicos, seus componentes e afins são obrigados a exibir rótulos próprios, contendo as informações exigidas pela legislação federal.

CAPÍTULO VIII **DAS NORMAS PARA IMÓVEIS**

SEÇÃO I **DOS PASSEIOS, MUIROS E CERCAS**

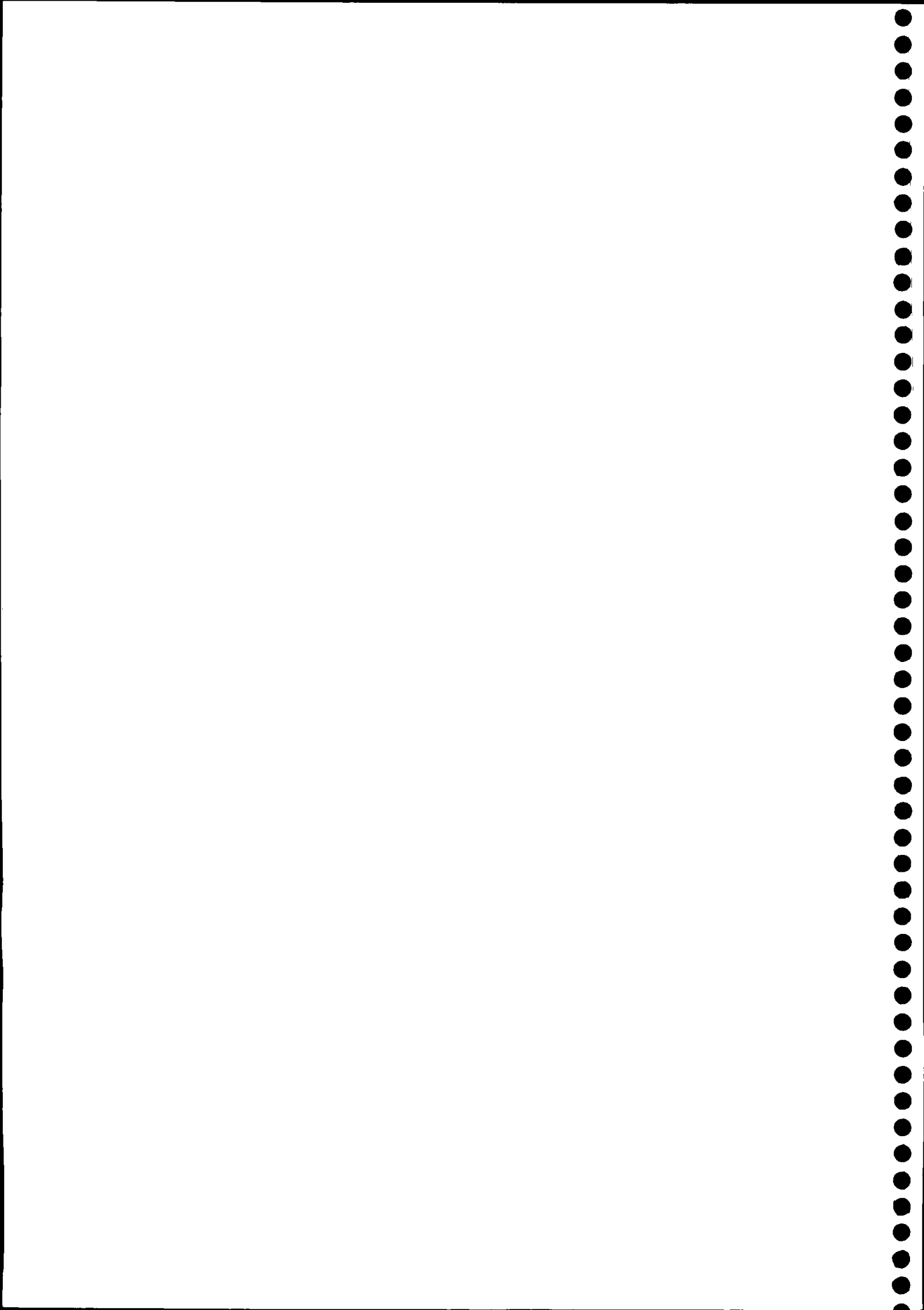
Art. 409. Os proprietários de terrenos são obrigados a murá-los ou cercá-los e a executar e conservar o respectivo passeio ou calçada.

§ 1º. Os terrenos da Zona Urbana, localizados em vias pavimentadas, serão obrigatoriamente fechados, na sua testada, com muros rebocados e caiados, ou com grades de ferro ou de madeira, assentados sobre alvenaria, pedra, concreto ou similar, devendo em qualquer caso ter uma altura mínima de 1,00 (um metro), e devem ser mantidos limpos e drenados.

§ 2º. Em casos especiais, a Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação poderá permitir ou exigir o emprego de especificações diversas das previstas no Parágrafo anterior, para o fechamento dos terrenos da Zona Urbana.

§ 3º. Os terrenos de esquina, a partir do cruzamento e numa extensão de 10,00m (dez metros) de cada testada, serão fechados com muros rebocados e caiados, com altura mínima de 0,50m (cinquenta centímetros), podendo colocar-se grade de ferro ou madeira na parte excedente assentada sobre alvenaria.

Art. 410. Serão comuns os muros e cercas divisórias entre propriedades urbanas e rurais, devendo os proprietários dos imóveis confinantes concorrer em partes iguais para as despesas de sua construção e conservação, na forma do Código Civil Brasileiro.



Art. 411. Será concedido prazo, determinado pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação, ao proprietário do terreno para realização das obras, às suas expensas, do calçamento de *passeio* em toda a extensão da testada.

§ 1º. Os terrenos, construídos ou não, com frente para vias ou outros logradouros públicos, serão obrigatoriamente dotados de meio-fio em toda a extensão da testada.

§ 2º. Compete ao proprietário do terreno a conservação do passeio, assim como do ajardinamento, que poderá cobrir parte da largura do passeio.

§ 3º. A Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação poderá realizar as obras necessárias ao calçamento do passeio, sendo ressarcida pelo proprietário do terreno das despesas.

Art. 412. Quando o passeio sofrer danos oriundos das raízes das árvores plantadas pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, competirá à Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação proceder aos necessários reparos.

Art. 413. Os passeios das vias marginais, estruturais e principais, classificadas segundo a Lei de Sistema Viário, deverão seguir projeto específico de padronização, a ser definido para cada via.

SEÇÃO II

DA NUMERAÇÃO DOS PREDIOS

Art. 414. Todos os prédios existentes e que vierem a ser construídos ou reconstruídos serão obrigatoriamente numerados de acordo com as disposições deste Código.

Parágrafo único. A numeração na forma do *caput* do Artigo será determinada pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação, por ocasião da aprovação do projeto para as novas construções ou quando necessário em qualquer oportunidade, para os prédios já existentes.

Art. 415. Cabe à Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação designar o nome do logradouro público e os números dos prédios.

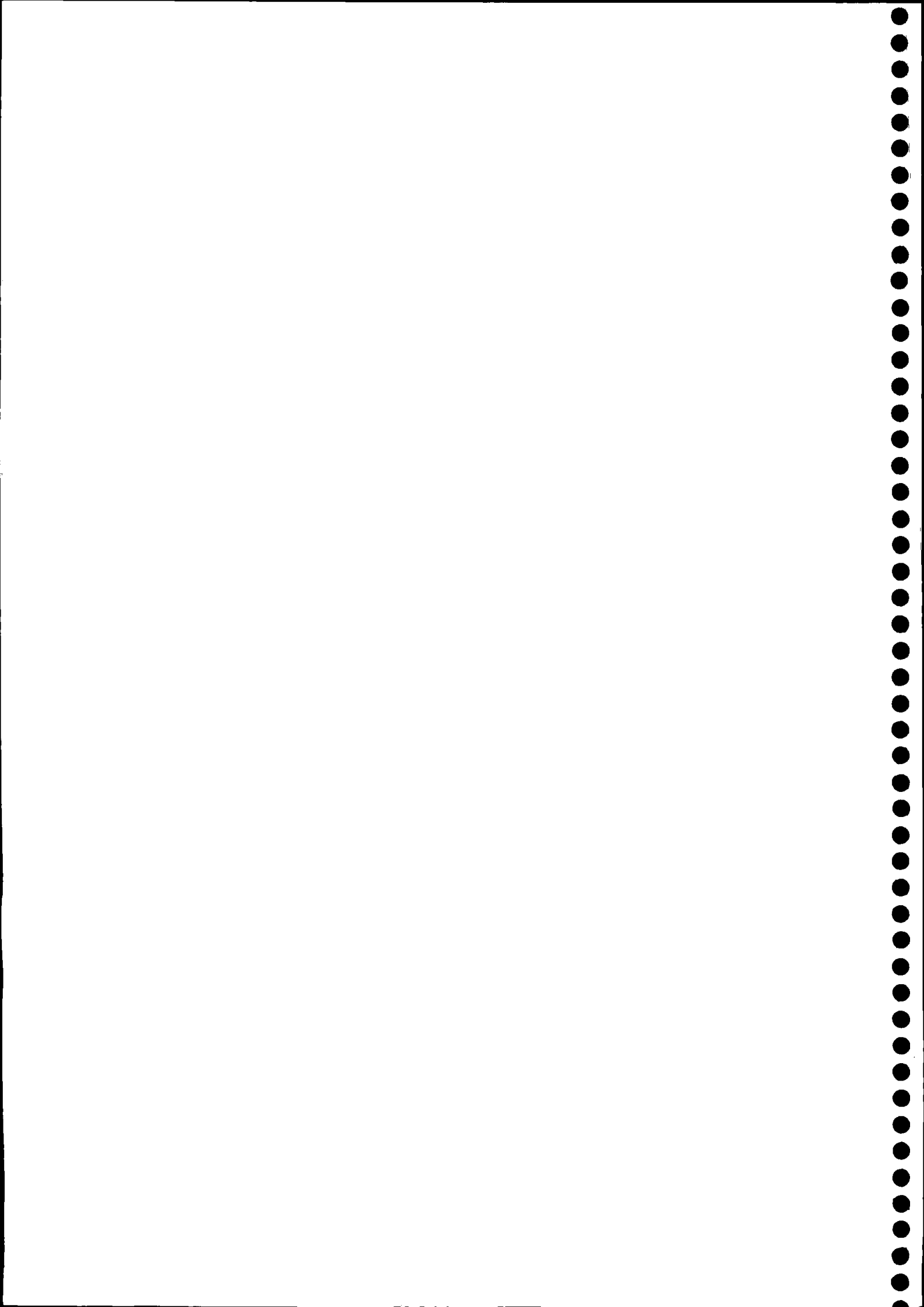
Parágrafo único. A competência da Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação na designação de nomes, restringe-se a sugerir à Câmara Municipal tais denominações.

Art. 416. É proibido a colocação de placa com número diverso do que tenha sido oficialmente determinado.

Art. 417. A Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação procederá, a pedido dos interessados, à revisão da numeração já existente nos logradouros.

Parágrafo único. São considerados interessados, os moradores do logradouro em questão, ou o serviço público de entrega e endereçamento postal.

Art. 418. É obrigatória a placa de numeração do tipo oficial ou artístico com o número designado a qual deverá ser colocada em lugar de fácil visibilidade, no muro situado no alinhamento, na fachada ou qualquer trecho da área destinada ao afastamento frontal entre a fachada e o muro, não podendo ser colocada em ponto que fique a mais de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) acima do nível da soleira de alinhamento e à distância maior que 10,00m (dez metros) em relação ao alinhamento.



Art. 419. A numeração das edificações existentes, construídas e reconstruídas, far-se-á atendendo-se as seguintes normas e critérios:

- I. o número de cada prédio corresponderá à seqüência dos lotes voltados para o logradouro público marcado, a partir do início deste, alternadamente à direita para os números pares e à esquerda para os números ímpares e à distância em metros medida sobre o eixo do logradouro público, desde que o início até o meio da testada do terreno para a qual faz frente à entrada principal do prédio.
- II. para efeito de estabelecimento do ponto inicial a que se refere o inciso I, obedecer-se-á ao seguinte sistema de orientação:
 - a) as vias públicas cujos eixos estejam na orientação centro/periferia, terão o seu início no trecho mais próximo ao centro e será considerado observando-se o sentido *Marco Zero da Cidade* para os limites do Município;
 - b) as vias públicas ortogonais às referidas na alínea anterior, serão orientadas segundo a sua direção, respectivamente de Norte para o Sul e de Leste para o Oeste, ou nos seus quadrantes, de Nordeste para Sudoeste e de Noroeste para Sudeste;
 - c) os casos especiais ficarão a critério da Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação;
 - d) a numeração será par à direita e ímpar à esquerda de quem caminha ao longo do eixo do logradouro, a partir do seu início;
 - e) quando a distância em metros, de que trata este Artigo, não for número inteiro, adotar-se-á o inteiro imediatamente mais próximo.

Parágrafo único. O disposto na alínea a) não se aplica:

- I. aos logradouros transversais aos eixos, regionais ou urbanos, onde o sentido será sempre observado a partir deste;
- II. aos logradouros cujo sentido de numeração já esteja orientado, de forma diversa, desde que a numeração dos imóveis existentes esteja de acordo com a determinação deste Código.

Art. 420. Para a numeração dos pavimentos de edifícios serão obedecidos os seguintes critérios:

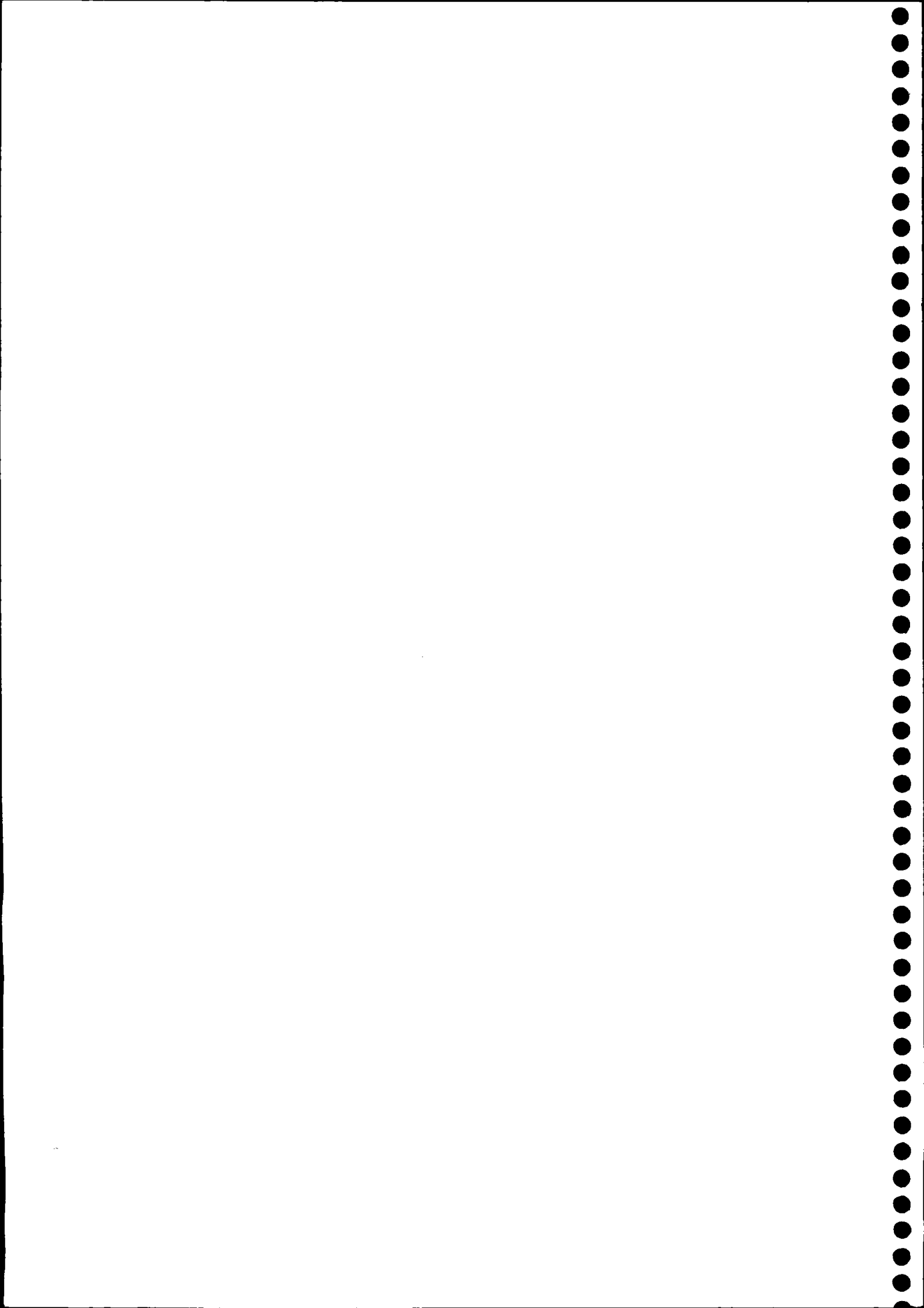
- I. só receberá numeração o pavimento que possuir unidades autônomas;
- II. o pavimento térreo, com unidades autônomas, receberá a numeração O (zero);
- III. a partir do pavimento térreo, o primeiro pavimento elevado, com unidades autônomas, receberá a numeração 1 (um); o segundo pavimento elevado com unidades autônomas, a numeração dois (2) e assim sucessivamente, até o último pavimento elevado com unidades autônomas;
- IV. as sobrelojas receberão a designação *SL*.

§ 1º. Quando em uma mesma edificação houver mais de um elemento independente, apartamentos, cômodos ou escritório, e quando em um mesmo terreno houver mais de uma edificação destinada a ocupação independente, cada um destes elementos deverá receber numeração própria, porém sempre com referência à numeração de entrada pelo logradouro público.

§ 2º. Nas edificações com mais de um pavimento, onde haja unidades independentes, os números serão distribuídos com três ou quatro algarismos, devendo o algarismo da classe de centenas e dos milhares indicar o número do pavimento, considerado sempre o pavimento térreo como o primeiro pavimento, o algarismo das dezenas e das unidades indicará a ordem dos elementos em cada pavimento.

Art. 421. Para a numeração de edifícios ou conjuntos e de suas unidades autônomas, serão obedecidos os seguintes critérios:

- I. em casas geminadas e em séries, serão dadas numeração distintas, conforme a entrada em cada casa;



- II. em residências superpostas, a residência inferior receberá um número e a superior o mesmo número, acompanhado da letra A;
- III. em prédio nos fundos de outro, receberá o número do prédio da frente, acrescido da letra F.

Art. 422. Em conjunto residencial unifamiliar:

- I. a entrada do conjunto receberá um número próprio pelo logradouro na forma prevista neste Código;
- II. as casas do conjunto receberão numeração romana, sendo a numeração dividida em números pares e ímpares, conforme fiquem as casas do lado direito ou esquerdo de quem entra;
- III. no caso do inciso II, se as casas forem de um lado só, receberão numeração de acordo com a ordem natural dos números.

Art. 423. Numeração em prédios residenciais, comerciais ou mistos:

- I. o edifício receberá um número próprio pelo logradouro, na forma prevista neste Código;
- II. cada unidade autônoma receberá um número iniciado, sempre, pela numeração correspondente ao segundo pavimento, seguido de sua ordem no pavimento;
- III. as unidades à direita de quem chega ao pavimento pela escada receberão números pares e as da esquerda ímpares;
- IV. no caso do inciso III se as unidades forem de um lado só, receberão numeração de acordo com a ordem natural dos números.

Art. 424. Conjunto de edifícios residenciais ou comerciais:

- I. a entrada principal do conjunto será numerada pelo logradouro na forma prevista neste Código;
- II. cada edificação, ou bloco, para designação será, isoladamente, numerada na forma prevista neste Código.

Art. 425. A qualquer momento a Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação poderá proceder a revisão da numeração em prédios, blocos, conjuntos ou unidades autônomas que não estejam numerados de acordo com este Código.

Art. 426. É terminantemente proibida a colocação de placa de numeração com número diverso do que tenha sido oficialmente indicado pela Secretaria de Infra-estrutura, Urbanismo, Transportes e Habitação.

Parágrafo único. No caso de revisão da numeração, é permitida a manutenção de outra placa, com a numeração anterior acrescida dos dizeres *numeração antiga*.

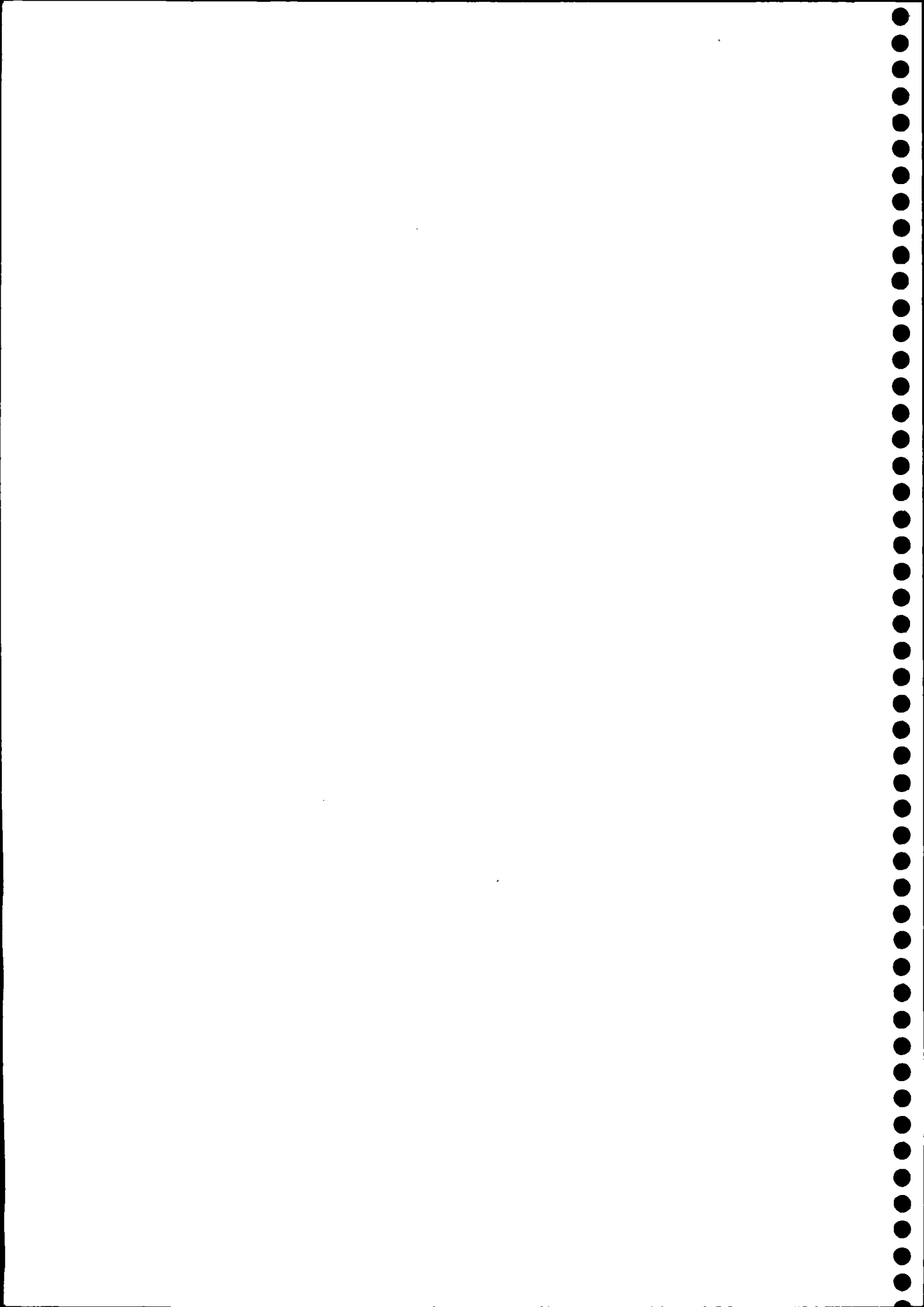
CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Art. 427. A expedição de Certidões para a Defesa de direitos deverá ser requerida à Administração Municipal, e será expedida no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

Art. 428. Os veículos de transporte alternativo interdistrital, sem prejuízo da Vistoria do Departamento Estadual de Trânsito, serão rigorosamente inspecionados pelo Servidor(a) designado(a) pela Administração Municipal que verificará se os mesmos atendem aos requisitos de conforto e segurança e às condições de conservação.

Parágrafo único. Os veículos de transportes de escolares da Zona Rural para as escolas da cidade e vilas, deverão ser cadastrados na Secretaria de Economia e Finanças e na Secretaria de



Educação, sendo na ocasião do cadastramento, inspecionados pelo Servidor(a) designado(a) pela Administração Municipal que observará, obrigatoriamente:

- I. estarem, ou não, os veículos em boas condições de trafegabilidade, especialmente no que concerne a freios, pneus e hidráulica, higiene e segurança;
- II. conter, ou não os veículos nas laterais, os dizeres inscritos em faixas: "TRANSPORTE DE ESCOLARES", e na traseira: "CUIDADO ESCOLARES";
- III. conter, ou não os veículos instalados tacógrafos.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 429. A Administração Municipal expedirá os Atos Administrativos complementares que se fizerem necessários à fiel obediência às determinações deste Código num prazo de até 180 (cento e oitenta) dias.

Parágrafo único. Poderão ser firmados convênios, consórcios, contratos ou outros documentos necessários ao cumprimento das determinações deste Código.

Art. 430. Os valores relativos aos processos constantes nesta Lei estão determinados em Anexo do Código Tributário Municipal e serão recolhidas pela Secretaria de Economia e Finanças através de formulário próprio o qual instruirá o processo a ser analisado, aprovado e fiscalizado pela Secretaria competente ao caso.

Art. 431. Os casos em desacordo às determinações deste Código serão Notificados e/ou Autuados para os ajustes necessários no prazo determinado neste Código e demais legislações municipais.

Art. 432. Este Código entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 433. Revogam-se as disposições em contrário.

Delmiro Gouveia, 09 de dezembro de 2005.


MARCELO SILVA DE LIMA
PREFEITO

